

**POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**A LEI ESTADUAL n. 10.379/91 E A EXTENSÃO DO ATENDIMENTO DOS  
SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA POLICIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
FONADORA E AUDITIVA:  
UM OLHAR SOBRE O CONTEXTO ATUAL E AS NECESSIDADES.**

**RONIVALDO GONÇALVES, CAP PM**

**Belo Horizonte  
2011**

**Ronivaldo Gonçalves**

**A LEI ESTADUAL n. 10.379/91 E A EXTENSÃO DO ATENDIMENTO DOS  
SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA POLICIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
FONADORA E AUDITIVA:  
UM OLHAR SOBRE O CONTEXTO ATUAL E AS NECESSIDADES.**

Monografia apresentada à Academia de Polícia Militar e a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP 2011), sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira Leite.

Belo Horizonte  
2011

**ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**ATA DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE MONOGRAFIA**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de 2011, às 08h:45min, no auditório Pau-Brasil, na Academia de Polícia Militar, presentes todos os membros da banca examinadora, foi realizada a apresentação pública da monografia intitulada **“A LEI ESTADUAL Nº 10.379/91 E A EXTENSÃO DO ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA POLICIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FONADORA E AUDITIVA: UM OLHAR SOBRE O CONTEXTO ATUAL E AS NECESSIDADES”**, elaborada pelo **CAP PM RONIVALDO GONÇALVES** como requisito para obtenção do título de pós-graduado do Curso de Especialização em Segurança Pública - CESP/2011, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar. Após a apresentação do trabalho, o discente foi arguido pelos membros da Banca Examinadora, composta pela orientadora **PROFESSORA MARIA RUTH SIFFERT DINIZ TEIXEIRA LEITE** e pelos avaliadores **MAJ PM QOS MARCOS ANTÔNIO C. DE LACERDA** e **PROFESSORA LUCIANA DA SILVA CUSTÓDIO**.

Após reunião, a banca examinadora considerou que a monografia

ATINGIU OS REQUISITOS NECESSÁRIOS

\_\_\_\_\_, e decidiu por UNANIMIDADE pela APROVAÇÃO, sendo atribuída a nota 9,93.

Este documento expressa o que ocorreu durante a avaliação e vai assinado pelos membros da Banca Examinadora.

**Orientadora: PROFESSORA MARIA RUTH SIFFERT DINIZ TEIXEIRA LEITE**

Ass.: Maria Ruth Siffert Diniz Leite

Titulação: mestre em Administração Pública

**Avaliador: MAJ PM QOS MARCOS ANTÔNIO C. DE LACERDA – HPM**

Ass.: Qos

Titulação: \_\_\_\_\_

**Avaliadora: PROFESSORA LUCIANA DA SILVA CUSTÓDIO – FJP**

Ass.: Luciana

Titulação: mestre

Dedico este trabalho àqueles que sempre buscam aprimorar os seus conhecimentos em prol de uma melhor prestação de serviços e de uma melhor vida em sociedade, sem nunca se esquecer de reconhecer e aceitar as diferenças que há entre as pessoas.

## AGRADECIMENTOS

À minha esposa Vívian e ao meu filho João Wilian, que são as luzes que me guiam pelo caminho, são o incentivo do meu trabalho e a minha alegria de viver.

Aos meus familiares que souberem entender minha ausência momentânea nessa fase, que ora se encerra, e que sempre me apoiaram em meus sonhos.

Aos meus antigos Comandantes por terem possibilitado o meu crescimento e engrandecimento profissional.

À minha estimada orientadora Prof.<sup>a</sup> Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira Leite, pela autonomia dada na execução do trabalho e por sua crescente luta em prol do auxílio às pessoas com deficiência para serem incluídas no mundo dos “normais”.

Aos colegas de curso, por terem possibilitado um momento novo na minha carreira dando-me a oportunidade de fazer novas amizades.

À FENEIS que por meio do escritório de Belo Horizonte pode me mostrar a beleza do incompreendido mundo do silêncio.

À todos aqueles que alguma forma contribuíram e continuam a contribuir para que eu possa me tornar uma “pessoa” melhor e que me permitem transmitir algo que possa ser útil à alguém.

Ao Criador pela inspiração de vida a mim concedida, o auxílio e o amparo indispensáveis em todos os momentos dessa jornada terrena, e a possibilidade de vivenciar esse momento e todos os outros.

"Aqui no entanto nós não olhamos para trás por muito tempo... Nós continuamos seguindo em frente, abrindo novas portas e fazendo coisas novas... Porque somos curiosos... e a curiosidade continua nos conduzindo por novos caminhos. Siga em frente!".

## RESUMO

O estudo em voga procura analisar e contextualizar o uso da comunicação não verbal nas atividades de Polícia ostensiva desenvolvidos pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), como forma de suporte à preservação da ordem pública. Mostra-se como uma pesquisa de caráter exploratório, por ser um tema ainda não retratado no âmbito acadêmico, vez que procura dar enfoque às ações da PMMG no tratamento de eventos de defesa social que tenham a participação de pessoas que não se expressam por meio da fala com o uso da voz humana, visando estabelecer um paralelo entre a rotina atual e possibilidade de melhoria na prestação desse serviço por meio do uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras como forma de comunicação entre o Policial Militar e a pessoa com deficiência cliente desse serviço. É calcado em base teórica orientada nas definições de comunicação, linguagem, interação e inclusão, já que as atividades e os serviços prestados pela PMMG devem estar disponíveis à todos independente da forma como se expressem e da língua que pratiquem. Possui ainda caráter descritivo, pois desenvolveu-se por meio de coleta de dados e informações em questionários que tiveram como objetivo verificar o nível de conhecimento das pessoas que trabalham com o Treinamento de Polícia Militar (TPM) e Comunicação Organizacional acerca do tema, sua visão sobre a importância dessa forma de comunicação na atividade policial, assim como as condições de se incluir o treinamento de Libras nas atividades do TPM na modalidade de Treinamento Complementar; bem como entrevistas com autoridades responsáveis pelo Treinamento de Polícia Militar e Comunicação Organizacional da PMMG sob qual a visão que têm sobre o tema proposto e as perspectivas quanto à sua aplicabilidade. Utilizou-se o método indutivo para correlacionar as ações de polícia e atendimento às pessoas com deficiência auditiva, por meio da legislação vigente, das formas e técnicas policiais utilizadas, e de estudos anteriores que tiveram por viés a percepção do surdo sobre o atendimento dado a eles por parte dos policiais militares, e a percepção de policiais militares no desenvolvimento de abordagens policiais a pessoas surdas. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de uma adequação da doutrina de procedimentos em uso atualmente para atendimento das determinações da legislação em vigor como forma de garantia de atendimento policial de emergência às pessoas com aquelas deficiências.

Palavras-chave: comunicação, comunicação não verbal, Libras, Treinamento de Polícia Militar.

## **ABSTRACT**

The study seeks to analyze in vogue and contextualize the use of nonverbal communication in patrolling activities developed by the Military Police of Minas Gerais (PMMG), as a way to support the preservation of public order. Shows up as an exploratory research, because the subject is not portrayed in the academic, as it seeks to focus the actions of PMMG in the treatment of social defense of events that have the participation of people who express themselves through speaks to the use of the human voice, to establish a parallel between the current routine and ability to improve the provision of that service through the use of Brazilian Sign Language (Lingua Brasileira de Sinais) – Libras – as a means of communication between the police and military person with a disability that customer service. Theoretical base or shoe-oriented definitions of communication, language, interaction and inclusion, as the activities and services provided by PMMG should be available to everyone regardless of how to express themselves and to practice the language. It also has a descriptive nature, as developed by collecting data and information on questionnaires that were intended to check the level of knowledge of people working with the Police Military Training (TPM/PMT) and Organizational Communication on the subject, his views on the importance this form of communication in police activity, as well as the conditions to include the training of pounds in TPM activities in the form of additional training, as well as authorities responsible for training military police and Organizational Communication PMMG which in their view on the proposed theme and the prospects for its applicability. We used the inductive method to correlate the actions of police and care to people with disabilities and auditory speech mechanism, through legislation, law enforcement techniques and forms used, and previous studies were biased by the perception of the deaf on the care given by the military police, and the perception of military police officers in developing approaches to deaf people. The results point to the need for a doctrine of adequacy of procedures in use today to meet the conditions prescribed by law in force as a guarantee of emergency police assistance to people with those disabilities

**Keywords:** communication, nonverbal communication, Libras, Military Police Training.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Modelo dos ingredientes da comunicação .....	23
FIGURA 2 - Mutismo: múltiplas ações que exprimem um único sentimento .....	25
FIGURA 3 - Modelo dos ingredientes do processo de comunicação .....	27
FIGURA 4 - Quatro variações da palavra Espanha na Libras.....	59
FIGURA 5 - Parâmetros linguísticos da Libras – palavra “conhecimento” .....	61
FIGURA 6 - Espaço de articulação dos sinais da Libras .....	62
FIGURA 7 - Representação da palavra bêbado na Libras .....	63
FIGURA 8 - Flexões do verbo "dizer" em Libras .....	63
FIGURA 9 - Alfabeto de datilologia da ASL.....	64
FIGURA 10 - Alfabeto de datilologia da Libras .....	64
FIGURA 11 - Forma de escrita de algumas palavras da Libras em Sign Writing - ELS .....	66
FIGURA 12 - Continência Individual.....	85
FIGURA 13 - Continência Individual.....	85
FIGURA 14 - Gestos de braço para o comando desembarcar (tropas motorizadas).....	87
FIGURA 15 - Comando de "em frente" para tropas à cavalo .....	87
FIGURA 16 - Comando de "em frente" para bandas de música e fanfarras .....	87
FIGURA 17 - Estandarte da 7ª Companhia de Missões Especiais .....	88
FIGURA 18 - Insígnia do Comandante da 7ª Cia. PM M. Esp. ....	89
FIGURA 19 - Rótulos de risco de produtos perigosos .....	91
FIGURA 20 - Símbolos universais para surdez, cegueira e acessibilidade .....	92
FIGURA 21 - Sinais de braço do agente de trânsito.....	94
FIGURA 22 - Sinal de mão cobertura .....	94
FIGURA 23 - Modelo de uso progressivo da força.....	96
FIGURA 24 - Modelo de Uso da Força.....	97
FIGURA 25 - Estrutura do Ensino Profissional da PMMG - Lei n. 6260, de 13 de dezembro de 1973 .....	104
FIGURA 26 - Estrutura da Educação de Polícia Militar - Resolução n. 4068, de 09 de março de 2010.....	105
GRÁFICO 1 - Distribuição de frequência por área de atuação dos pesquisados .....	115
GRÁFICO 2 - Distribuição de frequência por tempo de serviço na Corporação.....	117

GRÁFICO 3 - Distribuição de frequência por nível de escolaridade .....	117
GRÁFICO 4 - Distribuição de frequência por tempo na atividade .....	118
GRÁFICO 5 - Distribuição de frequência quanto ao conhecimento em Libras.....	119
GRÁFICO 6 - Distribuição de frequência quanto ao conhecimento em Libras como forma inclusiva e interativa.....	120
GRÁFICO 7 - Distribuição de frequência sobre a importância da comunicação não verbal na formação policial.....	121
GRÁFICO 8 - Distribuição de frequência sobre o uso da comunicação não verbal nas atividades de polícia ostensiva .....	122
GRÁFICO 9 - Distribuição de frequência quanto ao uso dos gestos nas atividades de polícia ostensiva .....	123
GRÁFICO 10 - Distribuição de frequência sobre o conhecimento em Libras e sua difusão nas atividades de polícia ostensiva .....	124
GRÁFICO 11 - Distribuição de frequência sobre a influência da exigência de curso superior para ingresso na Corporação como facilitador para o uso da Libras .....	125
GRÁFICO 12 - Distribuição de frequência quanto à formação do intérprete de Libras e o reflexo de sua atuação na imagem da Corporação .....	127
GRÁFICO 13 - Distribuição de frequência quanto ao atendimento prestado pelas Unidades em relação às pessoas surdas .....	128
GRÁFICO 14 - Distribuição de frequência quanto à condição e o preparo para manter diálogo com pessoas surdas .....	129
GRÁFICO 15 - Distribuição de frequência sobre as condições de estrutura logística das Unidade e das ferramentas de treinamento para inclusão de nova modalidade de treinamento .....	130
GRÁFICO 16 - Distribuição de frequência quanto à necessidade de manter diálogo com pessoas surdas .....	131
QUADRO 1 - Diferenças entre os termos "inclusão" e "integração" .....	50
QUADRO 1 - Diferenças entre os termos "inclusão" e "integração" .....	51
QUADRO 2 - Elementos da comunicação em relação à postura do policial .....	79
QUADRO 3 - Relação de produtos perigosos.....	92

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - População residente por tipo de deficiência Brasil (2000) .....	45
TABELA 2 - Distribuição conjunta de frequência do tempo de atividade na área de Educação de Polícia Militar ou de Comunicação Organizacional e o tempo de serviço prestado na PMMG .....	132
TABELA 3 - Distribuição conjunta de frequência entre o tempo de serviço na atividade e a atividade desenvolvida.....	133
TABELA 4 - Distribuição de frequência por tempo de serviço na Corporação e necessidade de manter diálogo com pessoas surdas.....	134
TABELA 5 - Distribuição de frequência conjunta entre a necessidade de manter diálogo como pessoas surdas e o conhecimento em Libras por parte dos policiais militares como ação inclusiva e interativa.....	135
TABELA 6 - Distribuição de frequência conjunta entre o uso da comunicação não verbal nas atividades de polícia ostensiva e o seu uso como parte integrante da formação profissional .....	136
TABELA 7 - Distribuição de frequência conjunta entre o conhecimento de Libras por parte dos policiais militares como ação inclusiva/interativa e o modelo atual de TE e a estrutura existente para a implantação de nova modalidade de treinamento.....	137
TABELA 8 - Distribuição de frequência conjunta entre a formação do intérprete de Libras pela PMMG para imagem da Corporação e a exigência de curso superior para ingresso na Corporação como fator facilitador para o uso da Libras .....	138
TABELA 9 - Distribuição de frequência conjunta entre a formação do intérprete de Libras pela PMMG para imagem da Corporação e a forma atual de atendimento às pessoas surdas por parte das Unidades .....	139

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIQUIM -	Associação Brasileira da Indústria Química
APM -	Academia de Polícia Militar
ASL -	Língua Americana de Sinais
CAE -	Centro de Apoio ao Ensino
CAO -	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CAS -	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CEFS -	Curso Especial de Formação de Sargentos
CET -	Centro de Ensino Técnico
CEG -	Centro de Ensino e Graduação
CESP -	Curso de Especialização em Segurança Pública
CEGESP -	Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública
CFO -	Curso de Formação de Oficiais
CFAP -	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFS -	Curso de Formação de Sargentos
CFSd -	Curso de Formação de Soldados
CHO -	Curso de Habilitação de Oficiais
CPP -	Centro de Pesquisa e Pós-graduação
CSP -	Curso Superior de Polícia
CTP -	Centro de Treinamento Policial
CTSP -	Curso Técnico em Segurança Pública
DEPM -	Diretriz de Educação de Polícia Militar
DI -	Departamento de Instrução
DIAO/SIDS -	Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social
DPSSP -	Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública
ESFAO -	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais
FENEIS -	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES -	Instituto de Educação de Surdos
Libras -	Língua Brasileira de Sinais
ONU -	Organização das Nações Unidas

PMMG -	Polícia Militar de Minas Gerais
TC -	Treinamento Complementar
TDPP -	Treinamento de Defesa Pessoal Policial
TEF -	Treinamento de Educação Física
TPB -	Treinamento Policial Básico
TTE -	Treinamento Técnico Específico
TTG -	Treinamento Técnico Geral
UFSC -	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2</b>	<b>COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM, INTERAÇÃO E INCLUSÃO</b> .....	20
2.1	Conceituação de Comunicação, Linguagem, Interação e Inclusão .....	20
2.2	Interação entre as pessoas e os meios de comunicação .....	33
2.3	A Acessibilidade aos meios de comunicação pelas PCD .....	35
<b>3</b>	<b>AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E OS SERVIÇOS PÚBLICOS</b> .....	39
3.1	As diversas formas de deficiência .....	40
3.2	As deficiências por tipo no Brasil .....	44
3.3	O surdo, o mudo e o surdo-mudo .....	46
3.4	Inclusão Social .....	50
3.5	Os serviços públicos e as pessoas com deficiência .....	55
<b>4</b>	<b>A LIBRAS</b> .....	58
4.1	A Libras e a interação social .....	67
4.2	A Libras e a inclusão social .....	68
4.3	O Tradutor Intérprete da Libras .....	69
4.3.1	<i>A Formação do Tradutor Intérprete de Libras</i> .....	71
4.3.2	<i>Os cursos de capacitação em Libras e seus níveis</i> .....	72
<b>5</b>	<b>A COMUNICAÇÃO E A POLÍCIA MILITAR</b> .....	74
5.1	Formas de comunicação e atendimento ao público .....	79
5.2	Uso da comunicação não verbal na formação policial militar .....	83
5.2.1	<i>A Continência</i> .....	84
5.2.2	<i>A Ordem Unida</i> .....	85
5.2.3	<i>A Heráldica</i> .....	88
5.2.4	<i>Os toques de corneta (clarim)</i> .....	90
5.3	A atividade policial e a comunicação não verbal .....	90
5.4	Técnica Policial Militar e comunicação gesto-visual .....	93
<b>6</b>	<b>A EDUCAÇÃO DE POLÍCIA MILITAR</b> .....	100

6.1	Conceito .....	103
6.2	Tipos .....	104
6.3	O Treinamento Complementar .....	105
<b>7</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>108</b>
7.1	Tratamento estatístico dos questionários .....	109
7.2	Delimitação do universo e amostra pesquisada .....	110
7.3	Tratamento estatístico e dados a serem levantados .....	112
<b>8</b>	<b>ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE O ESTUDO E USO DA LIBRAS NA ATIVIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA .....</b>	<b>114</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>145</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>149</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE INTENÇÃO/INTERAÇÃO .....</b>	<b>158</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO EXTERNA DA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PMMG .....</b>	<b>162</b>
	<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO CHEFE DO CENTRO DE TREINAMENTO POLICIAL .....</b>	<b>164</b>
	<b>APÊNDICE D – AGÊNCIAS DOS CORREIOS EM MINAS GERAIS QUE MANTÊM GUICHÊS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO EM LIBRAS .....</b>	<b>166</b>
	<b>APÊNDICE E – QUADRO DE ARTICULAÇÃO DA LIBRAS .....</b>	<b>167</b>
	<b>APÊNDICE F – REPOSITÓRIO DE IMPRESSÕES PESSOAIS .....</b>	<b>170</b>
	<b>ANEXO I – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM LETRAS-LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA .....</b>	<b>177</b>
	<b>ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO .....</b>	<b>181</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. É uma premissa disposta na Constituição Federal, e nos remete ao sentido de que todos devem daquela usufruir, bem como dela ser responsável.

Ao pensarmos nessa premissa algumas indagações se mostraram sem a resposta devida, já que o direito de todos nem sempre é atingido por aqueles que são os responsáveis pela sua garantia.

É nesse cenário que essa pesquisa se desenvolve, impulsionado por um fato ocorrido no ano de 2004 ao observar dois militares que são pais de uma criança com surdez parcial dialogando entre si no pátio do quartel por meio de uma linguagem de sinais. Me vi diante dos seguintes dilemas: “Se de alguma forma essa criança precisar algum dia dos meus serviços, como poderia atendê-la?” “Se necessitar auxiliar ou socorrer uma pessoa com surdez como devo agir para me fazer entender e ser por ela entendido?”

Assim passei a ver a questão da surdez e do mundo do surdo de uma outra forma, e num primeiro momento adquirido o Dicionário Enciclopédico Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais – Libras, elaborado por CAPOVILLA e RAPHAEL, como forma de melhor compreender esse mundo das pessoas que não percebem o som e que vivem sem possuir um dos sentidos do corpo.

Ao desenvolver a presente pesquisa pude perceber que a questão da surdez se relaciona de forma direta com a capacidade de comunicação que os seres humanos podem desenvolver nas mais diversas situações de sua vida cotidiana; exigindo com isso uma mudança de comportamento por parte da grande maioria que se expressa por meio da fala, com o uso da voz humana, para com aqueles se comunicarem.

A comunicação que se desenvolve por meio das mais variadas formas de linguagem, tem por objetivo a interação e a inclusão das pessoas no seio de seu grupo e da coletividade, e, no caso específico dos surdos essa forma se traduz na Libras, que é a segunda língua oficial do país, sendo a primeira a Língua Portuguesa.

Fato que merece destaque nesse contexto, e que se tornou a base para o tema da presente pesquisa, é o de que o Estado de Minas Gerais foi o pioneiro no reconhecimento da

Libras como língua, pois desde o ano de 1991 vigora Lei n. 10.379 que além de reconhecer a Libras como forma de comunicação usual e corrente por parte das pessoas determina a existência de intérpretes dessa língua em todas as repartições públicas que prestam serviços externos à comunidade.

Procurou-se assim desenvolver a pesquisa adotando-se por metodologia o teor da própria disposição normativa, suas implicações, as ações desenvolvidas pela PMMG e as necessidades para o cumprimento dessa determinação.

Em se tratando de norma não há muito que se teorizar sobre sua vigência ou eficácia, contudo buscou-se definir o processo da comunicação como base teórica do estudo, e a partir dele os demais componentes desse processo comunicativo que são a linguagem, a interação e a inclusão. Em seguida, procurou-se definir o que é a Língua Brasileira de Sinais (Libras) sua origem, estrutura e concepções, para se estabelecer um paralelo entre a sua funcionalidade como forma de comunicação não verbal e outras formas de comunicação não verbal já utilizadas nas atividades de polícia ostensiva.

Desde o final da década de 60, mais precisamente no ano de 1967, com a mudança na forma de ação e emprego das Polícias Militares, com a outorga da Constituição Federal daquele ano, a PMMG passou a desenvolver formas de policiamento ostensivo para a manutenção da ordem pública, e treinamentos no sentido de capacitar seus servidores na tentativa de atender aos anseios da sociedade por segurança.

Ocorre, que hoje, mesmo após várias evoluções, tanto nos critérios de seleção de seus efetivos, como nas atividades de formação e treinamento, ainda não se sedimentou uma forma de atuação no atendimento das pessoas com deficiência auditiva com prejuízo na fala.

Desta forma, como universo de pesquisa do estudo foram escolhidos os atores responsáveis pela organização e execução do Treinamento de Polícia Militar, bem como informações do setor responsável pelas definições das ações que podem ser concebidas com o escopo de alterar as atividades voltadas a esse treinamento. Buscou-se ainda colher informações junto o setor ligado à comunicação externa da PMMG para avaliação do impacto da medida na imagem da instituição ao se possibilitar que policial militar tenha condições de se comunicar com essa minoria vulnerável.

A pergunta de pesquisa foi elaborada no sentido de investigar se a inclusão do ensino de Libras na grade curricular do Treinamento Complementar da Polícia Militar

possibilita uma comunicação mais efetiva entre os policiais militares e os clientes surdos com prejuízo na fala desse serviço de emergência policial.

Por hipótese básica do estudo determinou-se que o uso da Libras seria a ferramenta mais adequada ao estabelecimento de uma comunicação efetiva entre o policial militar e a pessoa surda e com prejuízo na fala.

O desenvolvimento do estudo foi então dividido em nove seções, sendo a primeira esta presente introdução.

Na seção 2 é apresentada a fundamentação teórica que dá suporte à argumentação desta pesquisa, baseando-se nos processos de comunicação, e nas definições de linguagem, interação e inclusão sob o enfoque de que a comunicação, por ser um evento voltado à transmissão de conhecimento, não está atrelada diretamente ao uso de uma língua oral, mas sim aos sentidos que os envolvidos na comunicação atribuem aos fatos, vivências e experiências anteriores e assim as transmitem dentro das mais variadas formas.

A seção 3 tenta contextualizar as deficiências e as pessoas que as possuem sob o ponto de vista da legislação em vigor e dos conceitos de autores que se preocupam com o tema, além da exposição de dados estatísticos sobre as diversas formas de deficiência e sua relação com a população de um modo geral, abordando em especial a surdez, a inclusão social do surdo e a prestação de serviços públicos à essas pessoas.

A seção 4 é dedicada à exposição da Libras, essa que é a segunda língua oficial do Brasil, sua estrutura linguística, sua diversidade fonética, suas peculiaridades morfosintáticas, e a sua estrutura gramatical, que muito se diferencia da língua Portuguesa Oral, e ao mesmo tempo tem com ela muitas similaridades.

Na seção 5 é feita uma contextualização da missão constitucional da Polícia Militar, de suas formas de atendimento à comunidade no evoluir das atividades de polícia ostensiva, aliadas à evolução das tecnologias de comunicação e informação. Da mesma forma, retrata a manutenção de outras formas de comunicação não verbal que são inerentes às suas atividades e que estão intimamente ligadas ao contato direto com as pessoas e se mostram presentes mesmo com o passar dos anos. Apresenta, ainda, as evoluções dessas formas de comunicação com o público no constante desejo de se melhorar a prestação de serviços, na busca pelo atendimento de todos, que se constitui em um dos valores da Instituição nesse novo milênio, terreno onde a Libras pode passar a habitar de forma harmônica e pacífica.

A seção 6 dispõe em linhas gerais sobre a Educação de Polícia militar, sua origem e evolução no decorrer de sua recente história na Instituição como ferramenta responsável pela formação e treinamento dos policiais militares. Demonstra as novas características dessa forma de ensino, palco que possibilita a inclusão da Libras como nova ferramenta de comunicação a serviço de uma minoria vulnerável.

A seção 7 mostra a metodologia da pesquisa, as técnicas utilizadas na consecução da pesquisa, o universo da amostra, as ferramentas de coleta dos dados, a exposição do problema, a hipótese a ser contraditada ou confirmada, o tipo, a natureza da pesquisa, os métodos de abordagem e o procedimento de indução científica utilizado para a análise.

A seção 8 apresenta a análise e a interpretação dos dados coletados por meio dos questionários aplicados aos Adjuntos de Ensino e Treinamento, Comandantes de Companhias de Ensino e Treinamento e Chefes de Seção de Comunicação Organizacional, assim como as entrevistas semi estruturadas realizadas com o Chefe do Centro de Treinamento Policial da Polícia Militar e o Assessor de Comunicação Externa da Seção de Comunicação Organizacional do Estado-Maior da Polícia Militar. A análise dos dados coletados resultou em rico material que se constituiu em subsídio para a constatação da veracidade ou não da hipótese formulada, para a elaboração das Considerações Finais da investigação realizada, e, para a proposição das Sugestões Finais.

A seção 9 contém as conclusões alcançadas no estudo e as sugestões pertinentes como proposta de melhoria do atendimento policial à população surda com prejuízo na fala, no tocante à comunicação.

Ao final são elencadas as referências utilizadas como base de consulta, os apêndices A, B, C, D, E, F, produzidos como suporte da pesquisa, e, ao final, os anexos contendo a grade curricular do curso de Bacharelado em Letras-Libras feito por meio de Educação à Distância oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina e a Cartilha de Orientação Policial-Militar para o atendimento à Pessoa com Deficiência da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

## 2 COMUNICAÇÃO, LINGUAGEM, INTERAÇÃO E INCLUSÃO

A Comunicação é um ato necessário à vida dos seres e a perpetuação de suas espécies. É por meio dela que se transmitem os conhecimentos adquiridos e se exprimem as necessidades de fome, frio, abrigo, refúgio, aconchego, liberdade, segurança, e, os sentimentos de amor, afeto, carinho, compaixão, dentre outros.

A possibilidade de se transmitir ao outro nossas sensações e impressões do mundo que nos rodeia - e ser por ele correspondido - é que nos faz ter condições de evoluir e augurar um futuro melhor para todos.

Os processos e meios de comunicação dependem assim de uma linguagem que será o codificador a ser estabelecido entre os comunicadores, e esse codificador deverá ser adequado às necessidades e anseios de cada um dos envolvidos nessa comunicação. A utilização das diferentes formas, figuras, cores, luzes, sons, gestos e odores existentes servirá como o canal de comunicação entre o emissor e o receptor, levando-se em conta cada tipo de situação encontrada.

Esse processo comunicativo é que permite a interação entre os interlocutores e conseqüentemente sua inclusão no mundo do discurso, no mundo do diálogo, no mundo da conversação, e assim a completa interação entre os diferentes que buscam um entendimento comum.

### 2.1 Conceituação de Comunicação, Linguagem, Interação e Inclusão

O termo comunicação possui diversos significados e dependendo da forma que for tratado poderá desembocar em uma infinidade de definições.

Etimologicamente a palavra tem origem latina (lat. *communicatio*, ónis 'ação de comunicar, de partilhar'), e segundo Houaiss (2009, p. 508-509), possui por significados:

s.f. (sXV) ato ou efeito de comunicar(-se) 1 ação de transmitir uma mensagem e, eventualmente, receber outra mensagem como resposta <a c. entre uma base terrestre e um míssil> <a ciência tenta manter c. com os golfinhos> 1.1 COMN processo que envolve a transmissão e a recepção de mensagens entre uma fonte emissora e um destinatário receptor, no qual as informações, transmitidas por intermédio de recursos físicos (fala, audição, visão etc.) ou de aparelhos e

dispositivos técnicos, são codificadas na fonte e decodificadas no destino com o uso de sistemas convencionados de signos ou símbolos sonoros, escritos, iconográficos, gestuais etc. [...]

Houaiss (2009, p. 509) lista ainda uma série de locuções usadas no dia-a-dia como o significado para o termo comunicação, sendo elas: comunicação de massa, comunicação de retorno, comunicação humana, comunicação institucional, comunicação não verbal, comunicação social, comunicação verbal e comunicação visual.

Em nosso estudo iremos nos ater ao significado inicial e ao significado da locução comunicação não verbal, que tem relação estreita com os objetivos a serem alcançados.

Segundo Houaiss (2009, p. 509), comunicação não verbal significa “aquela que utiliza sistemas significantes outros que não o da linguagem falada ou escrita (p.ex., música, gestos etc.)”.

Berlo (2003, p. 12), assevera que:

Nosso objetivo básico na comunicação é tornarmo-nos agentes influentes, é afetarmos outros, nosso ambiente físico e nós próprios, é tornarmo-nos agentes determinantes, é termos opção no andamento das coisas. **Em suma, nós nos comunicamos para influenciar – para afetar com intenção.** (*grifo do autor*).

Assim percebe-se que comunicar é usar de meios para que uma intenção seja atingida no sentido de influenciar o receptor da mensagem.

As primeiras impressões sobre o processo de comunicação e os envolvidos no discurso remontam a *Retórica, de Aristóteles*, e nele foram definidos o que passou a se chamar de “[...] ingredientes na comunicação: quem fala, o discurso e a audiência”. (BERLO, 2003, p. 29).

Melo<sup>1</sup> (1998 *apud* PENA, 2005, p. 17) descreve a existência de “[...] quatro fases na evolução histórica da Teoria da Comunicação: 1 – Fase dos Sofistas; 2 – Fase dos Enciclopedistas; 3 – Fase dos Filósofos Sociais; 4 – Fase dos Cientistas Sociais”, contudo não iremos nos ater a essa divisão, primeiro por não ser uma divisão pacificamente aceita, e segundo por não ser o objeto do estudo proposto, sendo que o que nos interessa é determinar o modelo que melhor se amolda à pesquisa ao tratar do processo de comunicação direta entre as pessoas.

No desenvolver das mencionadas fases da evolução da Teoria da Comunicação vários modelos surgiram, cada qual com sua particularidade e aplicação dentro do campo de

---

<sup>1</sup> MELO, José Marques de. *Teorias da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis. Vozes. 1998. p. 20.

estudo de seus criadores e/ou idealizadores<sup>2</sup>, contudo sem perder a similaridade com o modelo proposto por Aristóteles.

Pode-se perceber, ainda, que a preocupação com os processos comunicativos e a elaboração de esquemas diversos do Aristotélico para descrevê-los, somente passaram a ser elaborados nas décadas iniciais do século passado, já que com a evolução industrial concomitantemente à dos meios de comunicação, o estreitamento das distâncias entre as pessoas passou a exigir uma nova forma de explicar o fenômeno da comunicação e os seus efeitos na vida da sociedade em desenvolvimento.

Berlo (2003, p. 32) propõe um modelo mais amplo que o Aristotélico (tricotômico) dividindo o processo de comunicação em 06 (seis) ingredientes assim definidos: a fonte, o codificador, a mensagem, o canal, o decodificador e o receptor.

Nesse esquema proposto por Berlo (2003, p. 30-32) os ingredientes que mais se relacionam com o presente estudo são o codificador e o decodificador, assim definidos:

[...] o codificador, responsável por pegar as ideias da fonte e pô-las num código, exprimindo o objetivo da fonte em forma de mensagem. Na comunicação de pessoa para pessoa, a função codificadora é executada pelas habilidades motoras da fonte – seu mecanismo vocal (que produz a palavra oral, gritos, notas musicais, etc.), o sistema muscular da mão (que produz a palavra escrita, desenhos, etc.), os sistemas musculares de outras partes do corpo (que produzem os gestos da face e dos braços, a postura, etc.)

[...] o receptor precisa do decodificador para retraduzir, para decifrar a mensagem e pô-la em forma que possa usar. Dissemos que na comunicação de pessoa para pessoa o codificador seria o conjunto de habilidades motoras da fonte. Assim também, podemos considerar o decodificador como o conjunto de habilidades sensórias do receptor.[...] pode ser considerado como sendo os sentidos.

Vê-se, com isso, que não haverá comunicação com fidelidade se o codificador e o decodificador, não estiverem em perfeita sintonia com os envolvidos no discurso e com o canal (meio) o qual é utilizado para a transmissão da mensagem.

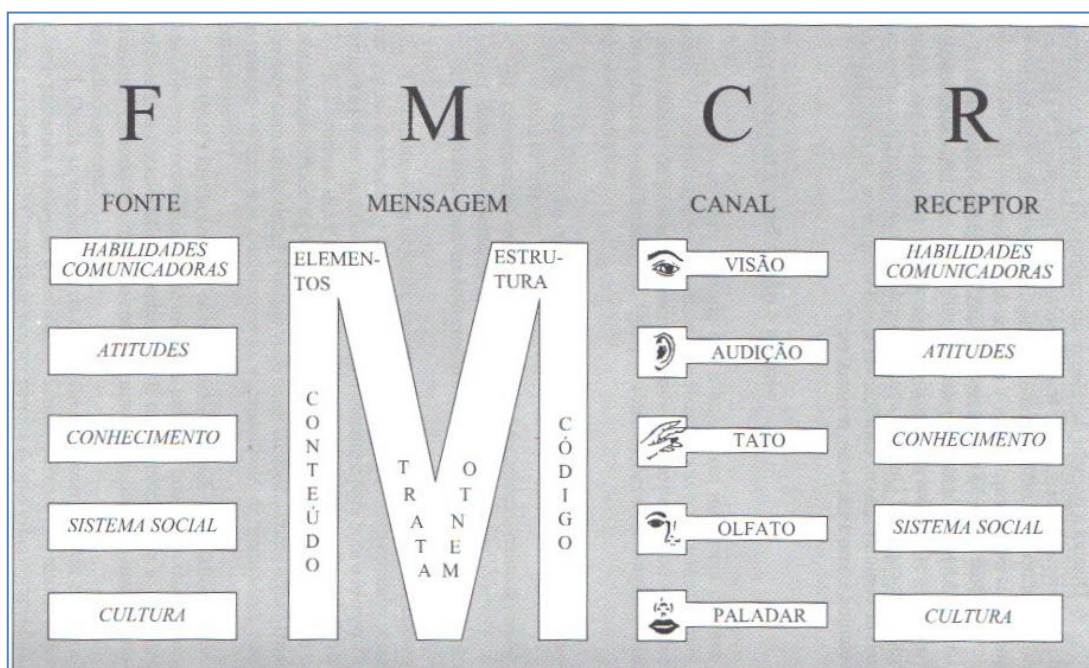
O modelo proposto por Berlo e que retrata as fases do processo de comunicação entre duas pessoas é o que melhor demonstra as ações/relações dos interlocutores em face da presente pesquisa e do objeto de estudo.

A FIG. 1 retrata de forma esquemática os ingredientes do processo de comunicação idealizados por Berlo, composto de Fonte (habilidades comunicadoras, atitudes, conhecimento, sistema social e cultura), Mensagem (conteúdo, elementos, tratamento,

---

<sup>2</sup> PENA, Felipe. *In Teoria da Comunicação – conceitos, mídias e profissões*. Rio de Janeiro. Ed. Rio. 2005. apresenta uma relação com 29 (vinte e nove) modelos/esquemas diferentes para o processo de comunicação dispostos nas quatro fases evolutivas propostas por José Marques de Melo.

estrutura e códigos), Canal (visão, audição, tato, olfato, paladar) e Receptor (habilidades comunicadoras, atitudes, conhecimento, sistema social e cultura).



**FIGURA 1 - Modelo dos ingredientes da comunicação**

Fonte: BERLO, 2003, p. 74

Como exemplo, pode-se citar a situação em que uma pessoa tenta manter um diálogo oral com outra estando elas separadas por um vidro isolante, tanto o codificador como o decodificador serão úteis, mas em razão do meio de propagação da mensagem ser um obstáculo ao diálogo (audição) a comunicação não será efetiva. Noutra exemplo, se a distância entre as pessoas envolvidas no discurso for longa a ponto de não poderem ouvir uma a outra o codificador e o decodificador usados não se mostraram úteis na compreensão da mensagem.

Passando adiante, necessita-se, por analogia e ordenação, definir o termo linguagem, que é o codificador e o decodificador usado nesse processo de comunicação.

Etimologicamente a palavra linguagem é uma aglutinação de origem no Provençal *línqua* + *-agem*, por infl. do provç. *Lenguatge*, e segundo Houaiss (2009, p. 1183) apresenta o seguinte significado:

*s.f.* (sXIII) **1** LING qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc. <l. humana> <funções da l.> **2** *p.ext.* qualquer sistema de símbolos ou sinais ou objetos instituídos como signos; código <l. da dança> <a l. das cores> **3** *p.ext.* meio de comunicação natural próprio de uma espécie animal <a l. dos golfinhos> **3.1** *freq.* o meio de comunicação por meio de signos orais articulados, próprio da espécie humana **3.2** *p.ext.* a capacidade inata da espécie humana de aprender e comunicar-se por meio de uma língua ('sistema') **4** maneira de exprimir-se própria de um povo,

uma área geográfica, um autor, uma escola etc.; linguajar, falar, fala, dialeto, língua <a l. nordestina> <a l. de Guimarães Rosa> **5** maneira de expressar-se própria de um grupo social, profissional ou disciplinar; jargão, língua <l. jurídica> **6** INF conjunto de símbolos, palavras e regras us. na construção de sentenças que expressam e processam instruções para computadores **7** LÓG sistema formal de símbolos estabelecidos em função de axiomas, regras e leis que estruturam um enunciado. [...]

Percebe-se que a definição do termo é por demais abrangente, e foge do entendimento comum de que a linguagem humana é uma manifestação eminentemente oral exprimida pela voz humana por meio da fala.

A palavra apresenta dois conceitos, um considerado amplo e outro considerado restrito. “Por conceito restrito entendemos o que apenas cobre a linguagem verbal. O conceito amplo inclui todas as demais formas assumidas pela linguagem, isto é, todas as formas que servem a propósitos comunicativos”. (PENNA, 1970, p. 24)

Não somente a voz como também os gestos, os sinais, os símbolos, os sons, os odores, e até mesmo as vibrações (eletromagnéticas e sonoras) são parte de uma linguagem produzida pelo corpo, ou por instrumentos, utensílios e máquinas na busca de interagir com o outro no sentido de transmitir uma determinada mensagem.

Para Penna (1970, p.25):

A comunicação por gestos, conforme suposto por muitos, talvez tenha sido a primeira forma de comunicação entre os seres humanos, e a sua substituição pela comunicação falada deu-se em razão do desenvolvimento da espécie e da necessidade de se manter uma comunicação estando as mãos livres para serem usadas em outras atividades simultaneamente.

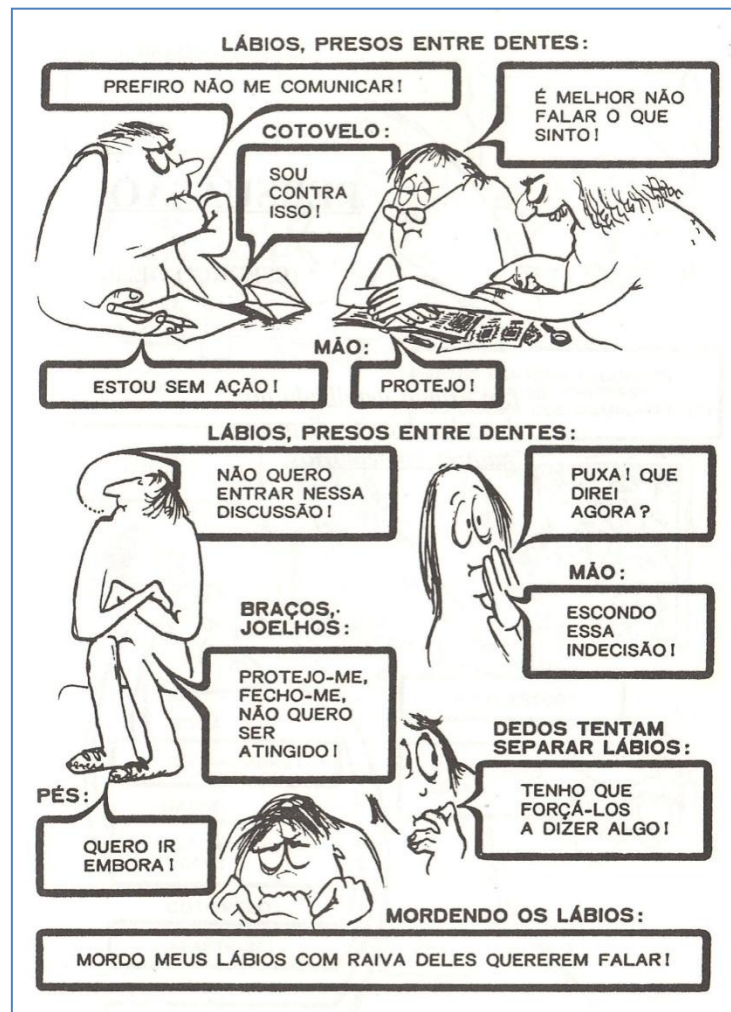
Weil e Tompakov (1999, p. 7) ao tratarem da linguagem corporal destacam que:

Pela linguagem do corpo, você diz muitas coisas aos outros. E eles têm muitas coisas a dizer a você. Também nosso corpo é antes de tudo um centro de informações para nós mesmos. É uma linguagem que não mente [...] pois todo o ser humano tem que lidar consigo mesmo e com os outros.

A comunicação como se vê tem início antes mesmo do diálogo verbal, pois as expressões corporais podem, a partir do contato visual ou auditivo com o outro, ditar o rumo que a comunicação seguirá entre os interlocutores, e essa linguagem é por muitas das vezes despercebida, e o dito popular de que “uma imagem vale mais que mil palavras”, faz-se sentir presente.

A FIG. 2 retrata como as expressões corporais servem para exprimir sentimentos, emoções, sensações e ideias, sendo usadas, ainda que inconscientemente pelo nosso corpo, como forma de comunicação não verbal, denotando as intenções e aspirações dos envolvidos.

No caso exposto há a representação o mutismo que segundo Weil; Tompakov (1999) é a junção de várias expressões para exprimir uma única ideia.



**FIGURA 2 - Mutismo: múltiplas ações que exprimem um único sentimento**

Fonte: WEIL; TOMPAKOW, 1999, p. 153

Penna (1970, p.83) ao discorrer sobre a importância da linguagem no processo de comunicação assinala que:

Considerada em sua forma verbal, não há coextensão entre a linguagem e a comunicação. Na realidade nem a linguagem verbal é sempre comunicativa, pois que nela se incluem outros desempenhos, nem a comunicação se expressa, apenas pela linguagem verbal. Há comunicados não verbais por meio do silêncio, do olhar ou do gesto. Há, ainda, a ocorrência de processos comunicativos entre animais e, obviamente, não se poderá falar em linguagem oral. Não obstante, essa falta de coextensão não exclui o fato de que o estudo da linguagem coincide, em muitos pontos, com a análise dos processos comunicativos. (grifei)

Aliando-se essas definições com os conceitos elaborados por Berlo pode-se afirmar que a linguagem é o codificador e o decodificador da mensagem no processo de comunicação entre pessoas.

Penna (1970, p. 85) deixa clara essa assertiva em seus estudos sobre a linguagem, ao dizer que:

[...] O **codificador** será o componente estrutural da fonte que realmente prepara a mensagem, de modo que ela possa ser recebida adequadamente. A codificação poderá ser, por exemplo, efetuada pela palavra oral ou escrita. Outros sistemas, não obstante, podem ser utilizados: o desenho, a pintura, a música, etc. (grifo do autor)

Para Saussure (1916, *apud* Viotti, 2007, p. 2)

Linguagem é uma faculdade humana, uma capacidade que os homens têm para produzir, desenvolver, compreender a língua e outras manifestações simbólicas semelhantes à língua. A linguagem é heterogênea e multifacetada: ela tem aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, e pertence tanto ao domínio individual quanto ao domínio social.

Ao tratar da língua em específico Viotti (2007, p. 3) relata que:

A língua é diferente. Ela é uma parte bem definida e essencial da faculdade da linguagem. Ela é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, estabelecidas e adotadas por um grupo social para o exercício da faculdade da linguagem. A língua é uma unidade por si só.

Nota-se, aqui, que a forma de envio da mensagem não é fator determinante a interferir no processo de comunicação, desde que os interlocutores sejam capazes de entender e decodificar essa forma de comunicação, e que ela seja adequada ao canal utilizado. Não havendo habilidades por parte do receptor para decodificar a mensagem necessária se faz a mudança da forma de comunicação ou do seu canal de propagação para que aquela se torne efetiva.

Iniciando-se a comunicação por meio de uma linguagem pode-se passar à outra, desde que tanto emissor e receptor possuam as habilidades e técnicas necessárias para a manutenção do discurso.

Ao estudar o processo de linguagem e a comunicação Antônio Gomes Penna baseou suas análises no modelo proposto por David Kenneth Berlo, com seus 06 (seis) ingredientes, por considerar ser o que atende ao maior número de situações cotidianas, e por dispor ainda de outras variáveis indispensáveis no processo de comunicação que foram denominadas de habilidades de comunicação, atitudes, conhecimento e sistema sociocultural, assim por ele definidas:

Berlo (2003, p. 42-51)

Habilidades de comunicação: há cinco habilidades verbais da comunicação. Duas são codificadoras: a escrita e palavra. Duas são decodificadoras: leitura e audição. A quinta é crucial tanto para a codificação como para a decodificação: é o pensamento ou raciocínio

[...]

As atitudes da fonte para com qualquer pessoa ou objeto relevante para a situação de comunicação influenciarão o seu comportamento. [...] Atitude para da fonte para: a) consigo; b) com o assunto e c) com o receptor.

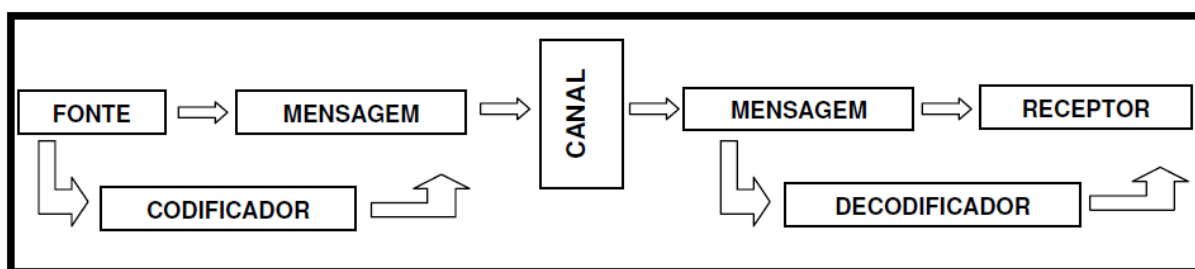
[...]

Nível de Conhecimento: ninguém é capaz de comunicar aquilo que não sabe; ninguém comunica com a máxima efetividade material que não conhece. [...] Em outras palavras, o seu comportamento de comunicação é influenciado pelo quanto ela sabe sobre as próprias atitudes, sobre as características do receptor, sobre os meios pelos quais poderá produzir ou tratar as mensagens, sobre as várias escolhas que poderá fazer de canais de comunicação, etc.

[...]

Sistema Sociocultural: os sistemas social e cultural determinam em parte as escolhas de palavras que as pessoas fazem, os objetivos que têm para comunicar, os canais que usam para esta ou aquela espécie de mensagem, etc.

Esses fatores tem relação direta com o que se quer transmitir, e, em razão disso, irão atuar diretamente tanto na fonte como no receptor, passando pelo canal a ser utilizado, já que podem influenciar na fidelidade da comunicação.



**FIGURA 3 - Modelo dos ingredientes do processo de comunicação**

Fonte: BERLO, 1997, p. 39, *apud* MOREIRA, 2007, p. 18

Ao tratar da comunicação entre duas pessoas os ingredientes podem sofrer uma mudança alterando-se os 06 ingredientes, pois “[...] a fonte e o codificador podem ser agrupados, bem como o receptor e o decodificador. Nesta versão truncada do modelo, algumas fontes codificam a mensagem e a colocam no canal, para que seja decodificada pelo receptor”. (BERLO, 2003, p. 42)

Nesse sentido ao se tratar de uma comunicação direta entre duas pessoas vê-se que o canal de comunicação passa a ter importância fundamental nesse processo e sua utilização deve se dar de forma a permitir a efetiva transmissão da mensagem pela fonte e sua interpretação pelo receptor.

Esclarece Berlo (2003, p. 68), que:

Como codificadores-fontes, temos de decidir a maneira como canalizaremos as mensagens, a fim de que o nosso receptor possa decodificá-las – possa ver, ouvir, tocar e mesmo, ocasionalmente, provar e cheirar nossas mensagens. Em outras palavras podemos considerar os canais de comunicação como sendo as habilidades motoras do codificador e as habilidades sensórias do decodificador.

Um exemplo que engloba essas habilidades pode ser proposto em uma ação cotidiana de uma Blitz de Trânsito.

O som de dois silvos breves<sup>3</sup> que saem do apito do agente de trânsito (linguagem por sons) e os gestos de braço por ele feitos (linguagem visual) determinam a parada de um motorista, que esteja transitando na pista de rolamento, em uma blitz de trânsito, atingindo o seu objetivo quando aquele a quem é dirigida a mensagem executa a manobra de parada e estacionamento para a verificação de documentos por parte do agente de trânsito. Ao abordar o motorista o agente de trânsito passa a dialogar com o motorista (linguagem oral) para solicitar-lhe as informações que lhe serão úteis.

O exemplo acima demonstra de forma simples como a rotina da comunicação está intimamente ligada ao conhecimento das formas de linguagem pelos seus interlocutores. Somente pessoas com conhecimento em normas de legislação e regras de circulação de trânsito poderiam decodificar a mensagem sonora dos sons do apito e visual/motora do sinais de braço emitidos pelo agente de trânsito.

Da mesma forma, necessitaria o receptor da mensagem de um certo nível social e cultural para estar na direção de um veículo automotor ou elétrico em uma via de trânsito, já que ser alfabetizado é um dos requisitos para ser possuidor de Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para Dirigir, conforme disposto no Art. 140 da Lei n. 9503, de 23 de setembro de 1997<sup>4</sup>.

Há, também, um texto corrente na Internet<sup>5</sup> de autoria creditada a Beto Holzel<sup>6</sup>, sem qualquer identificação de data de criação, que consegue definir muito bem os ingredientes do processo de comunicação e as habilidades necessárias ao seu perfeito funcionamento. O texto mostra a definição do Dissacarídeo  $C_{12}H_{22}O_{11}$ , popularmente conhecido como “Rapadura”, sob as mais variadas exposições, em razão daqueles envolvidos no discurso e da mensagem que se quer transmitir, e que abaixo se vê transcrito.

---

<sup>3</sup> Anexo II da Lei n. 9503, de 23 de setembro de 1997 – Institui o Código de Trânsito Brasileiro – Sinalização – 7 – Sinais Sonoros – Sinais de Apito (Dois silvos breves) – Significação (Pare!) – Emprego (Para fiscalização de documentos ou outro fim).

<sup>4</sup> Art. 140. A habilitação para conduzir veículo automotor e elétrico será apurada por meio de exames que deverão ser realizados junto ao órgão ou entidade executivos do Estado ou do Distrito Federal, do domicílio ou residência do candidato, ou na sede estadual ou distrital do próprio órgão, devendo o condutor preencher os seguintes requisitos: I - ser penalmente imputável; II - saber ler e escrever; III - possuir Carteira de Identidade ou equivalente. (grifei)

<sup>5</sup> *s.f.* (sXX) INF TEL rede de computadores dispersos por todo o planeta que trocam dados e mensagens utilizando um protocolo comum, unindo usuários particulares, entidades de pesquisa, órgãos culturais, institutos militares, bibliotecas e empresas de toda envergadura. (HOUAISS, 2009, p. 1098).

<sup>6</sup> Texto disponível em < [www.ime.usp.br/~vwsetzer/jokes/simpl-texto.html](http://www.ime.usp.br/~vwsetzer/jokes/simpl-texto.html) >

Julga-se importante ressaltar nesse ponto, que citações longas ou textos em sua íntegra devem ser apresentados, em trabalhos científicos como esse, na sessão dos Anexos. No entanto, optou-se por incluir o texto abaixo no corpo da monografia por se entender que se traduz em um exemplo claro da importância do tipo da linguagem utilizada na mensagem para que a comunicação se faça adequadamente.

#### TEXTO ORIGINAL

O dissacarídeo de fórmula  $C_{12}H_{22}O_{11}$ , obtido através da fervura e da evaporação de  $H_2O$  do líquido resultante da prensagem do caule da gramínea *Saccharus officinarum*, Linneu, isento de qualquer outro tipo de processamento suplementar que elimine suas impurezas, quando apresentado sob a forma geométrica de sólidos de reduzidas dimensões e arestas retilíneas, configurando pirâmides truncadas de base oblonga e pequena altura, uma vez submetido a um toque no órgão do paladar de quem se disponha a um teste organoléptico, impressiona favoravelmente as papilas gustativas, sugerindo a impressão sensorial equivalente provocada pelo mesmo dissacarídeo em estado bruto que ocorre no líquido nutritivo de alta viscosidade, produzindo nos órgãos especiais existentes na *Apis mellifica*, Linneu.

No entanto, é possível comprovar experimentalmente que esse dissacarídeo, no estado físico-químico descrito e apresentado sob aquela forma geométrica, apresenta considerável resistência a modificar apreciavelmente suas dimensões quando submetido a tensões mecânicas de compressão ao longo do seu eixo em consequência da pequena deformidade que lhe é peculiar.

#### PRIMEIRO ESTÁGIO

A sacarose extraída da cana de açúcar, que ainda não tenha passado pelo processo de purificação e refino, apresentando-se sob a forma de pequenos sólidos tronco-piramidais de base retangular, impressiona agradavelmente ao paladar, lembrando a sensação provocada pela mesma sacarose produzida pelas abelhas em um peculiar líquido espesso e nutritivo.

Entretanto, não altera suas dimensões lineares ou suas proporções quando submetida a uma tensão axial em consequência da aplicação de compressões equivalentes e opostas.

#### SEGUNDO ESTÁGIO

O açúcar, quando ainda não submetido à refinação e, apresentando-se em blocos sólidos de pequenas dimensões e forma tronco-piramidal, tem o sabor deleitável da secreção alimentar das abelhas, todavia não muda suas proporções quando sujeito à compressão.

#### TERCEIRO ESTÁGIO

Açúcar não refinado, sob a forma de pequenos blocos, tem o sabor agradável do mel. Porém não muda de forma quando pressionado.

#### QUARTO ESTÁGIO

Açúcar mascavo em tijolinhos tem o sabor adocicado, mas não é macio ou flexível.

#### QUINTO ESTÁGIO

Rapadura é doce, mas não é mole.

Pode-se perceber, nos exemplos citados e na narrativa do texto acima, a relação direta existente entre a forma de linguagem utilizada (codificador) pelo emissor e a capacidade efetiva de sua tradução (decodificador) pelo receptor. Torna-se nítida a dedução de que se a mensagem (forma) não for decifrável por parte do receptor haverá significativas perdas de conteúdo na comunicação, e essa poderá, ao final, não atingir o seu objetivo.

As habilidades de comunicação, as atitudes, o nível de conhecimento e o sistema sociocultural daqueles que se comunicam, podem sofrer disparidades e discrepâncias, mas se

a mensagem do discurso entre elas for elaborada de forma que a codificação e a decodificação sejam possíveis, a comunicação seguirá o seu fluxo normal com efetividade e sem perda de conteúdo.

Outra informação que pode-se retirar do esquema proposto por David Kenneth Berlo é a estreita relação entre a mensagem enviado pelo emissor e o canal utilizado para a sua disseminação e chegada ao receptor.

O Canal (meio) é o ingrediente que torna possível a comunicação, assim como o som não se propaga no vácuo, outro canal deve ser utilizado para se fazer fluir a comunicação, seja o tato, a visão ou o olfato, quando os interlocutores estiverem nessas condições.

É fato que em certas ocasiões a linguagem a ser utilizada na comunicação será totalmente silenciosa, e as mensagens serão interpretadas em razão das alterações e mudanças no comportamento dos envolvidos, é o que se “[...] chama de *silêncio significativo*. Trata-se de uma forma de silêncio que, em muitos casos, comunica melhor do que poderiam fazê-lo as palavras”. (Entralgo<sup>7</sup>, 1964 *apud* PENNA, 1970)

Um exemplo prático dessa comunicação silenciosa e da interação que ela pode proporcionar relaciona-se com as antigas práticas de mineração, até pouco tempo utilizadas na Alemanha por mineradores de carvão, e que consistia em levar para as explorações de minas de carvão em terras profundas, gaiolas com canários<sup>8</sup>. Esses pássaros por possuírem um sistema respiratório muito frágil, são sensíveis à certas quantidades mínimas de gases tóxicos e sufocantes, imperceptíveis ao olfato humano, e agiam como sensores biológicos nas minas de carvão para a detecção de gases tóxicos, principalmente, de monóxido de carbono, ou como sinalizadores para a indicar a diminuição da concentração de oxigênio nas minas. A morte por asfixia ou o aparecimento de sintomas como dificuldades respiratórias nessas aves era o alarme para os mineiros abandonarem rapidamente o trabalho nas minas de carvão.<sup>9</sup>

Essa mesma técnica foi também usada na I Guerra Mundial<sup>10</sup> para detecção de Gás Mostarda nas proximidades das linhas inimigas, quando da necessidade de se cavar túneis ou trincheiras.

---

<sup>7</sup> Pedro Lain Entralgo, *La Relación Médico-Enfermo*, R. de Occidente, Madri, 1964, p. 312.

<sup>8</sup> Canário Harzer Roller – originário da região mineradora de Harz na Alemanha (1700-1800), era conhecido por Harzer Vogel (cantador de Harzer), e posteriormente passou a ser denominado Edelroller (Nobre Rolador) em razão de seu canto rolado, atualmente é conhecido apenas como Canário Roller. Disponível em <<http://nacaodoscanarios.forumeiros.com/t2415-origem-dos-canarios-harzer-roller>>

<sup>9</sup> Artigo disponível em <<http://www.iq.ufrj.br/index.php/descomplicando-a-quimica/325-os-canarios?start=20.html>>

<sup>10</sup> Artigo disponível em <<https://guerrasportalprofessor.wordpress.com/>>

Para Berlo (2003, p. 184) essa lógica se define no significado da palavra sentido, pois as coisas sempre foram como são, e são as pessoas que lhes dão o sentido necessário a uma comunicação, ao dizer que:

[...] os sentidos não estão nas mensagens, de que o significado não é coisa que esse possa descobrir, de que as palavras de fato não querem dizer coisa alguma, de que os dicionários não proporcionam sentidos e não podem mesmo fazê-lo. Alegar-se-á que as significações estão nas pessoas, que os sentidos são respostas encobertas contidas no organismo humano. Os sentidos são aprendidos. São pessoais, são propriedade nossa. Nós aprendemos significados, acrescentamos-lhes algo nosso, distorcemos-os, esquecemos-os, modificamos-os. Não podemos encontrá-los. Eles estão em nós, não nas mensagens. Felizmente, em geral, encontramos outras pessoas que têm significações similares às nossas. No grau em que as pessoas tenham sentidos similares, poderão comunicar-se. Se não houver similaridade de sentido entre elas, não poderão comunicar-se.  
Se os sentidos fossem encontrados nas palavras, qualquer pessoa compreenderia qualquer linguagem, qualquer código.

Para exemplificar essa narrativa tomemos por exemplo a palavra maçã. Sabemos que é uma fruta que pode apresentar coloração vermelha, vermelho-amarelado ou verde, e que possui sabor adocicado, sentido de senso comum, mas o fato de ser denominada de apple na língua inglesa ou de manzana na língua espanhola, não lhe altera esse sentido, continua a ser o mesmo fruto, a diferença se dará somente em relação a como esse fruto será denominado em razão da língua de quem estiver transmitindo a mensagem. Se não compartilharem de mesma significação para a mensagem (uso da mesma língua) essa não se efetivará.

Outro integrante desse processo, que na maioria das vezes passa-se despercebido mas não se mostra menos importante, a interação é um componente que merece destaque no objeto de estudo, pois tem relação direta entre os envolvidos no processo de comunicação.

Interação tem sua etimologia na aglutinação de dois termos *inter-* + *ação*, e segundo Houaiss (2009, p. 1095), significa:

*s.f.* (sXX) **1** influência mútua de órgãos ou organismos inter-relacionados; ação mútua ou compartilhada entre dois ou mais corpos ou indivíduos <*i. do coração e dos pulmões*> <*i. do indivíduo com a sociedade*> **2** comunicação entre pessoas que convivem; diálogo, trato, contato [...]

Pelo significado descrito pode-se inferir que a palavra também é sinônimo de comunicação entre pessoas que convivem; diálogo, trato, contato; e desta forma interfere sobremaneira no fluxo das comunicações.

Assim sendo, denota-se que toda a interação comunicativa leva a um objetivo, seja daquele que emite a mensagem, ou daquele que a recebe, não representando diretamente que esse objetivo seja recíproco. Logo, ao nos comunicarmos devemos ter a capacidade de

estar em condições de interagir não somente com o outro, mas também com o meio que envolve essa comunicação.

A necessidade de interação entre as pessoas pode estar relacionada com a busca de orientação, troca de ideias, descontração, entretenimento, ajuda, auxílio, a expressão de sentimentos de: reprovação, aprovação, conformidade, contrariedade, indagação, resolução, entre outras. Deste modo, é a interação que faz com que a comunicação seja ou não eficiente e eficaz àquilo que se propôs.

Por fim, participa ainda desse processo o efeito final da comunicação que é a inclusão das pessoas ao meio do outro.

A palavra Inclusão tem origem no latim *inclusio,ónis* 'encerramento, prisão', e segundo Houaiss (2009, p. 1064) tem por significados:

*s.f.* (1665) **1** ato ou efeito de incluir(-se) **2** HISTOL técnica de microscopia que consiste no prévio envolvimento de um tecido ou órgão em parafina derretida, a qual, ao esfriar e solidificar-se, permite cortá-lo em finas lâminas **3** LÓG relação entre duas classes tal que os elementos constitutivos de uma se encontram entre aqueles da outra **4** MAT propriedade que possui um conjunto de ter todos os seus elementos contidos num outro conjunto **5** MINER corpo sólido (cristalizado ou vítreo), líquido ou gasoso cuja natureza é diferente do conjunto no qual ele está inserido.

Ao estudo interessa o primeiro significado “ato ou efeito de incluir-se” ao relacionar-se com a ação de se colocar dentro de algo, se projetar para o interior de algo, ação inerente ao processo de comunicação ao permitir que os interlocutores interajam dentro de uma mesma ambiência.

Para Berlo (2003, p. 177) “ao comunicar, procuramos realizar objetivos relacionados com a nossa intenção básica de influenciar o ambiente e a nós mesmos”.

As habilidades comunicativas são as ferramentas necessárias à inclusão das pessoas ao grupos e a sua interação com esses.

Saber se comunicar e poder ser correspondido é fundamental para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A falta de conhecimento sobre uma forma de expressão de linguagem de determinado grupo minoritário ou pessoa não pode ser obstáculo para a inclusão desses ao mundo da maioria que se expressa por meio de outra forma de expressão, notadamente quando se trata de prestação de serviços públicos.

Em consequência devem ser desenvolvidas nesses servidores habilidades que os tornem capazes de se comunicar de forma efetiva com essa minoria, com esses grupos vulneráveis.

## 2.2 Interação entre as pessoas e os meios de comunicação

A finalidade primeira da comunicação é fazer com que as pessoas se interajam, se relacionem, compartilhem conhecimentos e experiências, participem do processo de evolução da sociedade, pois a comunicação é um processo de autoconhecimento e de conhecimento do outro e do mundo que os cerca.

Para Berlo (2003, p. 134) “[...] a comunicação envolve uma interdependência física, isto é, fonte e receptor são conceitos diádicos, cada qual exige o outro pela própria definição, cada qual precisa do outro para a própria existência”

Cabe salientar que, nesse contexto, deve existir uma interdependência entre os participantes do discurso, e não uma simples dependência com relação a uma ação de um indivíduo que cause consequências no outro, sem que propicie no primeiro algum reflexo. Ou seja, as ações e atitudes de um devem gerar no outro uma mudança de comportamento, e essa mudança, por sua vez, alterar de alguma forma o comportamento daquele.

Berlo (2003, p. 110) afirma que “a comunicação entre duas ou mais pessoas requer uma relação de interdependência; entretanto, os níveis de interdependência comunicativa variam de situação para situação”.

Continuando em sua avaliação sobre a relação entre a interação e os processos comunicativos Berlo (2003, p. 136) assevera que:

**O conceito de interação é fundamental para o entendimento do conceito de processo, na comunicação.** A comunicação representa uma tentativa de conjugar dois organismos, de cobrir a lacuna entre dois indivíduos pela produção e recepção de mensagens que tenham sentido para ambos. [...] A interação envolve a assunção recíproca de papéis, o emprego mútuo das capacidades empáticas. O objetivo da interação é a fusão da pessoa e do outro, a total capacidade de antecipar, de prever e comportar-se de acordo com as necessidades conjuntas da pessoa e do outro. (grifo do autor)

A comunicação tem o poder de mudar as pessoas, mostrar-lhes o mundo sob um novo ângulo, uma nova perspectiva, um novo olhar, é capaz de abrir horizontes e nos fazer interagir, e, por meio da empatia, habitar o mundo do outro.

Ocorre porém, que esse integrante obscuro do processo de comunicação somente passa a ser percebido em situações em que as formas (oralidade) e os meios (audição) comumente usados não conseguem atingir esse objetivo. É nesse momento que a comunicação perde a sua finalidade primeira, e assim impede que o mundo de quem transmite a mensagem, por meio de outra forma de expressão, possa ser traduzido ao mundo de quem a recebe.

Nesse contexto, as pessoas com deficiência (PCD) estão, na maioria das vezes, sujeitas a essas situações, e não raras vezes, encontram barreiras a serem transpostas, dificultando enormemente o estabelecimento da comunicação de maneira adequada e uma interação satisfatória com o outro, para assim também satisfazerem suas necessidades e aspirações.

Entende-se que em determinadas situações, a falta de meios e formas de comunicação com o outro não influenciam nossas ações, e isso não nos causa estranheza ou desconforto, já que não há a obrigatoriedade do contato com aquilo que nos é estranho ou desconhecido. Contudo, em determinadas situações, quer por necessidade, por exigência legal ou por razões de ofício, devemos ter o mínimo de conhecimento necessário para manter essa comunicação, e é nessas ocasiões que a questão da interação/inclusão saem da latência e se mostram patentes.

Essas dificuldades de interação são parte do convívio humano, e das suas necessidades de superação e competição, pois “[...] a interação com o ‘outro’ é sempre uma situação de conflito em potencial” (GLAT, 2009, p. 25).

Resta, então, vencer esse conflito e buscar a interação ainda que essa num primeiro momento se mostre tênue, em face da falta de uma comunicação eficiente e eficaz entre os envolvidos.

Glat (2006, p. 25) exemplifica essa situação ao asseverar que:

Ora, quando nos deparamos com indivíduos que por suas características ou comportamentos não se enquadram em nossa representação ou tipificação de “normalidade” ocorre uma quebra ou ruptura na rotina da interação social. Agora já não podemos mais nos comportar em relação a eles de acordo com o padrão de conduta típico a que estamos acostumados. Ficamos como que perdidos, sem saber como agir.

Pode-se ao fim concluir que para que a comunicação se torne eficiente e produza a interação entre os envolvidos no discurso deve haver um certo nível de comprometimento entre eles. A interação deve ocorrer de forma gradual e sucessiva, tanto quanto for o nível de

envolvimento de cada um na busca do entendimento, e assim possibilitar que os anseios de comunicação sejam satisfeitos.

### 2.3 A Acessibilidade<sup>11</sup> aos meios de comunicação pelas PCD

A evolução tecnológica e a dos meios de comunicação permitem hoje uma integração das pessoas com deficiência ao mundo das pessoas ditas “normais”, contudo, não consegue despertar nesses últimos o interesse pela integração ao mundo daqueles.

Não raras vezes, as próprias pessoas com deficiência tentam se desprender de seu mundo para se integrar ao mundo dos “outros” não se preocupando em carregar consigo formas de aprendizagem e de linguagem necessárias entre si e o seu grupo, o que ao invés de os incluírem e integrarem à sociedade acaba por os excluir ainda mais, já que como aqueles não se interessam pelas suas formas de comunicação, se eles próprios não se interessarem estarão cada dia mais isolados do mundo.

A evolução nos aparatos/aparelhos de microinformática (hardware e softwares) tem permitido às pessoas com deficiência o acesso à praticamente todas as formas de comunicação existentes, fazendo-as participar de forma efetiva da evolução da sociedade.

Há, contudo, o lado perverso da questão, pois hoje muitos cegos deixam de aprender o BRAILLE<sup>12</sup> para utilizarem de meios de comunicação eletrônica em sua substituição. Com isso, acabam os cegos não se inserindo no seu próprio mundo de diferenças, o que lhes dificulta inclusive o acesso a várias formas de serviços e sua perfeita inclusão na sociedade, já que essa não buscará formas de se adaptar às suas necessidades.

A questão em voga esbarra também na aceitação da pessoa com deficiência por parte da sociedade. Normas e valores sociais aceitos para uma maioria podem se mostrar como inatingíveis por parte das pessoas com deficiências, e em razão disso essas serem rotuladas, receberem estereótipos<sup>13</sup>, serem estigmatizadas<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> Acessibilidade: é a condição para utilização, com segurança e autonomia, dos serviços, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência auditiva, visual ou intelectual. Portaria n. 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações.

<sup>12</sup> s.m. (1927) 1 sistema de escrita com pontos em relevo que as pessoas privadas da visão podem ler pelo tato e que lhes permite tb. escrever; anagliptografia [...] (HOUAISS, 2009, p. 1098).

<sup>13</sup> Estigma é uma metonímia, em que o todo é nomeado em função de uma das partes (GLAT, 1989, p. 17).

<sup>14</sup> Estereotipo s.m. (1836) [...] 3.2 ideia ou convicção classificatória preconcebida sobre alguém ou algo, resultante de expectativa, hábitos de julgamento ou falsas generalizações. 4 aquilo que é falta de originalidade; banalidade, lugar-comum, modelo, padrão básico. (HOUAISS, 2009, p. 833)

Conforme, já havia assinalado Goffman (1982), as pessoas estigmatizadas geralmente se sentem inseguras sobre a maneira como os normais as identificarão e receberão. (GLAT, 2006, p. 49)

Os próprios veículos de comunicação tem evoluído no sentido de garantir à todos o acesso às informações. Em primeiro lugar, em face da necessidade de expansão dos seus mercados e em segundo em cumprimento às determinações legais que lhes obrigam a oferecer conteúdo que seja acessível às pessoas com deficiência.

A Lei Federal n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências - foi o primeiro passo no sentido de se garantir o direito ao acesso de informação à essa minoria vulnerável, já que o seu artigo primeiro assim prevê:

Art. 1º. Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (grifei)

Viu-se, a partir de então, paulatinamente, a inclusão na grade de programação das emissoras de televisão de programas televisivos com conteúdos destinados às pessoas que não tinham condições de ter acesso à informação pelas vias normais de transmissão televisiva.

Porém, novamente, a regulamentação das disposições normativas não se deram de forma imediata, somente vindo a serem definidas no ano de 2006, com a edição da Portaria n. 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações, que regulamentou ainda as prescrições do Art. 53 do Decreto n. 5.296<sup>15</sup>, de 02 de dezembro de 2004.

Introduziram-se na programação televisiva brasileira programas com recursos de acessibilidade, programas em duplo idioma - o idioma na língua dos produtores e um segundo idioma na língua do local de transmissão ou vice-versa - por meio do Sistema SAP<sup>16</sup>; em

---

<sup>15</sup> Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

[...]

Art. 53. Os procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas previstos no art. 19 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000., serão regulamentados, em norma complementar, pelo Ministério das Comunicações. (Redação dada pelo Decreto nº 5.645, de 2005)

<sup>16</sup> SAP – Second Audio Program (sigla: SAP; em português: Segundo Programa de Áudio), é um canal de áudio, geralmente mono, que é simultaneamente transmitido na programação de um canal de televisão. Seu objetivo principal é criar uma opção a mais de áudio para o espectador, como por exemplo, o áudio original de um filme, a cobertura de um evento sem

língua falada e escrita pelo recurso da Legenda Oculta<sup>17</sup> (Close Caption); com tradução por janela de Libras<sup>18</sup> e com Audiodescrição<sup>19</sup> o que tem possibilitado a todos de uma maneira em geral acesso à informação. Destes, destacam-se a tradução por janelas de Libras e a Autodescrição, que são totalmente voltados para as pessoas com deficiência auditiva e visual, respectivamente.

Ocorre, contudo, que há uma ressalva a ser feita, pois como a disponibilidade desses conteúdos ainda é restrita a alguns tipos de programas e horários, essa informação torna-se limitada não havendo poder de escolha, já que a própria norma em vigor que estabelece parâmetros para a veiculação dos programas é flexível quanto aos horários de sua divulgação.

A Portaria n. 310, de 27/06/2006, do Ministério das Comunicações, que aprovou a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão - prevê, no seu item 5.1, que a programação veiculada pelas estações retransmissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens deverá contar algumas especificidades visando atender a esse público.; no item 7.1 estão definidos os prazos para que os recursos de acessibilidade sejam veiculados ao longo da programação da emissora; o item 8.1 trata das Exceções.

Destaca-se no presente dispositivo normativo as exigências para a veiculação de campanhas publicitárias e institucionais de governo que devem ser orientadas a atingir toda a população de maneira irrestrita, tanto com a inserção da janela de Libras, para os deficientes auditivos, como da Autodescrição para deficientes visuais ou pessoas que não tenham fluência para leitura das legendas de tradução. Para essa determinação não foi fixado prazo para cumprimento, denotando que sua implementação deveria se dar de forma imediata, porém não é o que ocorre, ou pelo menos não é o que se tem visto em alguns casos.

---

os comentários dos apresentadores, ou até inclusive, oferecer um outro grupo de apresentadores para um mesmo evento. Disponível em < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Segundo\\_programa\\_de\\_%C3%A1udio](http://pt.wikipedia.org/wiki/Segundo_programa_de_%C3%A1udio)>

<sup>17</sup> Legenda Oculta: corresponde a transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva. Portaria n. 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações

<sup>18</sup> Janela de Libras: espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Portaria n. 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações

<sup>19</sup> Áudio-descrição: corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual. Portaria n. 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações

Pode-se dizer que a inclusão por meio da comunicação é algo já previsível e atingível no âmbito da Nação, o que garantirá um futuro melhor às pessoas com deficiência, mas o prazo determinado para sua total implementação, 11 (onze) anos, é muito longo ante os rápidos avanços da evolução tecnológica, e até lá, 27 de junho de 2017, várias outras barreiras deverão ser transportas por essas pessoas.

Outra percepção que se tem é a de que a cada dia o “mundo” busca inovar e criar soluções para que as pessoas com deficiências possam ser a “ele” integradas e incluídas, entretanto, em contrapartida, não se vê incentivos para que esse “mundo” se integre ao mundo e ao cotidiano de vida das pessoas com deficiências, afinal do que seriam os meios de comunicação se não fossem as pessoas.

### 3 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

A deficiência ou incapacitação física adquirida pelas pessoas ao longo da evolução da sociedade humana sempre foi objeto de indagações e controvérsias, evoluindo do sentimento de crenças religiosas (castigo divino) ao sentido de cidadania, ao se considerar que todos são iguais em seus direitos e deveres, independentemente de apresentarem diferenças.

As características físicas sempre foram o mote das relações interpessoais vez que mesmo antes de se tentar manter qualquer contato com o “outro” a estética exterior passava a ser o primeiro veículo de comunicação entre as pessoas. “Sempre que nos deparamos com uma interação social, ‘automaticamente’, tentamos encaixar a pessoa (ou a situação) em uma das tipificações ou categorias conhecidas. Interações sociais, principalmente primeiros contatos, são, portanto, situações de avaliação” (GLAT, 2006, p. 26).

Não raras vezes, o julgamento sobre a personalidade de uma pessoa passa indistintamente pela sua aparência física, corporal e gestual, sendo que em determinada época da história pensou-se que o caráter delinquente era determinado por essas características (Caracterologia)<sup>20</sup>, ou seja, a delinquência tinha um perfil, uma aparência e um comportamento visualmente detectável, e assim identificável.

Algumas situações, no entanto, passam despercebidas pela grande maioria das pessoas e somente se revelam quando um dos envolvidos na comunicação não consegue manter o canal de interlocução com o outro, e a comunicação que “[...] é a base desta ação recíproca, destas relações entre o homem e o homem” fica comprometida. (BERLO, 1975, p.20).

Glat (2006, p. 25) ressalta que esse fenômeno é um fator que se opõem à interação e integração das pessoas com deficiência, já que suas diferenças passam a ser tratadas como barreiras, e por que não dizer ameaças.

Tem sido apontado em diversas ocasiões que o estranho, o inesperado, o diferente, o excepcional, sempre chama a atenção e causa nas pessoas reações como curiosidade, espanto, surpresa, repulsão e até mesmo medo. Essas reações ocorrem porque tudo que é diferente, que não se encaixa nas nossas tipificações, que foge à norma – e é, portanto, anormal –, ameaça a nossa frágil estabilidade social.

---

<sup>20</sup> Caracterologia: teoria criada por Cesare Lombroso (1835-1909) para relacionar certas características físicas, tais como o tamanho da mandíbula, à psicopatologia criminal, ou a tendência inata de indivíduos sociopatas e com comportamento criminal.

Abre-se nesse caso um parêntese para expor aqui a questão da deficiência invisível, para não ser enfadonho ao chamar de silenciosa, que é aquela que atinge surdos e mudos, de uma maneira em geral, pois somente é detectável no momento em que se faz necessária a sua comunicação com o mundo que o rodeia.

### 3.1 As diversas formas de deficiência

O termo deficiência, nos remete à primeira vista, ao sentido de falta, incompletude, inexatidão, em relação ao que seria considerado para a maioria das pessoas e do senso comum como sendo o real, o natural ou o normal.

Deficiência, de origem etimológica do latim *deficienteia,æ* 'falta, enfraquecimento' segundo HOUAISS (2009, p. ) tem por significado:

*s.f.* (1661) **1** MED insuficiência ou ausência de funcionamento de um órgão <d. glandular> **2** PSIQ insuficiência de uma função psíquica ou intelectual <d. mental> <d. sensorial> **3** *p.ext.* perda de quantidade ou qualidade; falta, carência <d. de recursos> <d. de vitaminas> **4** *p.ext.* perda de valor; falha, fraqueza <há que suprir as d. da educação pública primária>.

O termo é, ainda, invariavelmente trocado por seu sinônimo “imperfeição” que tem conotação mais depreciativa, pois o sentido dessa é mais abrangente, em especial quando se quer qualificar ou determinar características de uma pessoa.

Tendo origem também no vernáculo latino, provindo de *imperfectio,ónis* 'o que não é perfeito', torna-se assim mais atrativo àqueles que pretendem dar ênfase ou distinção entre os indivíduos, pois embora se assemelhe à deficiência, aquela retrata a qualidade como algo que falte, o que na maioria das vezes não foi ocasionado pelo seu possuidor, já esse traz a alusão no sentido de que a qualidade existe e não é bem vista, não é perfeita.

Em HOUAISS (2009, p. 1053) encontramos ainda como sinônimos de imperfeição: achaque, aleijão, claudicação, claudicância, defeito, deficiência, desvirtude, eiva, falha, falta, fraqueza, inópia, irregularidade, jaça, labéu, mácula, mancha, manqueira, más, pecha, podres, senão, sombra, tacha, tara, tinha, vício.

Pode-se verificar que a variância dos dois termos pode indicar tanto mais quanto menos a intenção de se qualificar ou definir as pessoas.

Aduz-se ainda que o termo deficiência engloba tanto concepções de caráter físico-motoras como as de ordem psíquica, sensorial e funcional, diferenciando não as pessoas em si, mas sim as formas de deficiência que podem ser verificadas nessas.

A legislação brasileira em seu ordenamento jurídico vigente, Decreto Federal n. 3.298<sup>21</sup>, de 20 de dezembro de 1999, que foi alterado pelo Decreto Federal n. 5.296, de 02 de dezembro 2004<sup>22</sup>, traz em seus Artigos 3º e 4º, a definição para deficiência, deficiência permanente, incapacidade e “pessoa portadora de deficiência”.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano; (grifei)

II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004) (grifei)

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)
- e) saúde e segurança;

<sup>21</sup> Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

<sup>22</sup> Decreto Federal n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;
- V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

A regulamentação acima ocorreu depois de decorridos mais de 10 (dez) anos da promulgação da Lei Federal n. 7.853<sup>23</sup>, de 24 de outubro de 1989, e nesse lapso temporal as ações e iniciativas voltadas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência ficou marcada por ações pontuais de um ou outro ente federativo que buscou estender à essas pessoas com deficiência os direitos previstos naquele ordenamento, assim descritos:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito. (grifei)

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade. (grifei)

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (grifei)

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

[...]

II - na área da saúde:

[...]

III - na área da formação profissional e do trabalho:

[...]

IV - na área de recursos humanos:

[...]

V - na área das edificações:

[...]

Vê-se que o legislador ao definir as áreas prioritárias de desenvolvimento de ações e atividades de garantia dos direitos das pessoas com deficiência não pormenorizou aquelas voltadas à segurança pública. Isso, porém, não significa que essas não estejam inseridas no mesmo contexto normativo, por força do disposto nos § 1º e 2º do Artigo 1º e “Caput” do Artigo 2º da lei. Contudo, em alguns casos, essa previsão legal tem passado a despercebido.

<sup>23</sup> Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Cabe ainda fazer um parênteses para o disposto no Art. 17<sup>24</sup> da mencionada lei que objetivou buscar subsídios com base em informações censitárias da população brasileira com deficiências no censo de 1991 e nos seguintes, para melhor dinamizar e parametrizar futuras políticas públicas de integração e inclusão social.

Pode-se destacar, no cenário normativo de ações voltadas à inclusão das minorias vulneráveis, as ações do governo do Estado de Minas Gerais, que já nos idos do ano de 1991, incluía no rol de suas normas reguladoras um dispositivo legal que garantia o acesso de pessoas com deficiência aos diversos tipos de serviços públicos prestados pelo Estado, sem qualquer distinção ou prioridade.

A Lei Estadual n. 10.379, de 21 de julho de 1991, tratou de reconhecer no Estado de Minas Gerais a Libras como forma de comunicação objetiva e corrente, não trazendo qualquer diferenciação de seu uso entre as pessoas com ou sem deficiência de quaisquer natureza, o que até hoje se mostra como uma posição de vanguarda, por não fazer diferenciação entre a Libras e Língua Portuguesa Oral e Escrita, sem contudo sobrepujar a primeira e detrimento da segunda, e por ter sido o primeiro ente federativo a fazê-lo.

Prevê a mencionada lei que:

Art. 1º- Fica reconhecida oficialmente, pelo Estado de Minas Gerais, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - Libras - e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente.

Art. 2º- Fica determinado que o Estado colocará, nas repartições públicas voltadas para o atendimento externo, profissionais intérpretes da língua de sinais.

Art. 3º- Fica incluída no currículo da rede pública estadual de ensino estendendo-se aos cursos de magistério, formação superior nas áreas das ciências humanas, médicas e educacionais, e às instituições que atendem ao aluno portador de deficiência auditiva, a Língua Brasileira de Sinais. (grifei)

Pode-se ver, ainda, que a mencionada lei criou duas obrigações relacionados à prestação de serviços públicos, com vistas ao atendimento e inclusão das pessoas com deficiência auditiva.

Em primeiro lugar, a determinação da existência de profissionais intérpretes da Libras nas repartições públicas de atendimento externo ao público, e, em segundo, a inclusão da Libras na grade curricular da rede pública de ensino, e sua extensão até os cursos de nível superior nas áreas humanas, médicas e educacionais.

---

<sup>24</sup> Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subseqüentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

Todavia, passados 20 (vinte) anos de sua promulgação, suas proposições ainda não surtiram os efeitos esperados, sendo raros os casos em que essas pessoas tem acesso àqueles serviços em razão da impossibilidade de comunicação com os agentes dos órgãos prestadores dos serviços, que não possuem o preparo adequado para se comunicar com elas, e nem os educandários oferecem de forma integralizada a Libras como disciplina corrente em sua grade curricular.

### **3.2 As deficiências por tipo no Brasil**

Partindo-se do disposto na Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, os censo demográficos de 1991, de 2000 e de 2010 foram elaborados com questões voltadas para o conhecimento da realidade da população com deficiência residente no país, suas características de moradia, ensino, renda, e outros, possibilitando melhor conhecimento da vida dessas minorias vulneráveis.

As informações do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010 com relação à situação das características da população brasileira ainda estão em fase de consolidação dos dados com previsão do início da divulgação das informações a partir do mês de março do ano de 2011<sup>25</sup>, e em razão desse fato serão expostos os dados coletados no censo de 2000 que estão disponíveis no próprio site daquele Instituto.

Segundo as informações obtidas pelos dados do IBGE<sup>26</sup> o censo de 1991 pesquisou as características da população brasileira, com o quesito sobre a existência ou não de deficiência, e quanto às deficiências consideradas como graves: cegueira, surdez e mudez. Já em 2000 o rol de quesitos foi ampliado para abranger situações relacionadas à limitação de atividades, bem como permitir distinguir os graus de incapacidade de enxergar, ouvir e locomover-se, segundo os critérios da International Classification of Functioning, Disability and Health – ICF 2001 (Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde – CIF).

---

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/calendarioresul.php>>

<sup>26</sup> Estudos & Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica n. 13 – Tendências Demográficas – **Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000**. IBGE, Rio de Janeiro, 2004.

Em relação à deficiência mental foram utilizados pelo IBGE os seguintes parâmetros:

Como deficientes mentais, foram definidas as pessoas com retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se caracteriza por dificuldades ou limitações intelectuais associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, autodeterminação, cuidados com saúde e segurança, aprendizagem, lazer, trabalho, etc. (IBGE, 2004)

Pelos dados do Censo 2000, havia no Brasil 169.872.856 de habitantes dos quais 24.600.256 declararam possuir algum tipo de deficiência, o que representava 14,48% da população total do país, sendo que “a maior proporção se encontrava no Nordeste (16,8%) e a menor, no Sudeste (13,1%)”. (IBGE, 2004)

**TABELA 1**  
**População residente por tipo de deficiência – Brasil (2000)**

Tipo de deficiência	População residente
Auditiva	5.735.099
Física	1.416.060
Mental	2.844.937
Motora	7.939.784
Visual	16.644.842

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000  
(dados trabalhados pelo autor)

A cegueira total ou parcial e a dificuldade permanente de enxergar era a deficiência que mais acometia a população atingindo 16.644.842 de pessoas, e em dados percentuais representava 67,66% dos casos de deficiências registrados, e 9,80 % da população total. Uma das conclusões para o fenômeno se dava ao fato de que a perda da visão é uma das consequências do envelhecimento das pessoas, já que com o passar dos anos a acuidade visual vai gradativamente diminuindo, processo que atinge a população brasileira.

A dificuldade de caminhar ou subir escadas (locomoção incluída nesse censo) acometia 7.939.784 de pessoas, perfazendo 32,28% dos registros de deficiências e ao todo 4,67% da população.

Em terceira posição como deficiência que mais acometia a população aparecia surdez (parcial ou total) e a dificuldade permanente em ouvir com 5.735.099 pessoas e representando 23,31% casos registrados, e ao todo 3,38% da população total.

Outras informações importantes foram apuradas no censo, segundo informações do próprio IBGE.

Em 2000, existiam 148 mil pessoas cegas e 2,4 milhões com grande dificuldade de enxergar. Do total de cegos, 77.900 eram mulheres e 70.100, homens. A região Nordeste, apesar de ter população inferior ao Sudeste, concentrava o maior número

de pessoas cegas: 57.400 cegos no Nordeste contra 54.600 no Sudeste. São Paulo é o estado com o maior número de cegos (23.900), seguido da Bahia (15.400). O número de surdos no Brasil era de 166.400, sendo 80 mil mulheres e 86.400 homens. Além disso, cerca de 900 mil pessoas declararam ter grande dificuldade permanente de ouvir. Entre os estados, Roraima tem o menor número de surdos (191 pessoas). (IBGE, 2004)

Pode-se aduzir dos dados acima que grande parcela da população é acometida por algum tipo de deficiência, seja em maior ou menor grau, e que no caso das deficiências visual (cegueira) e auditiva (surdez) há uma inversão de valores quando comparados aos casos extremos de cada uma (cegueira completa ou total e surdez profunda ou anacusia).

A Cegueira foi registrada em 148.000 pessoas (0,89% do total de ocorrências para a deficiência visual) e a Surdez apresentou 166.400 registros (2,90% do total de ocorrências para a deficiência auditiva). Ou seja, tanto numericamente, quanto proporcionalmente, em relação à cada deficiência de *per si*, há mais surdos do que cegos no Brasil.

Em Minas Gerais o mesmo censo apurou que havia 2.667.709 de pessoas que apresentavam pelo menos uma deficiência, sendo que desse total 662.900 apresentavam incapacidade ou alguma ou grande dificuldade de ouvir.

Destaca-se que, à exemplo do que foi apurado com relação ao País, no Estado a incapacidade ou alguma ou grande dificuldade de ouvir foi a terceira deficiência em número de registros, apresentando registros menores que a dificuldade de caminhar ou subir escadas com 930.024 registros e a incapacidade ou alguma ou grande dificuldade de enxergar com 1.704.051 registros.

### **3.3 O surdo, o mudo e o surdo-mudo**

Os termos surdo, mudo e surdo-mudo, são expressões de conhecimento de grande parcela da população, porém os seus significados são distintos e remetem a situações e ações de comportamento diferentes por parte das pessoas sem deficiência ao relacionarem-se com aqueles.

Um dos grandes erros das pessoas sem deficiência ao tratarem com pessoas que possuam deficiências fonadoras e/ou auditivas é tentar fazer com que o surdo ouça (falando alto, ao ponto de gritar) ou que o mudo fale (fazendo gestos manuais e expressões faciais desconexas na tentativa de oralizar quem não pode falar), criando com isso mais entrave para

o desenvolvimento de uma comunicação, pois gritos não fazem o surdo ouvir e mímicas não fazem o mudo falar, causando desconforto e constrangimento à essas pessoas.

O termo surdo, tem sua etimologia no latim *surdus, a, um* 'que não ouve, insensível, silencioso etc.' e segundo HOUAISS (2009, p. 1794) significa:

*adj.s.m.* (sXIII) **1** que ou quem não ouve ou ouve pouco, não tem ou perdeu a audição; mouco **2** *p.ext.* que ou quem não quer ouvir, prefere ignorar *adj.* **3** pouco sonoro, pouco audível <ruído s.> **4** *fig.* que não demonstra empatia ou solidariedade; indiferente, insensível, impassível <s. a qualquer apelo> **5** *fig.* feito sem ruído, em silêncio, em segredo ou na surdina <uma guerra s.> <dominava-o uma s. curiosidade> <uma s. campanha de difamação> **6** *fig.* sem brilho; fosco <tinta s.> **7** FON em cuja articulação as pregas vocais não vibram, por estarem semiabertas, inexistindo a produção de ondas sonoras de origem laríngea (diz-se de som vocal, p.ex., [p], [t], [f], [s] etc.); não sonoro **8** MAR que não é de laborar, não tem roldanas (diz-se de poleame) **às s.** sem rumor, na surdina.

Interessa ao estudo o primeiro significado, e atrelado a esse o significado de surdez, que é “\ê\ s.f. (1661) característica ou condição do que é surdo; insurdescência 1 ausência, perda ou diminuição considerável do sentido da audição”. (HOUAISS, 2009, p. 1794)

Ante os conceitos expostos, vê-se que a falta da capacidade de ouvir, ou a capacidade reduzida de audição é que definem o indivíduo surdo. Ocorre, porém, que em razão dos vários graus de incapacidade auditiva (surdez) existentes há uma diversidade muito grande de grupos de pessoas com essa deficiência, fazendo com que essa população não seja homogênea, e em face disso exista vários subgrupos na cultura surda<sup>27</sup>, que também é formada por aquelas pessoas com compartilham a vivência com os surdos, parentes, amigos e professores.

Essa dificuldade ou incapacidade de ouvir faz com que o surdo seja um indivíduo diferente dos demais, em razão do fato de que o seu mundo é privado dos sons, e com isso não pode ele se comunicar com as pessoas da forma costumeiramente usada pela maioria hegemônica da população que é a oralidade da fala. A linguagem do surdo é visual-motora, ou seja, ele fala e ouve por meio da visão, dos sinais e das expressões do corpo. Cabe lembrar que a audição compõe um dos sentidos<sup>28</sup> do ser humano e sua privação remete à necessidade de superação desse limite imposto pelo próprio corpo, bem como os outros desafios da vida impostos pela sociedade.

<sup>27</sup> Cultura surda é a maneira de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais. STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2ª Ed. Florianópolis. Editora UFSC. 2009.

<sup>28</sup> O corpo humano possui 05 (cinco) sentidos: audição, visão, olfato, tato e paladar.

O termo mudo tem sua etimologia no latim *mutus, a, um* 'id.' e de acordo com HOUAISS (2009, p. 1326) significa:

*adj.s.m.* (sXIII) **1** que ou quem não fala, não tem ou perdeu a capacidade de falar  
*adj.* **2** que não quer falar, emitir sua opinião em determinada circunstância  
 <acompanhou, m., o desfecho daquela união> **3** que não se acompanha de palavras  
 <fez-lhe uma homenagem m.> **4** que não tem expressão verbal; oculto, secreto  
 <suportava a dor m. da traição> **5** emudecido momentaneamente por forte emoção  
 <m. de pavor> **6** impossibilitado de emitir som temporária ou permanentemente <o rádio está m.>

Pode-se verificar que o termo é relacionado ao ato de exprimir voz por meio da fala, o que não significa que a pessoa tenha perdido ou não possua um dos sentidos do corpo humano, já que a sensação do paladar não é afetada por quem é mudo. Assim, a situação do mudo é mais contornável do que a do surdo, vez que por meio da audição pode ser participante ativo da vida cotidiana da sociedade sem a necessidade de grandes intervenções para o seu desenvolvimento, pois a forma de comunicação comumente difundida é a oralidade.

Por fim, o termo surdo-mudo designa “que ou aquele que é, ao mesmo tempo, surdo e mudo”, ou seja, não possui o sentido da audição e também não tem a capacidade de exprimir a voz por meio da fala. (HOUAISS, 2009, p. 1794)

A situação disposta acima é rara de ser encontrada e diagnosticada, encerrando em caso de multideficiência. Porém, conforme explica Gesser (2009, p. 55-56), geralmente, os surdos podem ser oralizados<sup>29</sup>, ou seja, exprimir a fala por meio voz:

Os surdos que têm a perda auditiva profunda<sup>30</sup> podem (se assim desejarem!) produzir fala inteligível: basta estarem com seu aparato vocal intacto. A prova disso é o grande número de surdos que falam a língua majoritária oral, por exemplo. Para tanto, é necessário treinamento junto aos profissionais de fonoaudiologia. O grande problema herdado da filosofia oralista é o efeito colateral que se instaurou na comunidade surda, ou seja, o sentimento de indignação, frustração, opressão e discriminação entre usuários dos sinais, um vez que, durante as sessões de fala e treinos repetitivos pregados pelo oralismo do passado, a língua de sinais foi banida e rejeitada em prol do uso exclusivo da língua oral.

Ante esses conceitos e suas diferenças vê-se que a importância de se usar os termos adequados em face das situações que envolvam pessoas com deficiência se mostra nos dias atuais mais do que oportuna.

<sup>29</sup> Oralização é um treinamento, com orientação de fonoaudiólogos, para que uma pessoa surda possa produzir os sons vocais da língua oral. Essa prática é realizada juntamente com a prática de leitura labial. (GESSER, 2009, p. 22)

<sup>30</sup> O termo perda auditiva profunda não é mais utilizado na legislação brasileira desde o advento do Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, significava a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis acima de 91 decibéis (dB).

O termo *deficiente auditivo* elaborado para designar pessoas surdas, embora tenha a conotação de ser politicamente correto, não deve ser usado conforme aponta SASSAKI (2002), ao dizer que:

Usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente evitados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que aproximadamente 14,5% da população brasileira possuem.

[...]

O maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato de os conceitos obsoletos, as ideias equivocadas e as informações inexatas serem inadvertidamente reforçados e perpetuados.

Vê-se com isso, que o termo para a deficiência é surdez e a pessoa por ela acometida é surdo, e deve ser assim nominado ou denominado.

Esse também é o sentimento de Laborit<sup>31</sup> (1994, *apud* Gesser, 2009, p. 46), ao afirmar que:

Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta, é a sociedade que me torna excepcional.

Enfim, pode-se perceber que o tratamento a ser dado é o de reconhecer a deficiência por si como deficiência, e não usar-se de fórmulas criadas por cientistas sociais e políticos por meio termos denominados de “politicamente corretos”.

Deve-se ter em mente que uma simples mudança de terminologia, para definir uma ou outra deficiência, não irá fazer com que as pessoas por elas acometidas sejam mais ou menos incluídas na sociedade hegemônica dos *sem deficiência*, o surdo não deixa de ser surdo se passar a ser tratado como deficiente auditivo.

Strobel (2009, p. 26) ao falar dessa necessidade de diferenciação por parte dos ouvintes em relação ao surdo, e de tentar dar-lhe definições ressalta que:

Dentro do povo surdo, os sujeitos surdos não se diferenciam uns dos outros de acordo com o grau de surdez, mas o importante para eles é o pertencimento ao grupo usando a língua de sinais e cultura surda, que ajudam a definir as suas identidades surdas.

Nessa toada, que se trate o surdo da maneira como ele quer e deve ser tratado, como surdo, já que não é doente ou portador de doença e sim uma pessoa com uma deficiência, ou ainda, uma diferença.

---

<sup>31</sup> LABORIT, Emmanuelle. *O voo da gaivota*. São Paulo. Editora Best Seller. 1994.

### 3.4 Inclusão Social

O sentido de inclusão já foi tratado na Seção anterior na subseção 2.1 e quer dizer fazer parte, inserir, introduzir.

Inclusão, muito embora tenha por significado inserir, tem nos dias de hoje um conceito diferente de inserção. O primeiro é mais abrangente, pois busca tratar todos os integrantes de um determinado grupo de forma isonômica, já no segundo há apenas a inserção de mais um integrante no grupo, não se garantido a ele a igualdade de tratamento em relação aos demais membros do grupo.

No mesmo sentido, o termo “Inclusão Social” tem em seu significado a abrangência da prestação dos serviços públicos, a disponibilidade dos bens públicos e a garantia dos direitos sociais a todos os indivíduos da população de forma igualitária.

Inclusão social é “o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (SASSAKI, 2003).

Ante o exposto, vê-se que a inclusão social deve atingir a todos, e em especial as pessoas com deficiências, em razão das peculiaridades na forma de atendimento à essas pessoas, possibilitando-lhes participar de forma efetiva da evolução da sociedade, bem como das atividades econômicas e políticas, respeitando-se os seus direitos em todas as esferas do poder público.

O quadro abaixo foi elaborado pela Escola de Gente – Comunicação em Inclusão, que o publicou no Manual Mídia Legal e é apresentado em VEET VIVARTA (2003, p. 21) apontando as diferenças entre os termos “inclusão” e “integração”.

**QUADRO 1 - Diferenças entre os termos "inclusão" e "integração"**

(continua)

<b>Integração e Inclusão: principais diferenças*</b>	
<b>Inclusão</b>	<b>Integração</b>
Inserção total e incondicional (crianças com eficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular)	Inserção parcial e condicional (crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para poderem freqüentar escolas ou classes regulares)
Exige rupturas nos sistemas	Pede concessões aos sistemas
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem “ganha” mais; todas ganham)	Mudanças visando prioritariamente as pessoas com deficiência (consolida a idéia de que elas “ganham” mais)
Exige transformações profundas	Contenta-se com transformações superficiais

**QUADRO 1 - Diferenças entre os termos "inclusão" e "integração"**

(conclusão)

<b>Integração e Inclusão: principais diferenças*</b>	
<b>Inclusão</b>	<b>Integração</b>
Sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos	Pessoas com deficiência se adaptam as realidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes
Defende o direito de todas as pessoas, com e sem deficiência	Defende o direito das pessoas com deficiência
Traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para todos	Insere nos sistemas os grupos de “excluídos que provarem estar aptos” (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão)
Valoriza a individualidade das pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos etc.)	Como reflexo de um pensamento integrador citamos a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (ex: surdos se concentram melhor; cegos são bons massagistas, etc.)
Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais	Tende a disfarçar as limitações para aumentar as chances de inserção
Não se caracteriza apenas pela convivência de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente	A simples presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador
A partir da certeza de que todos somos diferentes, não existem “os especiais”, “os normais”, “os excepcionais” – o que existe são pessoas com deficiência	Incentiva pessoas com deficiência a seguir modelos, não valorizando, por exemplo, outras formas de comunicação, como a Libras. Seríamos então um bloco majoritário e homogêneo de pessoas sem deficiência, rodeada pelas que apresentam diferenças
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo etc.)	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas às pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora etc.)

Fonte: VEET VIVARTA, 2003, p. 21

Percebe-se que “incluir” quer dizer não só garantir o acesso da pessoa com deficiência a determinado ambiente, mas também oferecer a ela todo tipo de mecanismo para que seja parte integrante deste ambiente, participando ativamente das atividades ali desenvolvidas, das decisões, do espaço compartilhado de uma forma igualitária.

Como explica Leite (2005) o primeiro esforço no sentido de se tutelar os direitos individuais em contraponto às arbitrariedades do Estado tem por marco a Lei das XII Tábuas que consagrava a liberdade, a propriedade e proteção dos direitos do cidadão.

Desde aquele tempo muitas evoluções ocorreram na tentativa de assegurar às pessoas um mínimo de direitos e garantias, e como delinea Leite (2005) o marco para a definição do que hoje se define por direitos fundamentais da pessoa humana tem por origem a *Magna Carta Libertatum*, de 15 de junho de 1215, assinada na Inglaterra por John Lackland, ou como muitos definiram “João Sem Terra”.

A consolidação final desses direitos e garantias a todos os indivíduos, de forma indistinta, e o acesso aos serviços públicos, bens públicos e direitos sociais se deu com A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, que dispõe sobre os direitos que valem para todos, isto é, os chamados direitos humanos ou da cidadania:

Artigo 1

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. (grifei)

Artigo 2

Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (grifei)

[...]

Artigo 21

I) Todo o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

II) Todo o homem tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. (grifei)

III) A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo 22

Todo o homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade. (grifei)

Assim, ao se falar em inclusão social deve-se ter em mente todos os indivíduos, sem exceção, e por que não dizer com maior grau de inferência às pessoas que fazem parte de minorias e grupos vulneráveis, nele incluídas as pessoas com deficiência. Partindo-se desse conceito, essas pessoas precisam estar incluídas no meio social mediante a adaptação da sociedade às suas necessidades e peculiaridades específicas.

O modelo da inclusão das pessoas com deficiência e necessidades especiais descrito na Constituição Federal de 1988 apresenta os seguintes princípios: 1) A aceitação das diferenças individuais; 2) a valorização de cada pessoa; 3) a convivência dentro da diversidade humana; 4) a aprendizagem através da cooperação; e, 5) o direito de pertencer.

O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos quanto ao direitos do indivíduos prescreve:

[...]

Artigo 26.º - Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação, a igual protecção da lei. A este respeito, a lei deve proibir todas as discriminações e garantir a todas as pessoas protecção igual e eficaz contra toda a

espécie de discriminação, nomeadamente por motivos de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de propriedade, de nascimento ou de qualquer outra situação. (grifei)

Artigo 27.º - Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não devem ser privadas do direito de terem em comum com os outros membros do seu grupo, a sua própria vida cultural, de professar e de praticar a sua própria religião ou de empregar a sua própria língua. (grifei)

A diversidade de casos de deficiência impinge ao gestor público o dever de criar meios que possibilitem a essas minorias desfrutar dos serviços públicos, bem como de ter à sua disponibilidade formas de acesso aos bens públicos de uso comum.

Não pode a falta de meios e formas de comunicação por parte do ente público ser uma barreira ao acesso a esses serviços por parte das pessoas com deficiência, em especial aqueles que não se comunicam por meio da língua falada, notadamente os surdos e mudos.

Dispõe a Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas de 1992, que:

Art. 1º

1. Os Estados protegerão a existência e a identidade nacional ou étnica, cultural, religiosa e linguística das minorias dentro de seus respectivos territórios e fomentarão condições para a promoção de identidade. (grifei)
2. Os Estados adotarão medidas apropriadas, legislativas e de outros tipos, a fim de alcançar esses objetivos.

Art. 2º

1. As pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas (doravante denominadas “pessoas pertencentes a minorias”) terão direito a desfrutar de sua própria cultura, a professar e praticar sua própria religião, e a utilizar seu próprio idioma, em privado e em público, sem ingerência nem discriminação alguma. (grifei)
2. As pessoas pertencentes a minorias tem o direito de participar efetivamente na vida cultural, religiosa, social, econômica e pública.
3. As pessoas pertencentes a minorias terão o direito de participar efetivamente nas decisões adotadas em nível nacional e, quando cabível, em nível regional, no que diz respeito às minorias a que pertençam ou as regiões em que vivam, de qualquer maneira que não seja incompatível com a legislação nacional. (grifei)

[...]

Art. 4º

...

3. os Estados deverão adotar as medidas apropriadas de modo que, sempre que possível, as pessoas pertencentes a minorias possam ter oportunidades adequadas para aprender seu idioma materno ou para receber instruções em seu idioma materno. (grifei)
4. os estados deverão adotar quando apropriado, medidas na esfera da educação, a fim de promover o conhecimento da história, das tradições, do idioma e da cultura das minorias em seu território. As pessoas pertencentes a minorias deverão ter oportunidades adequadas de adquirir conhecimentos sobre a sociedade em seu conjunto. (grifei)

[...]

A diversidade da espécie humana pode ser representada por origem nacional; gênero; religião e cultura religiosa; orientação sexual; raça, cor e etnia; orientação política e filosófica; idade; e, deficiência. Em muitas das vezes os indivíduos da sociedade utilizam esses atributos pessoais e sociais para separar e segregar as pessoas. Essas particularidades e peculiaridades não podem constituir-se em barreiras para a interação humana e o relacionamento entre os povos.

Assim, a linguagem e a forma de expressão de um povo ou de uma minoria não podem ser objetos de discriminação, exclusão ou segregação, aqui incluída a língua de sinais dos surdos, e no caso do nosso país a Libras.

Nesse sentido, foi realizada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foram ratificados pelo Brasil como documento de direito internacional pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008, conforme o previsto no § 3º do art. 5º da Constituição, e promulgado pelo Decreto n. 6.949, de 25/08/2009, e dispõe:

#### Artigo 1

##### PROPÓSITO

O propósito dessa Convenção é promover, proteger e assegurar o gozo completo e igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência e promover o respeito da sua dignidade inerente. (grifei)

#### Artigo 2

##### DEFINIÇÕES

Para a finalidade da presente Convenção:

"Comunicação" inclui comunicação oral, comunicação usando linguagem de sinais, Braille e comunicação tátil, publicações para baixa visão, áudio, multimídia acessível, leitura humana e outros modos alternativos ou aumentativos de comunicação, incluindo informação acessível e tecnologia de comunicação. (grifei)

"Deficiência" / "Pessoas com deficiência"

"Discriminação em razão da deficiência" significa qualquer distinção, exclusão ou restrição em razão da deficiência, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar ou anular o reconhecimento, apreciação ou exercício, com base na igualdade, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais na área política, econômica, social, cultural, civil ou qualquer outra área. Inclui todas as formas de discriminação, incluindo a negação de acomodações com adaptações adequadas (e discriminação direta ou indireta).

"Língua" inclui comunicação oral e linguagem de sinais e outras formas de linguagem não falada. (grifei)

"Leis Nacionais de aplicação geral" significa leis que se aplicam para a sociedade em geral, e que não se diferenciam a respeito de pessoas com deficiência. "Leis Nacionais e procedimentos de aplicação geral" e "leis nacionais, costumes e tradições de aplicação geral" devem ter o mesmo sentido, mutatis mutandi (com as devidas alterações).

"Adaptação Adequada" significa modificações e ajustes necessários e apropriados sem impor uma carga desproporcional, quando for necessitado em um caso específico, para assegurar às pessoas com deficiência a apreciação e exercício, em condição de igualdade com outros, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. (grifei)

#### Artigo 3

...

(c) Inclusão e participação plena e efetiva na sociedade; (grifei)

[...]

Artigo 14

LIBERDADE E SEGURANÇA DA PESSOA

1. Estados Parte assegurarão que pessoas com deficiência, em bases iguais as outras pessoas:

(a) Desfrutem do direito de liberdade e segurança da pessoa; (grifei)

...

2. Estados Parte assegurarão que se pessoas com deficiência, privadas de sua liberdade através de qualquer processo, tenham o direito, em igualdade de condições com os outros, intituladas as garantias de acordo com a lei internacional de direitos humanos, e deverão ser tratadas conforme os objetivos e princípios desta Convenção, incluindo providenciar as adaptações adequadas. (grifei)

Vê-se, do exposto, que extinguir a noção de preconceito e suas formas de manifestação é um ideário a ser atingido, buscando-se o reconhecimento das diferenças e da autodeterminação dos povos para a formação de um mundo igualitário.

### 3.5 Os serviços públicos e as pessoas com deficiência

A legislação brasileira preocupou-se em garantir às pessoas com deficiência acesso igualitário e isonômico aos serviços públicos e o acesso aos bens públicos de uso comum. Dessa forma, aos serviços de segurança pública também devem ser disponibilizados à elas com efetividade, eficiência e eficácia.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988 (CF/88), definiu em seu Art. 6º os direitos sociais fundamentais dos indivíduos residentes no Brasil, quais sejam: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Quanto aos serviços públicos que o Estado deve ser o responsável pela disponibilização à população, cabe aqui fazer uma primeira distinção entre esses serviços, já que alguns embora sejam públicos não necessitam necessariamente serem prestados diretamente pelo Estado, podendo o ser por agências concessionárias do serviço, como é o caso da Educação.

Contudo, há alguns serviços que somente podem ser ofertados pelo Estado, não se permitindo a sua concessão a quem quer que seja, nos quais se incluem todos os serviços atinentes ao Poder de Polícia, onde está incluída ação da Polícia Militar por ser o órgão

integrante do sistema de defesa social responsável pela polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

Como explica Melo (2001, *apud* MODESTO; MENDONÇA, 2001, p. 31)

Segue-se que para evocar no espírito uma dada individualidade é preciso que “serviço público” seja locução designativa de uma *certa e específica atividade* e não de toda e qualquer atividade administrativa. Logo, deverá estar reportada a algo distinto, por exemplo, das limitações administrativas à liberdade e à propriedade, que se convencionou chamar de poder de polícia:[...]

Esse poder que é inerente aos agentes públicos é assim definido pelo Art. 78 do Código Tributário Nacional<sup>32</sup>

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (Redação dada pelo Ato Complementar nº 31, de 28.12.1966)

Parágrafo único. Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

Nota-se que essa faculdade deve ser cumprida somente dentro dos estritos parâmetros da lei, sob pena de responsabilidade em caso de excessos ou abusos.

Já no Art. 99 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, estão dispostos todos os bens públicos aos quais todos os indivíduos, sem distinção, tem direito a acesso e usufruto, assim definidos:

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Vê-se, então, que o Estado deve cumprir com as suas obrigações na satisfação desses anseios, adequando suas formas de atendimento às necessidades das pessoas com deficiência, não de forma exclusiva, mas sim como garantia ao acesso a esses serviços.

<sup>32</sup> Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Mas é evidente que a deficiência exige uma atenção maior por parte do Poder Público; atenção essa que se traduz no respeito à dignidade humana e aos direitos dos portadores de necessidades especiais. Deve, portanto, o Estado promover políticas educacionais e de integração social que permitam aos deficientes ingressar no processo social, interagindo com a comunidade. Assim, é função do Estado, por meio de seus órgãos de fiscalização, exigir o cumprimento das normas que garantem as prerrogativas dos portadores de deficiência, assegurando, por exemplo, a possibilidade de inclusão educacional, o respeito à reserva de mercado, a eliminação de barreira arquitetônicas, o atendimento à saúde, ao transporte dentre outras situações. (BOLONHINI JÚNIOR, 2004, p. 37).

Entende-se, com isso, que o próprio deficiente não quer ser visto com diferença, mas sim necessita de um tratamento diferente, adequado à sua realidade e às suas necessidades, para que possa usufruir dos mesmos benefícios dos demais cidadãos. Há de se observar no caso em questão, o fato de ser o próprio Bolonhini Júnior pessoa com deficiência visual adquirida.

O que se percebe é que em algumas áreas do serviço público essa situação já se mostra em operacionalização. É o caso da Educação inclusiva e dos serviços de saúde pública, no primeiro com a formação de educadores capazes de transmitir conhecimentos, tanto às crianças sem deficiência quanto àquelas com deficiência, e no segundo por meio da capacitação dos profissionais de saúde aptos a atenderem pessoas com e sem deficiência.

Porém, em alguns casos como é o da segurança pública, e em especial a Polícia Militar, as ações ainda não tiveram o avanço esperado para a garantia desse direito de acesso aos serviços de emergência policial às pessoas com deficiência fonadora e auditiva.

É nesse ambiente que se mostra propício a ação da Polícia Militar na garantia desse direitos à essas pessoas, evoluindo suas formas de atendimento e buscando o atendimento de todos.

Como enfatiza Leite (2005) “a ação da Polícia Militar deve ter por foco o cidadão de bem e suas necessidades, com viés voltado ao amparo, o socorro e a prevenção, e não somente no desenvolver de ações repressivas direcionadas aos criminosos”.

Dessa assertiva aduz-se que para se atingir aqueles ideários necessário se faz que os policiais militares sejam devidamente capacitados a atender, ainda que minimamente, a todos sem distinção.

## 4 A LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais – Libras – foi reconhecida oficialmente como meio legal de comunicação e expressão pela Lei Federal n. 10.436<sup>33</sup>, de 24 de abril de 2002, contudo seu histórico e denominação são mais antigos, e muito antes daquela data já era utilizada como forma de comunicação entre ouvintes e surdos do Brasil.

O Termo Libras que designa a língua de sinais brasileira tem por origem os modelos e métodos pedagógicos de ensino desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)<sup>34</sup> na Educação de Surdos e foi estabelecido em Assembleia pela Federação Nacional para Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)<sup>35</sup>, no ano de 1993 (ROCHA, 2007). Anteriormente a língua de sinais brasileira era conhecida como Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros (LSCB)<sup>36</sup>.

Há que se esclarecer que, há no país uma outra língua de sinais, e que possivelmente seja mais antiga que a Libras, criada e usada pela Tribo dos índios Urubu-Kaapor<sup>37</sup> residente na floresta amazônica brasileira, no Estado do Maranhão, e “[...] que constitui a primeira expressão de bilinguismo autêntico nacional, já que os índios utilizam tanto a língua oral como a de sinais no seu cotidiano”. (BRITO, 1993, *apud* RAMOS, 1995, p. 26)

Segundo relata (GESSER, 2009):

A linguagem de sinais passou a ter o status de língua na década de 1960 quando Willian C. Stokoe Júnior<sup>38</sup> iniciou estudos sobre a linguagem de sinais americana ao descrever os níveis fonológicos e morfológicos da língua americana de sinais e apontar os parâmetros estruturais que compõem os sinais e foi posteriormente adaptado e acrescido por Robin Battison (1974) e por Edward S. Klima & Ursulla Bellugi (1979).

Brito (2004) destaca que a Libras como toda língua possui uma estrutura gramatical, fonética, morfológica, sintática e semântica, variando, contudo, de região para

<sup>33</sup> Lei Federal n. 10.436, de 24/04/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

<sup>34</sup> INES – Instituto Nacional de Educação dos Surdos fundado em 1857, na cidade do Rio de Janeiro por intermédio do Imperador Dom Pedro II, teve inicialmente o nome de Collégio Nacional para Surdos-Mudos.

<sup>35</sup> FENEIS – Federação Nacional para a Educação e Integração dos Surdos foi instituída em data de 16 de maio de 1987, em Assembleia Geral, com a alteração do antigo nome Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo criada em 1977.

<sup>36</sup> A denominação foi dada por estudiosos e linguistas da época, já que era uma forma de linguagem usada pelos surdos que residiam nos centros urbanos do país, e como não era regularizada apresentava inúmeras variações. (BRITO, 1993)

<sup>37</sup> Língua de Sinais Urubu-Kaapor (LSUK)

<sup>38</sup> Jr., W. C. Stokoe. *Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf*. Bufallo, New York. 1960.

região, já que como a língua falada possui os seus regionalismos<sup>39</sup> (língua coloquial) a língua de sinais também possui uma alternância de significado para os seus sinais de uma localidade para outra.



**FIGURA 4 – Quatro variações da palavra Espanha na Libras**

Fonte: CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001, p. 608-609 (Adaptado pelo autor)

As línguas de sinais possuem uma estrutura própria, são divididas como toda língua com base em estruturas mínimas (pares mínimos), e com isso a complementação da significância dos sinais (assim como as letras sozinhas não traduzem nenhuma informação) será formada pelos demais parâmetros de definição língua, e serão tanto mais ou tanto menos inteligíveis quanto for o nível de conhecimento dos interlocutores.

<sup>39</sup> s.m. (1899) [...] 4 ling. palavra ou locução (dialetismo vocabular) ou aceção (dialetismo semântico) privativa de determinada região dentro do território onde se fala a língua 4.1 lit caráter do texto literário que se baseia em costumes e tradições regionais, e que tem como uma de suas características o uso de linguagens locais. (HOUAISS, 2009, p. 1635)

Strobel (2009) resume essa diferenciação ao dizer que “a língua de sinais do Brasil não pode ser estudada tendo como base a língua portuguesa, porque ela tem gramática diferenciada, independente da língua oral”.

Da mesma forma que não existe uma língua oral universal, não existe uma língua de sinais que seja universal, o que não quer dizer que não haja um movimento da comunidade surda mundial nesse sentido. Assim como ocorre com a difusão da língua inglesa como segunda língua oral pela comunidade mundial, a comunidade surda mundial ciente dessa carência criou no ano 1951 uma Língua Internacional de Sinais denominada de Gestuno<sup>40</sup> como forma de possibilitar aos surdos de todo o mundo comunicarem entre si, de forma indistinta, independente de qualquer naturalidade, criando-se uma cultura linguística de sinais de caráter internacional.

Ressalta-se que há uma certa similaridade semântica entre línguas de sinais que possuem a mesma origem, como é caso da Libras e da Língua Americana de Sinais (ASL) que possuem origem na língua francesa de sinais<sup>41</sup>, o que porém não garante uma universalidade e uma uniformidade nos sinais e seus significados entre elas, mas possibilita uma maior facilidade de aprendizado por parte dos surdos ao se comunicarem em um país de língua estrangeira.

Os parâmetros (fonológicos e morfológicos) para a formação dos léxicos linguísticos da Libras, assim como na ASL, são os seguintes: *Configuração da mão (CM)*, *Orientação da mão (O)*, *Locação (L)*, *Movimento (M)* e *Expressões faciais*.

Gesser (2009, p. 17) resume de forma didática o significado desses parâmetros da seguinte forma:

*A configuração da mão* diz respeito à forma da mão – na palavra “conhecimento”, um sinal realizado com uma mão em numeral “4” ou na forma [52]. *A orientação da palma da mão* indica que os sinais têm direção e que sua inversão, em alguns sinais, pode alterar o significado do sinal. A orientação é a direção que a palma da mão aponta na realização do sinal – e no caso de “conhecimento”, para o lado direito (contralateral). *A locação* refere-se ao lugar, podendo ser realizado em alguma parte do corpo, e no exemplo podemos verificar que ocorre em frente ao queixo. Finalmente, o *movimento*, que pode ou não estar presente nos sinais. No caso de “conhecimento”, a lateral do dedo indicador bate próximo ao lado direito do queixo. [...]

Diferentes dos traços para linguísticos das línguas orais (entonação, velocidade, ritmo, sotaque, expressões faciais, hesitações, entre outros), nas línguas de sinais, as

<sup>40</sup> Gestuno palavra de origem italiana que significa unidade em língua de sinais, foi mencionado pela primeira vez no Congresso Mundial da Federação Mundial dos Surdos em 1951 (GESSER, 2009, p. 13)

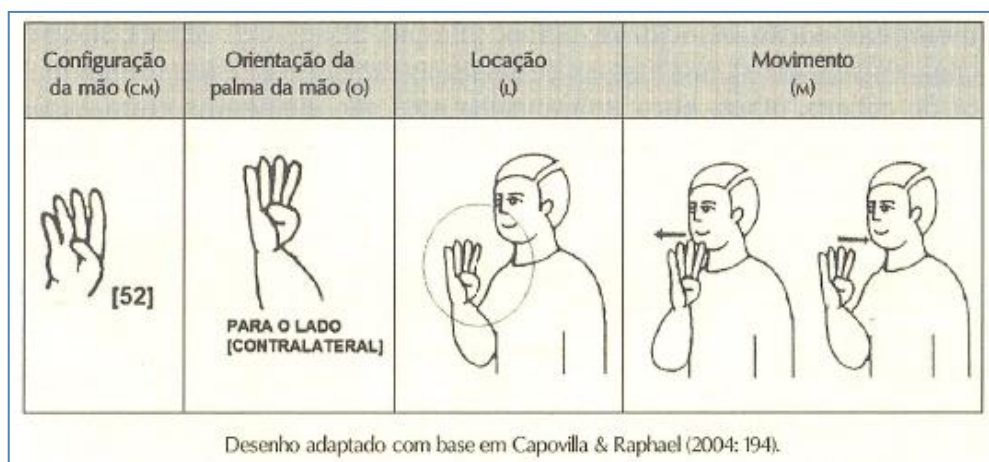
<sup>41</sup> Introduzida nos Estados Unidos da América em 1817 pelo surdo francês Laurent Clerc, por iniciativa de Hopkins Gaullaudet, com a fundação do The Connecticut Asylum for the Education and Instruction of th Deaf and Dumb, e no Brasil em 1857 pelo surdo Ernest Huet, por intermédio do Imperador Dom Pedro II, com a fundação do Collégio Nacional para Surdos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdo (INES), no Rio de Janeiro. (GESSER, 2009)

*expressões faciais* (movimento de cabeça, olhos, boca, sobrancelha, etc.) são elementos gramaticais que compõem a estrutura da língua.

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e do Desporto<sup>42</sup>, apresenta uma definição semelhante para os parâmetros fonológicos e morfológicos da Libras, dando as seguintes definições:

1. configuração das mãos: são formas das mãos, que podem ser da datilologia (alfabeto manual) ou outras formas feitas pela mão predominante (mão direita para os destros), ou pelas duas mãos do emissor ou sinalizador. Os sinais APRENDER, LARANJA e ADORAR têm a mesma configuração de mão;
  2. ponto de articulação: é o lugar onde incide a mão predominante configurada, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro vertical (do meio do corpo até à cabeça) e horizontal (à frente do emissor). Os sinais TRABALHAR, BRINCAR, CONSERTAR são feitos no espaço neutro e os sinais ESQUECER, APRENDER e PENSAR são feitos na testa;
  3. movimento: os sinais podem ter um movimento ou não. Os sinais citados acima tem movimento, com exceção de PENSAR que, como os sinais AJOELHAR, EMPÉ, não tem movimento;
  4. orientação: os sinais podem ter uma direção e a inversão desta pode significar ideia de oposição, contrário ou concordância número-pessoal, como os sinais QUERER E QUERER-NÃO; IR e VIR;
  5. Expressão facial e/ou corporal: muitos sinais, além dos quatro parâmetros mencionados acima, em sua configuração tem como traço diferenciador também a expressão facial e/ou corporal, como os sinais ALEGRE e TRISTE. Há sinais feitos somente com a bochecha como LADRÃO, ATO-SEXUAL.
- Na combinação destes quatro parâmetros, ou cinco, tem-se o sinal. Falar com as mãos é, portanto, combinar estes elementos que formam as palavras e estas formam as frases em um contexto.

Como pode-se ver, na comparação das duas conceituações acima, existe uma diferença na definição terminológica de um dos parâmetros da Libras, sendo na primeira o termo definido como *Locação*, e na segunda como *Ponto de articulação*, contudo sem trazer qualquer inovação ou diferenciação no conceito, sendo apenas uma variante denominativa.



**FIGURA 5 - Parâmetros linguísticos da Libras – palavra “conhecimento”**

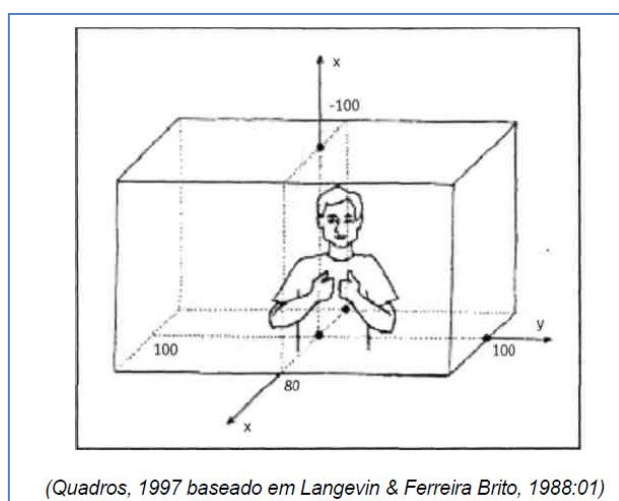
Fonte: GESSER, 2009, p. 17

<sup>42</sup> BRASIL, Secretaria de Educação Especial Deficiência Auditiva – *Série Atualidades Pedagógicas* Volume III Fascículo 7: A Língua Brasileira de Sinais Introdução à gramática da Libras. Brasília. 1997. Disponível em <[http://www.ines.gov.br/ines\\_livros/37/37\\_002.HTM](http://www.ines.gov.br/ines_livros/37/37_002.HTM)>

A FIG. 4 descreve visualmente os parâmetros acima descritos por Gesser (2009) e Brasil (2004) e servem para dar uma definição visual individualizada de cada um deles, bem como a forma em que são empregados na elaboração de palavras e/ou frases por parte dos usuários da Libras, no caso em questão a formação da palavra “conhecimento”.

Vê-se de forma clara a importância do aprendizado da estrutura linguística da língua para que a transmissão da mensagem seja efetiva e adequada e não perca a fidelidade na comunicação entre os envolvidos no discurso.

Nesse sentido percebe-se que a língua de sinais possui uma disposição tridimensional no espaço e no tempo, e em Brasil (2004) é definida conforme a FIG. 5, abaixo:



**FIGURA 6 - Espaço de articulação dos sinais da Libras**  
Fonte: BRASIL, 2004, p. 22

A Libras por ser uma língua gesto-visual (ou visual-gestual) caracteriza-se pelo uso das mãos, das expressões faciais e das partes do corpo para exprimir a ideia ou a mensagem acerca de determinado assunto (definição de coisas/objetos, ações/atividades, sentimentos/sensações/emoções, ideias e conceitos abstratos) possibilitando com isso a transmissão de informações sobre quaisquer temas (ver quadro com as descrição das posições das mãos, pontos de articulação, movimentos internos das mãos, expressões não manuais, movimentos de translação das mãos, expressões faciais e corporais na integra na seção Anexos dessa monografia).

A FIG. 7 apresenta os parâmetros linguísticos da Libras para a formação da palavra “bêbado”, donde se percebe claramente o uso de expressões faciais e movimentos do corpo para exprimir a ideia de alguém que não consegue manter o equilíbrio em razão de uma situação de mal-estar.

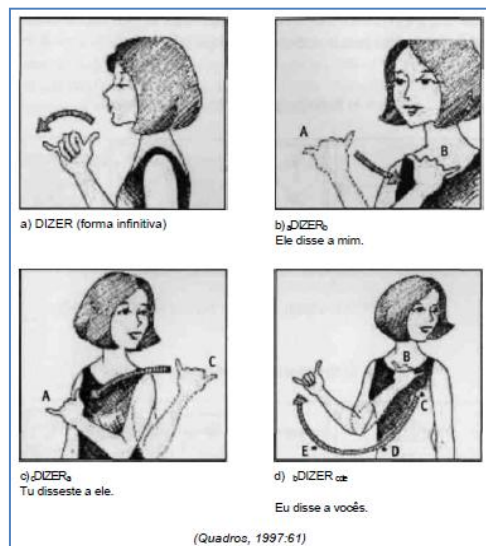


**FIGURA 7 – Representação da palavra bêbado na Libras**

Fonte: CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001, p. 283

Outra característica das línguas de sinais relaciona-se diretamente com a posição da fonte da mensagem em relação do receptor, pois a limitação de espaço pode influenciar sobremaneira a articulação das palavras (morfologia e sintaxe) e dessa forma ser fator prejudicial à efetividade da comunicação.

A FIG. 8 apresenta uma representação visual dessa característica ao demonstrar o uso do verbo “DIZER” em um diálogo por meio da Libras, em suas várias formas de flexões.



**FIGURA 8 - Flexões do verbo "dizer" em Libras**

Fonte: BRASIL, 2004, p. 22

Segundo BRITO (2004) na Libras a formação e estruturação das sentença segue uma regra geral definida pela trinômio: Sujeito (S), Verbo (V) e Objeto (O), e servem de parâmetros para a criação de praticamente todas as sentenças, sendo, por vezes, substituída pela relação tópico-comentário, também usada na construção de sentenças.

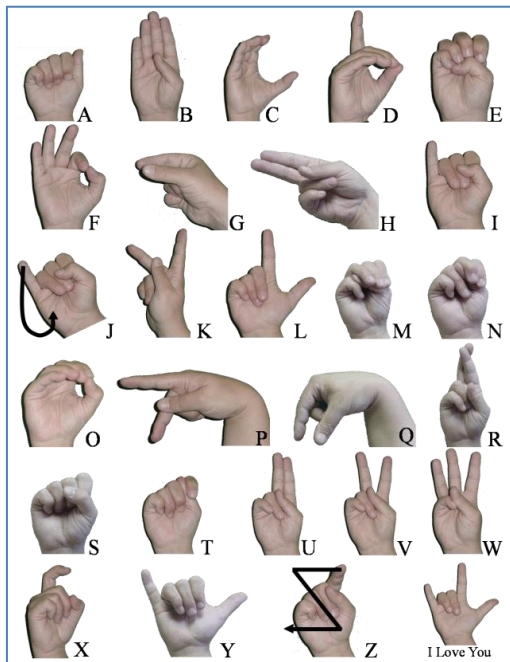
O interessante desse sistema é o fato de permitir que os diálogos sejam reduzidos às ações e aos resultados reduzindo-se a necessidade e a quantidade de sinais a serem utilizados na comunicação, simplificando as informações a serem transmitidas, permitindo aos interlocutores dinamizar o discurso e se fazer entender.

A título de exemplo vejamos as frases abaixo.

VOCÊ LER REVISTA (= você leu a revista?)  
sujeito      verbo      objeto

NÃO-ENXERGAR VOCÊ (= eu não vi você)  
verbo                                  objeto

Não há na Libras a simples existência de um alfabeto como alguns imaginam, mas sim, como descrito acima, um léxico fonético gramatical voltado para comunicação efetiva e eficiência entre duas ou mais pessoas que não podem se comunicar por meio da oralidade, ou pela fala humana. Assim como não há uma língua de sinais que seja universal, também o alfabeto manual (datilologia) das línguas de sinais não é único, havendo variações para cada tipo de língua existente.



**FIGURA 9 - Alfabeto de datilologia da ASL**  
 Fonte: [http://upload.wikimedia.org/Wikipédia/commons/5/56/ABC\\_pict.png](http://upload.wikimedia.org/Wikipédia/commons/5/56/ABC_pict.png)



**FIGURA 10 - Alfabeto de datilologia da Libras**  
 Fonte: FENEIS, 2009, Cartilha-Libras.

As FIG. 9 e 10, demonstram de forma visual as diferenças existentes entre os dois alfabetos de datilologia (ASL e Libras), sendo perceptíveis que em alguns casos como o da configuração da mão para a formação do sinal da definição da letra “X” a posição da mão é a mesma, contudo, como a orientação e o movimento são diferentes tanto o sinal como o significado são diversos em ambas as línguas.

Pode-se ainda verificar, ante o exposto, que a Libras não é uma expressão de mímica, pois não tenta simplesmente retratar coisas ou objetos inanimados, é uma língua onde

os sinais, a exemplo das letras, quando agrupados representam não somente objetos mas todo um sistema de comunicação.

Não é, de igual forma, apenas icônica ou icnográfica (formada apenas por sinais), uma vez que tanto as feições da face como as posições do corpo indicam e expressam informações aos envolvidos na comunicação.

E por fim, não é, conforme aponta Gesser (2009), “uma expressão sinalizada da língua oral e nem é dela oriunda”, é uma língua própria e de origem natural, pois foi criada e desenvolvida por pessoas surdas para que elas pudessem se comunicar entre si tendo por origem a visão que essas pessoas tem do mundo à sua volta, independente da forma oral ou escrita que as pessoas sem deficiência utilizam para denominá-las. Ou seja, um mesmo mundo visto de um modo adequado às necessidades do surdo, uma língua adequada à sua realidade de vida.

Para Strobel (2009, p. 47):

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

Há de se destacar ainda, que embora a língua de sinais não seja universal em sua forma de expressão, a forma de escrita para as línguas de sinais (*Sign Writing*) tem essa característica, pois baseia-se nas formas e expressões corporais e busca identificar e descrever toda forma de sinal que tenha por objetivo ser o codificador de uma mensagem<sup>43</sup>, ressaltando-se que não se trata de um sistema alfabético e sim um sistema de sinais.

A escrita visual direta de sinais *Sign Writing* não começou nos Estados Unidos, mas na Dinamarca. Contudo, não é invenção dinamarquesa, mas americana. A escrita *Sign Writing* não é baseada numa determinada Língua de Sinais, embora possa se usada para escrever qualquer Língua de Sinais do mundo. Ela não tem qualquer nacionalidade porque pertence à comunidade do mundo. Mas, acima de tudo *Sign Writing* pertence à Comunidade Surda e de sinalizadores nativos de todo o mundo. Ele é uma ferramenta flexível que pode ser usada por qualquer sinalizador. Como a argila usada para criar uma estátua que perdurará por gerações futuras, *Sign Writing* pertence aos Surdos para moldar sua própria Língua de Sinais, sua Cultura e sua História.

[...]

Muito embora o sistema *Sign Writing* tenha completado 25 anos de idade em 1999, historicamente ele é um sistema de escrita muito jovem. Ele difere de qualquer outro sistema de escrita, pois não se propõe a escrever apenas *uma língua*. Ele é capaz de escrever qualquer língua baseada em movimento. Tal flexibilidade significa que, em cada país, os peritos que conhecem a Língua de Sinais de seu país devem reunir-se e

<sup>43</sup> *Sign Writing* – sistema de escrita para as línguas de sinais inventado por Valerie Sutton (1981) que é parte do Sistema de Escrita e Notação de Movimento Sutton (*Sutton Movement Writing & Shorthand*), um completo sistema de notação de movimentos capaz de registrar todo e qualquer movimento. (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001).

decidir como escrever a sua língua pela primeira vez. E tal tarefa não é um empreendimento simples. (SUTTON, 1999 *In*. CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001)

Universalizar a escrita de sinais foi o primeiro passo para a aprovação mundial das línguas de sinais, restando agora aceitar a sua forma de expressão e difundi-la não só aos surdos, mas a todos que a esses prestam qualquer tipo de serviço.

Os primeiros estudos sobre a escrita da língua de sinais no Brasil foram desenvolvidos pela pesquisadora Marianne Stumpf, sendo que a escrita da Língua Brasileira de Sinais, baseada no sistema *Sign Writing*, é conhecida por Escrita em Língua de Sinais (ELS).



**FIGURA 11 - Forma de escrita de algumas palavras da Libras em Sign Writing - ELS**

Fonte: Disponível em <http://signwriting.org/brazil/sw0472-BR-Licoes-SignWriting.pdf>

Stumpf (2002) retrata a importância da escrita de sinais para os surdos:

A escrita de sinais está para nós, surdos, como uma habilidade que pode nos dar muito poder de construção e desenvolvimento de nossa cultura. Pode nos permitir, também, muitas escolhas e participação no mundo civilizado do qual também somos herdeiros, mas do qual até agora temos ficado à margem, sem poder nos apropriar dessa representação. Durante todos os séculos da civilização ocidental, uma escrita própria fez falta para os surdos, sempre dependentes de escrever e ler em outra língua, que não podem compreender bem, vivendo com isso uma grande limitação.

Cabe, aqui, salientar que já se encontra em curso um estudo que visa possibilitar a integração entre a Libras e a Língua Portuguesa como forma de possibilitar aos surdos traduzirem para o Português a sua forma de se expressar em Libras, preservando os aspectos linguísticos dessa, e substituindo a sua forma de tradução de uma língua de sinais (*Sign Writing*) para uma língua alfabética, conhecido como Interlíngua Libras.

Um exemplo é apresentado por Santos; Silveira; Aluísio (2008):

[Interlíngua Libras]

Lara ir junto mamãe praia. Lara brincar areia ver assustar tartaruga grande, sair correr chorar junta mamãe.

[Português]

Lara foi junto com sua mãe para a praia. Lara estava brincando na areia quando se assustou ao ver uma tartaruga muito grande e saiu chorando correndo para junto de sua mãe.

Vê-se, como isso, a criação de mais uma ferramenta que possibilitará aos surdos se incluírem mais no mundo dos “normais”, mas a inserção dos normais no mundo surdo, ou a garantia da preservação da cultura dessa minoria, ainda é uma utopia.

#### **4.1 A Libras e a interação social**

Inicialmente relegada ao status de “maldição”, pelos céticos do oralismo, a língua de sinais no evoluir da sociedade pode experimentar várias formas de tratamento até ser reconhecida como língua gestual-visual de uso indeterminado, tanto por parte dos surdos como daqueles que necessitam com eles manter qualquer forma de comunicação.

Condenada à extinção e ao descaso em razão das determinações do Congresso de Milão em 1880, a língua de sinais quase foi extinta.

Sobre esse episódio da história Perlin e Strobel (2006, p. 11-13), asseveram que:

Nenhum outro evento na história de surdos teve um impacto maior na educação de povos surdos como este que provocou uma turbulência séria na educação que arrasou por mais de cem anos nos quais os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura, a sua identidade surda e se submeteram a uma ‘etnocêntrica ouvintista’, tendo de imitá-los.

[...]

Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintistas, todos defensores do oralismo puro, do total de 164 delegados, os 56 eram oralistas franceses e os 66 eram oralistas italianos. Havia 74% dos oralistas de França e da Itália e o Alexander Graham Bell teve grande influência neste congresso.

Verifica-se que o futuro da educação dos surdos foi decidido por pessoas que não eram surdas, e dessa forma não entendiam das necessidades desse povo.

Contudo, a língua de sinais sobreviveu dentro das comunidades surdas de todo mundo, embora não fosse mais praticada na maioria das Escolas e Educandários.

A partir do ano de 1960 com os estudos realizados por Willian C. Stokoe Júnior e a definição de que as linguagens de sinais deveriam ser tratadas como as línguas orais no processo de aprendizagem dos surdos houve nova disseminação das línguas de sinais que se tornaram uma forma de identidade da comunidade surda no mundo (STROBEL, 2009, p. 49)

O uso das línguas de sinais tornou-se novamente um aliado das ações de educação e interação entre os surdos e a comunidade dos ouvintes.

#### **4.2 A Libras e a inclusão social**

Ao se tratar da inclusão social do surdos ao mundo dos ouvintes necessário se faz destacar a importância da inclusão da Libras no cotidiano dessas pessoas para que possam se comunicar dentro de seus grupos, bem como garantir a manutenção da cultura surda.

A inclusão se faz, segundo Quadros (2004), em primeiro momento no ambiente familiar, onde os pais e parentes do surdo devem ser orientados a desenvolverem mecanismos de conversação com o surdo, preferencialmente por meio da Libras, para que no futuro não venha a criança a ter dificuldades de se comunicar em um ambiente diverso do seio familiar.

Em seguida, a escola passa a ter importância fundamental na inclusão do surdo no seio da sociedade, já que ali a criança surda passará a conhecer um mundo diferente do seu e com isso se identificar com esse novo mundo e buscar as formas de com ele se interagir.

Em relação à essa importância Quadros (2004) destaca que essa inclusão pode se dar tanto em uma escola pública ou privada, desde que seja uma escola bilíngue onde todos falem nas duas línguas, para que se comuniquem da forma que se fizer necessária, ou seja, uma escola para todos.

Por fim, devem os serviços públicos estarem aptos a recepcionarem os surdos da forma como são, desenvolvendo novas formas de acesso e acessibilidade, e, nesse parênteses em especial a capacitação dos servidores na Libras para que a comunicação não seja uma barreira ao atendimento daqueles.

Assim, pode-se dizer que para haver uma perfeita inclusão, não somente os surdos devem ter acesso à sua forma de comunicação mais aceita que é Libras, mas também aqueles que de alguma forma venham a ter contato com eles também devem possuir um conhecimento mínimo daquela língua.

### 4.3 O Tradutor Intérprete da Libras

O Tradutor Intérprete da Língua Brasileira de Sinais é o profissional com formação em Libras habilitado a realizar trabalhos de interpretação, tradução e educação de pessoas surdas, tanto em ambiente da iniciativa privada como em órgãos públicos.

A atividade surgiu, de acordo com Brasil (2004), por meio de voluntariado a partir do momento em que os surdos conquistaram o seu direito à cidadania, sendo que no Brasil a prática remonta a última década de 80 quando instituições religiosas passaram a incluir intérpretes nas celebrações.

Em Brasil (2004) é retratado ainda que:

O profissional intérprete é aquele que interpreta a mensagem de forma "precisa e apropriada" de uma língua para permitir que a comunicação aconteça entre pessoas que não usam a mesma língua, isto é, o profissional intérprete intermedeia a interação comunicação.

O Minidicionário dos intérpretes de língua de sinais aprovado pelo Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, apresenta as seguintes significações para os termos de interesse ao estudo:

**Intérprete** - Pessoa que interpreta de uma língua (língua fonte) para outra (língua alvo) o que foi dito.

**Intérprete de língua de sinais** - Pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais.

**Língua** - É um sistema de signos compartilhado por uma comunidade Linguística comum. A fala ou os sinais são expressões de diferentes línguas. A língua é um fato social, ou seja, um sistema coletivo de uma determinada comunidade lingüística. A língua é a expressão lingüística que é tecida em meio a trocas sociais, culturais e políticas. As línguas naturais apresentam propriedades específicas da espécie humana: são recursivas (a partir de um número reduzido de regras, produz-se um número infinito de frases possíveis), são criativas (ou seja, independentes de estímulo), dispõem de uma multiplicidade de funções (função argumentativa, função poética, função conotativa, função informativa, função persuasiva, função emotiva, etc.) e apresentam dupla articulação (as unidades são decomponíveis e apresentam forma e significado).

**Linguagem** - É utilizada num sentido mais abstrato do que língua, ou seja, refere-se ao conhecimento interno dos falantes-ouvintes de uma língua. Também pode ser entendida num sentido mais amplo, ou seja, incluindo qualquer tipo de manifestação de intenção comunicativa, como por exemplo, a linguagem animal e todas as formas que o próprio ser humano utiliza para comunicar e expressar idéias e sentimentos além da expressão lingüística (expressões corporais, mímica, gestos, etc).

**Línguas de sinais** - São línguas que são utilizadas pelas comunidades surdas. As línguas de sinais apresentam as propriedades específicas das línguas naturais, sendo, portanto, reconhecidas enquanto línguas pela Lingüística. As línguas de sinais são visuais-espaciais captando as experiências visuais das pessoas surdas.

**Modalidades das línguas** - oral-auditiva, visual-espacial, gráfica-visual - As línguas apresentam diferentes modalidades. Uma língua falada é oral-auditiva, ou seja, utiliza a audição e a articulação através do aparelho vocal para compreender e produzir os sons que formam as palavras dessas línguas. Uma língua sinalizada é

visual-espacial, ou seja, utiliza a visão e o espaço para compreender e produzir os sinais que formam as palavras nessas línguas. Tanto uma língua falada, como uma língua sinalizada, podem ter representações numa modalidade gráfica-visual, ou seja, podem ter uma representação escrita.

**Modalidades de tradução-interpretação** - língua brasileira de sinais para português oral, sinais para escrita, português para a língua de sinais oral, escrita para sinais - Uma tradução sempre envolve uma língua escrita. Assim, poder-se-á ter uma tradução de uma língua de sinais para a língua escrita de uma língua falada, da língua escrita de sinais para a língua falada, da escrita da língua falada para a língua de sinais, da língua de sinais para a escrita da língua falada, da escrita da língua de sinais para a escrita da língua falada e da escrita da língua falada para a escrita da língua de sinais. A interpretação sempre envolve as línguas faladas/ sinalizadas, ou seja, nas modalidades orais-auditivas e visuais-espaciais. Assim, poder-se-á ter a interpretação da língua de sinais para a língua falada e vice-versa, da língua falada para a língua de sinais. Vale destacar que o termo tradutor é usado de forma mais generalizada e inclui o termo interpretação.

**Tradutor** - Pessoa que traduz de uma língua para outra. Tecnicamente, tradução refere-se ao processo envolvendo pelo menos uma língua escrita. Assim, tradutor é aquele que traduz um texto escrito de uma língua para a outra.

**Tradutor-intérprete** - Pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito.

**Tradutor-intérprete de língua de sinais** - Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita).

**Tradução-interpretação simultânea** - É o processo de tradução-interpretação de uma língua para outra que acontece simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor-intérprete precisa ouvir/ver a enunciação em uma língua (língua fonte), processá-la e passar para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação.

**Tradução-interpretação consecutiva** - É o processo de tradução-interpretação de uma língua para outra que acontece de forma consecutiva, ou seja, o tradutor-intérprete ouve/vê o enunciado em uma língua (língua fonte), processa a informação e, posteriormente, faz a passagem para a outra língua (língua alvo).

Muito embora a lei que trate do ensino de Libras e da necessidade do intérprete de Libras em instituições de ensino e de prestação de serviços públicos seja do ano de 2002 e o decreto que a regulamentou seja do ano de 2005, a profissão somente foi efetivamente criada pela Lei n. 12.319, de 01 de setembro de 2010, fazendo com que nesse lapso temporal muitas iniciativas surgissem na tentativa de amparar o profissional da atividade de tradução e interpretação da Libras, o que propiciou a formação de um arcabouço didático-pedagógico, sempre com a participação e chancela da FENEIS, que é o órgão responsável por avaliar a certificação desses profissionais e dos cursos voltados à sua formação.

Contudo, em razão desse hiato, muitas indagações necessitam ainda serem esclarecidas para a definição final de como esses profissionais serão formados e capacitados para serem alocados ao mercado de trabalho, e quais alterações sofrerão os órgãos públicos e privados para utilizarem-se desses profissionais na educação dos surdos e na comunicação desses com o mundo dos ouvintes.

### 4.3.1 A Formação do Tradutor Intérprete de Libras

A Lei n. 12.319 além de dispor sobre a atividade do Tradutor Intérprete de Libras dispõe sobre a formação desse profissional, alterando significativamente o processo de ensino-aprendizagem da Libras utilizado até então, em especial ao introduzir uma avaliação de caráter técnico-prático definida como exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Portuguesa.

Outra mudança ocorrida, e talvez a mais significativa, deu-se no campo da formação do profissional no sentido de transformar a atividade em ocupação de nível médio de ensino, sendo que até então algumas faculdades já ofereciam o curso superior de Letras/Libras<sup>44</sup> como forma de qualificação do profissional, o que pode representar um retrocesso para aqueles que trabalham com essa especialidade, e uma perda na qualidade do atendimento para as pessoas que serão atendidas pelos novos profissionais.

Dispõe a Lei n. 12.319:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 3º ( VETADO)

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: (grifei)

I -  cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; (grifei)

II -  cursos de extensão universitária; e (grifei)

III -  cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. (grifei)

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

<sup>44</sup> No ano de 2006 a Universidade Federal de Santa Catarina passou a oferecer o curso presencial de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras por meio de processo vestibular, sendo que hoje oferta além do curso presencial, cursos de graduação à distância nas mesmas modalidades. Atualmente, a Universidade Federal de Goiás também oferece os curso presencial de Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras.

Embora a lei tenha disciplinado a formação do Tradutor Intérprete de Libras – Língua Portuguesa como ocupação de nível médio a formação do profissional alcançou outro status no período anterior à regulamentação, sendo que hoje há Universidades que já oferecem a titulação de Mestrado para Tradutores/Intérpretes.

A melhor ou pior formação desse profissional dependerá em muito do nível de envolvimento e desenvolvimento sócio-cultural-político das comunidades surdas, já que elas que de certa forma definirão nível do profissional que lhes atenderá (BRASIL, 2004)

#### **4.3.2 Os cursos de capacitação em Libras e seus níveis**

Não há no Brasil um currículo padrão para a formação de Tradutores Intérpretes de Libras sendo que a habilitação dá-se muitas das vezes por meio de cursos realizados em módulos/etapas de 6 meses com aulas em 1 ou 2 dias da semana, e também por meio de cursos de extensão, especialização e graduação superior como tecnólogo com duração de 2 a 2 e ½ anos, sempre com a convalidação da FENEIS.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pioneira no campo dos cursos de Letras-Libras, oferece o curso de Bacharelado em Letras-Libras, destinado a ouvintes com habilidade em Libras para se tornarem Tradutores/Intérpretes de Libras-Língua Portuguesa, na modalidade presencial, ou à distância em um dos polos de formação dispostos em diversos estados da nação, entre eles o Estado de Minas Gerais por meio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG).

Segundo informações da própria UFSC<sup>45</sup> o curso possui a seguinte metodologia de ensino:

O Curso de Licenciatura e Bacharelado em Letras Libras possui um sistema de aprendizagem organizada para três modos de informação, isto é, os conteúdos e as atividades serão apresentados e desenvolvidos nos seguintes formatos:

- material didático impresso;
- material didático on-line através do ambiente de ensino no [www.Libras.ufsc.br](http://www.Libras.ufsc.br), e;
- material didático em Libras gravado em DVD.

A carga horária presencial será realizada nos polos com aproximadamente 30% da carga horária de cada disciplina e compreenderá:

- interação em videoconferência entre professores das disciplinas, professores tutores e alunos;
- encontro de estudos presenciais entre professores tutores e alunos para esclarecimentos de dúvidas e aprofundamento de questões;

<sup>45</sup> Informação disponível no site da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) disponível na página <<http://www.Libras.ufsc.br/hiperlab/avaLibras/moodle/prelogin/index.htm>> (ANEXO I)

- oficinas;
- acompanhamento de atividades de estágio supervisionado (caso houver);
- avaliações presenciais das disciplinas atendendo à legislação específica da Educação à Distância (Decreto 5.622, de 19/12/2005) e à regulamentação da UFSC, sendo que estas avaliações serão elaborados pelos professores e aplicados pelos professores tutores nos polos regionais.

A equipe pedagógica do curso é formada pelos seguintes profissionais:

- professor da disciplina;
- professor tutor;
- Intérprete, e;
- monitor.

Tem-se dessa forma uma alternativa que se apresenta na busca pelo atendimento das determinações da Lei Estadual n. 10.379/91 e para que a Polícia Militar de Minas Gerais possa ter em seus quadros de funcionários militares com habilitação acadêmica para o desenvolvimento das atividades de Tradutor/Intérprete de Letras-Libras.

## 5 A COMUNICAÇÃO E A POLÍCIA MILITAR

O desenvolvimento de atividade de Polícia Ostensiva por parte da Polícia Militar de Minas Gerais teve seu início marcado com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de janeiro de 1967<sup>46</sup>, quando foi definida a manutenção da ordem pública nos Estados, Territórios e DF como atribuição das Polícias Militares, e pelo contido no Art. 3º do Decreto-lei n. 667, de 02 de julho de 1969<sup>47</sup>, alterado pelo Decreto-lei n. 1072, de 30 de dezembro de 1969, que reorganizou suas atividades e estrutura militar básica.

A partir desse marco normativo, iniciou-se a busca por novas formas de ação das Polícias Militares, uma vez que até então eram tropas aquarteladas, que não desenvolviam atividades policiais preventivas. Nesse aspecto, fez-se necessário o desenvolvimento de nova metodologia de emprego das forças policiais<sup>48</sup> (que, até aquele momento, resumia-se a constituir força auxiliar e reserva do exército).

Em face dessa necessidade de novos modelos e métodos de ação de polícia, a instrução e a formação dos policiais militares passou por profundas mudanças e evoluções, desde as primeiras formas de emprego de efetivo em policiamento ostensivo às grandes ações e operações hoje desenvolvidas na busca da preservação da ordem pública.

---

<sup>46</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 24 DE JANEIRO DE 1967

[...]

Art. 13 *omissis*.

§ 4º - As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo seus postos ou graduações ter remuneração superior à fixada para os postos e graduações correspondentes no Exército. (grifei)

<sup>47</sup> Decreto-lei n. 667, de 02 de julho de 1969, que trata da reorganização das Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

[...]

Art. 3º Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete as Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

a) executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas e os casos estabelecidos em legislação específica, o policiamento ostensivo, fardado planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; (grifei)

b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem;

c) atuar de maneira regressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprêgo das Forças Armadas;

d) atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando das Regiões Militares para emprêgo em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Territorial.

<sup>48</sup> Regulamento Geral da Polícia Militar, aprovado pelo Decreto n. 11636, de 29 de janeiro de 1969.

[...]

Art. 3º - Compete à Polícia Militar:

I - executar o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

O grande impacto impulsionador da mudança foi o início das ações de policiamento ostensivo em contato direto com a sociedade, fora da caserna, com o implantação das patrulhas de policiamento à pé (Dupla Cosme e Damião) e patrulhas motorizadas, por militares do 5º Batalhão de Infantaria<sup>49</sup> (hoje 5º Batalhão da Polícia Militar) já que a outra Unidade instalada na Capital mineira (1º Batalhão de Infantaria, denominado de Batalhão de Guardas, hoje 1º Batalhão da Polícia Militar) era responsável pela Guarda do Palácio da Liberdade, do Palácio das Mangabeiras (Despachos), das sedes dos órgãos de governo e da guarda dos presídios, e não realizava policiamento ostensivo.

Em razão dessa nova atividade e do contato direto com a sociedade a Polícia Militar tornou-se mais visível e, assim, teve que desenvolver novas formas de comunicação para o atendimento da população de maneira rápida e gratuita, já que os serviços públicos de segurança pública devem estar disponíveis a todos e sem qualquer ônus.

Com o advento da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, as atividades da Polícia Militar foram descritas no Art. 144, V, e § 5º<sup>50</sup>, mudando-se a concepção anterior de manutenção da ordem pública para o conceito de preservação da ordem pública, além da determinação da exclusividade do serviço de polícia ostensiva.

Ocorre que, no caso do atendimento de pessoa com deficiência fonadora ou auditiva, não há ainda uma doutrina implementada para emprego na Polícia Militar, seja para auxílio, informação, socorro, ou até mesmo prisão, caso o envolvido seja pessoa surda ou muda.

Recentemente com a edição da Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social – DIAO/SIDS, da Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar (DGEOp), do Caderno Doutrinário 1 (Intervenção Policial, Verbalização e Uso da Força), Caderno Doutrinário 3 (Blitz Policial) e da Diretriz para Produção dos Serviços de Segurança Pública nº 3.01.05 2010 – DPSSP nº 3.01.05 - 2010 (Regula a atuação da Polícia Militar segundo a Filosofia de Direitos Humanos), novamente viu-se que não houve

---

<sup>49</sup> Conforme o previsto no Quadro de Previsão para o ano de 1965 a que se refere a Lei n. 3.173, de 19 de agosto de 1964, que fixa o efetivo da Polícia Militar para o exercício de 1965, o 5º Batalhão de Infantaria contava com a previsão de 1.291 policiais militares entre oficiais (combatentes, técnicos, administrativos) e praças (de fileiras) e era responsável pelo policiamento de toda a Capital Mineira e adjacências.

<sup>50</sup> Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

...

§5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

implementação de ações diferenciadas para o atendimento de pessoas com deficiência fonadora e auditiva.

A preocupação se dá não somente em razão da omissão, ante a falta de tratamento para com essas pessoas, mas também pelas próprias definições contidas nessas diretrizes e doutrinas.

A Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social – DIAO/SIDS (2010, p. 10), define:

Evento de Defesa Social – É todo fato policial, de trânsito urbano e rodoviário, de meio-ambiente, de bombeiros e outros afins, que requer a intervenção dos Órgãos que compõem o sistema de Defesa Social do Estado, independentemente da origem, forma de comunicação ou documento inicial. Incluem-se, aqui, as atividades desenvolvidas em serviço. (grifei)

A Diretriz Geral para o Emprego Operacional da Polícia Militar (DGEOp) (2010, p. 40) ao tratar da qualidade dos serviços prescreve que:

Uma das grandes preocupações do Comando da Polícia Militar é com o aprimoramento técnico-profissional dos servidores. Assim, a busca do aperfeiçoamento das técnicas de policiamento e da racionalização do emprego dos recursos deve traduzir-se na melhoria da qualidade do atendimento à sociedade. (grifei)

É de fundamental importância avaliar junto ao público externo a qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar. A satisfação da população em relação à PM condiciona sua sobrevivência a longo prazo. por intermédio desse trabalho podem-se alcançar os seguintes objetivos:

- a) melhorar, por intermédio do conhecimento de possíveis falhas, a qualidade do serviço prestado;
- b) alcançar os resultados propostos por intermédio da qualificação profissional; (grifei)
- c) oferecer um ambiente de tranquilidade pública pelo aperfeiçoamento do desempenho operacional.

[...]

É preciso um esforço dos Comandos para identificar, dentre os vários indicadores de qualidade na prestação do serviço policial-militar, aqueles que, por serem prioritários, devem ser praticados diuturnamente, em especial pelo patrulheiro a pé e motorizado:

- a) o atendimento imediato, que impõe ao militar o dever inadiável de atender, com presteza, no momento da necessidade do cidadão que recorre à Polícia Militar; não se pode adiar um atendimento, nem repassá-lo a outrem. O militar que primeiro tomar conhecimento de uma ocorrência deverá encaminhá-la convenientemente; (grifei)

A Diretriz para Produção dos Serviços de Segurança Pública n. 3.01.05 2010 – DPSSP n. 3.01.05 - 2010 (Regula a atuação da Polícia Militar segundo a Filosofia de Direitos Humanos) por sua vez dispõe:

Direitos Humanos são todos os direitos que possuímos, pelo simples fato de sermos seres humanos, que nos permitem viver com dignidade, assegurando, assim, os nossos direitos fundamentais à vida, à igualdade, à segurança, à liberdade e à propriedade, dentre outros. Eles se positivam através das normas jurídicas nacionais

e internacionais, tais como tratados, convenções, acordos ou pactos internacionais, leis e constituições. Estes direitos são universais, interdependentes e indivisíveis. (grifei)

...

## 5.2.2 Grupos Vulneráveis

### 5.2.2.1 Conceito

É um conjunto de pessoas que, por questões ligadas a gênero, idade, condição social, deficiência e orientação sexual, tornam-se mais suscetíveis à violação de seus direitos (MARTINS, 2007). (grifei)

Os seis principais grupos são:

...

f) pessoas com deficiência física e intelectual, ou sofrimento mental.

[...]

As minorias linguísticas são assim definidas:

[...] são grupos que usam uma língua, quer entre os membros do grupo, quer em público, que claramente se diferencia daquela utilizada pela maioria, bem como da adotada oficialmente pelo Estado. Não há necessidade de ser uma língua escrita. Entretanto, meros dialetos que se desviam ligeiramente da língua da maioria, não gozam do status de língua de um grupo minoritário. (NOWAK, 1993, p.491 *apud* MAIA). (grifei)

Como exposto acima, essas Diretrizes norteiam as atividades do policial militar no desempenho de suas atividades, todavia, não definem formas e procedimentos a serem adotados pelos policiais militares ao se depararem em situações (eventos de defesa social) em que um dos envolvidos seja pessoa com deficiência fonadora e auditiva, não atendendo ao proposto pela Lei Estadual nº 10.379/91.

Destaca-se, ainda, que a DPSSP nº 3.01.05 – 2010 define a Educação como primeiro eixo temático<sup>51</sup> da filosofia da Direitos Humanos da Polícia Militar, contudo, as ações ali propostas não tiveram desdobramentos com relação ao atendimento dos surdos e dos mudos, e que estariam afetas à transversalidade<sup>52</sup> e interdisciplinaridade, restringindo-se ao conteúdo teórico de Direitos Humanos e sua inclusão nas atividades rotineiras de polícia, como técnicas de abordagem e ação defensiva.

Há que se ressaltar, na presente pesquisa, que tanto o Caderno Doutrinário 1 como o Caderno Doutrinário 3, possuem seções específicas relacionadas ao tema verbalização, mas na verdade deveriam tais seções serem tratadas por oralização ou oralidade, já que todas as ações propostas relacionam-se com o uso da fala, não sendo explicitada nenhuma medida para

<sup>51</sup> Eixo 1: Educação; Eixo 2: Grupos vulneráveis, minorias e vítimas; Eixo 3: Política Interna; e, Eixo 4: Integração com órgãos e entidades.

Eixo 1: Educação - Este eixo tem como viés a inserção dos Direitos Humanos na Educação de Polícia Militar em todos os seus níveis e modalidades (formação, treinamento, pesquisa e extensão), mediada por uma abordagem interdisciplinar e transversal, visando à construção de uma cultura humanística que reconheça na diversidade a base para o respeito aos direitos fundamentais. (DPSSP nº 3.01.05 – 2010, 2010, p.23)

<sup>52</sup> Transversalidade: [...] refere-se a temas sociais que permeiam os conteúdos das diferentes disciplinas, exigindo uma abordagem ampla e diversificada não se esgotando num único campo de conhecimento. Interdisciplinaridade[...] questiona a segmentação dos diferentes campos do conhecimento, possibilitando uma relação epistemológica entre as disciplinas[...] (CORDEIRO e SILVA, 2005, p.31,32 *apud* DPSSP nº 3.01.05 – 2010, 2010, p.26)

casos que envolvam surdos e mudos, já que como a Libras é uma língua de sinais essa também é verbalizada, mas não oralizada.

O Caderno Doutrinário 1 na Seção 6 – Verbalização Policial (2010, p. 56) descreve:

Uma das formas da comunicação é a verbalização. Verbalizar significa expressar ou exprimir algo na forma de palavras. Na técnica policial, o conceito de verbalização diz respeito ao uso da fala e de comandos verbais que, apesar de constituírem um dos níveis de força, conforme seção 7, estarão presentes em todo tipo de intervenção policial.

O Caderno Doutrinário 3 na seção 4 – Processo de Comunicação (2010, p. 57) prevê que:

O processo de comunicação é um dos fatores mais importantes nas intervenções policiais. Se bem realizado, constitui um importante facilitador do sucesso da abordagem e evita o emprego de níveis de força superiores, facilitando o desempenho operacional.

A comunicação entre as pessoas é expressa por meio da linguagem falada ou escrita (**verbal**) e por meio de gestos, sinais, expressões faciais, postura, dentre outros (**não verbal**). (grifei)

A mesma fonte doutrinária descreve verbalização da seguinte forma:

Verbalizar significa expressar ou exprimir algo. A verbalização é a técnica utilizada pelo policial militar durante sua atuação em intervenções, abordagens a pessoas e vistorias de veículos, com a finalidade de emitir orientações e ordens. Para cada tipo de operação e, dependendo do contexto no qual ela ocorre, a verbalização varia em alguns aspectos, porém sempre com o objetivo de possibilitar uma comunicação efetiva entre a polícia e o cidadão. (CADERNO DOUTRINÁRIO 3, 2010, p. 61)

Pode-se perceber que há uma pequena, mas fundamental diferenciação entre o conceito aplicado no Caderno Doutrinário 1 em relação ao contido no Caderno Doutrinário 3, quando da definição do termo verbalização, pois no primeiro a definição restringiu o termo ao uso da fala, enquanto no segundo a definição se deu de forma ampla e genérica e se mostra mais correta, contudo em nenhum dos documentos há a definição de procedimentos para o atendimento de surdos e mudos.

O Caderno Doutrinário 1 apresenta um quadro que exemplifica de forma visual e prática essa assertiva, pois todas as orientações nele contidas referem-se a um diálogo oral entre os interlocutores.

O quadro descritivo seguinte descreve os elementos da comunicação previstos no Caderno Doutrinário 1.

**QUADRO 2 – Elementos da comunicação em relação à postura do policial**

Elementos de Comunicação	Postura do Policial		
	ENÉRGICO	FIRME	AMENO
<b>Expressão Verbal</b>			
Voz	Alta	Moderada	Branda
Fala	Rápida e Imperativa	Fluente e persuasiva	Pausada e solícita colaboração
Interpelação	Sentença Exclamatória	Frases declarativas	Pedido ou apelo
<b>Expressão Facial</b>			
Olhos/Olhar	Determinado e Repreensivo	Firme e Confiante	Ameno e Pacífico
Músculos faciais	Tensos (contraídos)	Normais	Relaxados
<b>Expressão Corporal</b>			
<b>Ver Posturas Táticas (Caderno Doutrinário 2)</b>			

Fonte: Caderno Doutrinário 1, 2010, p. 59

Ressalva ainda deve ser feita quanto ao descrito no Caderno Doutrinário 1 ao tratar das pessoas portadoras de necessidades especiais e expor orientações ao policial militar para a observação desse aspecto quando de uma abordagem, contudo, não define sua forma de ação, tornando-se recomendação inócua.

Deve ser considerada a possibilidade da pessoa abordada ter dificuldade na compreensão e no cumprimento da ordem, por tratar-se de pessoa portadora de necessidades especiais (físicas e/ou mentais) ou por estar sob efeito de substâncias como álcool, drogas ou medicações específicas, que alteram a capacidade cognitiva.

De igual forma a Resolução n. 4.068, de 09 de março de 2010 que estabelece as Diretrizes de Educação de Polícia Militar não possui na grade curricular de nenhum dos seus cursos de formação, extensão, ou complementação, qualquer disciplina que seja voltada para o ensino da Libras e o seu uso nas ações cotidianas de polícia ostensiva.

## **5.1 Formas de comunicação e atendimento ao público**

Desde o início das ações de policiamento de manutenção da ordem interna, a forma mais difundida de atendimento ao público por parte da Polícia Militar tem sido o contato direto, seja entre os policiais militares e os transeuntes, seja no atendimento pessoal nos diversos quartéis da Polícia Militar.

O atendimento telefônico por meio do telefone de emergência 190, com o início da abertura política e a mudança de concepção na forma de ação da Polícia Militar de Minas Gerais, foi popularizado nas décadas de 80 e 90 como meio mais rápido de acionamento para os atendimentos de urgência/emergência.

O Telefone de emergência policial 190 é hoje o principal meio de comunicação entre a população e a Polícia Militar, seja em que lugar do Brasil<sup>53</sup> estiver.

A padronização dos números dos telefones dos serviços de utilidade pública, e em especial os de emergência, após o processo de desestatização das telecomunicações no Brasil, teve por objetivo uniformizar em todo o País os códigos de três números (tridígitos) dos telefones de emergência facilitando o acesso e a memorização por parte da população. Independentemente do local em que esteja, o indivíduo dentro do território nacional, terá acesso ao serviço por meio do mesmo número, o que até então não ocorria pois havia diferenciação do número de telefone para o mesmo tipo de serviço em localidades diferentes.

O indivíduo residente no país tem acesso ao serviço de Teletendimento de emergência durante as 24 horas do dia, nos sete dias da semana, sem qualquer custo, com uma simples ligação telefônica, seja pelo uso do telefone fixo comutado (telefone público), pelo uso do telefone residencial (linha individualizada com cobrança de assinatura) ou pelo aparelho de telefone celular [linha individualizada com cobrança de assinatura (pós-pago) ou com uso de impulsos ou minutos por pagamento prévio (pré-pago)]<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> Lei n. 9472, de 16 de julho de 1997 (Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995)

[...]

Art. 109. A Agência estabelecerá:

I - os mecanismos para acompanhamento das tarifas praticadas pela concessionária, inclusive a antecedência a ser observada na comunicação de suas alterações;

II - os casos de serviço gratuito, como os de emergência; (grifei)

III - os mecanismos para garantir a publicidade das tarifas.

Anexo à Resolução n. 86, de 30 de dezembro de 1998 - ANATEL (Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC), alterado pelo Resolução n. 358, de 15 de março de 2004 - ANATEL.

[...]

Art. 7º Na estruturação do Plano de Numeração do STFC, são premissas básicas:

...

VII – o uso de prefixos específicos para identificar uma modalidade de serviço ou uma facilidade associada à comunicação; e

[...]

Art. 20. Os Códigos de Acesso a Serviço de Utilidade Pública e a Serviço de Apoio ao Serviço Telefônico Fixo Comutado, no formato [N3N2N1], têm a seguinte Destinação:

I – para as séries “1N2 N1”:

a) “100”, “128”, “180” a “199”: Serviços Públicos de Emergência; (grifei)

b) “101”, “103” a “127”, “129” a “141”, “143” a “179”: Demais Serviços de Utilidade Pública e

c) “102” e “142”: Serviços de Apoio ao STFC.

II – demais séries “0N2N1” e “2 N2N1” a “9 N2N1”: reserva

<sup>54</sup> Anexo à Resolução n. 85, de 30 de dezembro de 1998 - ANATEL (Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC), alterada pela Resolução n. 357, de 15 de março de 2004 - ANATEL

A outra finalidade da regulamentação do serviço telefônico fixo comutado foi a de tornar gratuitas as chamadas telefônicas destinadas aos Serviços Públicos de Emergência e Serviços de Utilidade Pública, já que em algumas localidades o acesso à esses serviços era oneroso ao usuário com a cobrança de impulso ao custo de uma ligação local.

O avanço tecnológico da informática e as novas tecnologias de informação possibilitaram à PMMG inserir-se no mundo da era digital e criar, já no ano de 2001, seu próprio site<sup>55</sup> na Internet, onde as pessoas passaram a ter acesso à links que possibilitavam além da obtenção de informações e dicas sobre segurança a solicitação de serviços e a realização de denúncias por meio do Net-Denúncias.

Em 2002 a Polícia Militar amplia sua forma de disponibilização de contatos e atendimentos à comunidade com o lançamento do serviço “Disque Denúncia<sup>56</sup>” na capital mineira, concebido por meio de um convênio com empresas e a definição de um número de telefone gratuito (0800 300 190) para acionamento, o que motivou a descoberta e o combate

[...]

Art. Art. 39. As chamadas destinadas a serviços públicos de emergência, definidos na regulamentação específica, serão gratuitas para os Usuários.

Anexo à Resolução n. 357, de 15 de março de 2004 - ANATEL (Regulamento sobre as condições de acesso e fruição dos serviços de utilidade pública e de apoio ao STFC)

[...]

Art. 4º - *omissis*.

...

IV – Serviço Público de Emergência: modalidade de Serviço de Utilidade Pública que possibilita ao interessado solicitar o atendimento imediato, em virtude de situação emergencial ou condição de urgência;

[...]

Art. 8º Havendo condições técnicas e interesse da instituição a ser acessada, o atendimento dos Serviços de Utilidade Pública poderá ser centralizado. (grifei)

§ 1º Não cabe ao provedor de Serviço Público de Emergência qualquer custo pelo encaminhamento das chamadas até o centro de atendimento centralizado.

§ 2º Para os provedores de Serviços Públicos de Emergência, a centralização do atendimento deve ser feita pela Concessionária de STFC:

Art. 9º. Devem ser gratuitas aos usuários, as chamadas destinadas:

I – aos Serviços Públicos de Emergência; e (grifei)

II – a Serviços de Utilidade Pública ofertados por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo destinados ao uso do público em geral.

Parágrafo único. Nas chamadas a que se refere este artigo, não é devida às prestadoras envolvidas remuneração pelo uso das redes ou qualquer outro recurso necessário ao seu correto encaminhamento e à prestação da informação. (grifei)

[...]

Art. 19. A prestadora de STFC deve fazer constar junto às instruções de uso dos telefones de uso público, no prazo de até 12 (doze) meses contados da data de vigência deste Regulamento, os Códigos de Acesso dos provedores de Serviços Públicos de Emergência e dos Serviços de Apoio ao STFC.

<sup>55</sup> Resolução n. 3160, de 17 de agosto de 2001 (Dispõe sobre o Portal da PMMG na Internet e dá outras providências).

[...]

Art. 12 – Os e-mails oriundos dos diversos serviços disponíveis no Portal da PMMG deverão ser lidos diariamente pelas Unidades e encaminhados às Seções responsáveis. As respostas e as providências cabíveis deverão ser adotadas com a brevidade possível.

<sup>56</sup> O serviço de Disque-denúncia foi criado no ano de 1995, na cidade do Rio de Janeiro, por um grupo de empresários, publicitário e advogados, tendo por coordenador o empresário José Antônio Borges Fortes, como forma de estabelecer cooperação e estreitar o contato com a Polícia Militar na tentativa de reduzir o crescente número de sequestros que atingia a população carioca. Na época as denúncias eram recompensadas e levaram a polícia a realizar dezenas de prisões. (OYAMA, Rosana e outros. *Sequestros: A vítima pode ser você*. Veja, São Paulo, ed. 1716, ano 34, n. 35, 5 set. 2001, p. 50-53)

de diversas modalidades delituosas, antes ocultas pelo receio da população em denunciar. Havia o interesse de que esse serviço fosse ampliado para todos os municípios mineiros.

Por meio do Decreto Estadual n. 44.633, de 10 de outubro de 2007<sup>57</sup>, os números dos disque-denúncia da Polícia Militar e Polícia Civil passaram a ser unificados no número 181, código de números de três dígitos, instituído como número de serviço de utilidade pública pela Resolução n. 358, de 15 de março de 2004 – ANATEL, para facilitar o acesso à todos os membros da população.

Recentemente, no dia 25 de maio de 2011 foi criado pela Assessoria de Comunicação Organizacional com o fim de potencializar a comunicação com o público interno e externo, em face de constituir um mecanismo rápido, prático e amplo de informação o “TWITTER Institucional” da Polícia Militar, hospedado na Internet no endereço: [www.twitter.com/pm5-pmmg](http://www.twitter.com/pm5-pmmg).

Vê-se com isso que a Polícia Militar já dispõe de formas modernas de atendimento ao cidadão, possibilitando um atendimento de forma igualitária e universalizada. Ocorre, porém, que os meios de atendimento de emergência policial ainda não atendem a essa necessidade, pois os policiais militares lançados no policiamento não possuem treinamento específico em Libras, e o Teleatendimento de emergência do número 190 não possui ferramenta de acesso às pessoas surdas ou mudas.

Em relação a esses serviços merecem destaques as ações da Polícia Militar do Estado de São Paulo que oferece treinamento de Libras aos seus integrantes para atendimento de ocorrências envolvendo pessoas surdas, e já se prepara para no final deste ano implantação do sistema de atendimento de emergência policial telefônico adaptado ao recebimento de chamadas realizadas por surdos via mensagem de texto (SMS) oriunda de telefone celular (SMP)<sup>58</sup>, conforme disposto na Resolução n. 564 - ANATEL, de 20 de abril de 2011<sup>59</sup>, que determina a gratuidade no envio de mensagens para os órgãos prestadores dos serviços públicos de emergência que possuam essa forma de atendimento.

---

<sup>57</sup> Decreto Estadual n. 44633, de 10 de outubro de 2007 (Institui o Disque Denúncia Unificado e dá outras providências) Art. 1º. Fica instituído o Disque Denúncia Unificado, constituído de uma central única, cujas finalidades são a recepção, o processamento e a resposta a denúncias anônimas de crimes e sinistros.

<sup>58</sup> REVISTA DA FENEIS. Feneis pelo país. Chamadas para a PM e Corpo de Bombeiros poderão ser feitas por mensagem de celular. Rio de Janeiro, n. 44, jun./ago. 2011, p. 24.

<sup>59</sup> RESOLUÇÃO Nº 564, de 20 de abril de 2011 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 509, de 14 de agosto de 2008.

Na mesma iniciativa o metrô da cidade de São Paulo<sup>60</sup> também inovou na tentativa de receber denúncias de depredação do patrimônio por meio no atendimento de um disque-denúncia que disponibiliza o recebimento de mensagens SMS, e pode ser utilizado por surdos, o serviço funciona 24 horas por dia e recebe chamadas ou mensagens por meio do número (21) 7333-2252.

Noutra inovação, agora no campo do atendimento direto ao usuário, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) como forma de implantação do Programa Sinal Verde para a Inclusão que faz parte do Programa Cidadania em Ação, desde o ano de 2010, passou a oferecer, no estado de Minas Gerais, em 23 unidades (APÊNDICE D) dispostas em alguns municípios mineiros (Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Itaúna, Juiz de Fora, Manhuaçu, Montes Claros, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha) atendimento aos surdos por meio de profissionais com capacitação em Libras, possibilitando às pessoas surdas o uso dos serviços de emissão e postagem de correspondências, além de diversos outros tipos de serviços oferecidos pela ECT<sup>61</sup>.

## **5.2 Uso da comunicação não verbal na formação policial militar**

O uso da comunicação não verbal é uma característica das instituições militares e do desenvolvimento das suas atividades rotineiras sendo parte integrante da formação dos seus efetivos militares, seja no sentido tático das atividades, seja na sedimentação da disciplina e da hierarquia que são os seus pilares basilares.

A comunicação não verbal nas instituições militares se exprime por meio da Continência, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial militar e compõe parte da formação da disciplina dos seus integrantes.

Nas atividades militares a comunicações não verbal engloba as seguintes atividades: Continência, Ordem Unida, Heráldica, Os toques de corneta e clarim; e, os silvos de apito.

---

<sup>60</sup> REVISTA DA FENEIS. Acessibilidade. Denúncias via SMS no metrô de São Paulo. Rio de Janeiro, n. 43, mar./maio 2011, p. 21.

<sup>61</sup> REVISTA DA FENEIS. Acessibilidade. Atendimento em Libras nos Correios. Rio de Janeiro, n. 43, mar./maio 2011, p. 21 e em <http://www.g37.com.br/index.asp?c=padrao&modulo=conteudo&url=44>

A Polícia Militar de Minas Gerais como força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro<sup>62</sup> também adota na formação de seus integrantes as formas de comunicação não verbal acima descritas.

### 5.2.1 A Continência

A continência é uma forma de apreço entre os militares e designa ainda o seu respeito para com seus superiores, pares e subordinados, e, é realizada por meio de gestos e atitudes que possuem significação própria transmitindo aos seus usuários as mensagens necessárias, aplicando-se em quaisquer ocasiões.

Houaiss (2009, p. 535) apresenta o seguinte significado para Continência:

s.f. (1278) 1 comportamento muito contido; moderação nos gestos, palavras e atos; autodomínio, comedimento <c. afetiva> 2 estado de uma pessoa que se abstém de todo prazer carnal; castidade 3 jur a reunião de processos, estando um integralmente contido no outro, por não poder haver duas demandas idênticas em curso 4 mil saudação militar <prestar c.> 2 c. de crimes jur ocorre quando duas ou mais pessoas são acusadas de terem cometido a mesma infração. (grifei)

A Portaria Normativa 660 do Ministério da Defesa, de 19 de maio de 2009, que aprovou o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, dispõe:

Art. 3º O militar manifesta respeito e apreço aos seus superiores, pares e subordinados:

I - pela continência; (grifei)

[...]

Art. 14. A continência é a saudação prestada pelo militar e pode ser individual ou da tropa. (grifei)

§ 1º - *omissis*.

§ 2º - *omissis*.

§ 3º Todo militar deve, obrigatoriamente, retribuir a continência que lhe é prestada; se uniformizado, presta a continência individual; se em trajes civis, responde-a com um movimento de cabeça, com um cumprimento verbal ou descobrindo-se, caso esteja de chapéu. (grifei)

[...]

Art. 19. A atitude, o gesto e a duração são elementos essenciais da continência individual, variáveis conforme a situação dos executantes:

I - atitude - postura marcial e comportamento respeitoso e adequado às circunstâncias e ao ambiente;

II - gesto - conjunto de movimento do corpo, braços e mãos, com ou sem armas;

III - duração - o tempo durante o qual o militar assume a atitude e executa o gesto acima referido.

Art. 20. O militar, desarmado, ou armado de revólver ou pistola, de sabre-baioneta ou espada embainhada, faz a continência individual de acordo com as seguintes regras:

<sup>62</sup> Constituição da República Federativa do Brasil – Art. 144. [...]§ 6º – As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

I – *omissis*;

a) *omissis*;

b) com cobertura: em movimento enérgico, leva a mão direita ao lado da cobertura, tocando com a falangeta do indicador a borda da pala, um pouco adiante do botão da jugular, ou lugar correspondente, se a cobertura não tiver pala ou jugular; a mão no prolongamento do antebraço, com a palma voltada para o rosto e com os dedos unidos e distendidos; o braço sensivelmente horizontal, formando um ângulo de 45° com a linha dos ombros; olhar franco e naturalmente voltado para o superior. Para desfazer a continência, baixa a mão em movimento enérgico, voltando à posição de sentido; (grifei)

c) sem cobertura: em movimento enérgico, leva a mão direita ao lado direito da frente, procedendo similarmente ao descrito na alínea "b", no que couber; (grifei)

d) a continência é feita quando o superior atinge a distância de três passos do mais moderno e desfeita quando o superior ultrapassa o mais moderno de um passo; (grifei)

Percebe-se que a continência é formada por um conjunto de gestos e sinais que representa uma forma de língua gesto-visual executada pelos militares e por eles interpretada, e é definida por parâmetros normativos que muito se assemelham aos parâmetros da Libras (Configuração da Mão, Orientação, Locação, Movimento e elementos corporais) e são executados com exatidão após instrução e treinamento, tendo por objetivo representar a disciplina militar como forma de distinção dos demais indivíduos.



**FIGURA 13 - Continência Individual**

Fonte: C 22-5, 2000, p. 2-5



**FIGURA 12 - Continência Individual**

Fonte: C 22-5, 2000, p. 2-5

### 5.2.2 A Ordem Unida

O termo Ordem Unida tem por uma de suas definições conforme HOUAISS (2009, p. 1395) “formação habitual de marcha, de parada ou de reunião dos componentes de uma tropa, que observa as distâncias e os intervalos estabelecidos”.

O Manual de Campanha C 22-5 – Ordem Unida (C 22-5), aprovado pela Portaria n. 079 do Estado-Maior do Exército de 13 de julho de 2000, conceitua de forma básica o termo como:

A Ordem Unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente altamente motivada, para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Deve ser considerada, por todos os participantes – instrutores e instruídos, comandantes e executantes – como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar, isto é, a situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência na guerra.

A disposição da tropa e a sua mobilidade no terreno são realizados por meios de comandos executados pelo Comandante quando feitos à viva voz, por gestos ou por silvos de apito, e, à sua ordem quando executados por toques de corneta ou clarim.

Tem por objetivos:

- a. Proporcionar aos homens e às unidades, os meios de se apresentarem e de se deslocarem em perfeita ordem, em todas as circunstâncias estranhas ao combate.
- b. Desenvolver o sentimento de coesão e os reflexos de obediência, como fatores preponderantes na formação do soldado.
- c. Constituir uma verdadeira escola de disciplina.
- d. Treinar oficiais e graduados no comando de tropa.
- e. Possibilitar, conseqüentemente, que a tropa se apresente em público, quer nas paradas, quer nos simples deslocamentos de serviço, com aspecto enérgico e marcial. (C 22-5, 2000)

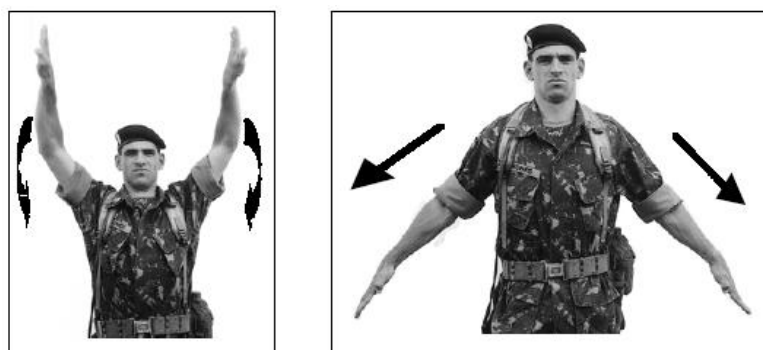
Vê-se assim a importância ímpar da ordem unida na formação dos policiais militares para aguçamento da disciplina e para o desenvolvimento da liderança.

Ao estudo proposto interessa o fato de que essa disciplina também possui forma de comunicação gestual, e por que não dizer gesto-visual, ao contrário das três primeiras formas (voz humana, acordes de instrumentos e silvos de apitos), o que determina o uso corrente da comunicação não verbal.

Os gestos de comando da ordem unida são utilizados “quando a distância o ruído, ou qualquer outra circunstância não permitir que o Comandante se faça ouvir”. (C 22-5, 2000).

É usualmente utilizada para determinar o posicionamento e as evoluções no terreno de tropas motorizadas, mecanizadas e blindadas, ocasião em que formas de comunicação que usam o canal sonoro-auditivo não se mostram eficazes em razão dos sons produzidos pelos motores dos veículos, causando ruídos e até afetando a compreensão das mensagens, ou quando a distância entre o Comandante e os comandados não permite a emissão de comandos sonoros.

A FIG. 14 demonstra de forma visual a execução do comando de embarcar para tropas motorizadas.



**FIGURA 14 - Gestos de braço para o comando desembarcar (tropas motorizadas)**

Fonte: C 22 -5, 2000, p. 7-6

É utilizada ainda, no deslocamento de tropas montadas (à cavalo) e para o deslocamento de bandas de música, sendo que para cada situação os gestos possuem uma significação diferenciada.

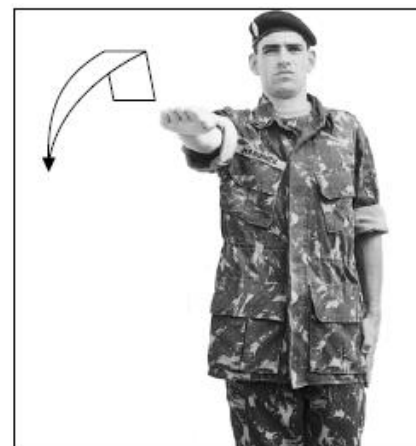
Ocorre, contudo, que em algumas situações os gestos possuem certa similaridade de significados, do que pode-se concluir que também aqui há pares mínimos de estrutura de linguagem de sinais. É o que se verifica na execução de alguns comandos sejam eles destinados a determinar o deslocamento de tropa que esteja a pé firme, estacionada, marcando passo, em deslocamentos ou após a realização de evoluções, mudanças de direção ou simples parada súbita de marcha.

As FIG. 15 e 16, demonstram a similaridade desses comandos, no caso em questão o comando de “em frente”, realizado para determinar o deslocamento de tropas, em específico bandas de música e/ou fanfarras e tropas à cavalo.



**FIGURA 15 - Comando de "em frente" para tropas à cavalo**

Fonte: C 22-5, 2000, p. 7-11



**FIGURA 16 - Comando de "em frente" para bandas de música e fanfarras**

Fonte: C 22-5, 2000, p. 7-16

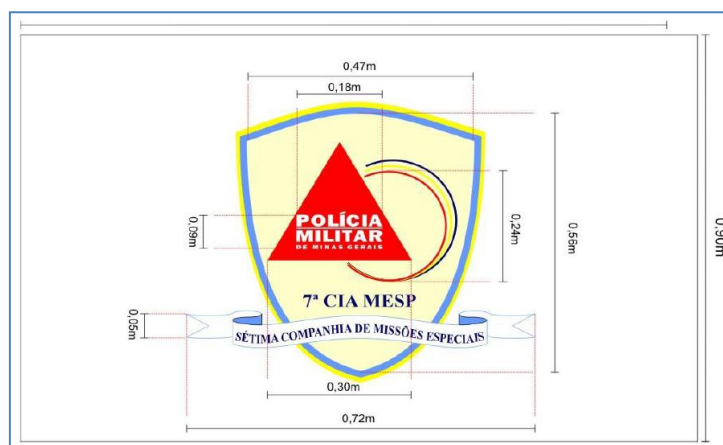
### 5.2.3 A Heráldica

O termo Heráldica tem origem etimológica no *francês héraldique* adj. 'relativo ao brasão', art héraldique 'arte heráldica', derivado erudito do *latim medieval heraldus*, e segundo (HOUAISS, 2009, p. 1013), tem por significado:

s.f. (1873) **1** arte ou ciência cujo objeto é o estudo da origem, evolução e significado dos emblemas blasônicos, assim como a descrição e a criação de brasões ('peça ou composição') **2** m.q. brasonário <sup>2</sup> h. de domínio o conjunto de armas nacionais, municipais, provinciais etc. • h. de família o conjunto de armas hereditárias.

A Heráldica nas atividades policiais militares atuais tem por aplicação a confecção dos estandartes das diversas Unidades da Polícia Militar e das insígnias dos seus Comandantes, que são utilizados como forma de designar tais Unidades em solenidades militares, ou para determinar a presença daquela autoridade no interior da Organização Policial Militar da qual é Comandante, ou que lhe seja subordinada.

A FIG. 17 representa o estandarte da Sétima Companhia da Polícia Militar de Missões Especiais (7ª Cia. PM M. Esp.) aprovado pela Resolução n. 4.154, de 20 de junho de 2011.



**FIGURA 17 - Estandarte da 7ª Companhia de Missões Especiais**  
Fonte: Anexo “A” da Resolução n. 4154, de 20 de junho de 2011

A Resolução n. 4.154, de 20 de junho de 2011, em seu Art. 1º, II, descreve a significação desse símbolo da seguinte forma:

#### II- SIGNIFICADO:

- a) O pano de fundo na cor branca significa a paz social e tranqüilidade pública, metas e razão de ser da Instituição;
- b) A logomarca é o símbolo maior da Polícia Militar de Minas Gerais;
- c) O Triângulo vermelho homenageia a bandeira do Estado de Minas Gerais;

d) O semi-círculo, nas cores heráldicas da Instituição, simboliza a cinturão Leste da RMBH e a região da Cidade de Ouro Preto, área de responsabilidade da 3ª Região da Polícia Militar e onde atua a Sétima Companhia de Missões Especiais;

A FIG. 18 representa a insígnia do Comandante da Sétima Companhia da Polícia Militar de Missões Especiais (7ª Cia. PM M. Esp.) aprovado pela Resolução n. 4.154, de 20 de junho de 2011.



**FIGURA 18 - Insígnia do Comandante da 7ª Cia. PM M. Esp.**

Fonte: Anexo “B” da Resolução n. 4154, de 20 de junho de 2011.

Atualmente há no mundo o desenvolvimento de uma nova ciência denominada Vexilologia, termo esse criado por Whitney Smith<sup>63</sup>, e que provém de *vexillum*, nome dos estandartes utilizados no exército romano. É um termo construído da junção de duas palavras de etimologias distintas (do latim *vexillum* = bandeira e do grego *logos* = saber, estudo) e tem por significado a ciência ou arte que estuda a simbologia e o grafismo das bandeiras, estandartes e pavilhões.

A Resolução n. 1.116, de 25 de janeiro de 1985, e o Aviso n. 246, de 20 de junho de 1985, regulamentam a confecção das insígnias das Unidades da Polícia Militar e dos estandartes de seus comandantes, sendo o alicerce da heráldica e da vexilologia na Corporação, exemplificando dessa forma o uso da comunicação não verbal (visual) nas atividades cotidianas da Polícia Militar.

<sup>63</sup> Whitney Smith, nascido a 26 de fevereiro de 1940, estudioso e analista das características das bandeiras criou o termo Vexilologia em 1958 com a edição do livro *Flags of the Arab World*.

#### 5.2.4 Os toques de corneta (clarim)

Os toques da corneta e dos clarins são usados como sinais ou mensagens sonoras e remetem a ações a serem desenvolvidas pelo corpo de tropa, ou parte dela, e são usados desde a antiguidade por forças terrestres à pé ou montadas.

Antigamente tinham função de destaque e distinção no deslocamento de tropas pelo terreno e como meio de comunicação entre elas, tanto para ações voltadas contra o inimigo como para marchas e deslocamentos.

Os toques de corneta e clarins adotados pela Polícia Militar de Minas Gerais, são os constantes no Manual de Toques, Marchas e Hinos das Forças Armadas (FA-M-13) e no Manual de Toques do Exército (C 20 - 5), e são utilizados nas honras militares e nas solenidades, paradas e desfiles militares.

### 5.3 A atividade policial e a comunicação não verbal

A comunicação não verbal sempre foi um meio utilizado nas atividades diuturnas de polícia seja por meio do uso de sons ou gestos, em especial os utilizados por agentes de trânsito.

A Convenção de Viena sobre trânsito viário, de 08 de novembro de 1968, como norma de direito internacional prevê em seu Artigo 6º a uniformização dos sinais a serem utilizados pelos agentes encarregados de regular o trânsito.

#### Artigo 6

Ordens dadas pelos agentes encarregados de regular o trânsito

1. os agentes encarregados de regular o trânsito serão facilmente reconhecidos e visíveis à distância, tanto de noite como de dia.
2. Os usuários da via estarão obrigados a obedecer imediatamente qualquer ordem dos agentes encarregados de regular o trânsito.
3. Recomenda-se que as legislações nacionais estabeleçam que se considerem especialmente como ordens dos agentes que regulam o trânsito:
  - a) o braço levantado verticalmente; este gesto significa "atenção, pare" para os usuários da via, salvo para os condutores que não possam deter-se em condições de segurança suficiente; além do mais, se esse gesto for efetuado numa intersecção, não obrigará a que se detenham os condutores que já hajam penetrado nela. (grifei)
  - b) o braço ou os braços estendidos horizontalmente; este sinal significa "pare" para todos os usuários da via que venham, qualquer que seja o sentido de sua marcha, de direções que cortem a indicada pelo braço ou braços estendidos; depois de haver feito este gesto, o agente encarregado de regular o trânsito poderá baixar o braço ou os braços; para os condutores que se encontrem de frente para o agente ou detrás dele, este gesto significa igualmente "pare";

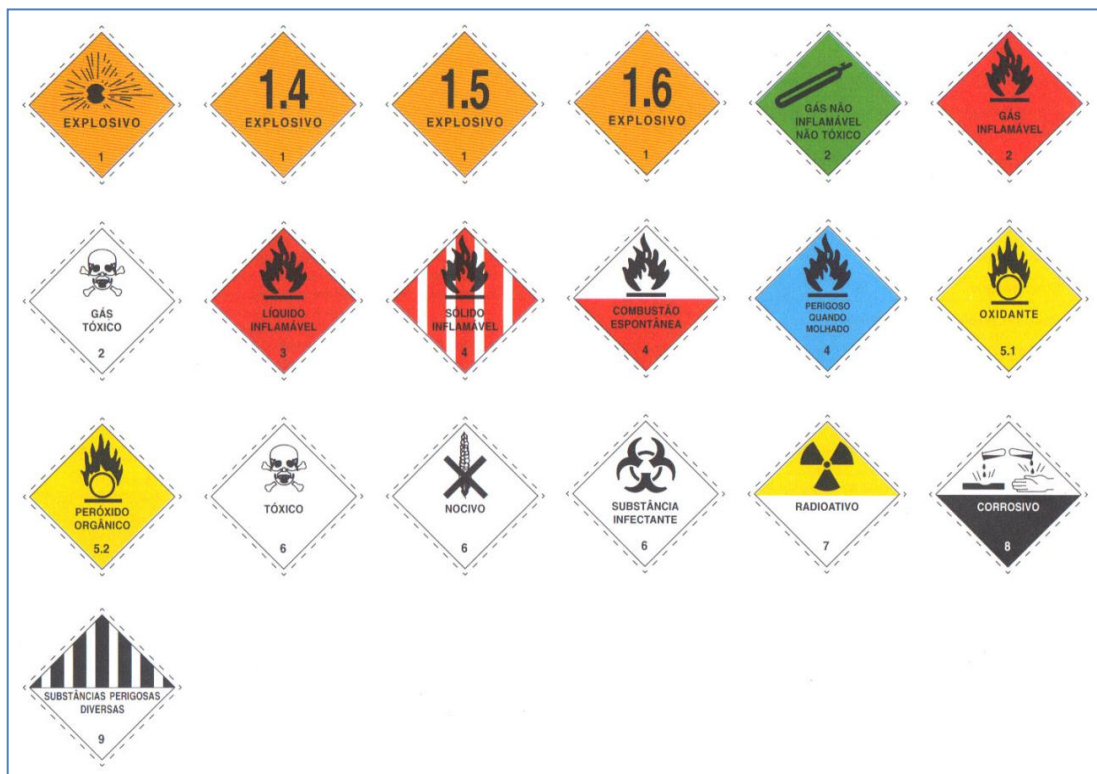
c) o agitar de uma luz vermelha: este gesto significa "pare" para os usuários da via aos quais a luz é dirigida. (grifei)

4. As prescrições dos agentes que regulam o trânsito prevalecem sobre as indicadas pelos sinais viários, semáforos ou marcas viárias, como também sobre as regras de trânsito.

Outra forma de comunicação não verbal que auxilia as atividades de polícia é a utilizada por meio de símbolos icnográficos dispostos nos diversos tipos de placas que constituem formas de comunicação visual, bem como as cores das luzes utilizadas nos semáforos sejam de trânsito urbano ou ferroviário.

Existem inúmeros tipos de placas que se destinam a expressar uma infinidade de informações e mensagens, desde aquelas utilizadas em pequenas comunidades como aquelas que exprimem mensagens de conhecimento geral ou universal, a exemplo as placas que determinam a classificação dos produtos perigosos, que são regulados pela Organização das Nações Unidas, publicados no Modelo de Regulamento - Recomendações para o Transporte de Produtos Perigosos conhecido como Orange Book, muito embora não sejam de conhecimento geral.

A FIG. 12 abaixo e o quadro seguinte apresentam a relação desses materiais.



**FIGURA 19 - Rótulos de risco de produtos perigosos**

Fonte: Manual para atendimento de emergências com produtos perigosos, 2002, p. 8-9 (adaptado pelo autor)

QUADRO 3 - Relação de produtos perigosos

CLASSE	SUBCLASSE	TIPOS
1	-	<b>EXPLOSIVOS</b>
	Subclasse 1.1	Substâncias e artigos com risco de explosão em massa
	Subclasse 1.2	Substâncias e artigos com risco de projeção
	Subclasse 1.3	Substâncias e artigos com risco de fogo
	Subclasse 1.4	Substâncias e artigos que não apresentam risco significativo
	Subclasse 1.5	Substâncias muito insensíveis
	Subclasse 1.6	Artigos extremamente insensíveis
2	-	<b>GASES</b>
	Subclasse 2.1	Gases inflamáveis
	Subclasse 2.2	Gases não tóxicos e não inflamáveis
	Subclasse 2.3	Gases tóxicos
3	-	<b>LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS</b>
4	-	<b>SÓLIDOS INFLAMÁVEIS; SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A COMBUSTÃO ESPONTÂNEA; SUBSTÂNCIAS QUE, EM CONTATO COM A ÁGUA, EMITEM GASES INFLAMÁVEIS</b>
	Subclasse 4.1	Sólidos inflamáveis
	Subclasse 4.2	Substâncias sujeitas a combustão espontânea
5	-	<b>SUBSTÂNCIAS OXIDANTES; PERÓXIDOS ORGÂNICOS</b>
	Subclasse 5.1	Substâncias Oxidantes
	Subclasse 5.2	Peróxidos Orgânicos
6	-	<b>SUBSTÂNCIAS TÓXICAS; SUBSTÂNCIAS INFECTANTES</b>
	Subclasse 6.1	Substâncias Tóxicas
	Subclasse 6.2	Substâncias Infectantes
7		<b>MATERIAS RADIATIVAS</b>
8		<b>SUBSTÂNCIAS CORROSIVAS</b>
9		<b>SUBSTÂNCIAS E ARTIGOS PERIGOSOS DIVERSOS</b>

Fonte: Manual para atendimento de emergências com produtos perigosos, 2002, p. 6 (adaptado pelo autor)

Há ainda símbolos que integram uma convenção internacional e que servem para designar ações, definir características físicas de locais e/ou pessoas, expor ideias ou ideologias, desenvolvidos por meio de pictogramas, e que possuem em todo o mundo uma significação.



FIGURA 20 - Símbolos universais para surdez, cegueira e acessibilidade

Fonte: Disponível em <http://www.movimentolivre.org/artigo.php?id=62>

A Lei n. 8.160, de 08 de janeiro de 1991 (Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva) por meio

do seu Art. 1º institucionalizou o uso do Símbolo Internacional da Surdez nos locais de acesso e utilização por parte dos surdos ao prever que:

É obrigatória a colocação, de forma visível, do "Símbolo Internacional de Surdez" em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.

Esta padronização possibilitou às pessoas surdas identificarem locais onde as pessoas se comunicam por meio da língua de sinais, reduzindo-se a sensação de exclusão e garantindo o contato dessas com outras com a mesma deficiência, e, portanto, pertencentes a uma mesma cultura.

#### **5.4 Técnica Policial Militar e comunicação gesto-visual**







A padronização no uso da comunicação por sinais nas atividades de polícia ostensiva teve sua origem na edição do Manual de Prática Policial Geral – Volume 1 (2002), quando viu-se a necessidade de se definir e estipular parâmetros mínimos de comunicação não verbal entre os policiais militares envolvidos em uma ação tática de polícia, seja durante a progressão no terreno, onde o silêncio e surpresa se mostram como fatores determinantes para o êxito da ação, seja em situações em que meios auditivos e orais de comunicação se mostravam impróprios.

Anteriormente os sinais e gestos de braços e mão somente eram utilizados nas atividades de trânsito, como relatado na subseção 5.3, fazendo com que se restringissem a essa atividade.

Posteriormente códigos pessoais passaram a ser usados de forma corrente nas atividades diurnas de policiamento.

Esses códigos usados entre os próprios militares, seja por meio do uso de convenções de sinais internacionais (como forma de transmitir informações necessárias ao desenvolvimento das ações/operações), ou pela própria continência e a ordem unida (característica das instituições policiais militares) se mostram como formas de comunicação gesto-visual.

A FIG. 21 apresenta um infográfico composto por gestos internacionais utilizados por agentes de trânsito e seus significados.

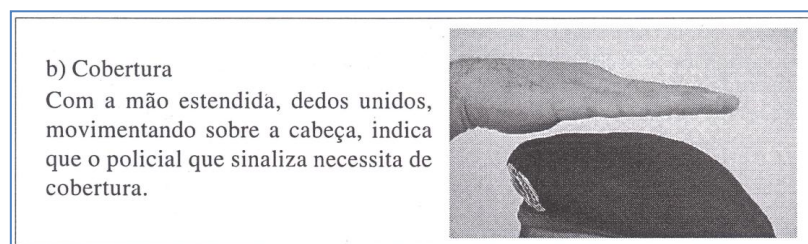
Sinal	 Braço levantado verticalmente, com a palma da mão para a frente.	 Braços estendidos horizontalmente, com a palma da mão para a frente.	 Braço estendido horizontalmente, com a palma da mão para frente, do lado do trânsito a que se destina.
Significado	Ordem de parada obrigatória para todos os veículos. Quando executada em interseções, os veículos que já se encontrem nela não são obrigados a parar.	Ordem de parada para todos os veículos que venham de direções que cortem ortogonalmente a direção indicada pelos braços estendidos, qualquer que seja o sentido de seu deslocamento.	Ordem de parada para todos os veículos que venham de direções que cortem ortogonalmente a direção indicada pelo braço estendido, qualquer que seja o sentido de seu deslocamento.
Sinal	 Braço estendido horizontalmente, com a palma da mão para baixo, fazendo movimentos verticais.	 Braço estendido horizontalmente, agitando uma luz vermelha para um determinado veículo.	 Braço levantado, com movimento de antebraço da frente para a retaguarda e a palma da mão voltada para trás
Significado	Ordem de diminuição da velocidade.	Ordem de parada para os veículos aos quais a luz é dirigida.	Ordem de seguir.

**FIGURA 21 - Sinais de braço do agente de trânsito**

Fonte: Anexo II da Lei n. 9503, de 23 de setembro de 1997.

Ocorre que, conforme a situação, o uso de um sinal de múltiplos significados ao invés de auxiliar acaba por prejudicar o processo de comunicação e o reflexo pode ser altamente comprometedor aos resultados esperados.

MOREIRA e CORRÊA (2006) destacam a funcionalidade do uso de formas não verbais de comunicação durante as ações policiais, notadamente aquelas em que o elemento surpresa se revela em vantagem tática contra ações de delinquentes ou em situações de risco para a equipe de policiais, conforme se verifica na FIG. 22, que é um sinal desenvolvido para ser usado em ações policiais.



**FIGURA 22 - Sinal de mão cobertura**

Fonte: Manual de Prática Policial Geral – Volume 1, 2002, p. 43

Uma boa alternativa são os sinais de mão, pois possibilitam uma comunicação eficiente entre a equipe, favorecendo a surpresa. Os sinais de mão devem ser simples e estar bem treinados para não haver problema. Ao passar um sinal certifique-se que seu companheiro recebeu e entendeu a comunicação sem, entretanto, desviar a sua atenção dos Pontos de Foco. (MOREIRA; CORRÊA, 2006, p. 43)

A comunicação por meio de gestos passou então a ser uma ferramenta de uso rotineiro nas atividades de polícia ostensiva, revelando-se poderosa aliada do policial militar na execução de seus serviços, notadamente nos deslocamentos em locais de difícil acesso, ou para adentrar em ambientes fechados e edificações.

Essas evoluções demonstram que o uso da comunicação gesto-visual pode ser um importante aliado nas ações policiais militares rotineiras e substituir outras formas de comunicação e transmissão de mensagem, sem qualquer prejuízo ou perda de fidelidade na mensagem desde que os envolvidos estejam devidamente treinados.

Estudo recente foi realizado por Moreira (2007) com uma parcela da população surda de Belo Horizonte/MG, que se encontrava à época regularmente matriculada em escolas de ensino fundamental e médio, da rede municipal, estadual e particular de ensino, com faixa etária entre 16 e 33 anos de idade, sobre a visão do surdo quanto à comunicação com o policial militar que já tinham tido necessidade de interagir com um policial militar.

Segundo Moreira (2007) a pesquisa constatou que a grande dificuldade do surdo era se fazer compreender por parte do policial militar, pois em sua quase totalidade esses não possuíam qualquer conhecimento acerca da Libras e a comunicação por uso de mímica ou de texto escrito nem sempre se mostrava eficiente e efetiva.

Uma das observações que se pode fazer diante desse fato, reforçado pelo estudo de Interlúngua Libras, é o de que como a língua de sinais adota o sistema de estrutura frasal Sujeito-Verbo-Objeto, sua tradução para a Língua Portuguesa na maioria das vezes não se torna inteligível para os ouvintes que não tenham contato com a Libras, e com isso pouco prático se torna a tradução da Libras para a língua escrita, sem o uso de uma estrutura linguística com essa finalidade.

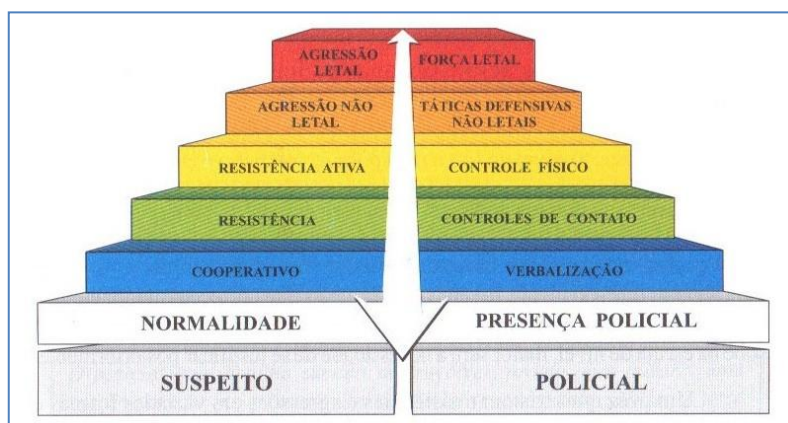
Em outro estudo realizado por Lúcio (2008) com 100 policiais militares, lotados nas diversas unidades da Capital e sua Região Metropolitana e que participavam do Treinamento Policial Básico no Centro de Treinamento Policial, sobre as impressões desses à respeito da abordagem em pessoas surdas onde apenas 01 dos questionados, o que representa 1% da amostra, declarou ser capaz de identificar um indivíduo surdo durante uma abordagem policial.

Outra informação obtida nesse estudo de Lúcio (2008) determinou que 65% dos pesquisados ao não serem acatados por uma ordem verbal durante uma abordagem automaticamente elevavam a gradação do uso da força por entenderem a ação como resistência ou tentativa de reação contra ação policial, sendo que 85% deles não consideram a possibilidade do abordado ser uma pessoa surda.

Nesse sentido mostra-se necessário expor quais são os parâmetros dessa gradação do uso dessa força por parte do policial militar, pois se o primeiro passo é a presença policial e o derradeiro é o ato de utilização de armamento letal, a falha na comunicação é que será o determinante para a escolha a ser feita.

O Caderno Doutrinário n. 3 ampliou o conceito de gradação do uso de força previsto no Manual de Prática Policial Geral – Volume I.

O Manual de Prática Policial Geral – Volume I (FIG. 23) apresenta um infográfico que parametriza o uso dessa força por parte dos policiais militares conforme a situação encontrada, partindo-se do estado de normalidade que se caracteriza pela simples presença policial (comunicação não verbal traduzida pelo uso do fardamento) até o estado de uso de força letal caracterizado pelo uso de armamentos que tem o potencial de ofender a integridade física de alguém e até causar a morte.



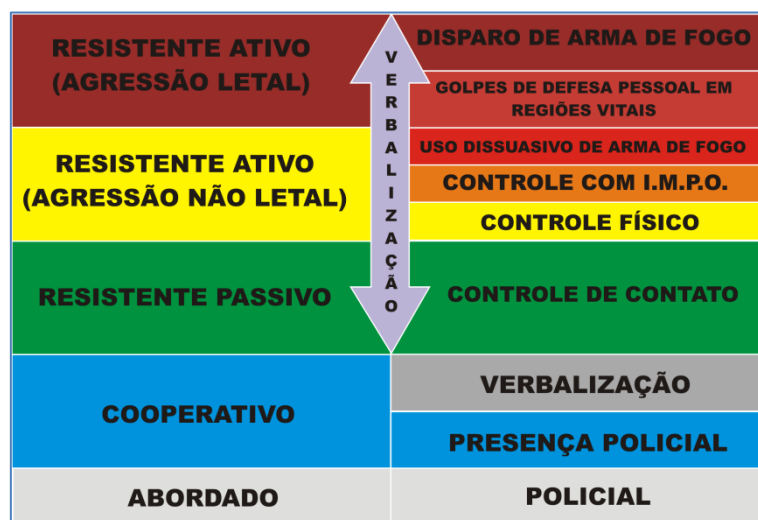
**FIGURA 23 - Modelo de uso progressivo da força**

Fonte: Manual de Prática Policial Geral – Volume I, 2002, p. 83

Nesse esquema a verbalização era apenas um dos níveis de uso da força que era utilizado na situação em que o suspeito era cooperativo com as atitudes do policial militar, simbolizava o 2º Estágio do Uso Progressivo da Força.

No Caderno Doutrinário n. 3 (FIG. 24) criou-se uma nova nomenclatura para os termos e um novo quadro expositivo foi desenvolvido para delimitar o uso de força por parte

dos encarregados pela aplicação da lei, onde a verbalização passou a ser um ingrediente presente em todos os níveis de resposta para o uso da força, em face das atitudes do abordado.



**FIGURA 24 - Modelo de Uso da Força**

Fonte: Caderno Doutrinário n. 3, 2010, p. 87

Prevê o Caderno Doutrinário n. 3 em seu item 7.1.3, que “[...] O uso da força depende da compreensão das relações de causa e efeito entre as atitudes do abordado e as respostas do policial. Isto possibilitará uma avaliação prática e a tomada de decisão sobre o nível mais adequado de força”.

Vê-se, com isso, que houve uma nova preocupação dos doutrinadores em pontuar de forma sistematizada o uso da verbalização em todos os níveis de intensidade de força como forma de manter o contato com o abordado e tentar uma solução mais pacífica para a questão, mesmo já estando em progresso o uso de um meio mais invasivo.

Verifica-se, contudo, da mesma forma como no descrito nas seções anteriores, que a verbalização aqui exposta abrange somente o uso da comunicação verbal por meio da oralidade, uso da fala humana por meio da voz.

Corrêa (2010) por meio de seu estudo explicita de maneira direta essa assertiva ao dizer que:

O policial interage com o cidadão por meio da verbalização oral, quando ordena, pergunta, adverte, orienta: práticas de ações linguísticas, cujo objetivo é a obtenção de cooperação e modificação de comportamento. (grifei)  
No estabelecimento da ordem, a polícia utiliza a força presencial potencializada pela verbalização oral, até mesmo para o uso da arma de fogo, nos casos estritamente necessários. Nesse aspecto, observa-se que a verbalização se faz presente em todas as ações de Preservação da Ordem Pública e atividades de Polícia Ostensiva. (grifei)

Ante essas definições e estudos pode-se perceber um concordância de entendimentos existentes nos dois primeiros trabalhos no que se refere à percepção dos surdos e dos policiais militares quanto às suas ações durante uma abordagem policial.

No primeiro estudo é relatado que para os surdos falta treinamento por parte do policiais para uma comunicação eficiente, o que poderia ser melhorado com o uso da Libras, já na segunda pesquisa 77% dos policiais militares pesquisados se considerou despreparado para atuar em uma abordagem envolvendo uma pessoas surda e que o conhecimento adquirido na atividade policial não se adequava à essa realidade, sendo que para 95% deles o conhecimento da Libras poderia suprir essa carência.

Frisa-se, como oportuno, que à época do estudo de Moreira (2007) e de Lúcio (2008) estava em vigor na Corporação a Diretriz para Produção dos Serviços em Segurança Pública n. 08 (2004) que definia procedimentos a serem adotados pelo policial militar ao se deparar com ocorrências envolvendo pessoas surdas, o que não mais ocorre, pois com a revogação dessa norma pela Diretriz n. 3.01.05 (2010), esses procedimentos foram excluídos. Mas, ainda assim, a existência da norma não era garantia de sucesso na comunicação entre o policial militar e o surdo, pois conforme afirma Lúcio (2008) 100% dos entrevistados desconheciam a existência da Diretriz, isso passados 04 anos de sua publicação.

Corrêa (2010, p. 33) apresenta a seguinte definição para a função do profissional de segurança pública:

O preservador da ordem pública existe para zelar do cumprimento das leis, efetivar a garantia dos direitos fundamentais e possibilitar ao cidadão condições básicas de sobrevivência, convivência harmônica e pacífica, imprescindíveis ao desenvolvimento do homem nas relações sociais de interatividade. (grifei)

Já Coelho Neto (2006, p. 65) o tratar da necessidade de treinamento dos policiais militares assevera que “o simples fato do policial ter que atuar com o uso da força já é motivo único e bastante para que a organização Policial Militar invista em treinamento”.

Pode-se aduzir que para uma efetiva atuação dos policiais militares no sentido de atender a todos de forma eficiente e efetiva há de se ter meios e formas de comunicação eficazes entre esses e a população, público alvo de seus serviços, contudo, não se pode restringir essas ações ao discurso oral, vez que em algumas situações essa ferramenta pode não se mostrar útil, o que por si só não poderá determinar ao policial aumento na gradação do uso da força.

Ocorre que, embora os estudos tenham tido por viés a abordagem da pessoa surda e a percepção dessa para com os serviços prestados pela PMMG, em nenhum deles procurou-se abordar o uso da Libras na atividade policial como forma de efetivação da comunicação entre o policial militar e o surdo.

Outra indagação que se faz é que para inserirmos ensinamentos de Libras no Treinamento Policial Básico, primeiro teríamos que possuir policiais militares proficientes na língua para que assim pudessem difundir-la aos demais. É importante pensar no fruto, mas deve-se lembrar que se não for primeiro cultivada a semente aquele não existirá.

## 6 A EDUCAÇÃO DE POLÍCIA MILITAR

Ao tratar-se da educação de Polícia Militar não se poderia deixar de retratar o início dessa atividade em um breve resumo, já que a contextualização dessa evolução também demonstra o ritmo das mudanças pelas quais a Corporação passou para obter, nos dias de hoje, o conceito que possui perante a sociedade mineira, e também dentro do contexto da segurança pública nacional.

As primeiras iniciativas de treinamento específico para a Polícia Militar de Minas Gerais remontam os idos dos anos de 1912, e tiveram por acepção a doutrina do treinamento militar, voltado para ações de combate, guerrilha e contraguerrilha, da escola Prussiana.

O avanço na instrução da tropa se deu com a contratação do Coronel do Exército Suíço Roberto Drexler e Técnicos paulistas cedidos pelo presidente de São Paulo Borges Tibiriçá. (MARCO FILHO, 1993)

Realizar o treinamento de toda a tropa da Polícia Militar<sup>64</sup>, à época, já se mostrava como uma tarefa muito árdua, pois tanto a falta de instrutores como as dimensões do Estado somado aos efetivos reduzidos não permitiam que o treinamento fosse realizado de forma constante, o que exigiu a criação de uma Escola de Instrução organizada em três categorias: Escola de graduados, Escola de Recrutas e Escola Tática.

Para Marco Filho (1993) os marcos mais significativos são o ano de 1928 com a criação da primeira Escola de Sargentos; o ano de 1934 criação do Departamento de Instrução<sup>65</sup> com a finalidade de incrementar o ensino especializado e de nível superior, formando-se oficiais em 02 cursos (Curso de Formação de Oficiais destinado aos policiais militares e o Curso Especial os comissionados do exército); e, o ano de 1967 data da criação do Batalhão Escola, extinguindo-se as Escolas de Recruta e criando-se Escolas de Soldados.

---

<sup>64</sup> Decreto n. 4380, de 11 de maio de 1915 - manda observar as disposições reguladoras da instrução na força pública do estado.

<sup>65</sup> O Departamento de Instrução da Força Pública do Estado (DI) foi criado pelo Decreto n. 11252, de 03 de março 1934, e sofreu reorganização administrativa em 1949, por meio da Lei n. 533, de 23 de dezembro de 1949. Passou a ser denominado Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais (EsFAO) por força contido no Art. 31, I, a) da Lei n. 6624, de 18 de julho de 1975, sendo criado também o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP). Ganhou denominação de Academia da Polícia Militar (APM) por força do Decreto n. 20318, de 21 de dezembro de 1979, com nova designação dos centros para Centro de Formação de Oficiais (CFO) e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos (CFAS) que posteriormente voltou a ser CFAP com a separação da formação de oficiais e praças. No ano 2001 com o advento da Resolução n. 3628, de 24 de outubro de 2001, a APM foi extinta criando-se o Instituto de Educação de Segurança Pública (IESP) formado pelo Centro de Ensino Técnico (CET), Centro de Ensino e Graduação (CEG), Centro de Pesquisa e Pós-graduação (CPP), Centro de Apoio ao Ensino (CAE) e Centro de Treinamento Policial (CTP), e voltaria a se denominar Academia de Polícia Militar por força da Resolução n. 3726, de 03 de julho de 2003, com a manutenção dos centros. No ano de 2010, a Resolução n. 4075, de 23 de abril de 2010, criou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos (CFAS) na estrutura da APM.

O advento do Decreto-lei n. 667, de 02 de julho de 1967<sup>66</sup>, trouxe inovações no ensino das polícias militares pois foi instituído que para as promoções aos cargos de Major e Coronel seria obrigatória a realização dos curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e Superior de Polícia (CSP), respectivamente, já que anteriormente era requerido apenas o primeiro, para acesso aos postos de oficiais superiores, e em muitas corporações não havia a previsão do posto de Coronel PM.

Para a inclusão de Soldados passou a ser exigido o curso primário completo (atual ensino fundamental) com a edição da Lei n. 5301, de 21 de outubro de 1969 (Estatuto de Pessoal da Polícia Militar), sendo que o curso de formação seria realizado por um período mínimo de 6 meses<sup>67</sup>. Já para os oficiais a inclusão se daria por meio de exame vestibular regido pelo Regulamento do Departamento de Instrução.

Em 1973, houve novo incremento na educação de polícia militar, pois foi instituído o Sistema de Ensino da Polícia Militar, estruturado em Ensino Profissional e Ensino de 1º e 2º Graus, esses a serem realizados nos Colégios Tiradentes da Polícia Militar, com o advento da Lei n. 6260<sup>68</sup>, de 13 de dezembro de 1973.

<sup>66</sup> Decreto-Lei nº 667, de 2 de Julho de 1969 - Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

[...]

Art. 12. O acesso na escala hierárquica tanto de oficiais como de praça será gradual e sucessivo, por promoção, de acordo com legislação peculiar a cada Unidade da Federação, exigidos os seguintes requisitos básicos:

- a) para a promoção ao posto de Major: curso de aperfeiçoamento feito na própria corporação ou em Força Policial de outro Estado;
- b) para a promoção ao posto de Coronel: curso superior de Polícia, desde que haja o curso na Corporação.

<sup>67</sup> Lei n. 5301, de 16 de outubro de 1969 – Contém o Estatuto de Pessoal da Polícia Militar (original)

[...]

Art. 5º - O ingresso na Polícia Militar será feito:

I - no quadro de Oficiais de Polícia, no posto inicial da carreira, através de Curso de Formação de Oficiais, no qual serão matriculados candidatos aprovados em exame vestibular, obedecido o Regulamento do Departamento de Instrução (RDI); (grifei)

II - *omissis*.

III - no quadro de Praças:

- a) de acordo com normas regulamentares próprias, satisfeitas, entre outras, as seguintes exigências:

...

- 6 - possuir curso primário completo e ser aprovado nos exames de escolaridade; (grifei)

[...]

Art. 149 - Período de incorporação, para os efeitos deste Estatuto, é aquele que perdura por 2(dois) anos, a contar da assinatura do "termo de incorporação", após a aprovação no Curso de Formação Policial-Militar.

§ 1º - O soldado, satisfeitos os requisitos do item III, do artigo 5º deste estatuto, será matriculado no Curso de Formação Policial-Militar, com duração mínima de 6 (seis) meses. (grifei)

<sup>68</sup> Lei n. 6260, de 13 de dezembro de 1973 – Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

[...]

Art. 3º - O Ensino Profissional na Polícia Militar será ministrado pelo Departamento de Instrução, Batalhão-Escola, Centros de Aperfeiçoamento Profissional das Organizações Militares (OPM) e por outros órgãos de ensino da Corporação.

Art. 4º - O Ensino Profissional compreende três graus: o básico, o intermediário e o superior.

§ 1º - O Ensino Básico constitui-se dos Cursos de Formação de Cabos e Soldados e de Instrução de Tropa.

§ 2º O Ensino Intermediário constitui-se dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos e de Cursos de Especialização.

§ 3º O Ensino Superior com três ciclos, abrange:

Em 1983 por meio do Parecer n. 237/83<sup>69</sup> do Conselho Federal de Educação o Curso de Formação de Oficiais foi considerado curso de graduação equivalente a curso de nível superior. Essa exposição normativa abrangeu os oficiais formados a partir do ano de 1974, e que foram submetidos a exame vestibular, excluídos os aspirantes da turma de 1978, que não foram submetidos a esse tipo de exame, já que a turma era formada por alguns policiais militares que não possuíam o 2º Grau<sup>70</sup>, conforme disposto na Resolução n. 327, de 31 de julho de 1975 – Modifica disposições do Regulamento do Departamento de Instrução (RDI) e dá outras providências.

No ano de 1998 nova alteração legislativa foi introduzida na Lei n. 5301, de 21 de outubro de 1969, por meio da Lei Complementar n. 50, de 30 de janeiro de 1998, sendo que para o ingresso na carreira policial militar (tanto para praças como para oficiais) passou a exigir-se o 2º Grau completo (atual ensino médio).

No ano de 2005 o Decreto s/n. de 29 de novembro de 2005, credencia a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e autoriza o funcionamento do Curso de Bacharelado em Ciências Militares - área de Defesa Social, tornando o Curso de Formação de Oficiais curso de graduação de ensino de nível superior, e não mais equivalente a nível superior.

Por fim, com a edição da Lei Complementar n. 115, de 05 de agosto de 2010, que alterou as disposições da Lei n. 5.301, de 16 de outubro de 1969, foi novamente alterado o grau de ensino para ingresso nas carreiras da Polícia Militar, sendo que para o oficialato passou-se a exigir o título de Bacharel em Direito, e para o cargo de Soldado de 1ª Classe a formação de nível superior de escolaridade em qualquer área de ensino.

---

I - O primeiro ciclo, os Cursos de Formação e Especialização, que capacitam ao exercício de cargos e funções privativas de oficial subalterno e intermediário;

II - O segundo ciclo, o Curso de Aperfeiçoamento de oficiais, que dá condições ao desempenho de cargos e funções próprias de Oficial-Superior;

III - O terceiro ciclo, o Curso Superior de Polícia, que prepara o oficial para o exercício de cargos e funções de Coronel da Polícia Militar.

§ 4º - Consideram-se também, como atividades do Sistema de Ensino da Polícia Militar, cursos, estágios e instruções de caráter profissional, ministrados em qualquer estabelecimento da Corporação.

Art. 5º - O Ensino de 1º e 2º grau, ministrados nos diversos Colégios Tiradentes da Polícia Militar, visa a assegurar assistência educacional permanente aos servidores da corporação, bem assim aos seus dependentes e aos dependentes dos civis, segundo o que estabelece os dispositivos regulamentares.

Parágrafo único - O ensino de que trata o artigo se rege pelas Leis Federais n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, observadas, no que for aplicável, as normas de estrutura e funcionamento baixadas pelo Conselho Estadual de Educação para o Sistema de Ensino.

<sup>69</sup> Processo MEC n. 23000.004481/83-3, de 03 de junho de 1983.

<sup>70</sup> PEREIRA, Solimar Rodrigues; SILVA, Carlos Alberto da; CAMPOLINA, Eduardo de Oliveira Chiari. Trabalho Técnico-Científico apresentado à Academia de Polícia Militar, sob orientação do Prof. Eduardo Cerqueira Batitucci. CAO-II/95. *Cursos de Pós-graduação na Instituição de Educação Superior – IES- da PMMG: Estratégias para otimização*. Belo Horizonte. PMMG. 1995. p. 10.

## 6.1 Conceito

A definição para o termo Educação de Polícia Militar encontra-se descrito no Art. 1º da Resolução n. 4.068, de 09 de março de 2010, que assim dispõe:

Art. 1º A Educação de Polícia Militar é um processo formativo, de essência específica e profissionalizante, desenvolvido de forma integrada pelo ensino, treinamento, pesquisa e extensão, que permitem ao militar adquirir competências que o habilitem para as atividades de polícia ostensiva, preservação da ordem pública e defesa territorial, alicerçadas na lei e nos valores institucionais, com foco na preservação da vida e na garantia da paz social.

§ 1º Entende-se como competência a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes em situações reais necessárias ao exercício de cargos na Polícia Militar, com nível superior de desempenho profissional.

§ 2º O Ensino de Polícia Militar constitui o processo de aprendizagem, intermediado por professor ou tutor, em atividades curriculares e atividades complementares, de maneira a respeitar a integridade intelectual do discente e a construir a competência profissional.

§ 3º A Pesquisa de Polícia Militar corresponde ao processo sistemático construção do saber, de modo a apresentar, corroborar ou refutar conhecimentos construção do saber, de modo a apresentar, corroborar ou refutar conhecimentos científicos em matéria de Defesa Social agregando valores às atividades , agregando valores às atividades , agregando valores às atividades desenvolvidas nos níveis estratégico, tático ou operacional.

§ 4º A Extensão de Polícia Militar se desenvolve nas vertentes operacional e humanística e compreende toda prática acadêmica que envolve a ação dos discentes do Sistema de Educação Profissional da PMMG junto à comunidade e disponibiliza para o público externo o conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa por ela desenvolvidos, que divulga e fortalece os valores institucionais:

- I – respeito aos direitos fundamentais e valorização das pessoas;
- II – ética e transparência;
- III – excelência e representatividade Institucional;
- IV – disciplina e inovação;
- V – liderança e participação;
- VI – coragem e justiça.

§ 5º O Treinamento Policial Militar – TPM, evento de educação continuada, compreende as atividades desenvolvidas posteriormente às de ensino, de maneira a fomentar a aquisição ou atualização, em curto prazo, de conhecimentos, habilidades e atitudes relativas à prática profissional, de acordo com as tarefas e cargos existentes.

§ 6º A forma de operacionalização do ensino, pesquisa, extensão e treinamento obedecerá ao disposto no Regimento da Academia de Polícia Militar – RAPM.

Pode-se aduzir da norma acima que a Educação de Polícia Militar modificou as disposições da Educação Profissional descrita na Lei n. 6.260, de 13 de dezembro de 1973, trazendo novos conceitos e novas variantes para a educação e o ensino dos policiais militares. Possibilitou, ainda, a inclusão dos valores institucionais como norteadores de todas as suas atividades, e em especial o que positiva o respeito aos direitos fundamentais e a valorização das pessoas, cerne do presente estudo.

## 6.2 Tipos

A nova concepção da Educação de Polícia Militar trouxe inovações e terminologias mais atuais relacionadas ao campo do ensino.

O Ensino Profissional antes compreendido por três graus: o básico, o intermediário e o superior, foi modificado pela Educação de Polícia Militar composta pelos graus: ensino, pesquisa, extensão e treinamento, e, da mesma forma as categorias previstas em cada um deles também sofreu sensíveis mudanças.

Constata-se do disposto na FIG. 24 que as atividades de aprimoramento de ensino não possuíam ramificação específica sendo apenas definida a instrução da tropa como uma das atividades do Ensino Básico, e a especialização como uma das modalidades do Ensino Intermediário (destinado aos Subtentes/Sargentos) e de Ensino Superior de 1º Ciclo (destinados a oficiais subalternos e intermediários).

As novas diretrizes da Educação de Polícia Militar demonstram a grande evolução sofrida na área do ensino na Corporação no caminhar dos anos, em especial o Treinamento de Polícia Militar que adquiriu um status de modalidade de educação, demonstrando a necessidade da busca constante e efetiva de novas ferramentas para uso nas atividades cotidianas de polícia ostensiva, passando a ser peça importante na elaboração de ações voltadas às políticas de melhor atender ao cidadão.



**FIGURA 25 - Estrutura do Ensino Profissional da PMMG - Lei n. 6260, de 13 de dezembro de 1973**

Fonte: Elaborada pelo autor com base no disposto na Lei n. 6260, de 13 de dezembro de 1973



**FIGURA 26 - Estrutura da Educação de Polícia Militar - Resolução n. 4068, de 09 de março de 2010**

Fonte: Elaborado pelo autor com base no descrito na Resolução n. 4068, de 09 março de 2010.

Observa-se ainda que as normas atuais não distinguem os públicos a serem atendidos pelas diversas formas de treinamento, o que não acontecia no passado, quando somente Subtenentes/Sargentos e oficiais subalternos e intermediários eram contemplados com a realização de cursos para aprimoramento profissional.

Essa nova dinâmica possibilita a todo o policial militar expandir os seus conhecimentos por meio de treinamentos específicos voltados à sua área de atuação dando a todos tratamento isonômico na busca do conhecimento.

### 6.3 O Treinamento Complementar

As atividades voltadas para o aprimoramento e atualização do material humano e para manutenção das habilidades adquiridas, assim como sua difusão aos demais policiais militares são as características do Treinamento de Polícia Militar, assim definidos pelas Diretrizes de Educação de Polícia Militar.

Art. 27. O TPM, evento de educação continuada, compreende as atividades desenvolvidas posteriormente às de ensino, de maneira a fomentar a aquisição ou atualização, em curto prazo, de conhecimentos, habilidades e atitudes relativas à prática profissional, de forma a desenvolver competências específicas, de acordo

com as tarefas e cargos existentes, sendo desenvolvido por meio dos seguintes tipos:

(grifei)

I – Treinamento Extensivo (TE):

- a) Técnico (TT);
- b) Tático (TTa);
- c) Educação Física (TEF);
- d) Defesa Pessoal Policial (TDPP);

II – Treinamento Intensivo (TI):

- a) Policial Básico (TPB);
- b) com Arma de Fogo (TCAF);
- c) Complementar (TC); (grifei)

Interessa, em particular, ao presente estudo o Treinamento de Polícia Militar na atividade definida como Treinamento Intensivo na categoria de Treinamento Complementar, pois é aquele que se destina a obtenção de conhecimentos e habilidades que podem ser inseridas na atividade de polícia ostensiva e no desempenho das atividades dos servidores civis da Corporação e visa a busca da melhoria na prestação dos serviços à sociedade.

O Treinamento Complementar é assim definido pelo Art. 58 das Diretrizes para Educação de Polícia Militar.

Art. 58. O Treinamento Complementar (TC) visa à capacitação e habilitação do militar e do servidor civil da PMMG por meio das seguintes realizações, que nestas Diretrizes são considerados eventos:

- I - estágios e cursos que não sejam requisito para ascensão na carreira;
- II - seminários, congressos e eventos similares;
- III - treinamentos específicos não previstos nos tipos constantes destas Diretrizes.

O Regimento da Academia de Polícia Militar<sup>71</sup> em seu Art. 31 ao tratar da atividade de Treinamento Intensivo e a sua modalidade de Treinamento Complementar dispõe:

Art. 31. O Treinamento Intensivo (TI) consiste em atividades educacionais periódicas focadas na transmissão, em um curto período de tempo, sobre uma gama de conhecimentos atualizados, acerca da atividade policial-militar, ou que com ela possuam afinidade, visando potencializar os conhecimentos gerados nas atividades de ensino.

Parágrafo único. As peculiaridades operativas referentes ao TI serão definidas pelo RCTP.

[...]

Art. 32. O Treinamento Intensivo será realizado nas seguintes modalidades:

- I - *omissis*;
- II - *omissis*;
- III - Treinamento Complementar (TC): executado a todos os militares, voluntários ou indicados, que preencham requisitos específicos. Compreende a realização de cursos intensivos com temáticas diversas, voltadas ao aperfeiçoamento do trabalho policial militar, em várias frentes do conhecimento, desenvolvidos dentro ou fora da Corporação.

Parágrafo único. O CTP será o responsável pela reunião de plataforma, coordenação metodológica, reunião de nivelamento e reunião de avaliação do treinamento complementar.

<sup>71</sup> Resolução n. 4068, de 11 de maio de 2010 – Homologa o Regimento da Academia de Polícia Militar (RAPM) da PMMG e dá outras providências.

Nesse sentido, vê-se que as atividades do treinamento complementar são as que mais se mostram aptas, num primeiro momento, a propiciar à Corporação ter os meios necessários a atender os preceitos contidos na Lei Estadual n. 10.379, de 21 de julho de 2011.

A situação se destaca por possibilitar à Corporação buscar a melhor forma de realização do treinamento sem mudanças internas em suas matrizes curriculares de cursos de formação, possibilitando ainda desenvolver uma grade curricular para o Curso voltada ao uso nas atividades de polícia ostensiva.

Outra variante favorável se dá em face do próprio conceito de multiplicação do conhecimento que também está insculpido nas Diretrizes de Educação de Polícia Militar, o qual possibilita aos interpretes a criação de um modelo padrão de ensino a ser difundido a toda a Polícia Militar, fazendo com que em qualquer ponto do Estado o atendimento tenha as mesmas especificações.

Por fim, as implicações normativas da legislação vigente que trata da formação e capacitação do Tradutor Intérprete de Libras – Língua Portuguesa, não possibilitam à Polícia Militar a formação desse profissional em seus cursos de formação, devendo pois a situação exposta na Lei n. 10.379/91 ser atingida somente por meio de contratação de pessoal civil ou no financiamento por parte da Corporação de cursos com essa finalidade, a exemplos de cursos de especialização, ou formação em escola especializada, na modalidade de treinamento complementar, o que se mostra em concordância com disposto no presente estudo.

As várias formas de formação desse profissional expostas na subseção 4.3.2 permitem ainda uma gama de alternativas que vão desde a formação de nível superior por meio de curso à distância, como a realização de cursos de intérprete de nível avançado, intermediário ou básico, para variados públicos, desde aqueles responsáveis ao atendimento externo nas sedes de frações quanto aos policiais militares que atuam diretamente em contato com ou público nas atividades de policiamento ostensivo.

## 7 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção detalha-se a metodologia utilizada no presente estudo e as técnicas usadas para o levantamento dos dados pesquisados, apresentando dentre outros o problema proposto, a hipótese básica, o tipo e a natureza da pesquisa, os métodos de abordagem e os procedimentos e a técnica de pesquisa.

O problema a ser investigado trata da inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como atividade do Treinamento de Polícia Militar na modalidade Treinamento Intensivo na grade de Treinamento Complementar e se norteia pela pergunta: a difusão de seu uso possibilita a extensão do serviço de emergência policial aos surdos e mudos?

Para tanto, partiu-se da hipótese de que a habilitação de intérpretes da Libras por parte da PMMG em curso complementar da Educação de Polícia Militar e a extensão, ampliação e multiplicação desse conhecimento, por meio do Treinamento de Polícia Militar, aos demais policiais militares, possibilitaria a extensão dos serviços de segurança pública às pessoas com deficiência auditiva promovendo o seu acesso aos serviços públicos e sua interação com os mesmos de maneira satisfatória.

Tendo-se em vista os objetivos propostos nesta pesquisa, buscou-se contextualizar, contemporizar e determinar ações que possibilitem a interação, a inclusão social e o treinamento de pessoal por meio de atividades de comunicação não verbal com a utilização da Libras para realização de ações de polícia ostensiva voltadas às pessoas com deficiência fonadora e auditiva.

Realizou-se uma pesquisa exploratória com base teórica e específica acerca do tema, acompanhada de questionários de intenção/interação e entrevistas estruturadas como busca de informações e sugestões sobre o proposto no estudo.

Sendo assim, foram utilizadas para a coleta dos dados para análise as seguintes técnicas:

a) Documentação indireta

- pesquisa documental a respeito das normas que regulam o uso da comunicação não verbal e da Libras nas ações de polícia ostensiva, como

forma de determinar os conceitos atinentes ao estudo, e análise de documentos doutrinários e normativos que tratam da ação policial,

- pesquisa bibliográfica com obras de referencial teórico com ênfase em teorias sobre a comunicação, em especial a comunicação não verbal, de autores contemporâneos, de normas vigentes, além de trabalhos acadêmicos na área e obras literárias;

b) Documentação direta

- realizou-se uma pesquisa de campo por meio de observação direta extensiva com a aplicação de questionário de intenção/interação no universo de amostra composto pelos Adjuntos de Ensino e Treinamento e aos Comandantes das Companhias de Ensino e Treinamento das Unidades Operacionais da PMMG e aos Assessores de Comunicação Organizações dessas Unidades,

- entrevista semi estruturada com o Chefe do Centro de Treinamento Policial da Polícia Militar e o Assessor de Comunicação Externa da Seção de Comunicação Organizacional da Polícia Militar.

## **7.1 Tratamento estatístico dos questionários**

As entrevistas foram realizadas de maneira informal por meio de envio do roteiro com as questões discursivas, precedidas de informações sobre o assunto em pauta, aos entrevistados enviadas pelo sistema interno de mensagens, correio eletrônico institucional (Painel Administrativo), da IntranetPM.

Os questionários, elaborados com questões fechadas de múltipla escolha (Perguntas de fato, Perguntas de ação, Perguntas de avaliação, Perguntas de Intenção, e um espaço destinado às impressões pessoais sobre o tema) com opção de preenchimento de resposta única para cada quesito, por parte dos pesquisados, foram enviados por meio do sistema interno de mensagens, correio eletrônico institucional (Painel Administrativo), da IntranetPM, no formato de arquivo \*.doc e \*.odt, e por meio da disponibilização de um site na Internet para coleta de dados com acesso por meio do link: < <https://www.surveymonkey.com/s/Libraseemergenciapolicial>> com delimitação espaço

temporal para o envio das respostas no período de 04 de julho de 2011 a 05 de agosto de 2011.

## **7.2 Delimitação do universo e amostra pesquisada**

Inicialmente pretendia-se fazer uma pesquisa do tipo censitário com todos os Adjuntos de Ensino e Treinamento, os Comandantes das Companhias de Ensino e Treinamento das Unidades Operacionais da PMMG, e os Chefes de Seção de Comunicação Organizacional, contudo, como não houve o retorno de todos os questionários enviados, passou a pesquisa a ser intencional por acessibilidade.

Esse universo foi composto por 15 (quinze) Companhias de Polícia Militar Independentes de Meio Ambiente e Trânsito, a Companhia de Polícia Militar Independente de Policiamento com Cães (Belo Horizonte), a Companhia de Polícia Militar Independente de Meio Ambiente (Belo Horizonte), o Grupamento de Ações Táticas Especiais (Belo Horizonte), o Batalhão de Polícia Militar Rodoviário (Belo Horizonte), o Batalhão de Polícia de Guardas (Belo Horizonte), o Batalhão de Rádio Patrulhamento Aéreo (Belo Horizonte), o Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (Belo Horizonte), o Batalhão de Polícia de Eventos (Belo Horizonte), o Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (Belo Horizonte), o Batalhão de Polícia de Trânsito (Belo Horizonte), 07 (sete) Companhias da Polícia Militar Independente de Missões Especiais, 21 (vinte e uma) Companhias da Polícia Militar Independente e 56 (cinquenta e seis) Batalhões de Polícia Militar, perfazendo um total de 109 (cento e nove) Unidades Operacionais.

Cabe aqui salientar, que muito embora todas as Unidades acima tenham autonomia administrativo-financeira, em algumas delas, as funções referentes ao Treinamento Policial Militar são encargos de oficiais que já possuem outra função, não sendo assim desenvolvidas de maneira exclusiva.

Da mesma forma, há aquelas que não possuem Estado-Maior pleno, onde todas as atividades são desenvolvidas por oficiais, situação que ocorre notadamente nas atividades de comunicação organizacional.

Contudo, essas situações não foram postas como obstáculos ao objeto do presente estudo, sendo considerados como válidos os questionários respondidos por aqueles que desenvolvem essas atividades, independente da maneira de como a executem.

Partindo-se do universo descrito na subseção acima, verificou-se a necessidade de se estabelecer um número de participantes considerado suficiente para se constituir em amostra da pesquisa de campo. Buscou-se também informações com as pessoas que de alguma forma têm relação com as ações de Treinamento de Polícia Militar ou de Comunicação Organizacional, mas sem o êxito desejado.

Embora todos os possíveis participantes - que deveriam responder aos questionários elaborados com a finalidade de se obter dados e informações sobre o tema investigado - em número de 218 policiais militares tenham sido previamente contatados, inclusive com a disponibilização de duas formas para o envio de respostas, apenas cerca de 30% deram o retorno, ou seja, foram recebidos 67 questionários preenchidos, o que se constitui em uma amostra válida pois conforme destaca GIL (2009) “ para que os dados obtidos num levantamento sejam significativos, é necessário que a amostra seja constituída por um número adequado de elementos. A estatística dispõe de procedimentos que possibilitam estimar esse número”.

Utilizou-se, então, para esse fim técnicas de metodologia de pesquisa e de fórmulas de estatística descritiva para a definição de uma amostra mínima de respostas coletadas.

Para a definição dessa amostra foi usada a fórmula estatística abaixo, descrita por Triola (2005) como a ideal para o cálculo de amostras em populações pequenas.

$$n = \frac{[Z^2 PQN]}{[(N-1)E^2] + (Z^2 PQ)}$$

Sendo que:

Z = nível de confiança (parâmetro definido por meio de valores de confiabilidade)

E = erro máximo permitido

P = percentagem com que o fenômeno ocorre

Q = (1-P) percentagem complementar do fenômeno, onde 1 representa 100%

N = população total

No presente estudo como não se pode avaliar o nível de contato e conhecimento dos pesquisados acerca da Libras e do seu uso nas atividades de polícia ostensiva, a definição para os valores dos termos “P” e “Q”, se deu de forma equânime, ou seja, 50% de aferição para ambos os termos.

Em assim sendo, os termos da fórmula terão por valores a seguinte distribuição:

$Z = 1,96$  (nível de confiança de 95% - extraído da tabela de valores z positivos)

$E = 0,1$  (10% de erro permitido - valor definido pelo autor)

$P = 0,5$  (estimativa de que o fenômeno ocorra dentro da população = 50%)

$Q = 0,5$  (estimativa de que o fenômeno não ocorra dentro da população = 50%)

$N = 218$  (número de indivíduos da população)

Transportando-se os valores definidos para a fórmula têm-se:

$$n = \frac{[1,96^2 \cdot (0,5 \cdot 0,5) \cdot 218]}{[(218 - 1) \cdot (0,1)^2 + (1,96)^2 \cdot (0,5 \cdot 0,5)]} = 67 \text{ pesquisados}$$

Tem-se, dessa forma, que os números alcançados podem ser tratados como uma base de dados estatísticos, pois como define Triola (2005, p. 2-3), “uma amostra é um subconjunto de membros selecionados de uma população” e “uma estatística é uma medida numérica que descreve alguma característica de uma amostra”.

Pode-se ainda dizer que, embora tenham sido enviados questionários a todos os possíveis envolvidos na questão, em numero de 218 questionários, a coleta dos dados ao ser indiscriminada por acessibilidade, mostra-se também como aleatória, pois os questionados que responderam não foram previamente definidos pelo pesquisador.

### **7.3 Tratamento estatístico e dados a serem levantados.**

Utilizou-se, como modelo para a análise dos dados, traços da estatística descritiva, já que se buscou descrever uma percepção com base em uma amostra do todo, para ilustrar e afirmar argumentos utilizados neste estudo, tanto nas entrevistas como nos dados levantados, usando-se para a apresentação dos dados, comentários diretos, tabelas, gráficos, e análises quantitativas e qualitativas.

Optou-se pelo método comparativo estatístico como o procedimento de análise, pois por se tratar a amostra de um público diversificado em razão das áreas de atuação, do tempo de serviço na Instituição, do tempo de serviço na atividade e da qualificação profissional e pessoal, as discrepâncias e as similaridades de percepção e entendimento podem ser mais ou menos apreciadas.

Com a finalidade de se ajustar o modelo de questionário a ser aplicado, realizou-se um pré-teste junto a 15 oficiais do Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP/2011). Verificou-se que tal procedimento se mostrou extremamente útil para a redefinição e alteração nas conceituações e termos das questões, bem como para uma comparação dos resultados obtidos com os da amostra escolhida, demonstrando-se uma grande similaridade entre eles.

## **8 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE O ESTUDO E USO DA LIBRAS NA ATIVIDADE DE POLÍCIA OSTENSIVA**

Esta seção apresenta os dados coletados na pesquisa de campo através de questionários com questões fechadas e da entrevista com roteiro estruturado.

Quanto ao primeiro grupo de pesquisados houve um retorno de 67 (sessenta e sete) questionários para uma amostra de 218 (duzentos e dezoito) indivíduo/elementos pesquisados, o que perfaz um percentual de 30,73% do universo da população envolvida.

Já o segundo grupo é composto por 02 entrevistas, com roteiro estruturado onde os entrevistados foram inicialmente introduzidos no tema da pesquisa e ambientados quanto a sua pertinência e relevância para o momento atual, sendo em seguida oportunizado-lhes tempo para resposta, o que foi feito por meio de resposta gráfica textual, já que questões de indisponibilidade de tempo por parte desses não permitiram o contato direto com o pesquisador.

Em relação a esses percalços na busca e coleta de dados Marconi; Lakatos (2009, p. 167) destacam que “é tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera. Exige do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior”.

A análise dos dados e informações se desenvolveu com base na observação das respostas e a condensação dessas em grupos que determinam uma certa tendência, pois “em um estudo observacional, observamos e medimos características específicas, mas não tentamos modificar os sujeitos do estudo”. (TRIOLA, 2005, p. 14)

Para Best (1972, *apud* MARCONI; LAKATOS 2009, p. 169) esta etapa “representa a aplicação lógica dedutiva e indutiva do processo de investigação”.

Segundo Marconi; Lakatos (2009, p. 86):

Indução é o um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Determinou-se assim o método indutivo para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa.

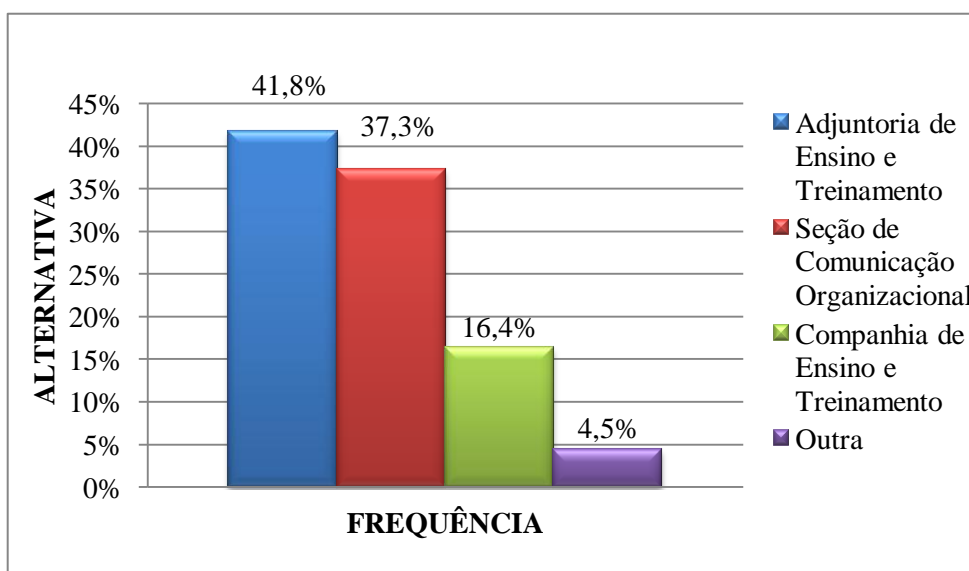
## 8.1 Quanto à representatividade da amostra

Em se tratando de pesquisa de campo, em que não foi possível realizar a coleta censitária de dados, passa a ser de importância para a análise dos dados coletados a definição do grau de representatividade dos indivíduos da amostra como forma de caracterizar a inclusão de todos os pretendidos envolvidos que compunham o universo da população.

Marconi; Lakatos (2009, p. 223) em relação à essa necessidade asseveram que:

O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, os resultados obtidos da população total, se essa fosse verificada.

Assim ao tratarmos da amostra da pesquisa observamos que ela apresenta um substrato que lhe confere fidelidade com o universo proposto, já que 58% dos pesquisados atuam na área de Ensino e Treinamento, 37% na área de Comunicação Organizacional e 5% dos pesquisados atuam em área diversa, tendo por encargo funções relacionadas ou com a primeira ou com a segunda áreas.



**GRÁFICO 1 - Distribuição de frequência por área de atuação dos pesquisados**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Nesse ponto cabe salientar que a forma de indução proposta no estudo foi a definida por Galileu e aperfeiçoada por Francis Bacon que trata da Indução Científica.

Não deriva de seus elementos inferiores, enumerados ou provados pela experiência, mas permite induzir, de alguns casos adequadamente observados (sob circunstâncias diferentes, sob vários pontos etc.), e às vezes de uma só observação, aquilo que se pode dizer (afirmar ou negar) dos restantes da mesma categoria. Portanto, a indução científica fundamenta-se na causa ou na lei que rege o fenômeno ou fato, constatada em um número significativo de casos (um ou mais) mas não em todos. (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 89)

Ante o exposto acima, conclui-se que as inferências finais, os dados coletados e as informações produzidas, em torno da amostra de indivíduos pesquisados possuem o caráter da cientificidade.

## **8.2 A formação pessoal e a atuação profissional**

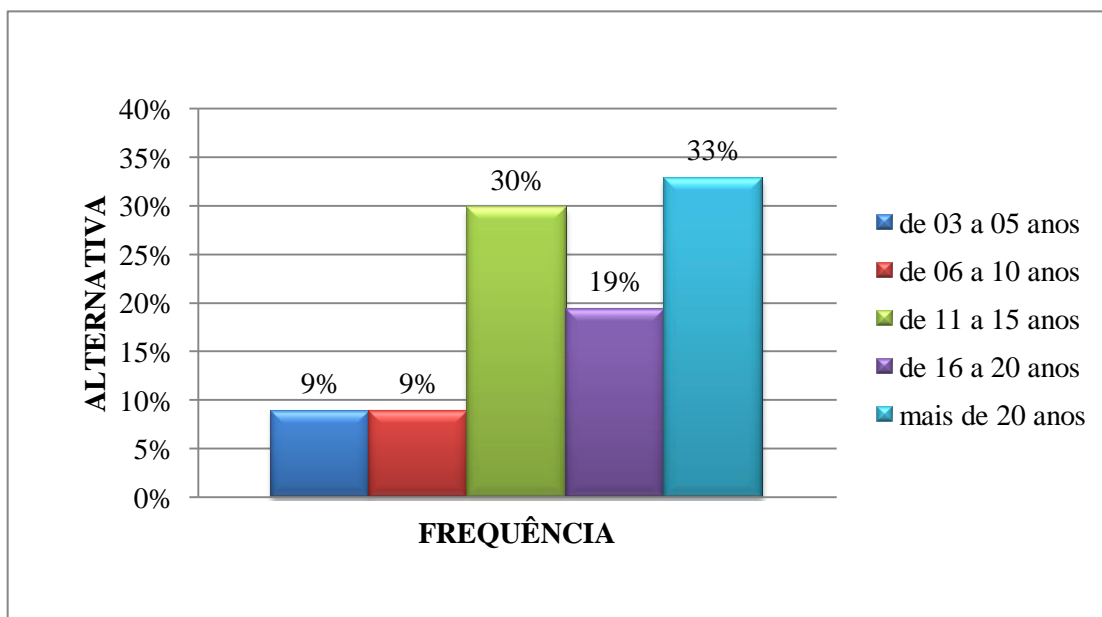
O nível cultural das pessoas como definiu Berlo (2003) é uma das habilidades necessárias ao processo de comunicação entre as pessoas e dessa forma a análise dos extratos da amostra carece dessa percepção acerca desses indivíduos quanto ao seu nível de conhecimento e nível sociocultural.

Nesse campo procurou-se definir questões que tivessem ligação direta ou indireta com essa assertiva na expectativa de se conceber o status da amostra e suas concepções a respeito do tema.

Estabeleceu-se para a caracterização dessa habilidade questões relacionadas ao tempo de carreira, tempo de desempenho da atividade, nível de escolaridade, conhecimento anterior da Libras e percepção com relação ao uso dessa língua nas atividades de formação policial militar e nas atividades de polícia ostensiva.

Observou-se da amostra que 72% dos questionados possui um tempo de profissão superior a 11 anos de efetivo serviço na Polícia Militar, o que denota ser um público já experiente em ações de polícia e com grande nível conhecimento profissional, tendo já atingido 1/3 do tempo de carreira, conforme disposto no GRAF. 1.

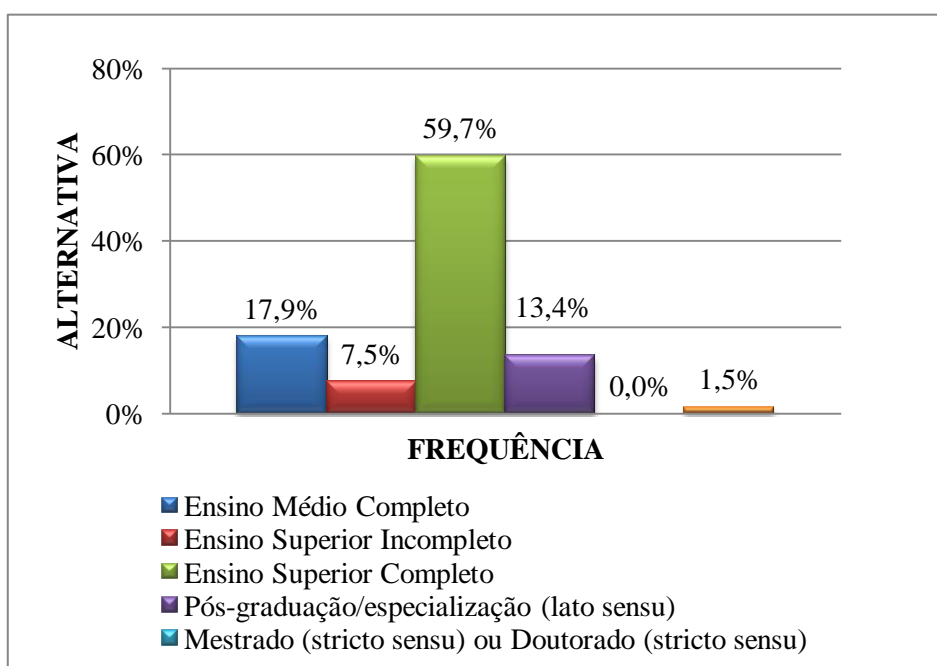
Aduz-se, ainda, que esse perfil de profissional permite abstrair de suas percepções parâmetros que podem ser utilizados como de senso comum entre os profissionais de mesma área de atuação, colocando-os em par de igualdade com a grande maioria dos policiais militares e traduzindo-se em concepções de valor analítico.



**GRÁFICO 2 - Distribuição de frequência por tempo de serviço na Corporação**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Aliada à informação anterior têm-se que 73% do pesquisados possui formação intelectual de nível Superior ou possui algum tipo de Especialização em qualquer área do conhecimento, demonstrando que o grau de conhecimento intelectual predominante dentro do corpo da amostra é alto, podendo tais pessoas serem consideradas como formadoras de opinião, já que o ingresso de pessoas com nível de formação superior na carreira policial militar somente passará a ser exigido a partir do ano de 2012.

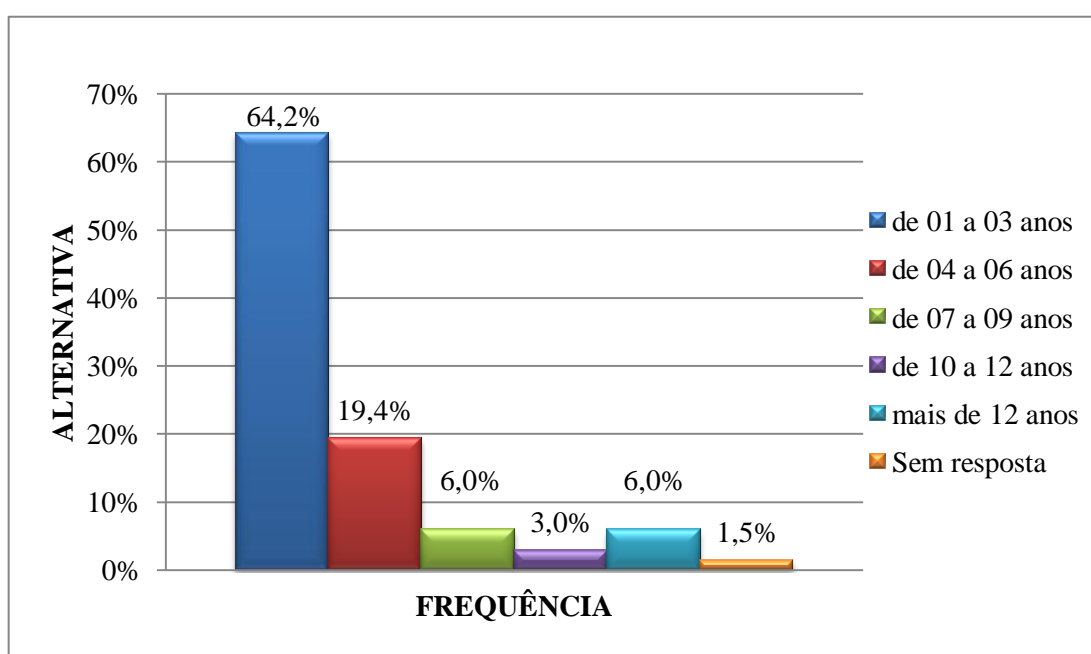


**GRÁFICO 3 - Distribuição de frequência por nível de escolaridade**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Cabe salientar que, um dos questionados não respondeu a esse quesito, e com isso a informação não foi acrescida no conjunto e essa informação não foi pontuada percentualmente, sendo tratada como caso isolado, não causando assim interferência no percentual apurado.

Em relação ao tempo de desenvolvimento da atividade viu-se que a grande maioria as desenvolve em um período inferior a 07 (sete) anos (73,6%), e desses a maior parte a tempo não superior a 03 (três) anos, ou seja, os pesquisados estiveram a pouco tempo atrás no desenvolvimento de outras atividades, o que lhes permite uma visão mais difusa acerca do tema, por já terem desenvolvido outras atividades em outras ambiências, podendo utilizar de suas experiências anteriores como forma de balizador para a apresentação das respostas.



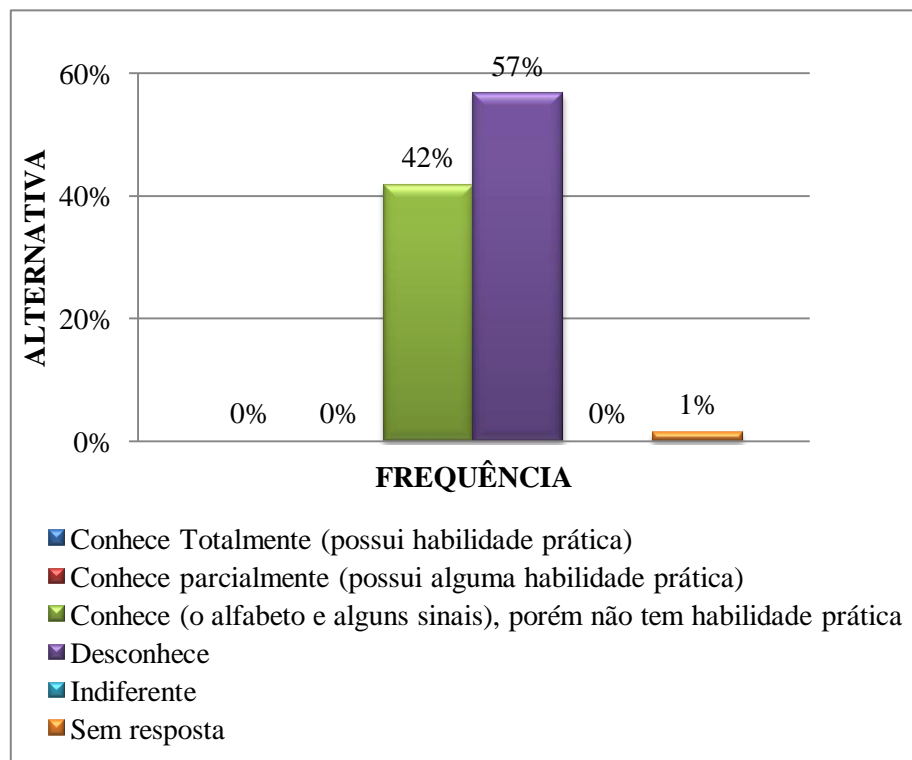
**GRÁFICO 4 - Distribuição de frequência por tempo na atividade**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Viu-se aqui, novamente, que um dos questionados não respondeu a esse quesito, contudo a informação foi acrescida no conjunto e pontuada percentualmente não sendo tratada como caso isolado, sendo incluída no percentual apurado.

Quanto ao conhecimento anterior sobre a Libras apurou-se que a maioria dos pesquisados 57% a desconhecem, não conhecendo sequer o alfabeto datilológico, enquanto 42% disseram conhecer o alfabeto datilológico, porém não possui habilidade prática. Muito embora o público da amostra tenha se apresentado como possuidor de grande nível de conhecimento intelectual não houve nenhum dos questionados que afirmou conhecer a Libras ainda que de forma parcial ou com alguma prática.

Um dos questionados absteve-se de responder a esse quesito, contudo a metodologia aplicada nos casos anteriores foi mantida para a garantia da isonomia de tratamento e da cientificidade na catalogação e análise dos dados.



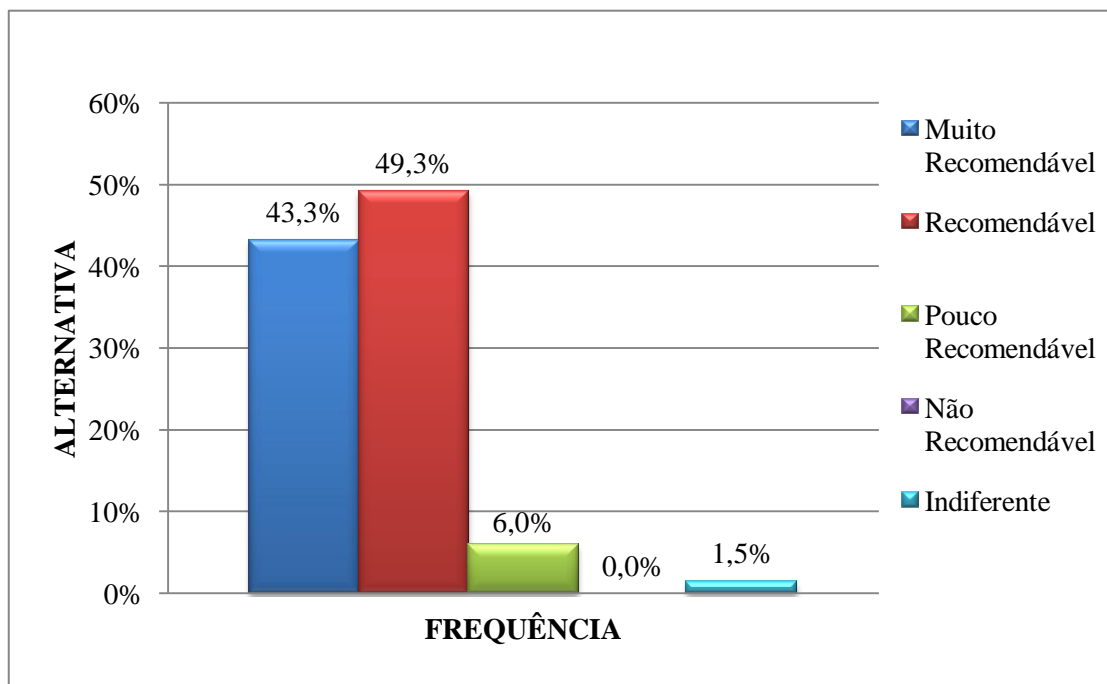
**GRÁFICO 5 - Distribuição de frequência quanto ao conhecimento em Libras**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Sobre o uso da Libras por parte do policial militar como forma de ação inclusiva e interativa com os surdos 49% dos pesquisados o consideram recomendável enquanto 43% o muito recomendável, assim ao somarem-se os valores vê-se que a aceitabilidade do uso da Libras é de 92%.

A questão da necessidade do uso da Libras por parte do policial militar na comunicação com os surdos já havia sido anteriormente detectada por Moreira (2007) ao pesquisar indivíduos surdos de Belo Horizonte que já haviam tido anteriormente contato como policiais militares.

Lúcio (2008) ao tratar da abordagem aos indivíduos surdos por parte dos policiais militares da RMBH também chegou à conclusão de que as formas de treinamento não são adequadas ao tratamento desse tipo de público, e as orientações, até então em vigor, eram insipientes no sentido de fazer com que houvesse uma comunicação efetiva entre eles, havendo vários ruídos, seja na forma como a norma dispunha das ações seja no próprio trato do militar à questão.



**GRÁFICO 6 - Distribuição de frequência quanto ao conhecimento em Libras como forma inclusiva e interativa**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

### 8.3 A formação profissional e o uso da comunicação não verbal

As atitudes desenvolvidas nas atividades dos profissionais de segurança pública são em sua maioria reflexo dos ensinamentos transmitidos durante o período de formação.

Berlo (2003, p. 48-49) ao tratar da importância das atitudes no processo de comunicação ressalta que:

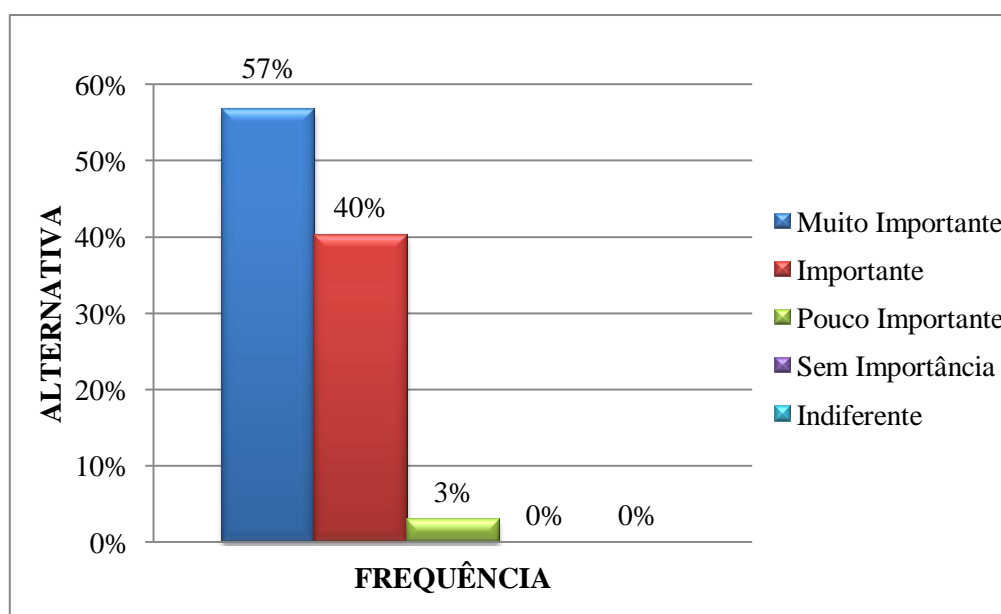
As atitudes da fonte para com o receptor influenciam a comunicação. Quando leitores ou ouvintes percebem que o autor ou orador gosta realmente deles, mostram-se muito menos críticos quanto à mensagem, muito mais propensos a aceitar o que ele diz. Aristóteles chamou essa característica perceptível do orador de *ethos*, uma qualidade de orador que agrada pessoalmente ao ouvinte. O conceito de *ethos* abrange muitos comportamentos além da simples atitude favorável; entretanto, as atitudes da fonte com relação ao receptor são uma importante determinante de sua efetividade.

Assim, pode-se dizer que nossas atitudes devem refletir no discurso aquilo que tentamos exprimir, e dessa forma devemos ser capazes de exprimi-las na forma que seja entendida pelo receptor da mensagem.

O conhecimento prévio de uma língua, nesse ínterim, se mostra como marco inicial para que indivíduos que não se expressam da mesma forma possam efetivamente se comunicar.

Avaliando-se as respostas dadas pelos questionados quanto a esse contexto algumas indagações surgem tanto no trato da questão da comunicação não verbal, como no seu uso diário, seja em atividades de policiamento ou não.

Quanto à importância do uso da comunicação não verbal na formação dos policiais militares 57% dos pesquisados a considera muito importante e 40% importante, havendo ainda 3% que a julgam pouco importante, não havendo manifestações contrárias à sua inclusão na formação dos milicianos.



**GRÁFICO 7 - Distribuição de frequência sobre a importância da comunicação não verbal na formação policial**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

#### 8.4 O Treinamento de Polícia Militar e a comunicação não verbal

A importância do Treinamento de Polícia Militar para um efetivo desenvolvimento das atividades de polícia ostensiva é hoje fator preponderante e primordial para a garantia dos direitos dos cidadãos.

Coelho Neto (2006, p. 56) a respeito da importância do treinamento de polícia militar dos avanços alcançados com a edição do Manual de Prática Policial Geral - Volume 1, destaca que:

Com lastro marcadamente garantidor de direitos humanos e pugnado pela segurança tanto do policial quanto do cidadão nas técnicas que ensina, é inovador também em seu caráter interdisciplinar, demonstrando ao policial que no contato com o cidadão, qualquer técnica de abordagem deve conter os ingredientes da legalidade, da ética,

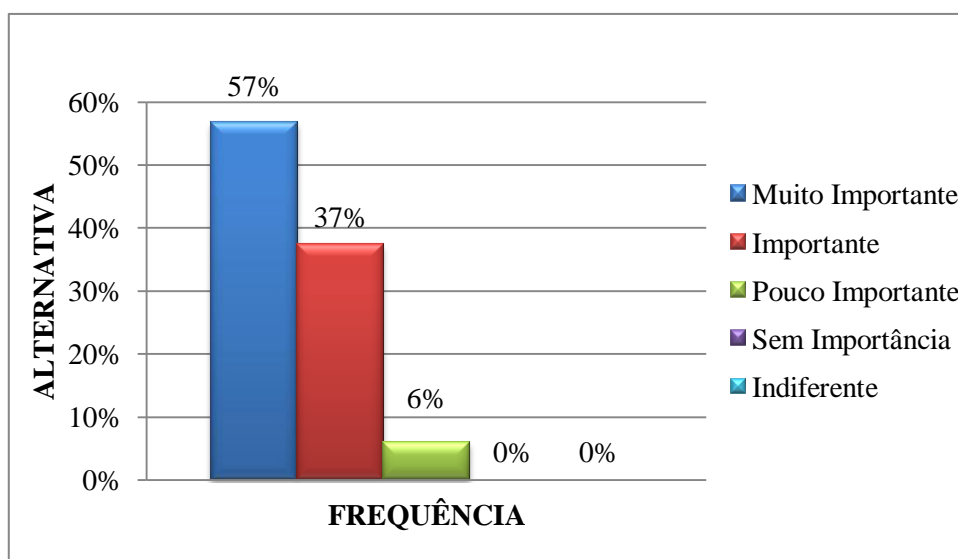
da prudência, da segurança e da irrestrita observância dos direitos humanos do cidadão abordado.

Vê-se assim que o treinamento tem por objetivos não somente inculcar no íntimo do policial militar automatismos de procedimentos de abordagem mas também de princípios de cidadania e humanidade.

Nesse aspecto o uso da comunicação não verbal tem uma parcela de contribuição grande a ser dada, pois foi por meio desse manual que essa forma de comunicação ganhou status de meio de comunicação entre os policiais, se sobrepondo à modalidade falada em determinadas situações cotidianas da atividade policial militar.

No quesito uso da comunicação não verbal nas atividades de polícia ostensiva, observa-se uma pequena variação nas avaliações quanto à sua importância, sendo que para 57% essa se revela muito importante, para 37% se mostra importante e para 6% tem pouca importância nas atividades de polícia.

A pequena variação verificada nas avaliações de importância e pouca importância não retiram o grau de funcionalidade dessa forma de comunicação nas atividades policiais pois não foi verificada, como no quesito anterior, nenhuma resposta que determinasse ser essa atividade sem importância para as atividades de polícia ostensiva.



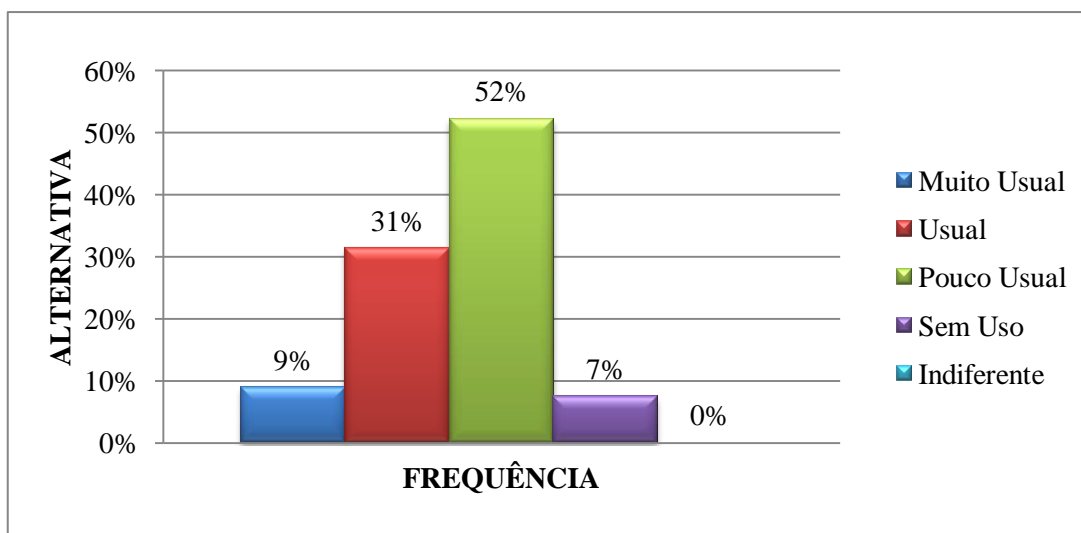
**GRÁFICO 8 - Distribuição de frequência sobre o uso da comunicação não verbal nas atividades de polícia ostensiva**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Ao se avaliar essas informações e compará-las com o quesito que trata do uso da comunicação por gestos por parte dos policiais militares vê-se que há uma pequena ambiguidade de entendimentos, ou o automatismo já passou a ser tão corriqueiro na rotina dos

policiais militares que eles não se apercebem que a todo momento utilizam de formas de comunicação não verbal caracterizadas por gestos em suas ações, ou não identificam essa atividade como forma de comunicação não verbal.

A própria saudação militar que é tão comum e uma característica marcante dessas instituições é uma forma de comunicação por gestos, porém não foi assim considerada pela grande maioria.



**GRÁFICO 9 - Distribuição de frequência quanto ao uso dos gestos nas atividades de polícia ostensiva**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

A continência é uma forma de comunicação não verbal gestual-visual e está intimamente ligada ao cotidiano policial militar, contudo as informações parecem não levar esse fato em consideração.

Outra questão que chama a atenção é o fato de que desde o ano de 2002 com a edição do Manual de Prática Policial Geral – Volume 1 o uso de gestos de mão na comunicação entre policiais militares no desenvolver de atividades de polícia ostensiva, sendo que a sua divulgação se deu de forma maciça durante os treinamentos extensivos e intensivos, e ainda assim os pesquisados a veem como pouco usual.

Esta situação pode estar atrelada às velhas práticas e costumes que ainda se perpetuam e se mostram latentes no momento de manifestações espontâneas.

Nesse mesmo sentido Coelho Neto (2008, p. 56) ao tratar do Manual de Prática Policial Geral – Volume 1, assinala que:

Vencer a luta contra a subcultura dependerá de instrumentos capazes de ensinar as novas técnicas do Manual de forma competente e persistente, sem perder forças,

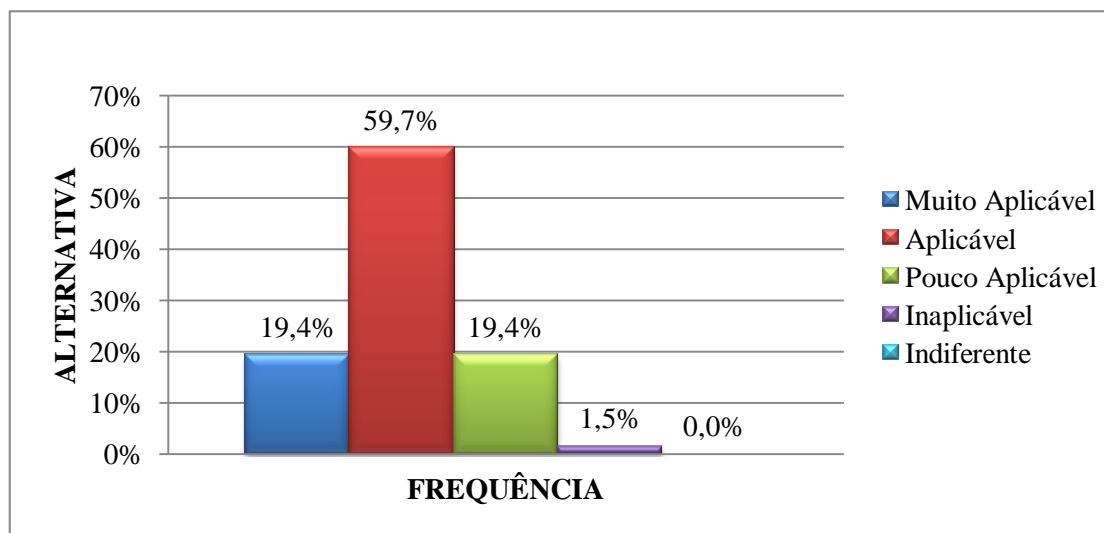
acreditando que somente a simples edição do Manual tem o condão de institucionalizar uma doutrina que é nova e vanguardista.

Nessa mesma direção cabe aqui fazer um parêntese quanto à pesquisa realizada por Lúcio (2008) ao tratar do conhecimento por parte dos militares da Diretriz para Produção dos Serviços em Segurança Pública n. 08 de 2004, que à época dispunha sobre a Filosofia de Direitos Humanos da Polícia Militar e apresenta uma lista de procedimentos a serem adotados pelos policiais militares ao se depararem em ocorrências envolvendo pessoas surdas, onde nenhum dos pesquisados conhecia o teor da Diretriz.

Pode-se inferir que a simples preocupação com a criação de formas e meios de execução mais humanitária e cidadã das práticas e ações de polícia ostensiva sem a devida disseminação desses conhecimentos não será suficiente para a consecução dos objetivos a serem alcançados.

## 8.5 A atividade profissional e a percepção sobre a Libras

A área de atuação profissional não se mostrou como fator de influência na percepção quanto ao conhecimento da Libras, como exposto na subseção 8.2.



**GRÁFICO 10 - Distribuição de frequência sobre o conhecimento em Libras e sua difusão nas atividades de polícia ostensiva**

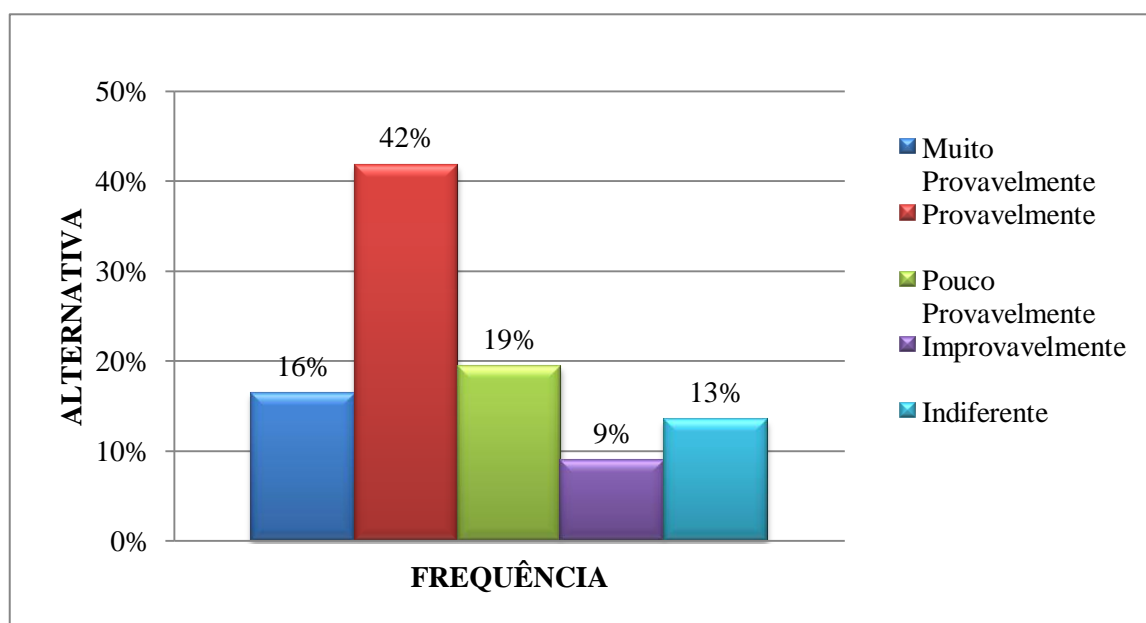
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Por outro lado, ao se tratar da importância dessa língua no desenvolver das atividades de polícia ostensiva por meio de sua difusão na PMMG (GRAF. 9) verifica-se que

79% dos questionados avaliam que o seu uso é aplicável (60%) ou muito aplicável (70%), mesmo não tendo qualquer conhecimento prévio de suas funcionalidades.

Dessa informação pode-se aduzir que as aplicações da Libras podem se dar não somente no tratamento direto com pessoas surdas ou que tenham dificuldade de audição e compreensão da língua falada, mas também em situações nas quais a informação a ser transmitida entre os policiais não possa ser decodificada por pessoas alheias às ações a serem desenvolvidas, ocasião em que a língua gestual-visual se sobrepõe à falada.

Atrelado a essas descobertas está o fato de que, para os questionados da amostra o nível de conhecimento intelectual não é um fator preponderante para que a Libras possa ser inserida na grade de cursos do treinamento complementar da Corporação, o que muito se espelha nas próprias concepções da amostra.



**GRÁFICO 11 - Distribuição de frequência sobre a influência da exigência de curso superior para ingresso na Corporação como facilitador para o uso da Libras**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Para 13% dos pesquisados a inclusão de servidores com nível de graduação superior nas fileiras da Corporação em nada interferem para a implantação do curso de Libras, e já para 16% dos pesquisados é condição que muito provavelmente se mostrará como fator facilitador para as ações e consecuições desse objetivo, vê-se que os números estão muito próximos e como a margem de erro da amostra foi de 10 pontos percentuais para mais ou para menos (subseção 7.3.4), estariam dentro de um mesmo patamar, no que os estatísticos costumam denominar de empate técnico.

## 8.6 A prestação de serviços e a imagem institucional

A imagem de uma organização é retratada na pessoa de seus funcionários e na excelência de seus produtos ou serviços.

Sir Robert Peel ao delinear os princípios do policiamento, nos já remotos idos do século XIX, asseverou que a capacidade da polícia para exercer as suas funções está dependente da aprovação pública das ações policiais.

Desde então as ações de polícia passaram a se orientar não somente em razão das atividades/atos a serem adotadas mas também da aprovação desses atos por parte da sociedade.

Dentro dessa premissa as ações de polícia na garantia da preservação da ordem pública e como garantidora dos direitos e garantias fundamentais do cidadão devem ter como norteadores de suas as ações as pessoas clientes de seus serviços, sejam aqueles cidadãos de bem que carecem de segurança subjetiva, ou os infratores que necessitam serem cerceados do convívio social.

Essa evolução de pensamento é hoje parte integrante não só dos planos de combate à criminalidade como de todo um planejamento estratégico que tem por concepção a definição da identidade organizacional da PMMG, traduzida em três elementos principais: declaração da missão, visão de futuro e valores institucionais.

O Planejamento Estratégico da PMMG para o período de 2007-2011, assim define esses elementos principais.

A missão é a declaração da razão da existência da organização. Ela define o negócio da instituição, fornecendo uma indicação sucinta e clara daquilo a que ela se propõe.

A missão da PMMG está assim definida:

Assegurar a dignidade da pessoa humana, as liberdades e os direitos fundamentais, contribuindo para a paz social e para tornar Minas o melhor Estado para se viver.

[...]

A visão define o que a organização pretende ser no futuro, incorporando as suas ambições, seus objetivos e como quer ser vista pela sociedade. Ela propicia a criação de um clima de envolvimento e comprometimento dos colaboradores com o futuro da organização, o planejamento volta-se para o sucesso no futuro e para os resultados no presente.

A visão da PMMG está assim definida:

Sermos excelentes na promoção das liberdades e dos direitos fundamentais, motivo de orgulho do povo mineiro.

Os valores são virtudes desejáveis ou características básicas positivas que a instituição quer preservar, adquirir e/ou incentivar. Constituem uma fonte de inspiração no ambiente de trabalho. Os valores servem

para dar significado à direção buscada pelos integrantes da Corporação.

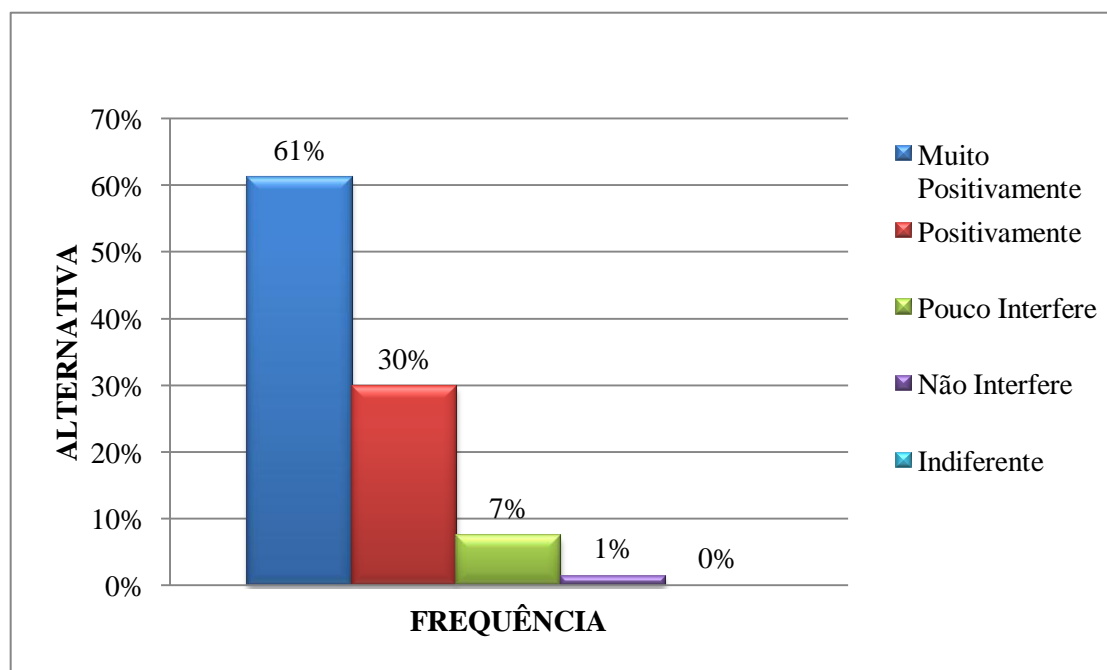
Os valores definidos para a PMMG são:

- a) Respeito aos direitos fundamentais e Valorização das pessoas
- b) Ética e Transparências
- c) Excelência e Representatividade Institucional
- d) Disciplina e Inovação
- e) Liderança e Participação
- f) Coragem e Justiça

É nesse cenário que as ações de polícia nos dias atuais devem ser desenvolvidas tendo por base essas novas concepções as quais tem relação direta com o previsto na Lei Estadual n. 10.379/91, na busca de novas formas de atendimento possibilitando o atendimento dessa minorias vulnerável que representam as pessoas surdas.

Essa mostrou-se ser as percepções dos questionados ao serem perguntados sobre a formação do Intérprete de Libras por parte da PMMG e a extensão dos serviços de emergência policial aos surdos, onde 61% dos pesquisados avaliou a iniciativa como muito positiva para a imagem da Corporação e 30% como positiva, nesse mesmo aspecto.

Uma informação que não se mostra relevante em relação aos dados percentuais mas que dentro da amostra se mostrou importante é o fato de que para 1% da amostra essa ação nada interfere na imagem da Corporação.



**GRÁFICO 12 - Distribuição de frequência quanto à formação do intérprete de Libras e o reflexo de sua atuação na imagem da Corporação**

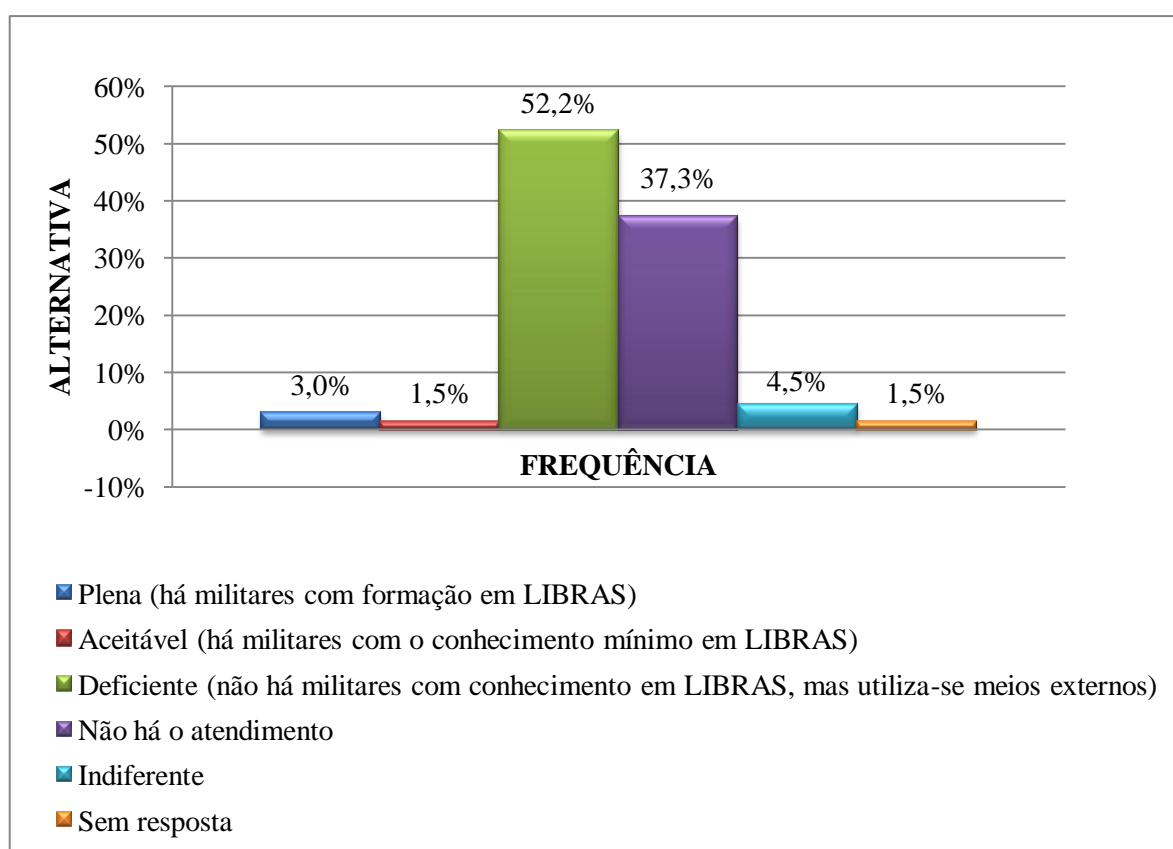
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

A situação embora isolada demonstra que alguns ainda não se deram conta da importância da extensão do atendimento dos serviços de segurança pública a quem quer que

seja, e mais, mostram-se totalmente reticentes à uma imposição normativa, já que prestar esse serviço não é mais uma escolha ou uma opção que a Instituição pode fazer, é um dever, que somente não teve ainda uma definição de procedimento.

Outra questão envolvida no reflexo que o uso da Libras pode proporcionar na imagem da corporação refere-se ao fato de que 89,5% dos pesquisados afirmarem que o atendimento é deficiente (52,2%) ou de que não existe atendimento (37,3%).

Abstrai-se ainda desses dados uma informação que se mostra relevante em relação aos dados percentuais da amostra quanto ao fato de que para 4,5% da amostra essa ação nada interfere na imagem da Corporação.



**GRÁFICO 13 - Distribuição de frequência quanto ao atendimento prestado pelas Unidades em relação às pessoas surdas**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Dessas informações pode-se inferir que para se alcançar o que foi declarado como missão institucional, projetar o amanhã como foco na visão de futuro para a Instituição e inculir em nossa prestação de serviços os valores institucionais, deve-se buscar inovações no sentido de mudar as concepções hoje vividas para que os serviços públicos de segurança pública possam estar disponíveis a todos sem distinção.

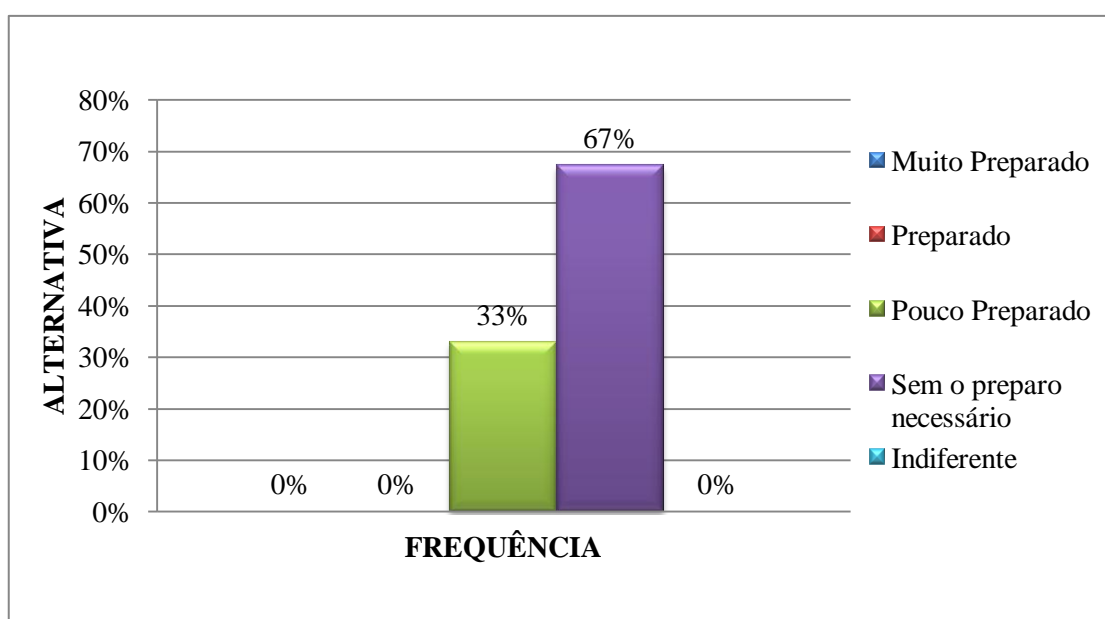
## 8.7 A Libras: interação e inclusão dos policiais militares ao mundo dos surdos

Nesse tópico pensou-se em fazer uma inversão nos termos e no pensamento do processo de comunicação, partindo-se do princípio que a necessidade premente é a da interação e da inclusão dos policiais militares ao mundo dos surdos e não o contrário, afinal cabe àqueles a segurança desses.

Berlo (2003) ao tratar da importância dessa interação asseverou que:

*O conceito de interação é fundamental para o entendimento do conceito de processo, na comunicação. A comunicação representa uma tentativa de conjugar dois organismos, de cobrir a lacuna entre dois indivíduos pela produção e recepção de mensagens que tenham sentido para ambos. Por melhor que seja, é uma tarefa impossível. A comunicação interativa busca esse ideal.*

Com esse objetivo na tentativa de avaliar o nível dessa interação entre o policial militar e o surdo perguntou-se qual o nível de preparo desses profissionais para manter essa interação sendo que 67% dos pesquisados afirmaram não ter o preparo necessário e o restante dos 33% afirmaram possui pouco preparo para manter uma interação com os surdos.

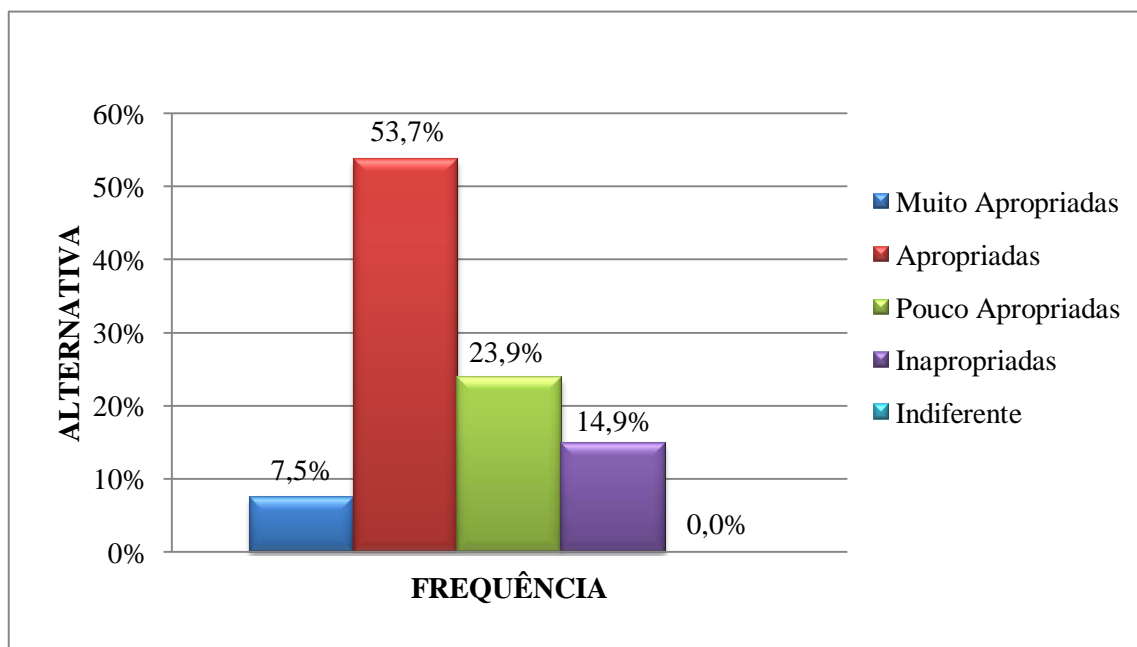


**GRÁFICO 14 - Distribuição de frequência quanto à condição e o preparo para manter diálogo com pessoas surdas**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Nota-se que nenhum dos pesquisados considerou-se preparado ou muito preparado para interagir com o surdo, e da mesma forma ninguém se mostrou indiferente à questão.

Outra informação que se extrai dos dados dos questionários é sobre a possibilidade da inserção do treinamento de Libras nas modalidades do Treinamento Extensivo na atual conjuntura de meios logísticos das Unidades aponta para a existência de uma estrutura apropriada para 53,7% dos pesquisados e muito apropriadas para 7,5%.



**GRÁFICO 15 - Distribuição de frequência sobre as condições de estrutura logística das Unidades e das ferramentas de treinamento para inclusão de nova modalidade de treinamento**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

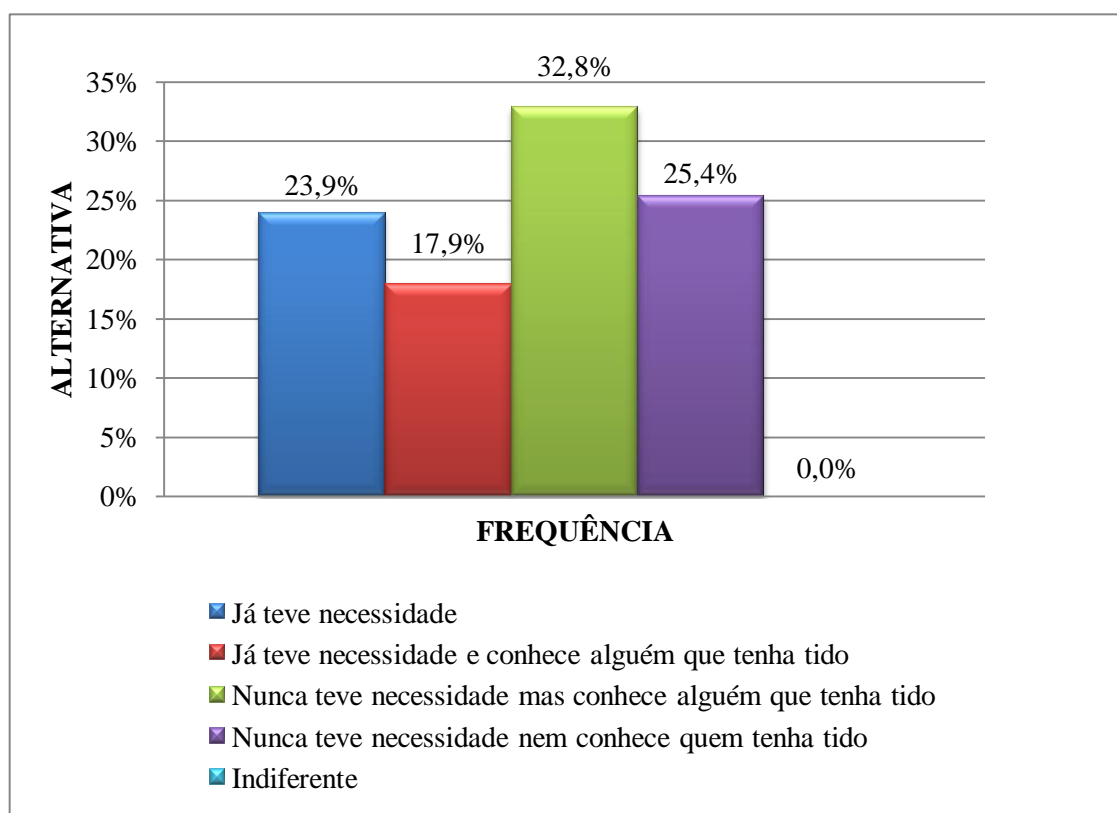
Nota-se que os dados apurados mostram-se dispersos entre as opções apresentadas, contudo, mesmo com aplicação do erro amostral atribuído de 10 pontos percentuais para mais ou para menos, vê-se que a estrutura logística das unidades comporta a inclusão de uma modalidade de treinamento que possa ser feita de forma extensiva e abrangente a todos, e que o ensino da Libras pode ser inserido nesse contexto.

Ao final, tentou-se definir o quão latente ou patente é essa relação entre o policial militar e a pessoa surda, e em que grau há a necessidade de se manter um contato de interação entre eles.

Os dados revelaram (GRAF. 16) que 74,6% dos questionados ou já tiveram a necessidade de manter um diálogo com um surdo, ou conhecem algum outro policial que já tenha tido esse tipo de necessidade, um fato que revela que essa situação não é tão ocasional ou sazonal como pode num primeiro momento parecer.

Ao se relacionar essa informação com a informação obtida quanto à falta de preparo para se manter um diálogo com os surdos por parte do policial militar (o apurado

apresentou 67% de questionados sem o preparo necessário) pode-se inferir que os dados são muito semelhantes, e indicam a falta de treinamento específico para o tratamento da questão.



**GRÁFICO 16 - Distribuição de frequência quanto à necessidade de manter diálogo com pessoas surdas**

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

Nota-se que no presente quesito não houve manifestação de indiferença por parte dos questionados à pergunta e às opções apresentadas, o que revela terem esses pleno entendimento da situação exposta.

## 8.8 Análise comparativa

No intuito de se fazer comparações entre os dados apurados e deles retirar informações que poderiam se mostrar úteis ao presente estudo foram feitas comparações cruzadas dos dados para corroborar as informações anteriores.

Utilizou-se para parametrizar os dados a análise de associação entre as questões que passaram a ser consideradas como categorias independentes em relação ao objeto de estudo, já que possuem relação direta com as proposições da presente pesquisa, passando a serem tratadas como variáveis qualitativas.

Procurou-se verificar se existe uma associação entre algumas das repostas das questões no sentido de melhor qualificar as informações.

Inicialmente procurou-se verificar o nível associação entre o tempo de serviço na Corporação com o tempo de desempenho da atividade.

**TABELA 2**  
**Distribuição conjunta de frequência do tempo de atividade na área de Educação de Polícia Militar ou de Comunicação Organizacional e o tempo de serviço prestado na PMMG**

Há quanto tempo presta serviços na Polícia Militar?	Há quanto tempo desenvolve atividades na área de Educação de Polícia Militar ou de Comunicação Organizacional?					TOTAL
	de 01 a 03 anos	de 04 a 06 anos	de 07 a 09 anos	de 10 a 12 anos	mais de 12 anos	
mais de 20 anos	13 (19,70)	3 (4,55)	1 (1,52)	1 (1,52)	3 (4,55)	21 (31,82)
de 16 a 20 anos	6 (9,09)	5 (7,58)	1 (1,52)	0 (0,00)	1 (1,52)	13 (19,70)
de 11 a 15 anos	13 (19,70)	4 (6,06)	2 (3,03)	1 (1,52)	0 (0,00)	20 (30,30)
de 06 a 10 anos	6 (9,09)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	6 (9,09)
de 03 a 05 anos	5 (7,58)	1 (1,52)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	6 (9,09)
<b>TOTAL *</b>	<b>43</b> <b>(65,15)</b>	<b>13</b> <b>(19,70)</b>	<b>4</b> <b>(6,06)</b>	<b>2</b> <b>(3,03)</b>	<b>4</b> <b>(6,06)</b>	<b>66</b> <b>(100,00)</b>

\* Obs. 1 (um) questionado não respondeu.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados.

Nota: Percentagens entre parênteses.

Percebe-se que a grande maioria dos questionados, possui mais de 11 anos de profissão policial militar e desenvolvem ações nas áreas de Ensino/Treinamento Policial ou de Comunicação Organizacional há no máximo 06 anos. Essa informação corrobora as inferências feitas anteriormente quanto à estratificação do substrato da amostra que é formado por pessoas com certa experiência profissional e atuação em mais de uma área de serviço.

Outra informação que se obtém dessa tabela é que o tempo de profissão não é fator determinante para o tempo de exercício da atividade já que dos 22 questionados que possuem mais de 20 anos de atividades na Corporação 22,72% (5 indivíduos) atuam nessas áreas há mais de 07 anos, embora 75% (3 indivíduos) dos pesquisados que atuam há mais de 12 anos na atividade tenham mais de 20 anos de serviços prestados à Corporação, representam a minoria.

Em complementação às informações acima foi realizada nova associação onde buscou-se definir qual a relação existente entre as atividades desenvolvida pelos questionados

e o tempo de desenvolvimento dessas, para identificar a estratificação da amostra quanto à percepção do tempo de atividade administrativa com o tempo de atividade anterior.

**TABELA 3**  
**Distribuição conjunta de frequência entre o tempo de serviço na atividade e a atividade desenvolvida**

Área de Atuação	Há quanto tempo desenvolve atividades na área de Educação de Polícia Militar ou de Comunicação Organizacional?					TOTAL
	de 01 a 03 anos	de 04 a 06 anos	de 07 a 09 anos	de 10 a 12 anos	mais de 12 anos	
Outra	2 (3,03)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	2 (3,03)
Seção de Comunicação Organizacional	15 (22,73)	5 (7,58)	2 (3,03)	1 (1,52)	2 (3,03)	25 (37,88)
Adjuntoria de Ensino e Treinamento	19 (28,79)	6 (9,09)	1 (1,52)	0 (0,00)	2 (3,03)	28 (42,42)
Companhia de Ensino e Treinamento	7 (10,61)	2 (3,03)	1 (1,52)	1 (1,52)	0 (0,00)	11 (16,67)
<b>TOTAL*</b>	<b>43</b> <b>(65,15)</b>	<b>13</b> <b>(19,70)</b>	<b>4</b> <b>(6,06)</b>	<b>2</b> <b>(3,03)</b>	<b>4</b> <b>(6,06)</b>	<b>66</b> <b>(100,00)</b>

\* Obs. 1 (um) questionado não respondeu.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados.

Nota: Percentagens entre parênteses.

Percebe-se que a associação ocorre na mesma sintonia que no evento anterior, quanto ao tempo de serviço na atividade, e mostra que a maior parcela dos pesquisados (51,51%) atua na área de Ensino e Treinamento e em período não superior a 6 anos.

Em seguida procurou-se definir a existência ou não de associação entre o tempo de serviço prestado na Corporação pelos questionados com a necessidade de manter diálogo com pessoas surdas, por parte deles, ou de algum outro policial militar com tenham trabalho ou mantido contato durante esse período.

Verifica-se do contido nos dados da TAB. 4 que não existe qualquer associação entre o tempo de serviço do policial militar e a necessidade apresentada em manter um diálogo com pessoas surdas ou a falta dessa necessidade, sendo certo, porém, que a grande maioria dos pesquisados que afirmaram já terem tido essa necessidade e conhecerem outros militares que a tenham tido se situarem na faixa de tempo de serviço superior a 20 anos.

**TABELA 4**  
**Distribuição de frequência por tempo de serviço na Corporação e a necessidade de manter diálogo com pessoas surdas**

Há quanto tempo presta serviços na Polícia Militar?	Já teve necessidade ou conhece algum policial que tenha tido a necessidade de manter um diálogo com uma pessoa com deficiência fono auditiva (fala e audição)?					TOTAL
	Já teve necessidade	Já teve necessidade e conhece alguém que tenha tido	Nunca teve necessidade mas conhece alguém que tenha tido	Nunca teve necessidade nem conhece quem tenha tido	Indiferente	
mais de 20 anos	4 (5,97)	9 (13,43)	5 (7,46)	4 (5,97)	0 (0,00)	22 (32,84)
de 16 a 20 anos	5 (7,46)	1 (1,49)	3 (4,48)	4 (5,97)	0 (0,00)	13 (19,40)
de 11 a 15 anos	5 (7,46)	2 (2,99)	8 (11,94)	5 (7,46)	0 (0,00)	20 (29,85)
de 06 a 10 anos	1 (1,49)	0 (0,00)	3 (4,48)	2 (2,99)	0 (0,00)	6 (8,96)
de 03 a 05 anos	1 (1,49)	0 (0,00)	3 (4,48)	2 (2,99)	0 (0,00)	6 (8,96)
<b>TOTAL</b>	<b>16</b> <b>(23,88)</b>	<b>12</b> <b>(17,91)</b>	<b>22</b> <b>(32,84)</b>	<b>17</b> <b>(25,37)</b>	<b>0</b> <b>(0,00)</b>	<b>67</b> <b>(100,00)</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados.

Ante as inferências a respeito dos dados da TAB. 4 fez um novo cruzamento de informações na tentativa de se verificar a existência ou não de uma associação entre a necessidade de manter um diálogo com pessoas surdas por parte do policial militar e o efetivo conhecimento da Libras por parte desses como forma ação inclusiva e interativa.

Uma vez demonstrado que qualquer policial militar, independente do tempo de serviço, pode se vê diante ou não de uma situação que exija um diálogo com pessoas surdas, buscou-se ver que impressão e que tipo de retorno (*feedback*)<sup>72</sup> a Libras pode ocasionar nesses casos.

Viu-se, dessa nova construção (TAB. 5), que há uma forte associação entre a necessidade de manter diálogo com pessoas surdas e prévio conhecimento da Libras por parte dos policiais militares, pois mesmo entre aqueles policiais militares que nunca tiveram a necessidade de manter contato com pessoas surdas e nem conhecem quem a tenha tido 82,35% (14 indivíduos) vêm o uso da Libras como recomendável ou muito recomendável como forma de possibilitar uma interação entre o policial militar e essas pessoas.

<sup>72</sup> Se a fonte de comunicação decodifica a mensagem que está codificada e se essa mensagem é recolocada em seu sistema, temos o *feedback* (BERLO, 2003, p. 106)

**TABELA 5**  
**Distribuição de frequência conjunta da necessidade de manter diálogo como pessoas surdas e o conhecimento em Libras por parte dos policiais militares como ação inclusiva e interativa**

Já teve necessidade ou conhece algum policial que tenha tido a necessidade de manter um diálogo com uma pessoa com deficiência fono auditiva (fala e audição)?	O conhecimento em LIBRAS por parte dos policiais militares como forma de ação inclusiva e interativa com as pessoas com deficiência fono auditiva se mostra:					
	Muito Recomendável	Recomendável	Pouco Recomendável	Não Recomendável	Indiferente	TOTAL
Indiferente	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)
Nunca teve necessidade nem conhece quem tenha tido	4 (5,97)	10 (14,93)	2 (2,99)	0 (0,00)	1 (1,49)	17 (25,37)
Nunca teve necessidade mas conhece alguém que tenha tido	9 (13,43)	12 (17,91)	1 (1,49)	0 (0,00)	0 (0,00)	22 (32,84)
Já teve necessidade e conhece alguém que tenha tido	7 (10,45)	5 (7,46)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	12 (17,91)
Já teve necessidade	9 (13,43)	6 (8,96)	1 (1,49)	0 (0,00)	0 (0,00)	16 (23,88)
<b>TOTAL</b>	<b>29</b> <b>(43,28)</b>	<b>33</b> <b>(49,25)</b>	<b>4</b> <b>(5,97)</b>	<b>0</b> <b>(0,00)</b>	<b>1</b> <b>(1,49)</b>	<b>67</b> <b>(100,00)</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados.

Nota: Percentagens entre parênteses.

Dentro do universo daqueles que já haviam tido a necessidade de dialogar com pessoas surdas ou conheciam alguém que a havia tido 96% (48 indivíduos) vêm o uso da Libras como recomendável ou muito recomendável.

A associação seguinte buscou identificar a existência de uma relação entre o uso da comunicação não verbal (sons, luzes, cores, gestos, figuras, símbolos, e outros) nas atividades de polícia ostensiva e a sua importância como parte integrante da formação dos policiais militares.

**TABELA 6**  
**Distribuição de frequência conjunta entre o uso da comunicação não verbal nas atividades de polícia ostensiva e o uso da comunicação não verbal como parte integrante da formação profissional**

O uso da comunicação não verbal (sons, luzes, cores, gestos, figuras, símbolos, e outros) como parte integrante da formação policial militar, em sua avaliação, se mostra:	O uso da comunicação não verbal (sons, luzes, cores, gestos, figuras, símbolos, e outros) nas atividades de polícia ostensiva, sob sua ótica, se mostra:					
	Muito Importante	Importante	Pouco Importante	Sem Importância	Indiferente	TOTAL
Indiferente	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)
Sem Importância	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)
Pouco Importante	0 (0,00)	0 (0,00)	2 (2,99)	0 (0,00)	0 (0,00)	2 (2,99)
Importante	2 (2,99)	24 (35,82)	1 (1,49)	0 (0,00)	0 (0,00)	27 (40,30)
Muito Importante	36 (53,73)	1 (1,49)	1 (1,49)	0 (0,00)	0 (0,00)	38 (56,72)
<b>TOTAL</b>	<b>38</b> <b>(56,72)</b>	<b>25</b> <b>(37,31)</b>	<b>4</b> <b>(5,97)</b>	<b>0</b> <b>(0,00)</b>	<b>0</b> <b>(0,00)</b>	<b>67</b> <b>(100,00)</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados.

Nota: Percentagens entre parênteses.

Dos dados apurados (TAB. 6) vê-se que a importância quanto ao uso da comunicação não verbal, seja na formação policial militar, ou no uso das atividades de polícia ostensiva se apresenta como fator fundamental, já que apresenta 94,02% de avaliação como importante ou muito importante, não tendo qualquer registro que a avalie como sem importância ou com indiferença.

Como complementação das informações acima fez-se uma relação entre o conhecimento em Libras por parte dos policiais militares como forma de ação inclusiva e interativa e a capacidade do modelo de Treinamento Extensivo hoje adotado para permitir a implantação de uma nova forma de treinamento (TAB. 7) para verificar a existência ou não de uma associação entre os quesitos.

Apurou-se que há uma associação nesses quesitos pois o nível de avaliação quanto a recomendação do uso da Libras como forma de ação inclusiva e interativa em relação à possibilidade a inclusão de uma nova forma de treinamento extensivo verificou-se que para 61,49% dos pesquisados a relação é muito recomendável ou recomendável no primeiro quesito e muito apropriada ou apropriada no segundo.

Cabe salientar, nesse ponto de avaliação, que para 13,43% dos questionados embora o conhecimento de Libras seja no mínimo recomendável as condições de implementação de uma nova modalidade de treinamento se mostram inapropriadas em face da estrutura logística.

**TABELA 7**  
**Distribuição de frequência conjunta entre o conhecimento em Libras por parte dos policiais militares como ação inclusiva/interativa e o modelo atual de TE e a estrutura existente para a implantação de nova modalidade de treinamento**

O conhecimento em LIBRAS por parte dos policiais militares como forma de ação inclusiva e interativa com as pessoas com deficiência fono auditiva se mostra:	O modelo de TE adotado pela PMMG, as ferramentas utilizadas nesse tipo de treinamento (TTGe TTE), e a atual estrutura logística das Unidades (áudio e vídeo, multimídia e informática), quanto à implantação de nova modalidade de treinamento se apresenta:				
	Muito Apropriadas	Apropriadas	Pouco Apropriadas	Inapropriadas	TOTAL
Indiferente	0 (0,00)	1 (1,49)	0 (0,00)	0 (0,00)	1 (1,49)
Não Recomendável	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)
Pouco Recomendável	0 (0,00)	2 (2,99)	1 (1,49)	1 (1,49)	4 (5,97)
Recomendável	1 (1,49)	20 (29,85)	5 (7,46)	7 (10,45)	33 (49,25)
Muito Recomendável	4 (5,97)	13 (19,40)	10 (14,93)	2 (2,99)	29 (43,28)
<b>TOTAL</b>	<b>5 (7,46)</b>	<b>36 (53,73)</b>	<b>16 (23,88)</b>	<b>10 (14,93)</b>	<b>67 (100,00)</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados.

Nota: Percentagens entre parênteses.

Quanto ao quesito da formação do intérprete de Libras por parte da PMMG e o seu reflexo na imagem da Corporação fez-se duas comparações, a primeira quanto as alterações nos critérios para a inclusão com a exigência de curso superior como fator facilitador, e, a segunda sobre a forma de atendimento que hoje é feita pelas unidades em relação às pessoas surdas.

Na primeira comparação (TAB. 8) apurou-se que para 59,21% dos pesquisados (38 indivíduos) a formação do intérprete por parte da PMMG se revela positivamente ou muito positivamente para a imagem da Corporação na mesma proporção em que o fato da inclusão ser feita com a exigência de nível superior de escolaridade se mostra como fator facilitador de forma provável ou muito provavelmente.

Ressalta-se que nessa comparação ainda 16,42% dos pesquisados (8 indivíduos) considerarem que a situação do ingresso de pessoas com nível de ensino superior pouco

influencia como fator facilitador para o uso da Libras, contudo concordam que a formação do intérprete por parte da PMMG reflete positivamente ou muito positivamente para a imagem da Corporação.

**TABELA 8**  
**Distribuição de frequência conjunta entre a formação do intérprete de Libras pela PMMG e o seu reflexo para imagem da Corporação com a exigência de curso superior para ingresso na Corporação como fator facilitador para uso da Libras**

As alterações nos critérios de seleção para ingresso na PMMG (exigência de graduação em curso de nível superior) podem se mostrar como FATOR FACILITADOR para o uso da LIBRAS por parte da PMMG.	A formação do intérprete de LIBRAS pela PMMG, e a extensão dos serviços de emergência policial às pessoas com deficiência fono auditiva, na sua visão, refletem na imagem da Corporação:					
	Muito Positivamente	Positivamente	Pouco Interfere	Não Interfere	Indiferente	TOTAL
Indiferente	6 (8,96)	2 (2,99)	0 (0,00)	1 (1,49)	0 (0,00)	9 (13,43)
Improvavelmente	2 (2,99)	1 (1,49)	3 (4,48)	0 (0,00)	0 (0,00)	6 (8,96)
Pouco Provavelmente	8 (11,94)	3 (4,48)	2 (2,99)	0 (0,00)	0 (0,00)	13 (19,40)
Provavelmente	15 (22,39)	13 (19,40)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	28 (41,79)
Muito Provavelmente	10 (14,93)	1 (1,49)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	11 (16,42)
<b>TOTAL</b>	<b>41 (61,19)</b>	<b>20 (29,85)</b>	<b>5 (7,46)</b>	<b>1 (1,49)</b>	<b>0 (0,00)</b>	<b>67 (100,00)</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados.

Nota: Percentagens entre parênteses.

Já na segunda relação (TAB. 9) aos dados indicaram que para 81,82% dos pesquisados a formação do intérprete de Libras por parte da PMMG se revela positivamente ou muito positivamente para a imagem da Corporação na mesma proporção em que o atendimento às pessoas surdas por parte das Unidades se mostra deficiente (não há militares com conhecimento em LIBRAS, mas utiliza-se meios externos) ou não inexistente.

Apurou-se ainda que muito embora 4,55% dos pesquisados tenham se mostrado indiferentes quanto ao atendimento de pessoas surdas por parte de suas Unidades concordam que a formação do intérprete de Libras por parte da PMMG se revela muito positivamente para a imagem da Corporação.

**TABELA 9**  
**Distribuição de frequência conjunta entre a formação do intérprete de Libras pela PMMG como reflexo para a imagem da Corporação e a forma atual de atendimento às pessoas surdas por parte das Unidades**

A formação do intérprete de LIBRAS pela PMMG, e a extensão dos serviços de emergência policial às pessoas com deficiência fono auditiva, na sua visão, refletem na imagem da Corporação:	Nas condições atuais sua Unidade possibilita o atendimento às pessoas com deficiência fono auditiva de forma:					
	Plena (há militares com formação em LIBRAS)	Aceitável (há militares com o conhecimento mínimo em LIBRAS)	Deficiente (não há militares com conhecimento em LIBRAS, mas utiliza-se meios externos)	Não há o atendimento	Indiferente	TOTAL
Indiferente	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)
Não Interfere	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	1 (1,52)	0 (0,00)	1 (1,52)
Pouco Interfere	0 (0,00)	0 (0,00)	1 (1,52)	4 (6,06)	0 (0,00)	5 (7,58)
Positivamente	1 (1,52)	0 (0,00)	12 (18,18)	6 (9,09)	0 (0,00)	19 (28,79)
Muito Positivamente	1 (1,52)	1 (1,52)	22 (33,33)	14 (21,21)	3 (4,55)	41 (62,12)
<b>TOTAL *</b>	<b>2</b> <b>(3,03)</b>	<b>1</b> <b>(1,52)</b>	<b>35</b> <b>(53,03)</b>	<b>25</b> <b>(37,88)</b>	<b>3</b> <b>(4,55)</b>	<b>66</b> <b>(100,00)</b>

\* Obs. 1 (um) questionado não respondeu.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados.

Nota: Percentagens entre parênteses.

## 8.9 Impressões finais

Buscou-se ainda por meio do questionário colher impressões dos questionados acerca do tema, como forma de se avaliar de maneira indireta o impacto do tema e da questão sobre esses profissionais que trabalham tanto nas atividades de ensino e treinamento quanto na de comunicação organizacional.

Inicialmente pretendia-se catalogar e avaliar essas exposições, contudo, como 9 dos pesquisados não se manifestaram, houve um sensível prejuízo quanto à possibilidade de se avaliar o conteúdo desses dados como amostra estatística válida, fazendo-se apenas uma catalogação das respostas e sua exposição na seção Apêndice – Repositório de Impressões Pessoais.

Observa-se, porém, que a grande maioria dos que se posicionaram se mostram cientes da necessidade de se implementar ferramentas ou modelos de treinamento que possibilitem ao policial militar se comunicar com as pessoas surdas.

## **8.10 Análise Qualitativa**

Buscou-se na análise dos textos das entrevistas correlacionar as informações dos entrevistados com a dos questionados como forma de estabelecer um nível de estrutura mínima para as respostas, podendo-se assim criar uma associação entre as impressões desses entrevistados com as informações obtidas dos questionados.

Colocações de ordem meramente gramaticais não foram levadas em consideração preocupando-se com o conteúdo das assertivas.

Optou-se, como forma de descrição visual, constar no corpo da Pesquisa uma síntese das transcrições textuais das respostas dos entrevistados, com o devido cuidado de reserva quanto à origem das informações, usando-se para tal a classificação codificada dos entrevistados em ordem alfanumérica, elaborada pelo uso da primeira letra inicial da palavra “entrevistados” seguida dos números cardinais 1 e 2, respectivamente para denominar E1 e E2 como sendo os entrevistados.

### **8.10.1 Análise dos dados**

No que se refere à importância da mudança de concepção de treinamento de polícia militar para possibilitar o atendimento das minorias essa parece ser uma tônica tanto em razão da necessidade de extensão dos serviços às minorias vulneráveis quanto em face das perspectivas futuras em razão de eventos de grande proporções no Estado de Minas Gerais, onde esses públicos se farão presentes.

Os entrevistados E1 e E2 possuem, respectivamente, 22 anos e 18 anos e ½ de serviços prestados à Corporação, sendo que o primeiro trabalha há 04 anos com Treinamento Policial Militar e o segundo a 6 anos e ½ com Comunicação Organizacional.

Os entrevistados demonstram estar cientes da importância do uso da comunicação não verbal como parte integrante da formação policial militar, ao relatarem que:

E1 - Sim, muito importante. Pelo fato de a comunicação policial ser um fator determinante na resposta a ser dada pelo cidadão frente a intervenção policial, se cooperativa, questionadora ou agressiva, o que influenciará diretamente no nível de força e na eclosão da violência, trazendo maiores riscos para todas as partes envolvidas.

E2 - Vejo como imprescindível. A comunicação, de toda forma, é o meio de interação com a comunidade. É a nossa forma de relacionar, criar legitimidade, construir confiança. A busca de todas as formas de interação é uma obrigação de todo policial militar, mais enfaticamente do Assessor de Comunicação.

Os relatos se somam o pensamento manifesto pela maioria dos questionados, sugerindo a percepção de que o “fazer polícia” não se restringe ao uso da fala.

Em relação às ações da PMMG por meio de processos e procedimentos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência, vê-se a existência de nova convergência de posicionamentos, no sentido de que não há na Corporação uma linha de ação definida voltada para o atendimento dessas minorias, sendo que para E1 “Atualmente, a PMMG não possui setores diretamente relacionados ao atendimento de pessoas portadoras desta deficiência” e para E2 “No período em que me encontro trabalhando na Polícia Militar somente duas pessoas com quem me relacionei falaram ou escreveram sobre o tema”.

A questão da falta de iniciativas para o atendimento das minorias, em especial dos surdos, se mostra mais presente quanto os entrevistados relacionam essa falta com a necessidade de sua existência, e sua inclusão como objetivos da formação dos policiais militares, ao relatarem que:

E1 - [...] qualquer setor publico, principalmente aqueles que buscam excelência em seus serviços, de vem procurar o atendimento às minorias e serviços que garantam, de maneira adequada, o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais.

E2 - [...] Na minha concepção o conceito de minoria socialmente dito não reflete no quantitativo de contatos comunitários. As minorias são os maiores clientes dos nossos serviços. São inclusive, os mais preconceituosos do nosso atendimento e muito desse preconceito se cria em decorrência da falta de preparo do policial militar em atender essas situações.

Nota-se que novamente o viés das respostas caminha no sentido da busca de se atender a todos de forma indistinta, e como forma de busca na excelência do serviço, narrativa que guarda íntima relação com a declaração de missão institucional contida no Planejamento Estratégico 2009-2011, que é “Assegurar a dignidade da pessoa humana, as liberdades e os direitos fundamentais, contribuindo para a paz social e para tornar Minas o melhor Estado para se viver”. Não se distancia também da visão de futuro prevista no mesmo Planejamento de “Seremos excelentes na promoção das liberdades e dos direitos fundamentais, motivo de orgulho do povo mineiro”.

É consenso entre os entrevistados que todas as formas de atendimento às minorias, em especial aos surdos, devem ser alvo de estudos e treinamentos e no caso da Libras a situação não é diferente, já que entendem ser ela a ferramenta adequada a essa finalidade.

E1 - Pessoas portadoras de necessidades especiais, da mais diversas naturezas, são comuns a todas as pessoas, todavia, o contato com portadores de deficiência fono auditiva, é o mais difícil. Dentre as poucas vezes que tive a necessidade de contato, seja durante o serviço ou no cotidiano pessoal, foi necessário recorrer a outras pessoas com conhecimento em LIBRAS.

E2 - No 5º BPM, quando 2º Tenente PM, em 1997, cumprindo uma escala de CPU fixo, fui acionado por uma viatura, em um bairro da 10ª Cia. O COPOM à época tinha gerado uma ocorrência de atrito verbal, discussão entre marido e mulher. Ao chegar no local verifiquei a dificuldade da viatura, tanto o marido quanto a mulher possuíam deficiência fono-auditiva. A guarnição não sabia como atenderiam a ocorrência. Na época, todos foram encaminhados a uma Entidade especializada, foi qualificado um intérprete no BO e este fez a “tradução” registrada no corpo do documento. Não houve prejuízo para a imagem organizacional.

Em relação ao fato da capacitação/formação do intérprete de Libras ser realizada pela PMMG, novamente verifica-se um consenso na exposição das ideias dos entrevistados, em concordância com a manifestação da maioria dos questionados, pois entendem que a ação é uma responsabilidade social da Instituição para com essas pessoas.

E1 - A capacitação em LIBRAS, para os integrantes da Polícia Militar, é de suma importância, pois, se por um lado estimula a inclusão e demonstra a responsabilidade e o alinhamento da Instituição aos preceitos dos direitos humanos e das garantias fundamentais, por outro garante o bom atendimento e a segurança dessas pessoas, sejam como usuários do serviço policial-militar, seja como abordado/suspeito.

E2 - O embasamento dessa resposta já se encontra diluídas nas respostas de outras perguntas.

Novamente depreende-se com um alinhamento de ideias dos entrevistados com as disposições do Planejamento Estratégico 2009-2011, onde pode-se inferir a associação dessas com um dos valores da Instituição, uma das virtudes desejáveis, que é o “respeito aos direitos fundamentais e valorização das pessoas”.

No quesito reflexo para a imagem da Corporação o discurso foi uníssono onde os entrevistados, embora labutando em áreas de atuação diferentes, demonstraram a importância de se oferecer atendimento diferenciado às pessoas surdas e capacitar os policiais militares a fazê-lo por meio da Libras, o que gera confiança da pessoa surda em ser atendida pelo policial militar sem a necessidade de uma interposta pessoa, colocando em patamar de igualdade a importância do estudo da Libras com o de línguas estrangeiras

E1 - Sem sombra de dúvidas, uma vez, que demonstrará a preocupação da Polícia Militar no atendimento qualificado a todas as minorias, além de todas as esferas da

sociedade e, também será uma forma de traduzir efetivamente a missão, visão e valores Institucionais.

E2 - Observa-se hoje que o conhecimento gera confiança, tranquilidade, quando um estrangeiro nos aborda e sabemos conversar em sua língua, quando um advogado nos procura e sabemos dialogar em seus vernáculos jurídicos, quando um assessor de comunicação contrata uma empresa de publicidade e discute com conhecimentos atualizados do mundo da comunicação gera empatia e confiança, assim também são as libras. Quanto mais conhecimento e cultura tiver o Policial sobre mundo e sobre a sociedade em que se envolve mais respeitado ele será e melhor será a imagem da Instituição.

Quanto à utilidade do domínio da Libras e sua difusão na PMMG como forma de garantia de atendimento de demandas envolvendo pessoas surdas uma vez que as formas de treinamento policial atuais não vislumbram a transmissão de conhecimento capaz de fazer com que o policial militar mantenha uma comunicação efetiva e atenda aos anseios daquelas pessoas, novamente constatou-se uma convergência de entendimentos.

E1 - Sim, bastante útil, já que há real necessidade de contato com pessoas portadoras das diversas deficiências, no cotidiano policial, tanto como consumidores do serviço prestado pela Polícias Militar, quanto se abordados/suspeitos.

E2 - Não vejo apenas como útil, vejo como necessário

Ao finalizar os entrevistados foram instados a ser posicionarem sobre a exigência de curso de nível superior para ingresso na PMMG, como óbice ou fator facilitador para o uso da Libras na Corporação, e outra vez houve uniformidade de pensamento.

E1 - Creio que sim, uma vez que tais mudanças estão relacionadas a educação e comprovadamente, na tropa, o reflexo de pessoas mais capacitada, será um facilitador para o aprendizado, dará mais susceptibilidade para o entendimento da necessidade de tal treinamento.

E2 - Vejo como um facilitador. O civil que ingressar na PMMG seguindo um novo modelo de recrutamento terá uma visão mais ampla sobre as necessidades, principalmente no que tange à comunicação. Acredito que o entendimento e a facilidade no aprendizado serão maiores e melhores por já ingressarem depois de uma labuta estudantil na faculdade.

Solicitou-se ao E1 um posicionamento sobre com vê a inclusão da LIBRAS na grade de cursos complementares da PMMG e sobre a existência de algum facilitador ou óbice, ao que fora respondido.

A realização de treinamento complementares voltados a LIBRAS é tão importante quanto a necessidade de treinamento em línguas estrangeiras e outros conteúdos, uma vez que a Polícia Militar, representada por seus agentes, tem contato direto com pessoas de várias nacionalidades e também com portadores de necessidades especiais, inclusive aqueles com deficiência fono auditiva.

Dentre os fatores facilitadores para o treinamento, ressaltou a necessidade crescente de treinamentos nestas áreas, não apenas dado o dia-a-dia, mas também devido aos eventos próximos como Copas das Confederações e Copa do Mundo.

Como fator dificultador diria que é a falta de um diagnóstico preciso em relação à necessidade e importância do contato com portadores desta deficiência e, portanto, a falta do reconhecimento desta necessidade, por parte da Instituição.

Uma das possíveis respostas à falta de diagnóstico quanto ao número de atendimentos realizados envolvendo pessoas surdas esteja dentro do corpo desta pesquisa, ao se tratar das formas de comunicação disponíveis hoje para o acesso da população aos serviços de emergência policial. Não há nenhuma delas que se preste ao uso por parte das pessoas surdas, e dessa forma existe um sub-registro de casos envolvendo-as, pois na grande maioria das vezes quem aciona a polícia são parentes ou vizinhos que são ouvintes.

Outra inferência que se faz é de que mesmo havendo a falta de reconhecimento desta necessidade, essa já não pode mais ser a tônica da resposta, uma vez que a Lei Estadual 10.379/91 está em vigor há mais de 20 anos e as evoluções e avanços tecnológicos, assim como a própria evolução normativa, não nos permite ficarmos parados no tempo, em face dessa questão.

Por fim, há que se dizer que, propostas que permitam a adoção de medidas no sentido de se tentar possibilitar o acesso de pessoas surdas aos serviços de emergência policial mostram-se já em curso com a previsão no Planejamento Estratégico em vigor da ação 8.1.3.4 de um Projeto voltado à promoção da inclusão social através do emprego de pessoas com deficiência na área meio e atividades pertinentes da área fim da PMMG, onde poderemos vir a possuir pessoas surdas prestando serviços na área de atendimento externo da Corporação.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar e conhecer as formas de comunicação entre os diversos povos é nos dias atuais uma necessidade de todas as organizações e empresas que se destinam ao contato e ao atendimento direto com as pessoas.

A busca por esse conhecimento deve ter como objetivo não somente a comunicação com pessoas de outras nacionalidades, mas principalmente para a comunicação entre os brasileiros que por um motivo ou outro não se expressam oralmente por meio da língua portuguesa que é a língua oficial do país.

A forma de linguagem a ser empregada, nesses casos, não pode se resumir ao uso da fala, já que a segunda língua oficial do país, a Libras, é a uma forma de comunicação gestual-visual utilizada pela comunidade surda brasileira, e comunicar-se com essas pessoas mais do que uma necessidade, traduz-se em uma obrigação dos órgãos prestadores de serviços públicos.

As atividades de polícia ostensiva, na busca da preservação da ordem pública, não podem se furtar de incluir em seus públicos alvos as minorias das comunidades surdas, não somente em razão das várias determinações legais que envolvem a questão, mas também por serem essas atividades a razão de ser da Polícia Militar.

Tratar de visão de futuro, de missão institucional e de valores da instituição sem se preocupar em ocupar espaço nas atividades de polícia voltadas ao atendimento das minorias, é no mínimo um contracenso, ante aos ideários de respeito à dignidade da pessoa humana, as liberdades e os direitos fundamentais, de excelência na prestação de serviços e de valorização das pessoas.

Se as barreiras se mostram na falta de meios e ferramentas de comunicação, caberá àquele que não possui tais habilidades comunicadoras o desenvolvimento de mecanismos para a sua aquisição, para que o processo de comunicação se mostre eficiente e não haja ‘ruídos’ na transmissão da mensagem.

Frisa-se que não se pode partir do pressuposto de que na relação policial militar → cidadão, o início do diálogo sempre se dará por parte daquele, sendo com isso o orientador das conversações. Em vários casos e situações, em especial nos casos de orientação e socorro,

a fonte emissora da mensagem será o cidadão, e em sendo esse uma pessoa surda, o policial militar deverá possuir o conhecimento mínimo para lhe prestar o atendimento devido.

O importante no processo de comunicação não é aquilo que se diz, mas o que pode ser compreendido pelo receptor da mensagem. Dessa forma, se o receptor for policial militar deverá estar apto a possuir as mesmas habilidades da fonte, ou seja, da pessoa abordada por ele, para que a comunicação se efetive.

O presente estudo demonstra que os policiais militares não estão aptos a manter esse diálogo silencioso com pessoas surdas, e com isso prestar-lhes um serviço de qualidade no atendimento de suas demandas de emergência policial.

Os pesquisados afirmam, em sua grande maioria, que o uso da Libras se mostra, não somente necessário, como primordial para a garantia do acesso aos serviços de emergência policial por parte das pessoas surdas.

Apurou-se ainda que, tanto as condições de infraestrutura logística, quanto a formação dos intérpretes da Libras podem ser realizadas pela PMMG, no sentido de formar, para compor os seus quadros, pessoas aptas a disseminarem e multiplicarem esse conhecimento visando ampliar o público a ser atendido, satisfatoriamente, pelos serviços da Corporação.

Há ainda uma relação entre o uso da comunicação não verbal com as atividades de polícia ostensiva que se apresenta como facilitador da inserção da Libras como atividade de treinamento complementar, já que várias são as formas de comunicação não verbal que já são utilizadas, porém nenhuma voltada ao desenvolvimento da comunicação de policiais militares com pessoas surdas.

O ideal seria que houvesse uma alteração na grade curricular dos cursos de formação oferecidos pela PMMG para a inclusão, nessas estruturas programáticas, do conteúdo específico de Libras. Contudo, na atual conjuntura, mostra-se como um obstáculo em face das mudanças normativas quanto à formação do Intérprete de Libras e às regras para ingresso na corporação, não havendo no presente momento condições de se alterarem as grades curriculares de todos os cursos de formação, no sentido de se receber essa disciplina.

Nesse sentido, ao se pensar na disponibilização dos serviços de segurança pública a todos os indivíduos de forma igualitária e efetiva, em especial os de emergência policial, vê-se que a atividade do treinamento complementar é que mais se mostra apta, num primeiro

momento, a satisfazer os preceitos contidos na Lei Estadual n. 10.379, de 21 de julho de 2011, para atender com um mínimo de eficiência as pessoas surdas.

A Polícia Militar que sempre se destacou como vanguardista na elaboração de políticas de ações voltadas ao atendimento da sociedade deve, nesse início de milênio, ter também como preocupação a inclusão de seus servidores no mundo das minorias vulneráveis e nesse caso em especial, àqueles que se comunicam de forma diferente da grande maioria, não por uma questão de escolha, mas sim por uma necessidade desses serem vistos e entendidos pelo mundo que os rodeia.

Após a realização dessa pesquisa, o que se verificou foi que o objetivo do estudo foi alcançado e a pergunta inicial, respondida. A análise dos dados obtidos indica que no contexto atual, as ações de treinamento existentes apresentam o viés de contemplar somente a verbalização oral nas atividades de polícia ostensiva, e a necessidade de treinamento para o conhecimento e o uso da Libras se mostram prementes.

## **9.1 Sugestões**

Diante do trabalho apresentado, da visão que permeia as ações de polícia ostensiva de sempre atender a todos com indistinção e da característica ímpar da Corporação de poder instituir formas de treinamentos com vistas a capacitar seus efetivos nessa difícil e árdua missão, sugere-se:

A implantação de um Curso orientado à formação de intérpretes/tradutores de Libras para cumprimento das disposições normativas vigentes, inserido na grade de cursos do Treinamento Complementar Intensivo.

A inclusão de pessoas surdas nos efetivos de profissionais da Polícia Militar, seja por meio de concurso público ou em cargo comissionado, com a efetivação do projeto de ação inclusiva de deficientes previsto na ação 8.1.3.4 do Planejamento Estratégico 2009-2011, para que emprego nas atividades de atendimento à pessoas surdas, bem como na transmissão de conhecimentos aos ouvintes.

Realizar uma ação de conscientização de que todos os policiais militares devem estar abertos às questões inclusivas, mormente no tratamento de questões que não lhe são

afetas no dia-a-dia de suas ações e envolvendo pessoas já fragilizadas em razão de suas diferenças.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA QUÍMICA. *Manual para atendimento de emergências com produtos perigosos*. 4. ed. São Paulo, SP. 2002. 270 p.

BARBETA, Pedro A. *Estatística aplicada às ciências sociais*. 6. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

BERLO, David Kenneth. *O Processo da Comunicação: Introdução à Teoria e Prática*. Tradução: Jorge Arnaldo Fortes. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Paginação irregular.

BOLONHINI JÚNIOR, Roberto. *Portadores de Necessidades Especiais: As principais prerrogativas e a legislação brasileira*. São Paulo: Edrax, 2004, p. 37.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1967. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm)> Acessado em 11 ago. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>

BRASIL. Decreto-Lei nº 667, de 2 de Julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0667.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0667.htm)> Acessado em 11 ago. 2011.

BRASIL. Decreto n. 592, de 06 de julho de 1992. Pacto Internacional sobre os direitos civis e políticos. Disponível em <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/pacto\\_dir\\_politicos.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_politicos.htm)> Acessado em 10 jul. 2011.

BRASIL. Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)> Acessado em 10 jul. 2011.

BRASIL. Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)> Acessado em 20 jul. 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 Dez. 2005. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1)>. Acesso em 06 abr. 2011.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> Acessado em 23 ago. 2011.

BRASIL. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm)> Acessado em 23 ago. 2011.

BRASIL. Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)> Acessado em 23 ago. 2011.

BRASIL. Lei n. 8.160, de 08 de janeiro de 1991. *Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.* Publicado no Diário Oficial da União de 09 jan. 1991. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp?action=LegislacaoTextual>> Acessado em 10 set. 2011> Acessado em 23 ago. 2011.

BRASIL. Lei n. 9.472, de 16 de julho de 1997 (Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9472.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9472.htm)> Acessado em 23 ago. 2011.

BRASIL. Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997. *Institui o Código de Trânsito Brasileiro*. Disponível em <<http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/ctb.pdf>> Acessado em 10 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Acessado em 10 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 Abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm)>. Acesso em 06 Abr. 2011.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acessado em 10 jul. 2011.

BRASIL. Ministério das Comunicações. RESOLUÇÃO Nº 564, de 20 de abril de 2011 - *Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 509, de 14 de agosto de 2008*. Disponível em <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalRedireciona.do?codigoDocumento=260067>> Acessado em 10 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. Inspeção-geral das Polícias Militares. *Manual básico de policiamento ostensivo*. Brasília, [1983].

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa 660 do Ministério da Defesa, de 19 de maio de 2009. *Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas*. Brasília-DF. 2009. Disponível em <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/Portarias/660\\_2009.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/Portarias/660_2009.pdf)> Acessado em 10 ago. 2011.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial Deficiência Auditiva – *Série Atualidades Pedagógicas Volume III Fascículo 7: A Língua Brasileira de Sinais Introdução à gramática da Libras*. Brasília. 1997. Disponível em <[http://www.ines.gov.br/ines\\_livros/37/37\\_002.HTM](http://www.ines.gov.br/ines_livros/37/37_002.HTM)>. Acessado em 09 Ago. 2011.

BRITO, Lucinda Ferreira. *Estrutura linguística da Libras*. In: BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Educação de surdos. Brasília: MEC/SEESP, 1998. v. 3. Língua Brasileira de Sinais.

\_\_\_\_\_. *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro/RJ: Babel, 1993.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira*. 2. ed. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

COELHO NETO, Antônio Balsa. *Técnica Policial: Teoria e Prática em Abordagens Policiais*. 2006. 145 f. Monografia apresentada à Academia de Polícia Militar e Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (Especialização em Segurança Pública), Centro de Pesquisa e Pós-graduação, Academia da Polícia Militar, Belo Horizonte, 2006.

CORRÊA, Marcelo Vladimir. *Verbalização oral em interações de polícia ostensiva*. 2010. 130 f. Monografia apresentada a Academia de Polícia Militar (APM) e à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (FJP), (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública), Centro de Pesquisa e Pós-graduação, Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2010.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *Direitos das Pessoas com Deficiência Garantia de Igualdade na Diversidade*. Rio de Janeiro: WVA. 2004. 344 p.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cláudia de. *Manual de Normatização de Publicações Técnico-Científicas*. 8. ed. rev. 1ª reimpr. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2011. 258 p.

GESSER, Audrei. *Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. 1ª reimpressão. São Paulo, SP: Parábola, 2010. 87 p.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo, SP: Atlas, 2009. 175 p.

GLAT, Rosana. *Coleção Questões Atuais em Educação Especial – A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão*. 3. ed. 1ª reimpr. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2006. 69 p.

HOUAISS, Antônio; VILAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2009.

IBGE. Estudos & Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica n. 13 – Tendências Demográficas – Uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro, 2004.

LEITE, Reginaldo de Andrade Teixeira. *A construção da teoria dos direitos fundamentais da pessoa humana*. In: *O Alferes*, Belo Horizonte, v. 20. n. 58: 63-80, jul./dez. 2005.

LÚCIO, Viviane Duarte. *Abordagem policial à suspeito com deficiência auditiva*. 2008. 110 f. Monografia apresentada ao Centro de Ensino e Graduação da Polícia Militar de Minas Gerais (Graduação em Ciências Militares com ênfase em Defesa Social), Academia da Polícia Militar, Belo Horizonte, 2008.

MARCO FILHO, Luiz de. *História Militar da PMMG*. 2. ed. ver. atual. Belo Horizonte: O Lutador, 1990. 112 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo, SP. Editora Atlas S.A. 315 p.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Serviço público e sua feição constitucional no Brasil. In: MODESTO, Paulo; MENDONÇA, Oscar (Coord.). *Direito do estado. Novos rumos*. São Paulo: Max Limonad, 2001, p. 31.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual n. 44633, de 10 de outubro de 2007. *Institui o Disque Denúncia Unificado e dá outras providências*. Disponível em <[http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nphrs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=1&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama\\_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&SECT8=DIRINJMG&SECT9=TODODOC&co1=E&co2=E&co3=E&co4=E&s1=&s2=44633&s3=&s4=&s5=>](http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nphrs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=1&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&SECT8=DIRINJMG&SECT9=TODODOC&co1=E&co2=E&co3=E&co4=E&s1=&s2=44633&s3=&s4=&s5=>)> Acessado em 10 jul. 2011.

MINAS GERAIS. Lei n. 5.301, de 16 de outubro de 1969. *Contém o Estatuto de Pessoal da Polícia Militar de Minas Gerais*. Disponível em <[http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nphbrs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=3&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama\\_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&SECT8=DIRINJMG&SECT9=TODODOC&co1=E&co2=E&co3=E&co4=E&s1=&s2=5301&s3=&s4=&s5=>](http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nphbrs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=3&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&SECT8=DIRINJMG&SECT9=TODODOC&co1=E&co2=E&co3=E&co4=E&s1=&s2=5301&s3=&s4=&s5=>)> Acessado em 10 jul. 2011.

MINAS GERAIS. Lei n. 6260, de 13 de dezembro de 1973 – Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Disponível em <[http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nphbrs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=2&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama\\_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG](http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nphbrs?d=NJMG&f=G&l=20&n=&p=1&r=2&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG)>

&SECT7=LINKON&SECT8=DIRINJMG&SECT9=TODODOC&co1=E&co2=E&co3=E&co4=E&s1=&s2=6260&s3=&s4=&s5=> Acessado em 26 ago. 2011.

MINAS GERAIS. Lei Estadual n. 10.379, de 10 janeiro de 1991. Reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras. [Belo Horizonte, 1991] Disponível em: <<<http://hera.almg.gov.br/>>>. Acesso em: 06Abr. 2011.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. Diretriz Integrada de Ações e Operações do Sistema de Defesa Social –DIAO/SIDS; versão Compacta. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação. 2010.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. Comando Geral. Diretriz para Produção dos Serviços de Segurança Pública nº 3.01.05 2010 – DPSSP nº 3.01.05 - 2010 (Regula a atuação da Polícia Militar segundo a Filosofia de Direitos Humanos). Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. Comando-Geral. Planejamento Estratégico da PMMG, para vigência no período de 2009-2011. Belo Horizonte. Comando Geral. Assessoria da Gestão para Resultados. 2009.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. *Prática Policial Básica – Caderno Doutrinário 1: Intervenção Policial, Verbalização e Uso de Força*. Belo Horizonte. Academia da Polícia Militar. 2010.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. *Prática Policial Básica – Caderno Doutrinário 3: Blitz Policial*. Belo Horizonte. Academia da Polícia Militar. 2010.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. Comando Geral. Resolução n. 1116, de 25 de janeiro de 1983. Aprova e manda adotar, na Polícia Militar, as normas para feitura das insígnias de comando, chefia e direção. Belo Horizonte. 1983.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. Comando Geral. Resolução n. 3.610, de 17 de agosto de 2001. Dispõe sobre o Portal da Polícia Militar na Internet e dá outras providências. Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. Comando Geral. Resolução nº 4.068, de 09 de março de 2010. Estabelece as Diretrizes da Educação da Polícia Militar de Minas Gerais e dá outras providências. Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS, Polícia Militar de. Comando Geral. Resolução nº 4.154, de 20 de julho de 2011. Aprova o Estandarte da 7ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, criada e instalada em Lagoa Santa – MG. Belo Horizonte, 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha C 22 – 5: Ordem Unida*. 3. ed. Brasília: Exército Brasileiro, 2000.

MOREIRA, Cícero Nunes; CÔRREA, Marcelo Vladimir. *Manual de Prática Policial – Geral*. 2. ed. Belo Horizonte: Polícia Militar de Minas Gerais, 2006, p. 43.

MOREIRA, Luiz Henrique Ribeiro. *A comunicação entre o surdo e o policial militar em Belo Horizonte: percepção crítica da população surda*. Monografia. 2007. 122 f. (Curso de Especialização em Segurança Pública). Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2007.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)> Acessado em 10 jul. 2011.

OYAMA, Rosana e outros. *Sequestros: A vítima pode ser você*. Veja, São Paulo, ed. 1716, ano 34, n. 35, 5 set. 2001

PENA, Felipe (Org.). *Coleção 1.000 Perguntas – Teoria da Comunicação: conceitos, mídias e profissões*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rio, 2005.

PENNA, Antônio Gomes. *Comunicação e Linguagem*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970, p. 83.

PEREIRA, Solimar Rodrigues; SILVA, Carlos Alberto da; CAMPOLINA, Eduardo de Oliveira Chiari. *Cursos de Pós-graduação na Instituição de Educação Superior – IES da PMMG: Estratégias para otimização*. 1995. 112 f. Trabalho Técnico-Científico, CAO-II/95, Belo Horizonte, Academia da Polícia Militar, 1995.

QUADROS, Ronice Müller de. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. In: BRASIL. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p.

RAMOS, Clélia Regina. *Língua de Sinais e Literatura: uma proposta de trabalho de tradução cultural*. Dissertação de Mestrado em Semiologia. 1995, 175 f. Rio de Janeiro, UFRJ, Faculdade de Letras, 1995.

REVISTA DA FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. n. 40. jun./ago. 2010. p. 21

REVISTA DA FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. n. 41. set./nov. 2010. p. 16-17

REVISTA DA FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. n. 42. dez. 2010/fev. 2011. p. 06-07; 12-13

REVISTA DA FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. n. 43. mar./maio 2011. p. 21

REVISTA DA FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. n. 44. jun./ago 2011. p. 24

ROCHA, Solange M. *O INES e a Educação de Surdos no Brasil*. Rio de Janeiro/RJ: MEC/INES, 2007.

SABATINI, Renato M. E. Frenologia: a história da localização cerebral. *Cérebro e Mente*. Campinas, mar./maio. 1997. Disponível em <[http://www.cerebromente.org.br/n01/frenolog/lombroso\\_port.htm](http://www.cerebromente.org.br/n01/frenolog/lombroso_port.htm)>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. Resolução Conjunta n. 14, de 19 de dezembro de 2003. Aprova o formulário do Boletim de Ocorrência, de uso comum no Estado de Minas Gerais, pela Polícia Civil, Polícia Militar e Secretaria de Estado de Defesa Social. Belo Horizonte, 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL. Resolução Conjunta n. 3, de 31 de agosto de 2004. Aprova as tabelas auxiliares ao preenchimento do formulário do Boletim de Ocorrência, de uso comum no Estado de Minas Gerais, pela Polícia Civil, Polícia Militar e Secretaria de Estado de Defesa Social. Belo Horizonte, 2004.

SASSAKI, Romeu Kasumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

SIGNWRITING. Sutton's SignWriting Site. Disponível em: <<http://www.signwriting.org>>. Acessado em: 09 jun. 2008.

STOKOE Jr., Willin C. *Sign Language Structure: And outline of the visual communication systems of the American deaf*. Buffalo, New York. Published at Department of Anthropology and Linguistics. University of Buffalo. 1960.

STROBEL, Karin Lílian. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. 134 p.

STUMPF, M. R. Transcrição de língua de sinais brasileira em signwriting. In: LODI, A. C.B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L.; TESKE, O. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 62-70.

TRIOLA, Mario F. *Introdução à Estatística*. Tradução de Vera Regina Lima de Farias e Flores. Revisão técnica Ana Maria Lima de Farias e Flores. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

VEET VIVARTA (Coord.). A construção dos conceitos. In: \_\_\_\_\_. *Mídia e deficiência*. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância; Fundação Banco do Brasil, 2003.

VIOTTI, Evani. *Introdução aos estudos linguísticos: a língua para Ferdinand Sasseur*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. Disponível em <<http://www.mendeley.com/download/public/2320101/4088072852/a0dd0a9ee64b69a8e33dac2b96f81ebc3f26f08/dl.pdf>> Acessado em 31 Ago. 2011

WEIL, Pierre, TOMPAKOW, Roland. *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal*. 45. ed. Petrópolis: Vozes, 1986, paginação irregular.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE INTENÇÃO/INTERAÇÃO

Caro Policial Militar,

Este questionário é o instrumento a ser usado na pesquisa que realizo sobre o tema “A LEI ESTADUAL n. 10.379/1991 E A EXTENSÃO DO ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA POLICIAL AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FONO AUDITIVA: um olhar sobre o contexto atual e as necessidades”.

O Art. 2º da Lei Estadual n. 10.379/91, prevê *in verbis*: “Fica determinado que o Estado colocará, nas repartições públicas voltadas para o atendimento externo, profissionais intérpretes da língua de sinais”.

Diante dessa assertiva vê-se que a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) como órgão integrante da Administração Pública direta do Estado não pode deixar de ser inserida nesse contexto, primeiro em razão de sua capilaridade, que alcança a todos os municípios do território mineiro, e em segundo por ser o único órgão de acionamento direto do cidadão seja por meio de um telefonema (190), por uma locução verbal (socorro), ou por simples gesto de apelo (aceno de mão).

Assim sendo, o estudo visa contextualizar o uso da comunicação não verbal no âmbito da PMMG, sua evolução, e a possível ampliação desses conhecimentos e sua multiplicação com a introdução do ensino de Libras na grade de cursos complementares da Corporação, para uma efetiva e igualitária prestação de serviços, mormente aos surdo, surdos-mudos, e mudos, que representam esse grupo vulnerável.

Para tanto, é muito preciosa a sua colaboração ao responder o presente questionário, de intenção/interação.

Muito obrigado pela sua valiosa contribuição.

Cap PM Ronivaldo Gonçalves.

Identificação da Unidade: \_\_\_\_\_.

- Área de Atuação:      ( ) Companhia de Ensino e Treinamento  
                                  ( ) Seção de Comunicação Organizacional  
                                  ( ) Adjuntoria de Ensino e Treinamento

### ORDEM

### PERGUNTAS

- 1) Há quanto tempo presta serviços na Polícia Militar?

- a)  de 03 a 05 anos
  - b)  de 06 a 10 anos
  - c)  de 11 a 15 anos
  - d)  de 16 a 20 anos
  - e)  mais de 20 anos
- 2) Qual o seu nível de escolaridade?
- a)  Ensino Médio completo.
  - b)  Ensino Superior incompleto.
  - c)  Ensino Superior completo.
  - d)  Pós-graduação/especialização (*lato sensu*)
  - e)  Mestrado (*stricto sensu*) ou Doutorado (*stricto sensu*).
- 3) Há quanto tempo desenvolve atividades na área de Educação de Polícia Militar ou de Comunicação Organizacional?
- a)  até 03 anos
  - b)  de 04 a 06 anos
  - c)  de 07 a 09 anos
  - d)  de 10 a 12 anos
  - e)  mais de 12 anos
- 4) O uso da comunicação não verbal (sons, luzes, cores, gestos, figuras, símbolos, e outros) como parte integrante da formação policial militar, em sua avaliação, se mostra:
- a)  Muito importante.
  - b)  Importante.
  - c)  Pouco importante.
  - d)  Sem importância.
  - e)  Indiferente.
- 5) O uso da comunicação não verbal (sons, luzes, cores, gestos, figuras, símbolos, e outros) nas atividades de polícia ostensiva, sob sua ótica, se mostra:
- a)  Muito importante.
  - b)  Importante.
  - c)  Pouco importante.
  - d)  Sem importância.
  - e)  Indiferente.
- 6) Como avalia o uso da comunicação por gestos nas ações cotidianas de polícia ostensiva.
- a)  Muito usual.
  - b)  Usual.
  - c)  Pouco usual.
  - d)  Sem uso.
  - e)  Indiferente.
- 7) Em caso de necessidade de manter um diálogo com uma pessoa com deficiência fono auditiva (fala e audição) considera-se?
- a)  Muito preparado.
  - b)  Preparado.
  - c)  Pouco preparado.
  - d)  Sem o preparo necessário.
  - e)  Indiferente.
- 8) Já teve necessidade ou conhece algum policial que tenha tido a necessidade de manter um diálogo com uma pessoa com deficiência fono auditiva (fala e audição)?
- a)  Já teve necessidade.
  - b)  Já teve necessidade E conhece alguém que tenha tido
  - c)  Nunca teve necessidade MAS conhece alguém que tenha tido.

- d) ( ) Nunca teve necessidade NEM conhece alguém que tenha tido.  
e) ( ) Indiferente.
- 9) Quanto à Língua de Sinais Brasileira (Libras) e suas aplicações:  
a) ( ) Conhece Totalmente (possui habilidade prática).  
b) ( ) Conhece parcialmente (possui alguma habilidade prática).  
c) ( ) Conhece (o alfabeto e alguns sinais), porém não tem habilidade prática.  
d) ( ) Desconhece.  
e) ( ) Indiferente.
- 10) O conhecimento em Libras por parte dos policiais militares como forma de ação inclusiva e interativa com as pessoas com deficiência fono auditiva se mostra:  
a) ( ) Muito recomendável.  
b) ( ) Recomendável.  
c) ( ) Pouco recomendável.  
d) ( ) Não recomendável.  
e) ( ) Indiferente.
- 11) A formação do intérprete de Libras pela PMMG, e a extensão dos serviços de emergência policial às pessoas com deficiência fono auditiva, na sua visão, refletem na imagem da Corporação:  
a) ( ) Muito positivamente.  
b) ( ) Positivamente.  
c) ( ) Pouco interfere.  
d) ( ) Não interfere.  
e) ( ) Indiferente.
- 12) O conhecimento da Libras e sua difusão na PMMG, como forma de comunicação não verbal nas atividades diurnas de polícia ostensiva se mostra:  
a) ( ) Muito aplicável.  
b) ( ) Aplicável.  
c) ( ) Pouco aplicável.  
d) ( ) Inaplicável.  
e) ( ) Indiferente.
- 13) O modelo de Treinamento Extensivo adotado pela PMMG, as ferramentas utilizadas nesse tipo de treinamento (TTG e TTE), e a atual estrutura logística das Unidades (áudio e vídeo, multimídia e informática), quanto à implantação de uma nova modalidade de treinamento se apresentam.  
a) ( ) Muito apropriadas.  
b) ( ) Apropriadas.  
c) ( ) Pouco apropriadas.  
d) ( ) Inapropriadas.  
e) ( ) Indiferente.
- 14) As alterações nos critérios de seleção para ingresso na PMMG (exigência de graduação em curso de nível superior) podem se mostrar como FATOR FACILITADOR para o uso da Libras por parte da PMMG.  
a) ( ) Muito provavelmente.  
b) ( ) Provavelmente.  
c) ( ) Pouco provavelmente.  
d) ( ) Improvavelmente.  
e) ( ) Indiferente.
- 15) Nas condições atuais sua Unidade possibilita o atendimento às pessoas com deficiência fono auditiva de forma:  
a) ( ) Plena (há militares com formação em Libras)

- b) (  ) Aceitável (há militares com conhecimento mínimo de Libras).
- c) (  ) Deficiente (não há militares com conhecimento em Libras, mas utiliza-se meios externos).
- d) (  ) Não há o atendimento.
- e) (  ) Indiferente.

**IMPRESSÕES PESSOAIS ACERCA DO TEMA:**

---

---

---

---

---

---

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO EXTERNA DA SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL DA PMMG**

Sirvo-me da presente para solicitar de vossa senhoria a gentileza da concessão de uma entrevista com vistas à fundamentação e estruturação da pesquisa de campo levada a efeito por esse oficial em razão da elaboração de estudo monográfico para a conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública.

O Tema proposto para a pesquisa exploratória “A LEI ESTADUAL n. 10.379/1991 E A EXTENSÃO DO ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA POLICIAL AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FONO AUDITIVA: um olhar sobre o contexto atual e as necessidades” teve razões alicerçadas nas determinações legais vigentes; e visa verificar a possibilidade da formação de Policiais Militares Intérpretes de Libras por meio de Treinamento Complementar, bem como colher junto ao público alvo dos questionários (Comandantes de Cia. de Ensino e Treinamento/Adjuntos de Ensino e Treinamento e Chefes das Seções de Comunicação Organizacional), impressões acerca do tema e a possibilidade da extensão desses conhecimentos nas Unidades.

O Art. 2º da Lei Estadual n. 10.379/91, prevê in verbis: “Fica determinado que o Estado colocará, nas repartições públicas voltadas para o atendimento externo, profissionais intérpretes da língua de sinais”.

Diante dessa assertiva vê-se que a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) como órgão integrante da Administração Pública direta do Estado não pode deixar de ser inserida nesse contexto, primeiro em razão de sua capilaridade, que alcança a todos os municípios do território mineiro, e em segundo por ser o único órgão de acionamento direto do cidadão seja por meio de um telefonema (190), por uma locução verbal (socorro), ou por simples gesto de apelo (aceno de mão).

Assim sendo, o estudo visa contextualizar o uso da comunicação não verbal no âmbito da PMMG, sua evolução, e a possível ampliação desses conhecimentos e sua multiplicação com a introdução do ensino de Libras na grade de cursos complementares da Corporação – e sua extensão por meio do Treinamento Extensivo – para uma efetiva e igualitária prestação de serviços, mormente aos surdo, surdos-mudos, e mudos, que representam esse grupo vulnerável.

Estudo preliminar foi realizado no ano de 2007, abrangendo uma parcela da população portadora de deficiência fono auditiva (fonoaudióloga) na cidade de Belo Horizonte, sob o olhar dessas pessoas para com o serviço da PMMG e demonstrou que elas não conseguiam se comunicar de forma efetiva, eficaz e eficiência com os policiais militares em razão do pouco conhecimento desses quanto à Língua de Sinais Brasileira.

Nesse contexto, foi elaborado o roteiro em anexo, para verificação de vossas impressões, sobre o tema, pois sendo a autoridade responsável pela Elaboração e Difusão de Atividades de Comunicação Organizacional no âmbito da Polícia Militar, já possuindo uma vasta experiência nessa área, muito tem a contribuir com o desenvolvimento da pesquisa.

Esclareço ainda que, muito embora haja a previsão da realização da entrevista in loco, ciente de vossas atribuições e das inúmeras responsabilidades, caso verifique ser mais pertinente, que as respostas sejam feitas de forma escrita, com as justificativas e retornada por meio digital, em resposta à essa mensagem.

Segue em anexo o questionário elaborado e enviado às Unidades como forma de avaliação da intenção em relação à proposta e da interação do tema aos questionados. Saliento que o mesmo questionário pode ser acessado no link:

<https://www.surveymonkey.com/s/Libraseemergenciapolicial>

Por fim esclareço que o Sr. Comandante da APM e o Sr. Chefe do CTP, também serão alvos de entrevista para coleta de informações.

Desde já agradeço, a atenção dispensada, e reitero protesto de elevada estima e distinta consideração.

Cap PM Ronivaldo Gonçalves.

### **ROTEIRO**

- 1) Qual o tempo de serviço prestado na Polícia Militar?
- 2) Já havia anteriormente trabalho na área de Comunicação Organizacional da Polícia Militar? Por quanto tempo?
- 3) Vê como sendo importante ou parte integrante da formação policial militar o uso da comunicação não verbal?
- 4) Identifica nas ações da PMMG processos e procedimentos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência? E com deficiência fono auditiva?
- 5) Ações voltadas para a interação e extensão dos serviços de Polícia Militar às minorias devem ser alvo da formação e da extensão da Educação de Polícia Militar?
- 6) Já sentiu a necessidade de manter um diálogo com uma pessoa com deficiência? E com deficiência fono auditiva? Qual o procedimento adotado nessas situações? Surtiram o efeito esperado?
- 7) Vê na Libras uma forma de ação inclusiva e interativa entre PMMG e as pessoas com deficiência fono auditiva?
- 8) Sob sua ótica a formação de intérprete da Libras pela PMMG possibilita aumento na exposição positiva da imagem da PMMG junto à sociedade?
- 9) Vê como útil o domínio da Libras e sua difusão na PMMG?
- 10) Em sua visão as alterações nos critérios de seleção para ingresso na PMMG podem se mostrar como fator facilitador ou óbice para o uso da Libras por parte da PMMG.

## **APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA AO CHEFE DO CENTRO DE TREINAMENTO POLICIAL**

Sirvo-me da presente para solicitar de vossa senhoria a gentileza da concessão de uma entrevista com vistas à fundamentação e estruturação da pesquisa de campo levada a efeito por esse oficial em razão da elaboração de estudo monográfico para a conclusão do Curso de Especialização em Segurança Pública.

O Tema proposto para a pesquisa exploratória “A LEI ESTADUAL n. 10.379/1991 E A EXTENSÃO DO ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA POLICIAL AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FONOLÓGICA: um olhar sobre o contexto atual e as necessidades” teve razões alicerçadas nas determinações legais vigentes; e visa verificar a possibilidade da formação de Policiais Militares Intérpretes de Libras por meio de Treinamento Complementar, bem como colher junto ao público alvo dos questionários (Comandantes de Cia. de Ensino e Treinamento/Adjuntos de Ensino e Treinamento e Chefes das Seções de Comunicação Organizacional), impressões acerca do tema a possibilidade da extensão desses conhecimentos nas Unidades.

O Art. 2º da Lei Estadual n. 10.379/91, prevê in verbis: “Fica determinado que o Estado colocará, nas repartições públicas voltadas para o atendimento externo, profissionais intérpretes da língua de sinais”.

Diante dessa assertiva vê-se que a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) como órgão integrante da Administração Pública direta do Estado não pode deixar de ser inserida nesse contexto, primeiro em razão de sua capilaridade, que alcança a todos os municípios do território mineiro, e em segundo por ser o único órgão de acionamento direto do cidadão seja por meio de um telefonema (190), por uma locução verbal (socorro), ou por simples gesto de apelo (aceno de mão).

Assim sendo, o estudo visa contextualizar o uso da comunicação não verbal no âmbito da PMMG, sua evolução, e a possível ampliação desses conhecimentos e sua multiplicação com a introdução do ensino de Libras na grade de cursos complementares da Corporação – e sua extensão por meio do Treinamento Extensivo – para uma efetiva e igualitária prestação de serviços, mormente aos surdos, surdos-mudos, e mudos, que representam esse grupo vulnerável.

Estudo preliminar foi realizado no ano de 2007, abrangendo uma parcela da população portadora de deficiência auditiva na cidade de Belo Horizonte, sob o olhar dessas pessoas para com o serviço da PMMG e demonstrou que elas não conseguiam se comunicar de forma efetiva, eficaz e eficiente com os policiais militares em razão do pouco conhecimento desses quanto à Língua de Sinais Brasileira.

Nesse contexto, foi elaborado o roteiro em anexo, para verificação de vossas impressões, sobre o tema, pois sendo a autoridade responsável pela Execução do Treinamento de Polícia Militar, já possuindo uma experiência anterior nas áreas de ensino da PMMG, muito tem a contribuir com o desenvolvimento da pesquisa.

Esclareço ainda que, muito embora haja a previsão da realização da entrevista in loco, ciente de vossas atribuições e das inúmeras responsabilidades, caso verifique ser mais pertinente, que as respostas sejam feitas de forma escrita, com as justificativas e retornada por meio digital, em resposta à essa mensagem.

Segue em anexo o questionário elaborado e enviado às Unidades como forma de avaliação da intenção em relação à proposta e da interação do tema aos questionados. Saliento que o mesmo questionário pode ser acessado no link:

<https://www.surveymonkey.com/s/Libraseemergenciapolicial>

Por fim esclareço que o Sr. Comandante da APM e o Sr. Chefe da PM.5, também serão alvos de entrevista para coleta de informações.

Desde já agradeço, a atenção dispensada, e reitero protesto de elevada estima e distinta consideração.

Cap PM Ronivaldo Gonçalves.

### **ROTEIRO**

- 1) Qual o tempo de serviço prestado na Polícia Militar?
- 2) Já havia anteriormente trabalho na área de Educação de Polícia Militar? Por quanto tempo?
- 3) Vê como sendo importante ou parte integrante da formação policial militar o uso da comunicação não verbal? Por qual motivo?
- 4) Identifica nas ações da PMMG processos e procedimentos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência? Em que áreas? E com deficiência fono auditiva?
- 5) Ações voltadas para a interação e extensão dos serviços de Polícia Militar às minorias devem ser alvo da formação e da extensão da Educação de Polícia Militar?
- 6) Já sentiu a necessidade de manter um diálogo com uma pessoa com deficiência? E com deficiência fono auditiva? Qual o procedimento adotado nessas situações? Surtiram o efeito esperado?
- 7) Vê na Libras uma forma de ação inclusiva e interativa entre PMMG e as pessoas com deficiência fono auditiva?
- 8) Vê a inclusão da Libras na grade de cursos complementares da PMMG como algo possível e viável?
- 9) Sob sua ótica a formação de intérprete da Libras pela PMMG possibilita aumento na exposição positiva da imagem da PMMG junto à sociedade?
- 10) Vê como útil o domínio da Libras e sua difusão na PMMG?
- 11) Na sua visão as alterações nos critérios de seleção para ingresso na PMMG podem se mostrar como fator facilitador ou óbice para o uso da Libras por parte da PMMG?

**APÊNDICE D – AGÊNCIAS DOS CORREIOS EM MINAS GERAIS QUE MANTÊM  
GUICHÊS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO EM LIBRAS**

<b>CIDADE</b>	<b>ENDEREÇO</b>
Barbacena	- Rua José Bonifácio, 23, Centro
Belo Horizonte	- Avenida Afonso Pena, 1270, Centro. - Rua Ouro Preto, 350, Barro Preto - Rua Pernambuco, 1322, Savassi
Betim	- Avenida Governador Valadares, 347, Centro
Contagem	- Avenida Cardeal Eugênio Pacelli, 1801, Cidade Industrial
Divinópolis	- Avenida Antônio Olímpio de Moraes, 687, Centro
Governador Valadares	- Avenida Minas Gerais, 110, Centro
Itaúna	- Avenida Coronel Osório Camargos, 49, Centro
Juiz de Fora	- Rua Marechal Deodoro, 470, Centro - Independência Shopping - Avenida Independência, 3600, São Mateus
Manhuaçu	- Praça Quinze de Novembro, 405, Centro
Montes Claros	- Praça Doutor Chaves, 149, Centro
Patos de Minas	- Rua José de Santana, 503, Centro
Poços de Caldas	- Rua Prefeito Chagas, 221, Centro
Pouso Alegre	- Rua Adolfo Olinto, 281, Centro
Sete Lagoas	- Rua Major Campos, 202, Centro
Teófilo Otoni	- Praça Tiradentes, 221, Centro - Rua Alfredo Seixas Baracho, 110, Fátima
Uberaba	- Praça Henrique Krugger, 33, Centro
Uberlândia	- Avenida Getúlio Vargas, 299, Centro - Avenida João Pinheiro, 1154, Centro
Varginha	- Praça Quintino Bocaiúva, 124, Centro

Fonte: Disponível em < <http://www.g37.com.br/index.asp?c=padrao&modulo=conteudo&url=44>>

## APENDICE E – QUADRO DE ARTICULAÇÃO DA LIBRAS

<b>C</b>	<b>CABEÇA</b>	<p>É preciso também empregar certos adjetivos que localizam mais precisamente os pontos de articulação:</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content;"> <p>d = lado direito c = lado esquerdo m = medial in = interna ex = externa</p> </div>	Referindo-se à parte do corpo em questão.
σ	topo da cabeça		
T	testa		
R	rosto		
S	parte superior do rosto		
I	parte inferior do rosto		
P	orelha		
O	olhos		
N	nariz		
B	boca		
D	bochechas	<p>Outros termos são usados para descrever a translação horizontal de pontos de articulação como imagens de um ponto precedente no referencial do corpo:</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content;"> <p>l = lateral f = em frente a = atrás</p> </div>	
A	zona abaixo do queixo		
<b>T</b>	<b>TRONCO</b>		
P	pescoço		
O	ombro		
B	busto		
E	estômago		
C	cintura		
<b>B</b>	<b>BRAÇOS</b>		
S	braço		
Q	queixo	<p>Na descrição dos pontos de articulação, são ainda usados os seguintes termos:</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content;"> <p>p = imediatamente próximo med = distância média dis = distante K = em contato Ki = contato inicial Km = contato medial Kf = contato final x = cruzamento</p> </div>	
I	antebraço		
C	cotovelo		
P	pulso		
<b>M</b>	<b>MÃO</b>		
P	palma		
C	costa da mão		
L1	lado do indicador		
L2	lado do dedo mínimo		
D	dedos		
Dp	ponta dos dedos		
Dd	nós dos dedos (junção entre os dedos e a mão)		
Dj	nós dos dedos (primeira junta dos dedos)		
D1	dedo mínimo		
D2	anular		
D3	dedo médio		
D4	indicador		
D5	polegar		
V	Interstícios entre os dedos		
V1	Interstício entre o polegar e o indicador		
V2	Interstício entre os dedos indicador e médio		
V3	Interstício entre os dedos médio e anular		
V4	Interstício entre os dedos anular e mínimo		
<b>p</b>	<b>PERNA</b>		
<b>EN</b>	<b>ESPAÇO NEUTRO</b>		




Fonte: Brasil, 2004, p. 10-11

## APENDICE E – QUADRO DE ARTICULAÇÃO DA LIBRAS

<b>Movimentos e Tipos de Orientação da LIBRAS</b>	
<b>Movimentos internos das mãos:</b>	
○	
[ $\overset{\circ}{A} \sim 5$ ]	extensão gradual dos dedos começando pelo indicador
[ $As \sim 5$ ]	extensão gradual dos dedos começando pelo dedo mínimo
○	
[ $As \rightarrow \overset{\circ}{5}$ ]	abertura simultânea dos dedos
○	
[ $\overset{\circ}{5} \rightarrow As$ ]	fechamento simultâneo dos dedos
[ $\overset{\circ}{L} \rightarrow bO$ ]	pinçamento (com o indicador e o polegar)
...	
[ $\overset{\circ}{5} \rightarrow mov$ ]	movimento de tamborilar com os dedos curvos
[ $5 + mov$ ]	movimento de tamborilar com os dedos estendidos
[ $54 \sim G$ ]	fechamento gradual de todos os dedos, exceto indicador
○	
[ $5 \sim \overset{\circ}{A}$ ]	fechamento gradual de todos os dedos, exceto polegar
[ $B \rightarrow B$ ]	flexão da mão, com os dedos estendidos
[ $V \rightarrow V$ ]	dobramento e extensão repetidos dos indicador e dedo médio nas juntas do meio
[ $V + mov$ ]	movimento de tamborilar com os dedos
[ $V. mov$ ]	movimento de tesoura
○	
[ $As \rightarrow \overset{\circ}{A}$ ]	extensão do polegar
[ $As \rightarrow L$ ]	polegar e indicador estendidos simultaneamente
[ $B \rightarrow V$ ]	fechamento súbito de todos os dedos exceto indicador e médio, que flexionam-se
[ $As \rightarrow 3$ ]	extensão simultânea do polegar, indicador e médio
[ $As \rightarrow 3$ ]	extensão simultânea de todos os dedos, exceto o polegar
[ $As \rightarrow 5$ ]	extensão simultânea de todos os dedos
○	
[ $\overset{\circ}{A} \rightarrow L$ ]	extensão do indicador
○	
[ $\overset{\circ}{A} \rightarrow 3$ ]	extensão simultânea do indicador e do médio
○	
[ $\overset{\circ}{A} \rightarrow 5$ ]	extensão simultânea de todos os dedos, com o polegar já estendido
[ $G1 \rightarrow X$ ]	flexão repetida do indicador
[ $As \rightarrow V$ ]	extensão do indicador e do médio
[ $As \rightarrow I$ ]	extensão do mínimo

Fonte: Brasil, 2004, p. 11-12

## APENDICE E – QUADRO DE ARTICULAÇÃO DA LIBRAS

<b>Expressão não manuais da LIBRAS</b>	
<b>Rosto Parte Superior</b>	
	sobrançelas franzidas olhos arregalados lance de olhos sobrançelas levantadas
<b>Rosto Parte Inferior</b>	
	bochechas infladas bochechas contraídas lábios contraídos e projetados e sobrançelas franzidas correr da língua contra a parte inferior interna da bochecha apenas a bochecha direita inflada contração do lábio superior franzir do nariz
<b>Cabeça</b>	
	balanceamento para frente e para trás (sim) balanceamento para os lados (não) inclinação para frente inclinação para o lado inclinação para trás
<b>Rosto e Cabeça</b>	
<b>What, When, Where, Why</b>	cabeça projetada a frente, olhos levemente cerrados, sobrançelas franzidas ex.: o que?, quando?, como?, por que?)
<b>Who</b>	cabeça projetada para trás, e olhos arregalados (ex.: quem?)
<b>Tronco</b>	
Movimento de rotação	
<b>Movimentos de translação (as mãos se deslocam no espaço)</b>	
Retilíneos Circulares Contínuos Com retensão Refreados Tensos Simples Repetidos	

Fonte: Brasil, 2004, p. 11-12

## APENDICE F – REPOSITÓRIO DE IMPRESSÕES PESSOAIS

Questionado	Impressões pessoais
Q1	Faço primeiramente uma ressalva ao item nº 16, na unidade há militares que dominam a comunicação em Libras, contudo alguns atuam no atendimento ao público e outros não. Em relação às impressões pessoas sobre o tema julgo ser totalmente apropriada este espaço de debate, uma vez que é uma realidade o despreparo dos militares no atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais, mormente as de necessidades fono auditivas. Acredito ser necessária a implementação de cursos que possam disseminar o conhecimento de Libras na PMMG de forma ampla e irrestrita.
Q2	Dentro do contexto atual de filosofia dos Direitos Humanos, entendo que seja um Tema muito abrangente e importante, haja vista o grande número de pessoas com deficiência fono auditiva, contudo, pouco explorado.
Q3	Tema muito importante para reflexão de que a PMMG deve também aprender a trabalhar com os deficientes físicos fono auditivos, que compõem a sociedade destinatária de nossos serviços e merecem ser tão bem tratados quanto aos demais cidadãos.
Q4	Muito importante.
Q5	O Tema é de relevância, vai contribuir para um futuro estudo e implantação na grade curricular, e certamente contribuirá para a melhoria no atendimento dos portadores de necessidades especiais.
Q6	Acredito que a proposta do estudo, vem a provocar a PMMG a buscar alternativas diretas de forma a interagir com eficiência ao seu publico, conquistando ainda mais a confiabilidade e credibilidade da sociedade mineira.
Q7	Muito relevante o tema. Acredito plenamente na necessidade de se implantar na PMMG uma maneira de se comunicar com pessoas com necessidades especiais, e a Libras é a ferramenta correta de comunicação com as pessoas que possuam a limitação de audição e fala. Afinal, o contato da policia militar é com todo tipo de público, independente da condição da pessoa.
Q8	Considero de suma importância o uso da comunicação não verbal no âmbito da PMMG. Desconhecia o conteúdo da Lei Estadual n. 10.379/91. Assim como estudamos nos cursos de formação outros idiomas (inglês e Espanhol), como foi o meu caso, considerado que devemos ter em nossos cursos de formação e/ou treinamentos conhecimentos em LIBRAS.
Q9	Chama a atenção pela sua originalidade e pode incluir qualquer pessoa enquanto ser humano na comunicação. É interessante e de suma importância.
Q10	Havendo como resultado da pesquisa/monografia, a sugestão pela inclusão da matéria de comunicação não verbal aos cursos da PMMG, que esses fossem realizados principalmente com enfoque em aulas praticas e não somente em assuntos teóricos como já ocorreu em outros cursos ministrados na Corporação, como por exemplo o de turismo, que trouxe pouco conhecimento e preparo do policial para o assunto, não dando continuidade ao que almejava.
Q11	Minha opinião sobre o assunto se torna prejudicada pela falta de informação sobre este grupo tão restrito da sociedade. Uma pergunta a ser respondida para melhor contextualizar seria: qual a frequência de ocorrências envolvendo pessoas com essa deficiência? Será que vale a pena fazer um investimento alto em treinamento de situações que talvez nunca ocorram durante a carreira policial militar? Lembrando que não se compara tal modalidade com os treinamentos de tática e técnica policial.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

## APENDICE F – REPOSITÓRIO DE IMPRESSÕES PESSOAIS

Questionado	Impressões pessoais
Q12	<p>Importante.</p> <p>Tenho a impressão que se trata de mais uma ferramenta que será colocada a disposição dos casos em que se fizer necessário o uso de aplicação de Libras. Necessitei uma vez apenas de forma real e direta de abordar um surdo e mudo e ter que conseguir fazê-lo entender as minhas ordens. Utilizei o recurso da mímica e da expressão corporal de uma forma geral.</p>
Q13	<p>Tenho a curiosidade de saber qual o custo benefício do investimento no treinamento de policiais em Libras e a porcentagem de pessoas na população corri esse tipo de necessidade para que se tenha uma noção da real necessidade da PMMG se qualificar para a comunicação com estas pessoas com necessidade de atendimento diferenciado.</p>
Q14	<p>É um tema bastante atual e de suma importância para a inclusão social daqueles que possuem alguma deficiência fono auditiva.</p> <p>Em minha opinião o tema é muito importante, pois a inclusão não é um tema restrito à Polícia militar e sim uma tendência mundial e uma necessidade de se atender com qualidade essa parcela da população que já tem suas restrições impostas pela sua condição especial, sendo que qualquer iniciativa no sentido de facilitar ou de melhorar o acesso dessas pessoas aos bens e serviços essenciais é de muito bom grado, e ainda, nesta ótica não poderia a PMMG ficar alheia a essa necessidade.</p>
Q15	<p>A implantação de libras como matéria nos cursos de formação na PMMG, seria uma evolução ao atendimento respeitando a dignidade das pessoas com deficiência áudio Visuais, o policial militar que convive diretamente com a sociedade em muitas vezes encontra-se com vítimas de delitos com deficiências, e muitas vezes passamos dificuldades ate mesmo transtornos para conseguir comunicar com os mesmos, situação já vivida por este Militar, em que deparei com uma vítima de assalto portadora de deficiência auditiva.</p>
Q16	<p>A implantação de libras como matéria nos cursos, mostraria a preocupação de nossa Instituição na excelência da prestação de serviço a sociedade sem discriminação.</p> <p>Muito importante, pois no dia a dia estamos sujeitos a lidar com pessoas que apresentam as mais variadas deficiências e não estamos preparados para atendê-las.</p>
Q17	<p>É salutar que toda empresa, e não pode ser diferente com a PMMG, esteja preparada para participar desse processo de inclusão de pessoas com deficiência.</p>
Q18	<p>O tema e extrema relevância e só é percebido quando da necessidade do policial em atender alguém pertencente a este público, todavia, é de fundamental importância ante à missão da PMMG de assegurar os direitos e garantias individuais.</p>
Q19	<p>Julgo por demais oportuno e de extrema importância, principalmente se tiver como objetivo colaborar no aprimoramento da comunicação organizacional da Instituição, com maior abrangência junto aos públicos interno e externo.</p>
Q20	<p>Acho bastante interessante o tema, pois é extremamente necessário capacitarmos nosso profissional para atender bem um cidadão com determinadas deficiências. Acredito que tais cidadãos são desrespeitados, por não terem o atendimento que merecem, dos órgãos públicos, dentre esses a PMMG e que por isso evitam procurar-nos quando necessitam. Creio que na medida em que nos capacitarmos para atender e entender a cidadão com deficiência, a nossa demanda, neste aspecto, irá aumentar, pois o cidadão terá a certeza que ao procurar a PMMG ele terá o tratamento digno que merece e terá garantidos os seus direitos.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

## APENDICE F – REPOSITÓRIO DE IMPRESSÕES PESSOAIS

Questionado	Impressões pessoais
Q21	<p>Entendo ser um tema atual, importante e completamente viável à atividade PM. Há de se ressaltar que a acessibilidade do portador de necessidade especial não se restringe apenas a deslocamentos motores, mas também inviabilidade de se comunicar com outrem. Tratando a Atividade Policial de serviço essencial, não podemos nos furtar a esquecer dessa minoria e impossibilitá-los de acesso aos serviços prestados. Antes porém de se estabelecer como norma a adoção do aprendizado de LIBRAS ou outro mecanismo, devemos nos perguntar o quão preparados estamos para realizar as devidas capacitações e qual o grau de utilização do sistema no cotidiano, pois muitos deficientes auditivos sequer, em algumas regiões, conhecem a linguagem para a comunicação.</p>
Q22	<p>Considero esse tema muito importante, pois, já tive dificuldades em atender uma pessoa deficiente fono auditiva, da mesma forma que outros militares da Unidade tiveram a mesma dificuldade. À época sugeri ao Cmt da Cia que servia para realizar o curso de libras com alguns policiais militares para facilitar o atendimento dessas pessoas. Procurei uma pessoa que se disponibilizou em realizar o curso, porém, devido ao tempo necessário para o curso e à dificuldade de efetivo não foi possível realiza-lo.</p> <p>Sugiro que seja incluído na grade curricular dos cursos de formação (CTSP, CEFS, CHO e CFO) o curso de libras, pois, assim, facilitaria o acesso dessas pessoas ao atendimento da Polícia Militar e melhoraria a visibilidade da Instituição perante a comunidade.</p>
Q23	<p>Muito oportuno. Parabéns!</p>
Q24	<p>A Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) como órgão integrante da Administração Pública direta do Estado deve sim inserir uma extensão dos serviços de emergência policial às pessoas com deficiência fono auditiva, como forma de ação inclusiva e interativa com as pessoas com deficiência fono auditiva, facilitando eventuais necessidades de se estabelecer um diálogo compreensivo em atendimento às estas pessoas.</p> <p>Assim, é de grande importância adoção de medidas para contextualizar o uso da comunicação não verbal no âmbito da PMMG e uma possível ampliação desses conhecimentos, sua multiplicação com a introdução do ensino de LIBRAS na grade de cursos complementares da Corporação para uma efetiva e igualitária prestação de serviços, mormente aos surdo, surdos-mudos, e mudos, que representam esse grupo vulnerável.</p>
Q25	<p>Importantíssimo o tema Apesar de já ter presenciado colegas atendendo ocorrências com deficientes fono audiovisuais, nunca atentei para esta situação. Chegará um dia em que seremos acionados a respeito do tratamento para com estas pessoas.</p>
Q26	<p>O Tema é muito pertinente pois a PMMG é uma Instituição que busca de forma constante a excelência dos seus serviços prestados à comunidade. Sendo assim, existindo essa qualificação de forma efetiva do seu público interno para atender os deficientes auditivos, haverá por parte da sociedade e principalmente do grupo vulnerável em questão a satisfação e o reconhecimento de que a PMMG trabalha em prol das pessoas assegurando ao máximo as suas qualidades de vida e consequentemente os seus direitos humanos.</p>

## APENDICE F – REPOSITÓRIO DE IMPRESSÕES PESSOAIS

Questionado	Impressões pessoais
Q27	<p>Muito positivo, como mecanismo de inclusão e acesso aos direitos das pessoas com estas limitações, além de ser uma forma de respeito ao próximo. O policial militar é sem dúvida um referencial para sociedade e para tanto a inserção de habilidades que o possibilitem interagir com um maior número de pessoas e uma maneira de agregar ainda mais profissionalismo em nossas ações. Parabéns pela iniciativa.</p>
Q28	<p>Acredito que o tema tenha pouca aplicabilidade na atividade policial, principalmente se comparado as demandas da operacionalidade. São raro os casos de aplicabilidade do conhecimento de libras.</p>
Q29	<p>Entendo que apesar de importante, é assunto que não gera tanta demanda para nos preocuparmos tanto.</p>
Q30	<p>O Tema é importante e principalmente com relação á aproximação da Copa do Mundo de 2014, existe a necessidade de termos policiais treinados e capacitados para lidar com os portadores fono auditivos em aeroportos, estádios, hotéis etc. Demonstrando que estamos preparados para receber este público especial.</p>
Q31	<p>É preponderante que se adotem medidas necessárias e imprescindíveis, em conformidade com a conjuntura atual, pois na contemporaneidade, o fator inclusivo é a regra cosmológica, além de favorecer ao aprendizado de uma nova língua, pois LIBRAS é sigla de “Língua Brasileira de Sinais”, isto se torna muito importante para a melhora na prestação de serviços, no atendimento do público comum à PMMG, levando-se em conta que há um valor intrínseco neste conhecimento científico-pedagógico.</p> <p>A PMMG não trabalha para alguns, mas para todos os cidadãos.</p>
Q32	<p>Um tema de suma importância para os parâmetros de trabalho da PMMG, inovando e evoluindo com as necessidades de atendimentos por parte do policial aos deficientes auditivos.</p> <p>Resta lembrar, que tal medida trabalhara com a inclusão do deficiente no contexto de segurança pública, resultando na contínua credibilidade que o povo mineiro tem pela instituição polícia militar.</p>
Q33	<p>Diante da necessidade do atendimento de forma plena e satisfatória, por parte da instituição, a todos os cidadãos, acredito que o tema é de grande importância, pois possibilita capacitar os policiais militares a comunicar com pessoas portadoras de deficiências fono auditiva, proporcionando um melhor atendimento a essas pessoas, o que certamente causará uma boa impressão e aumentará a credibilidade da Corporação.</p>
Q34	<p>Quanto a implantação meio através da LIBRAS é importante considerando que cada ocorrência é diferente da outra e podemos deparar com situações relacionadas com o exposto e certamente iremos ter dificuldades e solucionar. Sendo assim a cada nova situação e pela compostura da PMMG certamente o nome da corporação somente tem a crescer dentro do cenário nacional em prol da população que a cada dia clama pela paz e segurança.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

## APENDICE F – REPOSITÓRIO DE IMPRESSÕES PESSOAIS

Questionado	Impressões pessoais
Q35	Escolha complicada, porém, positiva e com percepção futurista. Evidente se é há necessidade da discussão a nível estratégico, pois com as mudanças previstas na legislação, teremos uma maior possibilidade prática do convívio dos portadores de deficiência fono auditiva em nossa corporação, o que é salutar. Boa sorte!!
Q36	Tema relevante e importante numa organização que prega igualdade nas ações para todos os cidadãos.
Q37	O policial militar atende diversos públicos. No mundo globalizado fala-se muito nas importâncias dos idiomas: Inglês e Espanhol, contudo não podemos esquecer dos portadores de necessidades especiais.
Q38	A propositura de treinamento de militares para utilização de LIBRAS se mostra importante, tendo em vista a necessidade da Polícia Militar estar em condições de atender e prestar seus serviços a todos os cidadãos.
Q39	É muito importante e seria viável aplicar o conhecimento nos cursos da PMMG, tendo em vista que a qualquer momento, como já ocorreu em Uberaba, pode ser deparada com uma situação de necessidade de aplicá-lo para atender com qualidade a pessoa deficiente e que necessita dos trabalhos policiais. Vejo como uma situação rara, porém devemos estar preparados para atender a todo tipo de ocorrência.
Q40	O tema é bastante pertinente apesar da frequência de atendimento de ocorrências envolvendo pessoas com deficiência fono auditiva não ser considerável, quando tal situação acontece acaba colocando o despreparado dos militares no que tange a esta questão em evidência, conseqüentemente, coloca a credibilidade da corporação é indiretamente colocada em discussão.
Q41	O tema em si é interessante e aplicável, entretanto, há que se avaliar a real necessidade deste tipo de atendimento. Um treinamento de LIBRAS a nível de Estado requer um investimento considerável, esforço que poderia ser canalizado para outros tipos de treinamentos mais aplicáveis.
Q42	Entendo importante o treinamento de militares para se comunicarem com deficientes fono-auditivos, por meio de LIBRAS, mas acredito que o pouco uso dos sinais irá causar o esquecimento nos treinados.
Q43	O tema é interessante e inovador, em minha opinião seria interessante por parte do policial militar ter condições básicas para entender e se fazer entender por um deficiente fono auditivo durante de uma ocorrência policial.
Q44	É um tema importante e na atual conjuntura de polícia comunitária devemos estar aptos a lidar com todos os tipos de públicos e suas peculiaridades, portanto o conhecimento de comunicações não verbais se mostram necessárias, para atendermos deficientes da fala e audição, que ocasionalmente necessitem da policia militar.

## APENDICE F – REPOSITÓRIO DE IMPRESSÕES PESSOAIS

Questionado	Impressões pessoais
Q45	<p>Somente com a divulgação das necessidades das pessoas com deficiência é que seus direitos serão respeitados, o ensino de Libras é uma delas. Imagine-se como um surdo se sente quando não tem quem se comunique em LIBRAS com ele.</p>
Q46	<p>O tema é sobremaneira relevante. Lembro-me de uma aula de Direito Humanos, no TPB, em que o militar deparava com uma ocorrência onde um cidadão-infrator estava de posse de uma faca e era surdo e mudo. Foi uma experiência curiosa. Daí nós tiramos a conclusão que o Policial Militar deve estar preparado para essa situação para que a ocorrência seja conduzida com êxito. A sociedade tem se mobilizado quanto a prestação de serviços às pessoas portadoras de deficiências. Assim, penso que a Polícia Militar deve estar trabalhando para acompanhar o progresso e oferecer trabalhos de qualidade à comunidade.</p>
Q47	<p>Em quase quinze anos de serviço, não tive a necessidade do conhecimento da Libras para atuar em ocorrências policial, é um tema interessante desde que o policial capacitado atue na área de atendimento de ocorrência e não na administração, considerando a minha própria experiência profissional não considero um treinamento para a atividade imprescindível na Corporação.</p>
Q48	<p>O tema é oportuno e importante, pois reflete a preocupação da Instituição em incluir grupos vulnerais em nosso rol de atendimento, sob uma perspectiva garantida da Constituição Federal e dos valores protegidos pelos Direitos Humanos.</p>
Q49	<p>O conhecimento nunca é demais, principalmente se for direcionado ao outro. A Polícia Militar poderá selecionar militares já existentes na Corporação que tenham aptidão ou vontade de investir nesse novo conceito de se prestar um serviço a esse grupo de pessoas. Se elaborassem uma pesquisa a fim de se obter o número de voluntários, com certeza ficaríamos surpresos com o total de respostas de aceitação que surgiriam. O tema é muito oportuno para o momento atual, quando a mídia noticia quase todos os dias o desrespeito e descaso com os portadores de necessidades especiais.</p>
Q50	<p>Acredito que o público alvo é bastante reduzido, tornando-se inviável a aplicabilidade. Mesmo sem conhecimento mínimo de LIBRAS, o Policial consegue solucionar ocorrências envolvendo pessoas com tal deficiência. Não vejo motivação para tal implementação no Ensino Profissional.</p>
Q51	<p>A instituição vem desenvolvendo várias ferramentas para se aferir a qualidade de seus serviços, e o tema é bem interessante, pois, vivemos em um ambiente onde a acessibilidade é um dos assuntos discutidos e a instituição ainda não fez nada a respeito no sentido de atendimento ao deficiente auditivo-visual.</p>
Q51	<p>A instituição vem desenvolvendo várias ferramentas para se aferir a qualidade de seus serviços, e o tema é bem interessante, pois, vivemos em um ambiente onde a acessibilidade é um dos assuntos discutidos e a instituição ainda não fez nada a respeito no sentido de atendimento ao deficiente auditivo-visual.</p>

## APENDICE F – REPOSITÓRIO DE IMPRESSÕES PESSOAIS

Questionado	Impressões pessoais
Q52	<p>Acredito que o tema é extremamente pertinente, e coaduna com a nova visão da PMMG de uma polícia voltada para as famílias. Neste contexto, é de vital importância a inclusão destas pessoas com deficiência fono auditivas. Ressalta-se também que em virtude de estarmos recebendo em breve as Olimpíadas, Paraolimpíadas e Copa do Mundo, se faz necessário mostrarmos (PMMG) nossa capacidade não só para o atendimento de ocorrências, mas também como profissionais preparados a receber e informar estas pessoas com deficiência.</p>
Q53	<p>Não há preparo dos policiais militares que estão no policiamento ostensivo para lidar com tal situação. Entendo que seria necessário a inclusão nos cursos de formação para melhor atendimento ao cidadão portador de deficiências áudio visuais.</p>
Q54	<p>Há necessidade de utilização desta forma de comunicação nos diversos projetos sociais que a PMMG desenvolve, mormente, PROERD, entre outros, seria interessante que os policiais militares que atuam neste projeto tivessem o conhecimento nesse sentido.</p>
Q55	<p>Há militares que trabalham no BPTRAN com conhecimento para dialogar com pessoas com deficiência fono-auditiva que trabalham na travessia destes no Instituto São Rafael.</p>
Q56	<p>Acredito que o tema estudado é de grande valia para que a Polícia Militar desenvolva um serviço de atendimento à sociedade mais completo e eficiente. Eu particularmente ainda não me deparei com uma situação dessas, mas observo, e não são raras vezes, os alunos do Instituto São Rafael, quando em deslocamento nas proximidades do bairro Barro Preto, e se eu precisasse fazer qualquer intervenção estaria em apuros, pois provavelmente não conseguiria entender com clareza o que estes alunos estivessem querendo dizer.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos questionários aplicados

## ANEXO I – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM LETRAS-LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

### CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 715 - EaD - LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - Bacharelado  
Currículo: 20082

**Habilitação:** Bacharelado em Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

0

**Documentação:**

Resolução nº 001/CEG-UFSC/2008, de 09/04/2008

**Objetivo:**

**Titulação:** Bacharelado em Letras

**Diplomado em:** Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

**Período de Conclusão do Curso:** Mínimo: 8 semestres Máximo: 8 semestres

**Carga Horária Obrigatória:** UFSC: 2640 H/A CNE: 2640 H/A

**Coordenador do Curso:** RONICE MULLER DE QUADROS  
**Telefone:** 37216786

(01)

1

1° Semestre					1	
Disciplina	tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<i>História da educação de surdos. O impacto do Congresso de Milão (1880) na educação de surdos no Brasil. Legislação e surdez. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. Modelos educacionais na educação de surdos: modelos clínicos, antropológicos, da diferença e mistos. Identidades surdas; identificações e locais das identidades (família, escola, associação, etc.). O encontro surdo-surdo na determinação das identidades surdas. As identidades surdas multifacetadas e multiculturais.</i>						
EED9201	Fundamentos da Educação de Surdos	Ob	60			
<i>Conceitos, tipologias e conscientização dos problemas teóricos e práticos da Tradução. Mapeamento dos Estudos da Tradução.</i>						
LLE9101	Introdução aos Estudos da Tradução	Ob	60			
<i>-</i>						
LLE9151	Estudos da Tradução I	Ob	60			
<i>Iniciação aos conceitos e métodos da descrição gramatical segundo as abordagens da Linguística Moderna.</i>						
LLV9101	Estudos Linguísticos	Ob	60			
<i>A modalidade de Educação a distância: histórico, características, definições, regulamentações. A Educação a distância no Brasil. A Mediação pedagógica na modalidade Educação a distância. Organização de situações de aprendizagem. Ambientes virtuais de Ensino-aprendizagem.</i>						
MEN9101	Introdução à Educação a Distância	Ob	60	3		

## ANEXO I – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM LETRAS- LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

### CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 715 - EaD - LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - Bacharelado  
Currículo: 20082

Habilitação: Bacharelado em Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

0

2º Semestre					2
Disciplina	tipo	H/A	Aulas Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<i>Aspectos históricos, culturais, lingüísticos, educacionais e sociais de surdez. Vocabulário em língua de sinais brasileira. Tópicos sobre a escrita de sinais: aquisição do sistema de escrita de língua de sinais pela compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais e trabalho prático com a mesma.</i>					
LLE9111	Escrita de Sinais I	Ob	60		
-					
LLE9152	Estudos da Tradução II	Ob	60		
-					
LLE9161	Língua Brasileira de Sinais I	Ob	90		
<i>Introdução aos princípios gerais da Fonética Articulatória. Relação entre fonética e fonologia. Introdução às premissas da descrição e análise fonológica. Processos fonológicos básicos.</i>					
LLV9103	Fonética e Fonologia	Ob	60		
<i>As palavras e sua estrutura. Morfemas: conceito, tipologia e análise morfológica.</i>					
LLV9104	Morfologia	Ob	60		
3º Semestre					3
Disciplina	tipo	H/A	Aulas Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<i>O processo de aquisição da leitura e escrita da língua de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais. Produção de literatura na escrita da língua de sinais.</i>					
LLE9112	Escrita de Sinais II	Ob	60		
-					
LLE9162	Língua Brasileira de Sinais II	Ob	90		
<i>Os constituintes. A relação núcleo, argumentos e adjuntos. A estrutura das sentenças.</i>					
LLV9105	Sintaxe	Ob	60		
<i>Estágios de desenvolvimento lingüístico na criança. Cognição e linguagem. Natureza do conhecimento lingüístico na criança. Universalidade e uniformidade na aquisição da linguagem. O papel da experiência na aquisição.</i>					
LLV9106	Aquisição da Linguagem	Ob	60		
<i>Língua e sociedade. Preconceito lingüístico. Contato lingüístico. Pidgins e creoulos.</i>					
LLV9107	Sociolingüística	Ob	60		

## ANEXO I – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM LETRAS- LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

### CURRÍCULO DO CURSO

Curso: 715 - EaD - LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - Bacharelado  
Currículo: 20082

Habilitação: Bacharelado em Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

0

4º Semestre					4
Disciplina	tipo	H/A	Aulas Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
<i>Continuação do processo de aquisição da leitura e escrita de sinais. Construção de dicionário escrita de sinais e português. Alternativas didático-pedagógicas para o ensino da escrita de sinais conforme a faixa etária dos alunos: infantil, juvenil e adultos. Estudo de expressões literárias próprias da cultura surda.</i>					
LLE9113	Escrita de Sinais III	Ob	60		
LLE9153	Estudos da Tradução III	Ob	60		
LLE9155	Aquisição de Segunda Língua	Ob	60		
LLE9163	Língua Brasileira de Sinais III	Ob	90		
LLE9171	Lab. de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa I	Ob	60		
(02)					2

5º Semestre					5
Disciplina	tipo	H/A	Aulas Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
LLE9104	Literatura Surda	Ob	60		
<i>Leitura: criação de vínculos leitor/texto, pela introdução do aluno na tradição do conhecimento veiculado pelo texto escrito. Interpretação: leitura nas entrelinhas. O diálogo oralidade/escrita. Da fala para a escrita - atividades de retextualização.</i>					
LLE9105	Leitura e Produção de Textos	Ob	60		
LLE9164	Língua Brasileira de Sinais IV	Ob	90		
<i>Noções básicas: sentido e referência, acarretamento, anáfora, pressuposição, tempo, aspecto, modalidade, operadores, quantificadores. Máximas conversacionais. Implicaturas. Atos de fala. Déixis.</i>					
LLV9108	Semântica e Pragmática	Ob	60		
LLV9111	Psicolinguística	Ob	60		

**ANEXO I – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM LETRAS-  
LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**  
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação  
Departamento de Administração Escolar

**CURRÍCULO DO CURSO**

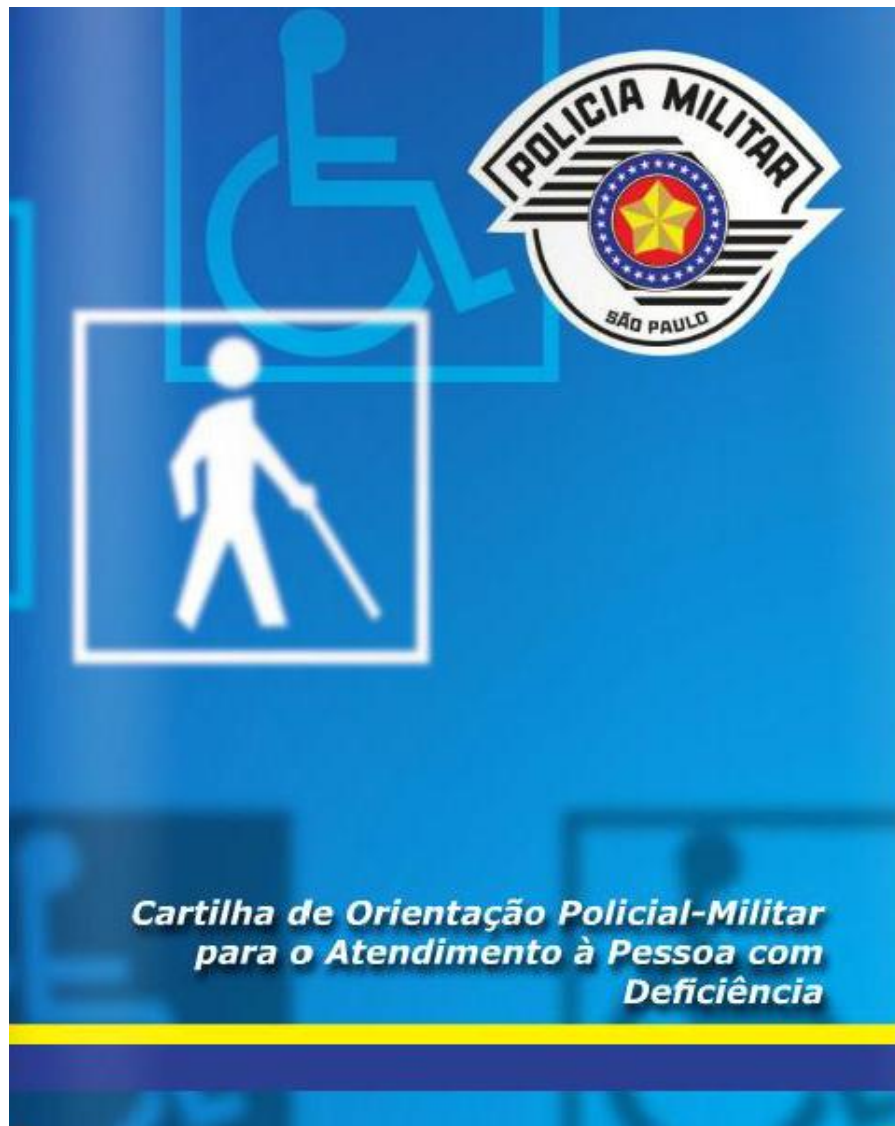
Curso: 715 - EaD - LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - Bacharelado  
Currículo: 20082

Habilitação: Bacharelado em Letras, habilitação em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

0

6º Semestre						6
Disciplina	tipo	H/A	Aulas Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto	
LLE9106	Análise do Discurso	Ob	60			
LLE9108	Tradução e Interpretação de Língua de Sinais I	Ob	60			
LLE9165	Língua Brasileira de Sinais V	Ob	90			
LLE9172	Lab. de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa II	Ob	60			
LLV9112	Aquisição da Língua de Sinais	Ob	60			
7º Semestre						7
Disciplina	tipo	H/A	Aulas Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto	
LLE9109	Tradução e Interpretação da Língua de Sinais II	Ob	60			
LLE9166	Língua Brasileira de Sinais VI	Ob	90			
LLE9173	Lab. de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa III	Ob	60			
LLE9175	Estágio em Interpretação da Língua Brasileira de Sinais	Ob	180			
8º Semestre						8
Disciplina	tipo	H/A	Aulas Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto	
LLE9174	Lab. de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa IV	Ob	60			
LLE9176	Trabalho de Conclusão de Curso	Ob	180			
LLE9177	Estágio em Tradução Escrita da Língua de Sinais e Língua Portuguesa	Ob	60			

**ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA**



## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

### Apresentação

Reza nossa lei Magna que “A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da Ordem Pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

À Polícia Militar do Estado de São Paulo compete, no exercício de sua função constitucional preventiva, garantir os Direitos fundamentais do ser humano, em especial a vida e a integridade física, dentro dos limites legais e princípios éticos da necessidade, proporcionalidade e oportunidade.

A democracia, o respeito e a dignidade humana, à luz da igualdade, sem preconceito e discriminação, também fazem parte do contexto.



## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### Pessoa com Deficiência

O objetivo principal desta cartilha é levar a você, policial militar, orientações de como melhor atender as pessoas com deficiência, dentro da competência e missão da Polícia Militar, com dicas de relacionamento para melhorar a comunicação, independente de suas limitações.

### Dados Estatísticos da Pessoa com Deficiência

Segundo dados estatísticos levantados pelo IBGE, último CENSO/2000, 14,5% da população brasileira, ou seja, cerca de 24,6 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência. Aproximadamente 4,2 milhões encontram-se no Estado de São Paulo, com uma taxa 11,35% da população com deficiência, sendo que só na cidade de São Paulo são mais de um milhão de pessoas com deficiência.

### Termo Pessoa com Deficiência

A terminologia sobre deficiência passou por diversas modificações, acompanhando a evolução que representa os valores e conceitos de cada época, pessoa especial, excepcional, deficiente, portador de necessidades especiais. O termo mais adequado hoje é “PESSOA COM DEFICIÊNCIA”, utilizado no texto da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, uma vez que a pessoa não é diferente, especial ou deficiente, mas simplesmente possui uma deficiência.

Deficiência é entendida como todo e qualquer comprometimento que afeta a integridade da pessoa e traz prejuízos na sua locomoção, na coordenação de movimentos, na fala, na compreensão de informações, na orientação espacial ou na percepção e contato com as outras pessoas. (Manual “Inclusão profissional de pessoas com deficiência - Sem Barreiras”, da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, 2008)

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência

### Tipos de Deficiência

Policial Militar, de forma bastante simplificada, para facilitar a compreensão e identificação, os tipos de deficiência dividem-se em:

**Deficiência Auditiva** é a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras em ambos ouvidos, variando em graus e níveis que afetam o entendimento e a compreensão para comunicação oral utilizada socialmente.

Símbolo representativo da deficiência auditiva.



Em fundo azul, sendo opcional em fundo branco ou preto, segundo ABNT NBR 9050/2004.

**Deficiência Visual** é a perda ou a redução de capacidade visual em ambos os olhos, em caráter definitivo e que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes e tratamento clínico ou cirúrgico.

6

Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência

Símbolo representativo da deficiência visual.



Em fundo azul, sendo opcional em fundo branco ou preto, segundo ABNT NBR 9050/2004.

**Deficiência Intelectual** é o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

É mais apropriado o termo deficiência intelectual ao invés de deficiência mental, por referir-se ao funcionamento do intelecto especificamente e não ao funcionamento da mente como um todo.

**Deficiência Física** é todo comprometimento da mobilidade, da coordenação motora geral, causada por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, ou ainda por má formação congênita ou adquirida.

7

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

**Deficiência Múltipla** quando houver a associação de duas ou mais deficiências descritas anteriormente.



### Dicas de Tratamento à pessoa com deficiência

Na maioria das vezes, o desconhecimento ainda traz enorme preconceito e conseqüentemente a discriminação em relação aos grupos considerados vulneráveis, portanto faz-se necessário conhecer as peculiaridades e necessidades da pessoa com deficiência:

- Não faça de conta que a deficiência não existe;
- Trate a pessoa com deficiência com consideração e respeito;

8

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

- A pessoa com deficiência tem o direito de tomar suas próprias decisões e assumir a responsabilidade por suas escolhas;
- Quando quiser alguma informação de uma pessoa com deficiência, dirija-se diretamente a ela e não a seus acompanhantes ou intérpretes;
- Sempre que quiser ajudar, ofereça ajuda. Sempre espere sua oferta ser aceita, antes de ajudar. Nem sempre a pessoa com deficiência precisa de auxílio. Uma vez aceita a ajuda, pergunte a forma mais adequada para fazê-la;
- A pessoa com deficiência também têm direitos, sentimentos, receios e sonhos;
- Em abordagem policial, havendo suspeita, haja com respeito e dignidade, porém com técnica, segurança e sem protecionismo, pois a pessoa com deficiência também pode ser um infrator da lei.

### Deficiência Física

Ao falar com cadeirante, sente-se ou abaixe-se para ficar no mesmo nível dele, evitando uma posição incômoda.

A cadeira de rodas, assim como as bengalas e muletas, são recursos para mobilidade da pessoa com defi-

9

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

Como subir e descer degraus



Para subir degraus, incline a cadeira para trás para levantar as rodinhas da frente e apoiá-las sobre a elevação. Para descer um degrau, é mais seguro fazê-lo de marcha ré. Porém é mais recomendável e seguro, locomover-se por rampas ou pelo elevador.

Ao ser solicitado para auxiliar uma pessoa com deficiência física que se encontra no chão a se sentar, de preferência acione o resgate, pois a queda pode ter ocasionado lesões que requerem equipe médica para o socorro no local.

Não sendo queda, posicione a cadeira lateralmente próxima da coluna do cadeirante. Não puxar seus membros inferiores evitando trancos, apoié suas articulações na altura dos joelhos e pés.

10

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

Para ajudar um cadeirante.



Um policial militar deverá posicionar-se na retaguarda e segurá-lo conforme figura. (Manter as pernas afastadas e semi-flexionadas, encaixando o quadril com o intuito de evitar lesões). Outro policial militar deverá flexionar levemente o joelho do cadeirante, apoiando nas articulações. Tratando-se de paraplégico, deixar suas mãos livres para que ele possa ajudar na condução; se o cadeirante for tetraplégico, segure junto seus braços para evitar que fiquem soltos durante a condução. Juntos, levante-o até a altura da cadeira e posicione-o lentamente.

Ao ser solicitado para apoiar a transposição de pessoa com deficiência física de uma cadeira para uma cadeira de rodas, primeiramente pergunte a ela se ela pode ajudar e como você poderá ajudá-la, a seguir proceda conforme a figura abaixo.

11

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência

Transposição de uma cadeira para uma cadeira de rodas.



Dependendo do peso do cadeirante, peça apoio de mais pessoas.

Transposição com três pessoas ajudando.



Havendo necessidade, auxilie no transporte da pessoa para fora do veículo, utilizando as orientações ao lado.

12

Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência

Auxílio no transporte para fora do veículo.



O uso do cartão DeFis-DSV (original), para o estacionamento de veículo utilizado por pessoa com deficiência física, nas vias e logradouros públicos, em vagas especiais devidamente sinalizadas para esse fim com o Símbolo Internacional de Acesso, é obrigatório. (Portaria 14/02 - DSV/SMT)

Cartão DeFis-DSV



13

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

### Deficiência Visual



Verifique sempre se a pessoa cega quer sua ajuda como guia, caso aceite, não segure seu braço para conduzi-la, ofereça o seu braço, coloque a mão da pessoa no seu cotovelo dobrado. Ela irá acompanhar o movimento do seu corpo enquanto você vai andando.

Para ajudar uma pessoa cega a sentar-se, você deve guiá-la até a cadeira e colocar a mão dela sobre o encosto da cadeira, informando se esta tem braço ou não. Deixe que a pessoa sente-se sozinha. Da mesma forma indique corrimãos quando for subir uma escada.

Ao explicar direções para uma pessoa cega, seja o mais claro e específico possível, de preferência indique as distâncias em metros (“uns vinte metros a sua frente”) e sua direita ou esquerda.

Por mais tentador que seja acariciar um cão-guia, lembre-se que ele tem a responsabilidade de guiar um

14

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

dono que não enxerga. O cão nunca deve ser distraído do seu dever de guia.

No convívio social e profissional, não exclua as pessoas com deficiência visual das atividades normais. Deixe que elas decidam como podem ou querem participar.

Quando for embora, avise sempre a pessoa com deficiência visual.

De acordo com a legislação em vigor, o cão guia tem acesso a todos os locais públicos ou privados de uso coletivo, exceto UTIs (Unidade de Tratamento Intensivo) de hospitais, desde que acompanhado da pessoa com deficiência ou seu treinador, não sendo exigido o uso da focinheira (Decreto Federal Nº 5.904/06).

Quando na elaboração de um boletim de ocorrência, deve-se verificar junto à pessoa com deficiência visual se a mesma deseja assinar o boletim de ocorrência após a leitura dos dados por ela explanados, para não ferir os princípios de oportunidade e igualdade. Se desejar assinar, com apoio de uma régua na base do local da assinatura, posicione sua mão.

15

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

### Deficiência Auditiva

Não é correto dizer que alguém é surdo-mudo. Muitas pessoas surdas não falam porque não aprenderam a falar. Muitas fazem a leitura labial, outras não.

- Quando quiser falar com uma pessoa surda, se ela não estiver prestando atenção em você, acene para ela ou toque em seu braço levemente.
- Use um tom normal de voz, a não ser que lhe peçam para falar mais alto. Gritar nunca adianta.
- Fale direta e frontalmente com a pessoa, não do lado ou atrás dela.
- Se você souber a língua de sinais, tente usá-la. Se a pessoa surda tiver dificuldade em entender, avisará.
- Seja expressivo ao falar, as expressões faciais, os gestos e o movimento do seu corpo serão excelentes indicações do que você quer dizer.
- Enquanto estiver conversando, mantenha sempre contato visual, se você desviar o olhar, a pessoa surda pode achar que a conversa terminou.

Nem sempre a pessoa surda tem uma boa dicção. Se tiver dificuldade para compreender o que ela está dizendo, não se acanhe em pedir para que repita. Geralmente, a pessoa surda não se incomoda em repetir

16

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

quantas vezes for preciso para que seja atendida.

Se for necessário, comunique-se por meio de bilhetes.

Em abordagem policial, ao dar a voz de parada e identificação da polícia militar, se a pessoa não obedecer, verifique tratar-se de pessoa com deficiência auditiva, aproximando-se dela e tocando-a. Se positivo mantenha a calma.

Não sinta dó ou discrimine, deixando-a ir embora. Com todo respeito e técnica profissional, proceda a abordagem e busca pessoal com os devidos procedimentos de segurança. O surdo deseja receber tratamento igualitário e contribuir para o trabalho policial.

Seguem nas próximas páginas algumas orientações utilizando a língua brasileira de sinais, LIBRAS.

17

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência

### Termos mais utilizados:



18

Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência



19

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*



Qual é o número... do telefone... da sua casa?



Está

Liberado



Obrigado

20

*Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência*

### Deficiência Intelectual

Trate a pessoa com respeito e consideração. Dê atenção a ela, não a ignore.

Não superproteja. Deixe que ela faça ou tente fazer sozinha tudo o que puder. Ajude apenas quando for realmente necessário.

Não subestime sua inteligência e sua capacidade. A pessoa com deficiência intelectual leva mais tempo para aprender, mas pode adquirir muitas habilidades intelectuais e sociais.

A deficiência intelectual uma vez que afeta o desenvolvimento cognitivo até os dezoito anos (percepção, raciocínio e memória), não deve ser confundida com doença mental, que pode ser adquirida com o tempo, causa instabilidade na personalidade e é controlada por meio de tratamento e medicamentos.

**Lembre-se: Toda Violência Física e Moral, Exploração, Abuso e Maus-tratos, Discriminação e Preconceito à pessoa com deficiência é crime.**

21

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência

### Alfabeto e Números em Braille

1	2	3	4	5
6	7	8	9	0
a	b	c	d	e
f	g	h	i	j
k	l	m	n	o
p	q	r	s	t
u	v	w	x	y
z				

22

Cartilha de Orientação Policial-Militar para o Atendimento à Pessoa com Deficiência

### Alfabeto Números em LIBRAS

1	2	3	4	5
6	7	8	9	0
a	b	c	d	e
f	g	h	i	j
k	l	m	n	o
p	q	r	s	t
u	v	w	x	y
z				

23

## ANEXO II – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO POLICIAL-MILITAR PARA ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

